

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709

O comunismo no Brasil

Biblioteca do Exército - Editora

**1º
VOL**

**COLEÇÃO
GENERAL
BENÍCIO**

VOL 47 — 252

JULHO 1966

O COMUNISMO NO BRASIL

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709

O COMUNISMO NO BRASIL

Biblioteca do Exército — Editôra

Rio de Janeiro

1966

Capa de:
MURILO MACHADO

A presente obra é composta de 4 volumes cujos assuntos são os abaixo discriminados:

1.º Vol: — Introdução — O Comunismo no Brasil.

2.º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap I — A Construção.

Cap II — A Infiltração.

3.º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap III — A Agitação e a Propaganda.

Cap IV — A Movimentação de Massas.

4.º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap V — A Ação Violenta.

Í N D I C E

O COMUNISMO NO BRASIL

Prefácio	1
Advertência	5
Delegação de Podêres	7
Organização do I P M 709	9
Introdução	13
1. ^a Parte: O Comunismo no Brasil	17
Capítulo I — As Bases Ideológicas	21
Capítulo II — O Internacionalismo Proletário	81
Capítulo III — Síntese Histórica do Partido Co- munista	124
Capítulo IV — Características Gerais da Ação Co- munista	149
Capítulo V — Evolução da Linha Política	184
Capítulo VI — O PCB e a Política Nacional	204

P R E F Á C I O

O movimento comunista em nosso País, como em qualquer outra nação do Mundo Ocidental é, na realidade, a manifestação de um complexo de causas e fatores que abrangem desde o idealismo elevado e doutrinário ao interesse mesquinho das ambições inconfessáveis. É, porisso, difícil estabelecer até onde o aperfeiçoamento social e político, a elevação do nível econômico das populações pode atenuar a expansão das ideologias de fundo marxista que se apresentam em um grande número de variações influentes e expressivas. Os objetivos que as diversas correntes apresentam são sempre doutrados pela descrição atraente de metas ideais de progresso, de bem-estar, de paz, emancipação e de harmonia universal. Esse quadro, que a propaganda desenha de modo fascinante, é como um horizonte sempre inatingível carreando uma leva constante de incautos e de oportunistas.

Se não cabe a um Inquérito Policial Militar, ligado essencialmente a problemas específicos e atuais da Segurança Nacional, penetrar profunda e exclusivamente nos temas ideológicos dêsse movimento de caráter mundial, para compreendê-los adequadamente, situá-los no quadro nacional, estabelecer as suas dimensões, medir a sua influência e determinar a sua importância, é imprescindível, entretanto, analisar os seus fundamentos doutrinários e a sua correlação com as condições concretas da vida brasileira.

É esse principalmente o objetivo da Introdução ao Relatório Geral do IPM, cuja publicação se enceta neste volume.

Não quisemos que essa investigação tivesse apenas um sentido punitivo, uma expressão coatora, em benefício da integridade institucional do País. A ação judicial contra elementos isolados no quadro amplo do movimento esquerdista no País tem menos importância do que o conhecimento acurado da técnica de ação, das bases do proselitismo, das formas sub-reptícias das alianças criminosas que se realizam nas brechas da legalidade, na sombra da corrupção protetora. Estamos convencidos de que a melhor defesa contra o comunismo está na consciência esclarecida de cada pessoa, na percepção realista das possibilidades nacionais, no patriotismo indeclinável que não se submete, na honestidade profissional, no sentimento de que o progresso é a integração de milhões de esforços individuais, de que a corrupção corrói em todos os escalões o caráter dos homens e inutiliza gerações inteiras.

Em nossa lembrança gravou-se indelêvelmente o sombrio panorama que precedeu à impressionante sucessão dos acontecimentos de março de 1964, quando a nossa Pátria esteve na iminência de se transformar em palco de luta fratricida e possivelmente em um teatro de guerra internacional.

O Inquérito não pode, em consequência, transformar-se em um simples repositório de acusações efêmeras. Procurou também realizar uma investigação cuidadosa cujos resultados traduzissem o intuito de fixar na consciência dos homens a gravidade dos crimes contra a nacionalidade.

É preciso que se focalize o Partido Comunista na sua real expressão, em seus persistentes objetivos que emergem em declaração como esta:

“Reafirmamos com orgulho — como assinala o Projeto de Resolução — nossa tradição de fidelidade ao internacionalismo proletário, de apoio firme e ativo à União Soviética e demais países do campo socialista... São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com os recursos do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Par-

tido Comunista da União Soviética, ao baluarte do Socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo". (LUIZ CARLOS PRESTES — Carta ao CC do PCB sobre o debate político — Nov. 1956)

Deve-se mostrar que ao abrigo de enganosas aparências, o Comunismo nada mais é do que um aríete poderoso das pretensões de domínio mundial por um grupo de nações imperialistas.

É necessário também evidenciar como o oportunismo inconseqüente, a desenfreada ambição, a corrupção dos caracteres fracos e das personalidades incompetentes a êle se associam, em espúria simbiose, na medida em que procuram, através dessa aliança malsã, galgarem posições elevadas, mais se afundam em compromettimentos, em renúncias, em omissões de perniciosas e duradouras conseqüências.

O Partido Comunista, hábilmente dirigido por líderes especialmente preparados e educados, vale-se de todos os recursos, especialmente das fraquezas e das misérias humanas.

As Fôrças Armadas conscientes de suas responsabilidades em todos os campos de interêsse da Segurança Nacional mantêm-se vigilantes. O Inquérito Policial Militar 709 é uma das provas concretas dessa permanente, dessa indormida preocupação das instituições militares. Esse esforço constante há de assegurar à nossa Pátria o direito de progredir em paz, de elevar a cultura de seus cidadãos de evoluir inflexivelmente para adaptar-se às condições decorrentes dos verdadeiros objetivos nacionais.

Rio, Maio de 1966

FERDINANDO DE CARVALHO
Coronel

A D V E R T Ê N C I A

O Relatório Geral do IPM 709, sôbre o Partido Comunista Brasileiro compreende as seguintes divisões:

Primeira — INTRODUÇÃO

Segunda — INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

Terceira — DOCUMENTAÇÃO

A INTRODUÇÃO tem por objetivo ambientar os julgadores, as autoridades e os leitores, em geral, no problema comunista brasileiro, em sua vinculação internacional e nos principais aspectos de suas correlações atentatórias às leis e às bases do sistema político e social vigente. Para bem compreender o IPM e todo o ingente trabalho de averiguações que comportou durante muitos meses, em todo o território nacional, é mister conhecer essa Introdução, indispensável para que se formule apreciação ampla do problema.

Dessa Introdução que comporta um número apreciável de volumes, foram impressos para conhecimento público os volumes considerados fundamentais para uma apreciação ampla do problema.

O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR é a peça jurídica propriamente dita, montada segundo as normas da Justiça Militar.

A DOCUMENTAÇÃO é um repositório de todo o material considerado valioso para a Justiça Militar. Resulta

tou do exame atento e minucioso de um número imenso de documentos de variada natureza. Não se acha nela contido, entretanto, em sua totalidade, o arquivo do IPM que se constituiu durante êsse trabalho.

As divisões do Relatório são desdobradas em Partes e estas em Capítulos.

DELEGAÇÃO DE PODÊRES

DELEGAÇÃO DE PODÊRES N.º 709 — O General de Divisão HUGO PANASCO ALVIM, tendo em vista o Decreto s/n.º de 7 de agosto de 1964, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que o encarregou da instauração do Inquérito Policial Militar, a fim de apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, RESOLVE, nos termos do Art. 1.º, letras A e B do Ato n.º 9 do Comando Supremo da Revolução: a) delegar ao Ten Cel Art 1G-164.254 FERDINANDO DE CARVALHO — poderes para proceder Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, nos órgãos dirigentes do extinto PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social: b) determinar que ultimados os trabalhos, que deverão obedecer, no que fôr aplicável, as normas atinentes nos Inquéritos, fixadas no Código de Justiça Militar, seja remetido a êste Encarregado, apenas o Relatório e a Solução dêsse IPM, não devendo, o mesmo, ser remetido à Auditoria competente ou a qualquer outro órgão de Julgamento, antes da autorização dêste Encarregado de IPM. Rio de Janeiro, GB., 21 de setembro de 1964. Ass. General-de-Exército Hugo Panasco Alvim.

ORGANIZAÇÃO DO IPM 709

CHEFE — Coronel FERDINANDO DE CARVALHO
ASSISTENTE — Major PAULO CESAR CHAVES DE
AMARANTE

1. SEÇÃO DE JUSTIÇA :

Major JAIRO LERY SANTOS
2º Sgt ANTONIO FERREIRA

2. SEÇÃO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES :

Major CESÁRIO CORRÊA DE ARRUDA FILHO
Major PAULO MACHADO DE LACERDA
Major LUIZ GONZAGA COSTA DE ARAÚJO
Capitão ERI MAIA GONÇALVES
Capitão BERNARDINO NAZARETH MACHADO DE
SOUZA
Capitão TIBURCIO GERALDO ALVES RIBEIRO
Capitão ADILSON FALCÃO DA MOTA
2.º Sgt OSMIR FAUSTO DA FONSECA
2.º Sgt AIRTON DOS SANTOS RIBEIRO
3.º Sgt WALTER LUIZ BONFIM

3. SEÇÃO DE DEPOIMENTOS :

Capitão DARCI CARMEN DE DAVID
3.º Sgt ROBERTO TELLES DA SILVA
Sr. FRANCISCO DE ASSIS LIMA

4. SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO :

Capitão HILTON DA ROCHA VILLARINHO

1.º Sgt HUMBERTO JOSÉ BARBOSA

2.º Sgt GERALDO ALVES DE SOUZA

2.º Sgt ADALBERTO CASAS MENDONÇA

2.º Sgt JOSUÉ CASADO DA SILVA

AGRADECIMENTO

DESEJO AGRADECER A TODOS OS QUE COOPERARAM COM ÊSTE IPM E TORNARAM POSSÍVEL O DESEMPENHO DESSA ÁRDUA MISSÃO.

MILHARES DE PESSOAS EM TODO O PAÍS DERAM SEU APOIO EXPONTÂNEO E EFICIENTE, MOVIDAS PELOS MAIS DIGNOS E PATRIÓTICOS IMPULSOS.

QUE TODO ÊSSE ESFÔRÇO REDUNDE EM BENEFÍCIO À CAUSA DA DEMOCRACIA, DE UMA DEMOCRACIA QUE PROPICIE AO POVO AQUILO QUE O COMUNISMO OFERECE APENAS PARA ENGANÁ-LO.

FERDINANDO DE CARVALHO
CEL

INTRODUÇÃO

Objetivo :

A Introdução do Relatório tem por objetivo ambientar os julgadores, as autoridades e os leitores em geral no problema comunista brasileiro, sua vinculação internacional e os principais aspectos de sua correlação criminal de suas atividades atentatórias às bases do sistema político e social vigente e às instituições nacionais.

Não se poderia bem compreender, nem julgar êsse processo, sem deformações, nem exageros em todos os sentidos, se não houver um conhecimento adequado dos fundamentos do problema, de suas reais proporções e possibilidades.

Quando se trata de comunismo no Brasil, como em qualquer outra parte do mundo, inúmeras pessoas são levadas, por conveniência ou comodismo, a duas grandes linhas de julgamento, igualmente simplistas: ou minimizam, desprezam e subestimam o perigo, ou o exageram e ampliam desmedidamente.

Julgam uns que o comunismo é uma doença social que medra na miséria e na ignorância. Outros acham que o comunismo é a meta de uma tendência evolutiva da humanidade em demanda da Justiça Social e da liberdade.

Em geral tôdas essas conceituações são deformadas. O comunismo, como instrumento que é da subversão, já é subvertido em seu próprio entendimento.

O comunismo *não* é um produto da miséria e da ignorância. Há comunistas riquíssimos. A maior parte da população miserável, por outro lado, no mundo inteiro, não é comunista. Existe um número fabuloso de

intelectuais comunistas. Pode-se afirmar, inclusive, que a compreensão do comunismo exige um estágio intelectual superior. O comunismo é uma ideologia complexa em seus fundamentos filosóficos. Para proporcionar o conhecimento do comunismo, os Partidos Comunistas mantêm um sistema educacional desenvolvido e atuante. Assim o comunismo não pode ser um produto da ignorância.

O que se pode concluir de mais paradoxal e interessante sobre a natureza do comunismo, que aliás não existe ainda em nenhum lugar do planêta, é que, combatendo o idealismo, o comunismo é no fundo uma conjuntura idealizada. E, além disso, apesar de ser essencialmente uma doutrina materialista, o comunismo se implanta no espírito de seus adeptos como verdadeira religião, com todos os seus dogmas, preconceitos e rituais.

Por essas razões não se pode penetrar abruptamente em um Inquérito Policial Militar sobre atividades subversivas de uma organização comunista, sem ter uma idéia, mais ou menos sólida, a respeito desse problema. É a dar esse panorama idéia geral que se propõe a presente Introdução.

Resumo :

1. As atividades do Partido Comunista Brasileiro e das organizações correlatas como PC do B, POLOP, PORT e outras, estão enquadradas em um movimento amplo e global, denominado Movimento Comunista ou Proletário Mundial que se guia segundo os princípios do Internacionalismo Proletário Marxista-Leninista.

Assim sendo, para se compreender as atividades do PCB, torna-se necessário, além de examinar as bases doutrinárias dessa organização, atentar para as suas vinculações internacionais, discernindo-as através de suas características, de seus indícios, de suas conseqüências, e verificar as repercussões dessas atividades no panorama político, social e econômico do País.

2. As atividades gerais do Partido Comunista Brasileiro, como as de qualquer outro, grupam-se em cinco grandes ramos, assim denominados para seguir a própria nomenclatura usada pelos marxistas-leninistas:

- Construção;
- Infiltração;
- Agitação e propaganda;
- Movimento de massas; e
- Ação violenta.

A *construção* tem em vista formar o instrumento de ação que é o Partido. Este por meio da *infiltração* penetra nos órgãos e instituições da vida nacional e se coloca em condições de agir. Em seguida, através de *agitação e propaganda*, mobiliza e reúne as massas em torno de motivos de atração hábilmente explorados. Essas massas ficam então em condições de serem conduzidas com oportunidade, para a realização ou a ameaça de *movimentações* de vulto diversificado. A *ação violenta* é o estágio final das possibilidades partidárias para a solução de situações em que o Partido encara como fator de sucesso o argumento da força.

Essas atividades se distribuem, na crônica nos acontecimentos, segundo formas não esquematizadas, independentes de sucessões cronológicas ou previsões. Há necessidade de conhecê-las de modo cabal.

3. A presente introdução analisa êsses pontos e focaliza, para complementá-los, determinados aspectos peculiares das atividades do PCB.

4. A Introdução encontra-se assim desdobrada:

1.^a PARTE — O COMUNISMO NO BRASIL

2.^a PARTE — AS ATIVIDADES COMUNISTAS NO BRASIL

3.^a PARTE — ASPECTOS ESPECIAIS DAS ATIVIDADES DO PCB

4.^a PARTE — ORGANIZAÇÃO DO PCB

5.^a PARTE — A DOCUMENTAÇÃO DE LUIZ CARLOS PRESTES

6.^a PARTE — O IPM 709

1.^a PARTE — O COMUNISMO NO BRASIL

Objetivo :

Sob o título de O COMUNISMO NO BRASIL, visa o presente trabalho a dar aos leitores uma visão panorâmica do problema comunista em nosso País, focalizando particularmente as suas vinculações internacionais e a sua influência na vida nacional.

O texto é assim geral e independente, mas constitui uma base sem a qual a compreensão do IPM se torna extremamente falha. A sua leitura é, por conseguinte, imprescindível para todos aqueles que desejarem formular uma concepção justa e indeformada do fenômeno.

Constitui a essência da consulta de numerosas obras e de documentação volumosa, geralmente indisponível pelos que não têm acesso aos arquivos da Justiça, das Forças Armadas e dos Órgãos de Segurança.

Resumo :

1. A ideologia comunista assenta-se principalmente nas concepções de Marx, Engels e Lenine. Êste último foi o grande gênio realizador das teorias formuladas pelos primeiros que se basearam particularmente nos trabalhos de Hegel, Feuerbach e dos filósofos franceses.

Como o Comunismo constitui a meta de um processo social e econômico, seus criadores imaginaram uma etapa intermediária que é a *ditadura do proletariado*, considerado como a classe revolucionária por excelência.

Os comunistas julgam que o capitalismo está condenado à falência e à destruição pelas forças e contradições criadas como decorrência de sua própria evolução.

Para dar forma concreta às concepções comunistas, os seus teorizadores foram obrigados a engendrar novas fórmulas éticas que subvertem a tradição, em geral padrões de moral essencialmente objetivos e utilitários. A moral comunista se assenta na idéia da construção de uma nova sociedade pela destruição completa da anterior.

O instrumento para a implantação do Comunismo, concebido principalmente por Lenine, foi um Partido de caráter internacional capaz de liderar a mobilização e a movimentação das massas sociais e empreender a destruição do regime capitalista. Para isso o Partido Comunista se utiliza da infiltração, da agitação e propaganda e da ação violenta.

2. O internacionalismo proletário foi criado como elemento essencial para a vitória contra o capitalismo que os comunistas condenam como sendo também um instrumento de exploração e de escravidão internacional. Esse movimento é atualmente liderado pela União Soviética. Já se começa a formar, entretanto, os primeiros sintomas de rivalidade interna, evidenciado sobretudo na crescente importância do Partido Comunista Chinês, cujas divergências com a Rússia se tornaram evidentes, a partir da morte de Stalin e da ascensão de Kruschov.

3. O Partido Comunista Brasileiro (até 1961 chamado Partido Comunista do Brasil) foi fundado em 1922 e desde logo se filiou ao Movimento Proletário Internacional.

Após uma insurreição fracassada em 1935, o Partido conseguiu um período de legalidade como decorrência da aliança das democracias com a URSS, durante a Segunda Guerra Mundial. Mas logo depois, em 1947, foi pôsto na ilegalidade em virtude de suas atividades subversivas. A partir de então, trabalhou sempre

na clandestinidade. Adotando os processos Guerra Revolucionária, o Partido obteve crescentes êxitos, até que as situações explosivas criadas no governo de João Goulart determinaram a reação revolucionária de 31 de março que se propôs a deter o processo vertiginoso da socialização e comunização do País.

4. A ação do PCB se exerce em todos os setores da vida nacional, graças a uma organização que, embora clandestina e ilegal, é mantida pelo Partido, com a conivência e o incentivo de inúmeros aliados permanentes ou temporários.

Essa organização, provada em numerosos países, seguindo modelo internacional, obedece a uma disciplina rigorosa e segue diretivas assentadas em uma linha política determinada como elemento tático de uma estratégia geral e global.

5. A linha política do PCB não é rígida. Segue principalmente as flutuações da linha política do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), considerado como tutor de tôdas as agremiações nacionais. Daí decorrem certas mutações, nem sempre perfeitamente adequadas ao ambiente nacional, embora se observe um grande esforço dos líderes partidários em associar essas condições. A mudança da linha política do PCUS após a morte de Stalin determinou, por exemplo, uma evolução na orientação do PCB, criando divergências que acabaram por dar origem a uma bipartição do movimento comunista em dois Partidos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), mais numeroso e importante, e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), constituído pelos elementos divergentes.

6. De qualquer sorte, a ação do Partido Comunista exerce grande influência na política nacional, liderando movimentos de caráter amplo, associando-se a políticos oportunistas, impondo determinadas concessões à custa de pressão política e de movimentação de massas mobilizadas para reivindicações, mas, tudo isto,

orientado sobre os objetivos profundos da vitória socialista e de implantação de uma nova ordem política e social no País.

7. A presente Parte é desdobrada do modo seguinte:

CAPÍTULO I — AS BASES IDEOLÓGICAS

CAPÍTULO II — O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

CAPÍTULO III — SÍNTESE HISTÓRICA DO PARTIDO COMUNISTA

CAPÍTULO IV — CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AÇÃO COMUNISTA

CAPÍTULO V — EVOLUÇÃO DA LINHA POLÍTICA

CAPÍTULO VI — O PCB E A POLÍTICA NACIONAL

CAPÍTULO I

AS BASES IDEOLÓGICAS

A moderna ideologia comunista assenta-se nas concepções de Marx e Engels, cuja obra é considerada, por seus seguidores, como o manancial cristalino da verdade pura e indiscutível. Lenine foi, entretanto, o grande intérprete, o genial realizador. Foi êle quem deu forma e sentido prático às teorias revolucionárias e criou o movimento comunista internacional que conduz a transformação social bolchevista a todos os recantos do globo. Foi êle que engrendrou essa máquina terrível e potente de penetração política, essa organização capaz de orientar, como um verdadeiro centro de comando, a imensa rêde de núcleos ideológicos implantados em quase tôdas as instituições e setores e atividades da maioria das nações: o Partio Comunista. Por isso a doutrina comunista recebeu o epíteto de marxista-leninista.

Mas, o que pretende oferecer o Comunismo à humanidade? Existirá realmente Comunismo de Marx e Engels em alguma parte do Planêta?... Quais as condições e possibilidades de sua implantação efetiva?

O programa do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) registra a seguinte definição:

“O Comunismo é um sistema social sem classes, com uma forma de propriedade pública dos meios de produção e igualdade absoluta de todos os membros da sociedade; sob êle o desenvolvimento completo do povo será acompanhado pelo crescimento das fôrças produtoras, através do progresso contí-

nuo na ciência e na tecnologia; tôdas as fontes de riqueza social jorrarão mais abundantemente e será realizado o grande princípio: “De cada um conforme sua capacidade e a cada um conforme suas necessidades”. O Comunismo é uma sociedade altamente organizada de trabalhadores livres e conscientes, na qual a autogestão social será estabelecida, onde o trabalho para o bem da sociedade tornar-se-á uma exigência vital de cada um, uma necessidade reconhecida por todos, e a capacidade de cada pessoa será utilizada para o maior benefício do povo.” (1)

Propõe-se destarte o Comunismo a assegurar a felicidade integral da sociedade humana pela extinção completa de todos os fatores de atritos e tensões coletivas, como sejam: os privilégios e desigualdades sociais, as classes, a propriedade privada, a riqueza individual e os meios estatais de compulsão legal. O Estado, considerado instrumento de imposição de classes dominantes, desaparecerá. O indivíduo atuará sob impulsos conscientes dirigidos por uma educação apurada. Não haverá razões para rivalidades ou ambições. A guerra será proscrita. Todos os homens trabalharão entusiasmados, produzindo o que puderem para que os outros homens tenham tudo o que necessitarem. A lei da oferta e da procura será substituída por um planejamento econômico capaz de conciliar adequadamente tôdas as possibilidades e necessidades. A família individual será uma instituição em progressiva decadência. A religião não poderá subsistir face ao conceito essencialmente materialista da vida social. O amor libertar-se-á dos preconceitos e a conduta dos homens governar-se-á por meio de regras implantadas sob a inspiração do interesse coletivo.

Essa é a meta final. Esse é o quadro supremo que o Comunismo apresenta para atrair a ilusão dos incautos, o devaneio dos sonhadores e a ambição dos espertos.

Na realidade, não existe, nem existirá jamais, nada semelhante, em qualquer parte do mundo. O que encontramos, em todos os países socialistas, em “marcha

para o comunismo”, são ditaduras poderosas e opressoras que negam a seus próprios povos os direitos essenciais da condição humana.

Os comunistas proclamam que atingirão a felicidade social, eliminando as bases tradicionais das instituições, cujo aperfeiçoamento balisaram, durante séculos, o progresso da civilização: a família individual, a religião, a propriedade privada, o Estado e a Democracia.

Engels realizou um elaborado estudo para demonstrar, à luz da evolução histórica, a tendência de modificação total dos conceitos de família, de propriedade privada e de Estado. Diz êle:

“Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica converter-se-á em assunto social, como, igualmente, os cuidados com as crianças e a sua educação. A sociedade cuidará, com o mesmo empenho, de todos os filhos, sejam legítimos ou naturais. Desaparecerá, assim, o temor das “consequências”, que é hoje o mais importante motivo social — tanto do ponto-de-vista moral, como do ponto-de-vista econômico — que impede uma jovem solteira de se entregar livremente ao homem que ama.” (2)

Engels prevê o desaparecimento da indissolubilidade do matrimônio que julga ser um conceito exagerado pela religião.

O Estado é considerado, pelos teorizadores do Comunismo, como uma instituição destinada a conter os antagonismos das classes e a assegurar a hegemonia de uma classe privilegiada. Declara Engels, em remate a uma análise profunda:

“O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e realidade da razão”, como afirma Hegel.

É antes um produto da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas, para que êsses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Êste poder, nascido da sociedade, mas pôsto acima dela e dela se distanciando cada vez mais é o Estado". (3)

Lenine reafirma cabalmente essa interpretação:

"O Estado é o produto e a manifestação do fato de que as contradições de classe são inconciliáveis. O Estado surge, no momento e na medida em que, objetivamente, as contradições de classe não podem conciliar-se. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis." (4)

"Segundo Marx, o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legaliza e fortalece esta opressão diminuindo o conflito das classes. Segundo a opinião dos políticos pequenos-burgueses, a ordem é precisamente a conciliação das classes, e não a opressão de uma classe por outra; moderar o conflito é conciliar e não retirar certos meios e processos de combate às classes oprimidas em luta pela derrubada dos opressores." (5)

A implantação do Comunismo exclui a existência do Estado que deve ser suprimido, conjuntamente com todas as instituições em que se apóia ou que engendré.

Essa concepção é básica, uma vez que pretende o comunismo eliminar a opressão de uma classe sobre outras, e só o comunismo, no dizer de Lenine, é capaz de fazê-lo:

“Enfim, somente o comunismo torna o Estado absolutamente supérfluo, porque não há *ninguém* a reprimir, “*ninguém*” no sentido de classe, no sentido de luta sistemática contra uma parte determinada da população.” (6)

A supressão do Estado que nos pode parecer uma aberração ou uma utopia inatingível, é encarada pelos fundadores da doutrina como um fato indeclinável da evolução da sociedade humana, dentro de um racionalismo científico. Engels escreveu:

“Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem êle, não tiveram a menor noção de Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, esta divisão tornou o Estado uma necessidade. Estamos agora nos aproximando, com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à produção mesma. As classes vão desaparecer e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparece inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: ao museu das antiguidades, ao lado da roda de fiar e do machado de bronze.” (7)

Com o desaparecimento do Estado, serão extintas as forças de imposição legal denominadas burguesas. As

Fôrças Armadas serão constituídas de milícias populares, sem grande expressão. Essa metamorfose impressionante da sociedade é concebida, pelos teóricos do comunismo, através de estágios intermediários, nos quais as instituições atuais serão devidamente aproveitadas no que propiciarem essa transformação. Mas, o que consideram como essencial e indispensável para êsse objetivo é a derrubada e o aniquilamento da classe burguesa, através da mobilização do proletariado e a conquista do poder por essa nova fôrça. São de Lenine os seguintes excertos:

“O Estado é a organização especial de um poder; é a organização da violência destinada a esmagar uma certa classe. Qual é então a classe que o proletariado deve esmagar? Evidentemente apenas as classes dos exploradores, quer dizer a burguesia. Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para reprimir a resistência dos exploradores: ora, somente o proletariado pode dirigir esta repressão, realizá-la praticamente, enquanto única classe revolucionária até o fim, única classe capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia, a fim de expulsá-la totalmente do poder.” (8)

“O domínio da burguesia só pode ser derrubado pelo proletariado, classe distinta cujas condições econômicas de existência preparam para esta derrubada, e à qual elas oferecem a possibilidade e a fôrça de realizá-la. Enquanto a burguesia fraciona e dissemina o compesinato e tôdas as camadas pequenos-burgueses, ela agrupa, une e organiza o proletariado.” (9)

O domínio da burguesia pelo proletariado caracteriza, por conseguinte, uma etapa fundamental da marcha para o comunismo. Então, para eliminar as classes, os comunistas prevêem a conquista do poder por uma dessas classes que passaria a eliminar as demais, até sua

extinção completa. Segundo Lenine, só o proletariado, numeroso e descontente, poderia empreender essa obra. O proletariado deve, por conseguinte, empolgar à força do Estado e estabelecer-se em uma ditadura, capaz de eliminar a burguesia e depois o que resta do Estado, em uma autofagia impressionante. Escreve ainda Lenine:

“A burguesia não pode ser derrubada se o proletariado não se transforma em *classe dominante* capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da burguesia, e de organizar *tôdas* as massas trabalhadoras e exploradas para um nôvo regime econômico”. (10)

“O proletariado tem necessidade do poder do Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência, tanto para reprimir a resistência de todos os exploradores como para *dirigir* a grande massa da população — cam-pesinato, pequena burguesia semiproletários — na “instalação” da economia socialista”. (11)

Lenine considera a ditadura do proletariado como a essência da dinâmica da transmutação social:

“A passagem do capitalismo ao comunismo não pode evidentemente deixar de fornecer uma grande abundância e diversidade de formas políticas, mas sua essência será necessariamente uma só: *a ditadura do proletariado*.” (12)

O papel e a ação dessa ditadura para a eliminação do Estado tem aspectos verdadeiramente chocantes, mas, segundo Marx: “A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais da propriedade; nada de estranho, portanto, que no curso de seu desenvolvimento, rompa, de modo mais radical, com as idéias tradicionais.” E, logo a seguir, descreve Marx em seu “Manifesto Comunista”:

“O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas.”

“Isto naturalmente só poderá realizar-se, a princípio por uma violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção.” (13)

Para exercer em plenitude a sua ação ditatorial, o proletariado, segundo Lenine, deverá liquidar as duas instituições mais características do Estado burguês: a burocracia e o exército permanente:

“A burocracia e o exército permanente são “parasitas” sobre o corpo da sociedade burguesa, parasitas engendrados pelas contradições internas que dilaceram esta sociedade, mas mais exatamente parasitas que “tapam” seus poros vitais.” (14)

O direito vigente terá que ser aproveitado parcialmente. É uma imposição da fase transitória da eliminação da burguesia. Lenine esclarece esse ponto em vários trechos:

“Assim, na primeira fase da sociedade comunista (habitualmente chamada socialismo), o “direito burguês” é abolido, *não* completamente, mas somente em parte, somente na medida em que a revolução econômica foi feita, isto é, no que diz respeito apenas aos meios de produção. O “*direito bur-*

guês reconhece sua propriedade privada aos indivíduos. O socialismo faz dêles propriedade *comum*. É nesta *medida*, que o “direito burguês” foi abolido.” (15)

“Isto é um “inconveniente”, diz Marx; mas é inevitável na primeira fase do comunismo, porque não se pode, sem cair na utopia, pensar que depois de liquidar o capitalismo os homens aprendem ao mesmo tempo a trabalhar para a sociedade *sem normas jurídicas de qualquer espécie*; ademais, a abolição do capitalismo *não fornece de uma só vez* as premissas econômicas para uma *tal* transformação.” (16)

“Em sua primeira fase, em seu primeiro grau, o comunismo ainda *não* pode, do ponto de vista econômico, estar completamente maduro, completamente livre das tradições ou dos vestígios do capitalismo. Daí êste fenômeno interessante que é a manutenção do “*horizonte* estreito do direito *burguês*” no regime comunista em sua primeira fase. Naturalmente, o direito burguês, no que diz respeito à repartição dos objetos de *consumo*, supõe necessariamente um *Estado burguês*, porque o direito nada é sem um aparelho capaz de *constranger* à observação de suas regras do direito.” (17)

Todavia, conservando as normas jurídicas indispensáveis, estabelecendo uma ditadura baseada na força do proletariado, a sociedade comunista não se desfaz imediatamente do “Estado burguês”, dêle se aproveitando para submeter tôdas as classes a um processo de dissolução intransigente. Lenine confessa-o claramente:

“Segue-se que sob o comunismo, subsiste, durante um certo tempo, não sòmente o direito burguês, como também o Estado burguês — sem *burguesia*”. (18)

Temos aí, então, o retrato do sistema comunista: uma ditadura violenta e destruidora. Não interessa ao comunismo a conciliação das classes, através de um equilíbrio racional de direitos e deveres. Interessa a destruição das classes sob a tutela da classe que se diz mais revolucionária e oprimida e que se vingaria assim, de maneira cabal e irrecorrível. Não interessa ao comunismo o aperfeiçoamento das relações sociais para que os homens possam desfrutar integralmente dos direitos oferecidos por uma democracia plena. Interessa tornar os indivíduos submissos a um regime férreo sob o qual todos teriam a “liberdade” de trabalhar.

A democracia das nações livres é considerada como essencial aos objetivos comunistas porque as liberdades individuais e coletivas que assegura facilitam as manobras destinadas à implantação do comunismo. Mas apenas para isso é utilizada. Lenine escreve:

“A democracia tem uma importância considerável na luta que a classe operária trava contra os capitalistas para sua libertação. Mas a democracia não é de forma alguma um limite que não se poderia ultrapassar; ela não passa de uma etapa no caminho que leva do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo ao comunismo”. (19)

Após o estabelecimento do comunismo, a democracia será extinta como desnecessária. O motivo e o processo dessa eliminação foi descrito por Lenine:

“A democracia é uma forma de Estado, uma de suas variedades. É, portanto, como todo Estado, a aplicação organizada, sistemática de coerção aos homens. Isto, por um lado; mas, por outro lado, ela significa o reconhecimento oficial da igualdade entre os cidadãos, do direito igual para todos de determinar a forma do Estado e de administrá-lo. Segue-se, pois, que, a um certo grau do seu desenvolvimento a democracia de início une o proletariado, a classe revolucionária anti-capitalista, e lhe per-

mite quebrar, reduzir a migalhas, fazer desaparecer da face da terra a máquina estatal burguesa, seja burguesia republicana, exército permanente, polícia, burocracia, e... substituí-la por uma máquina estatal *mais* democrática (... mas que nem por isso deixa de ser uma máquina do Estado), sob a forma das massas operárias armadas e depois por todo o povo, participando maciçamente das milícias”.

“Aqui “a quantidade se transforma em qualidade”: chegado *êste* grau, o democratismo sai do marco da sociedade burguesa, e começa a evoluir para o socialismo. Se todos participam de fato da gestão do Estado, o capitalismo não se pode mais manter. O desenvolvimento do capitalismo cria, por sua vez, tôdas as *condições* necessárias para que “todos” possam participar na gestão do Estado. Estas condições são, entre outras, a instrução geral já realizada por vários países capitalistas mais avançados, depois a “educação e a formação na disciplina” de milhões de operários pelo aparelho socializado, imenso e complexo que são os correios, as estradas de ferro, as grande usinas e o grande comércio, os bancos, etc.” (20)

“Com tais condições *econômicas*, pode-se, depois de ter liquidado os capitalistas e os funcionários, substituí-los imediatamente, da noite para o dia, no que concerne ao *contrôle*, da produção e da repartição, no que concerne ao *registro* do trabalho e dos produtos pelos operários armados, por todo o povo armado.” (21)

“Quanto mais a democracia é completa, tanto mais se aproxima o momento em que ela se torna supérflua. Quanto mais democrático é o “Estado” constituído pelos operários armados o que “não é mais um Estado no sentido próprio do termo”, e

tanto mais depressa começa a desaparecer *todo* Estado.” (22)

Os conceitos de pátria e de nação serão transmutados pela sociedade comunista. Embora sejam as nações líderes do mundo comunista impregnadas de um espírito imperialista indisfarçável, os doutrinadores dessa ideologia procuram incutir nas demais nações, hipòcritamente, a idéia de que, diante da irmandade proletária, o conceito nacionalista perde a sua razão de ser. Marx declarou em seu “Manifesto”:

“Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como, porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e erigir-se em classes dirigentes da nação, torna-se êle mesmo a nação, êle é, nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burgues da palavra.

As demarcações e os antagonismo nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhes correspondem.

A supremacia do proletariado fará com que tais demarcações e antagonismos desapareçam ainda mais depressa. A ação comum do proletariado, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições para a sua emancipação.” (23)

Embora alardeiem os comunistas uma falsa disposição para o confronto entre o que oferecem e o que podem proporcionar os demais sistemas sociais, a realidade é a de que as bases da transformação radical que preconizam não lhes permitem a coexistência com tais sistemas. Dessa maneira, uma das condições essenciais da sobrevivência do comunismo seria a sua implantação em uma escala mundial que não proporcionasse aos in-

divíduos o conhecimento da existência, nem o direito de escolha de outra forma de vida social.

Como se explica então o conceito de “coexistência pacífica”, engendrado justamente pelos comunistas e por êles apregoados como uma oferta de paz generosa e condescendente? O que existe por detrás desta proposta aparentemente bem intencionada?

A doutrina da “coexistência pacífica” lançada por Krushov é um artifício destinado a ludibriar a boa fé das nações democráticas. Baseia-se na presunção de que o comunismo pode ser implantado através de processos pacíficos. Ao invés de “coexistência pacífica”, mais apropriadamente dever-se-ia denominar “conquista pacífica”.

Lenine havia declarado, entretanto, que a guerra entre o capitalismo e o comunismo era inevitável. Dizia textualmente:

“Não estamos vivendo num Estado simplesmente, mas num sistema de Estados; e é inconcebível que a república soviética continue a existir por muito tempo, lado a lado com os imperialistas. No final, um ou outro será vencedor. Entrementes, um grande número de terríveis embates entre a República Soviética e os Estados burgueses será inevitável.” (24)

Stalin disse no VI Congresso da Internacional Comunista:

“A União Soviética não tem ilusão quanto à possibilidade de uma paz duradoura... Guerras de ditadura proletária contra o capitalismo mundial são inevitáveis e revolucionárias...” (25)

O próprio Krushov confessa as razões táticas do princípio adotado:

“Nos países onde o capitalismo ainda é poderoso e tem à sua disposição uma enorme máquina

militar e policial, as forças reacionárias oferecerão, naturalmente, séria resistência. Nesses países, a transição para o socialismo será acompanhada por uma aguda e revolucionária luta de classes...”

“O Leninismo nos ensina que as classes dominantes não abrirão mão do seu poder voluntariamente. E o maior ou menor grau de intensidade que a luta possa assumir, o uso ou não-uso da violência na transição para o socialismo, depende da resistência dos exploradores...” (26)

Realmente Lenine havia dito:

“A necessidade de inculcar sistematicamente nas massas *esta* idéia — e precisamente esta — da revolução violenta está na base de *tôda* a doutrina de Marx e Engels.” (27)

“Sem revolução violenta, é impossível substituir o Estado burguês pelo Estado proletário. A supressão do Estado proletário, quer dizer a supressão total do Estado, só é possível pela via da “extinção”.

“Marx e Engels desenvolveram êstes pontos de vista de uma maneira detalhada e concreta, estudando cada situação revolucionária isoladamente, analisando os ensinamentos tirados da experiência de cada revolução. Chegamos a essa parte incontestavelmente a mais importante de sua doutrina.” (28)

O Manifesto emitido a 6 de dezembro de 1960, pelos dirigentes comunistas mundiais, reunidos em Moscou, declara:

“A coexistência pacífica dos Estados não implica em renúncia à luta de classes. A coexistência

de Estados de diferentes sistemas sociais é uma forma de luta entre o socialismo e o capitalismo.”

“Em condições de coexistência pacífica, são criadas oportunidades favoráveis para o desenvolvimento de lutas de classes nos países capitalistas e no movimento de libertação nacional dos povos dos países coloniais dependentes...”

“A coexistência pacífica de povos de diferentes sistemas sociais não significa conciliação das ideologias socialista e burguesa. Pelo contrário, implica na intensificação da luta da classe trabalhadora de todos os partidos comunistas pelo triunfo das idéias socialistas.” (29)

Observa-se destarte, que os comunistas, ao apre-goarem a doutrina da “Coexistência pacífica”, não colocam em discussão o ponto da expansão do comunismo em todo o mundo; apenas se propõem a conquistar êsse objetivo pacificamente, caso não haja reações a essa atitude...

A realidade dos fatos, as intenções ocultas por detrás da fachada enganosa da ação comunista, os artifícios sutis de um propósito expansionista e imperialista, tôda essa trama enfim de conceitos e preconceitos, em que se apóia êsse movimento internacional, criaram a necessidade de se definir, de modo claro e insofismável, o que é precisamente o comunismo. Aparecem assim definições como as seguintes:

“O comunismo (marxismo-leninismo) é a ideologia revolucionária e materialista, usada por seus adeptos, a fim de justificar seus esforços para apropriar-se do poder por todo e qualquer meio, com o fito de estabelecer à força uma ordem social totalitária universal.” (30)

“O comunismo é “um movimento integrado, centralizado, de âmbito mundial, baseado na ideo-

logia Marxista-Leninista, impelido pela máquina do Partido Comunista supra-nacional, insuflado pelos auxiliares do Partido, dominado e dirigido pela hierarquia governante do Partido Comunista e pelo Governo ditatorial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.” (31)

“O comunismo é um sistema de poder totalitário no qual uma casta burocrática e privilegiada, reunindo pela primeira vez no mundo moderno todos os instrumentos do poder nas mesmas mãos, possui ao mesmo tempo, os meios de produção e de troca e todos os meios de enquadramento político e cultural, dos quais se serve ditatorialmente.” (32)

Tôdas essas definições, como as apresentadas pelos partidários do movimento comunista, encerram as falhas de uma visão unilateral de um problema que deve ser compreendido em sua verdadeira expressão. Sem dúvida, é necessário perscrutar o conglomerado de idéias que caracterizam a sua filosofia, analisar a história de sua construção como uma doutrina teórica e como uma interpretação objetiva, sentir o significado dessa ideologia em relação aos anseios individuais e coletivos da sociedade moderna. Para defini-lo é preciso, antes de tudo, compreendê-lo.

Não tentaremos aqui, face aos objetivos nítidos de nosso trabalho, realizar a análise que se impõe para conceituar nitidamente o fenômeno. Procuraremos, entretanto, em traços muito rápidos, apresentar os aspectos gerais que mereceriam estudo mais aprofundado e completo.

1 — A filosofia do comunismo.

Os comunistas construíram um sistema filosófico, inteligentemente elaborado e desenvolvido, para explicar a sua doutrina de dominação mundial, unificar as suas ações e orientar os seus seguidores, imbuindo-os do sen-

timento ilusório da construção de um mundo mais feliz, para a qual todos os sacrifícios se justificam. Foram principalmente Marx e Engels que edificaram os alicerces doutrinários. Lenine interpretou e elevou as personalidades de Marx e Engels às culminâncias de uma apregoada infalibilidade e perfeição. Diz êle:

“O marxismo é o sistema das idéias e doutrina de Marx. Marx é o continuador e acabador genial das três correntes espirituais do século XX, que tiveram por bêrço, os três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês unido às idéias revolucionárias francesas em geral.” (33)

“Marx e Engels foram os primeiros a demonstrar em suas obras científicas que o socialismo não é uma invenção de sonhadores, mas a meta final e o resultado inevitável do desenvolvimento das forças produtivas dentro da sociedade contemporânea.” (34)

“A doutrina de Marx é todo poderosa porque é exata. É completa e harmônica dando aos homens uma concepção do mundo íntegra, intransigente como toda a superstição, com toda a reação e com toda a defesa da opressão burguesa.” (35)

Marx colheu em Feuerbach os elementos básicos para a elaboração do seu materialismo filosófico e associou-o à dialética de Hegel, engendrando o materialismo dialético. Segundo Engels, Feuerbach foi um materialista que “ficou na metade do caminho”. Por outro lado, Feuerbach não pretendia acabar com a religião, mas aperfeiçoá-la, e limitou a sua filosofia aos fenômenos da natureza, não a relacionou com fatos políticos e sociais. Realizava, todavia, uma grande evolução no materialismo mecanicista dos séculos XVII e XVIII. Considera que a natureza atuava por processos, não apenas

mecânicos, mas variados e que a religião era um produto ligado à imaginação humana. Não reconhecia, entretanto, as contradições do mundo objetivo.

“O materialismo de Feuerbach exerceu uma grande influência em Marx e Engels e os induziu a desprezar o idealismo hegeliano para se transformarem em renitentes materialistas. Mas, adotar a filosofia de Feuerbach, os fundadores do Marxismo não se contentaram com a natureza contemplativa e isolacionista dessa filosofia, no que respeita à luta pela vida. Marx e Engels estavam convencidos de que a maioria dos problemas filosóficos e sociais deviam ser resolvidos não no recesso dos estudos, mas na prática objetiva, na luta política e revolucionária.” (36)

Hegel, criador da moderna dialética, era, por outro lado, um idealista. A distinção entre o idealismo e o materialismo que a doutrina comunista considera como extremos irreconciliáveis reside no conceito sobre a posição do pensamento em relação à substância material da natureza. O Dr. Fred Schwarz apresenta-nos uma sugestiva explicação:

“A disputa entre materialistas e idealistas é tão antiga quanto a história do pensamento humano. Os filósofos da humanidade têm se repartido entre as duas correntes mestras do realismo e do idealismo. Os realistas sustentam que a matéria é a realidade derradeira. Os idealistas, por sua vez afirmam que só através da razão se conhece a matéria. Faça-se abstração da razão, que a matéria deixará, conseqüentemente, de existir. A realidade básica, por conseguinte, é a razão.

A simples pergunta a seguir é um modo bastante eficaz de distinguir entre realistas e racionalistas: as ondas do mar ao se chocarem com as areias na praia produzem ruído na ausência de alguém que as ouça? Os que afirmam que subsiste o

barulho das ondas quebrando na praia independentemente da presença de quem as escute, são materialistas. Os que acham que o barulho das ondas depende de audiência, são idealistas ou racionalistas. Os realistas ponderam que o barulho das ondas reside no movimento mesmo das águas. Os idealistas dizem que tal ruído é um conceito da inteligência resultante dos mecanismos sensoriais da percepção. Para os idealistas, pois, o bramir do mar é, na verdade, manifestação mental. É interessante observar que quando esta questão é proposta a audiências, os realistas superam os idealistas na proporção de três para um.” (37)

Os comunistas opõem ao idealismo a realidade das necessidades naturais. Consideram que o materialismo filosófico se deriva do materialismo espontâneo que surge naturalmente pela consideração dos fatos indiscutíveis da natureza, mas se esquecem que essas próprias concepções derivam da elaboração mental. Dizem eles:

“O materialismo espontâneo “de qualquer pessoa sadia, que não viva no hospício, ou que, na ciência, não comunga com os filósofos idealistas, — escreveu Lenine — consiste em que as coisas, o meio ambiente, o mundo existem independentemente de nossa sensação, de nossa consciência, de nosso Eu e do homem em geral.”

“Não se pode viver das próprias idéias e conceitos, alimentar-se com as próprias sensações, com os produtos da própria imaginação. Na prática, todas as pessoas sabem disso perfeitamente, inclusive os filósofos que criam doutrinas idealistas, nas quais a existências das coisas materiais é derivada das sensações, dos conceitos, das idéias. Mais de uma vez, eles devem reconhecer que vivem contrariando sua filosofia e que, se no mundo não existissem realmente coisas materiais, os homens morreriam de fome.” (38)

Os pioneiros do comunismo ampliaram o campo de ação do materialismo, aplicando-o ao conhecimento da evolução social, analisando e interpretando os fenômenos sociais sob um ângulo inteiramente revolucionário:

“Marx e Engels, pela primeira vez, estenderam o materialismo à compreensão da vida social e descobriram as forças motrizes materiais e as leis do desenvolvimento social, transformando assim a história da sociedade em ciência.

Finalmente, os fundadores do marxismo converteram a doutrina filosófica materialista — antes uma teoria abstrata — em um meio eficaz de transformação da sociedade, em arma ideológica da classe operária na sua luta pelo socialismo e o comunismo.” (39)

Fundindo as idéias materialistas, cientificamente elaboradas, com a dialética de Hegel, os precursores do comunismo realizaram o que julgavam ser a maior conquista da filosofia moderna, em matéria de lógica, ou seja a dialética materialista com a qual, possivelmente, nem Feuerbach, nem Hegel haviam sonhado. O socialismo extremista encontrou assim uma filosofia em que apoiou sólidamente a base de suas atividades universais:

“A dialética materialista marxista é a doutrina sobre o movimento e o desenvolvimento mais profunda, multilateral e rica em conteúdo. Ela constitui o resultado da história multissecular do conhecimento do mundo, a generalização do imenso material da prática social.

A dialética materialista e o materialismo filosófico estão indissolúvelmente ligados e se interpenetram, como dois aspectos da doutrina filosófica do marxismo, que constitui um todo único.

A diferença entre eles consiste em que, ao falar do materialismo filosófico marxista, salientamos as relações entre a matéria e a consciência, a concepção da matéria, a doutrina sobre a unidade

material do mundo, a análise das formas de existência da matéria, etc.; enquanto que, ao falar da dialética materialista, colocamos em primeiro plano a doutrina sobre a conexão universal e as leis do movimento e do desenvolvimento do mundo objetivo e seu reflexo na consciência do homem.” (40)

A dialética deu ao marxismo o caráter dinâmico que lhe é inerente como concepção universal do desenvolvimento. Marx se apropriou da doutrina hegeliana que se referia exclusivamente à evolução das idéias, para aplicá-la à evolução social. Dizia Marx que a dialética de Hegel estava de “cabeça para baixo” e que havia necessidade de “colocá-la de pé... Dessa maneira:

“Partindo do princípio da unidade material do mundo, os fundadores do marxismo passaram a considerar a dialética como a doutrina sobre a conexão universal, sobre as leis mais gerais do desenvolvimento de toda a realidade. Com isso, a dialética transformou-se, da doutrina idealista hegeliana sobre o movimento do pensamento, na doutrina materialista sobre as leis gerais do desenvolvimento do ser. A dialética do desenvolvimento de nossos conceitos (dialética-subjetiva) tornou-se, desse modo, o reflexo da dialética do desenvolvimento do próprio ser (dialética objetiva) no pensamento científico.

Cada ciência específica estuda as formas do movimento e as leis de diferentes esferas da realidade. A dialética é uma ciência particular: estuda as leis mais gerais de todas as espécies de movimento, transformação, desenvolvimento. A universalidade das leis da dialética consiste em que atuam na natureza e na sociedade, estando a elas subordinado o próprio pensamento.” (41)

Segundo a concepção comunista, a dialética marxista se manifesta através de um método de conhecimento e transformação universal e de três leis básicas.

O método dialético é caracterizado por três elementos que se observam em todas as fases da evolução das idéias e dos fatos materiais, inclusive da sociedade humana: a tese, conceituada como uma força de criação; a antítese, força de oposição que surge imediatamente, ao aparecimento da tese, e a síntese, que é o produto do choque entre a tese e a antítese, insuflado pelos antagonismos e contradições geradas nesse conflito.

O processo dialético é contínuo e interminável. A síntese transforma-se em uma tese, a qual provoca novo aparecimento de uma antítese, dando lugar, por sua vez, a um novo entrechoque do qual surgirá outra síntese e assim indefinidamente.

As leis fundamentais da dialética marxista são a lei da unidade e luta dos opostos, a lei da transição das modificações quantitativas em qualificativas e a lei da negação.

Foi Hegel quem formulou as leis básicas da dialética aplicada às idéias:

“Ele demonstrou que o desenvolvimento se realiza não em um círculo fechado, mas progressivamente, partindo das formas inferiores para as superiores, que no processo das alterações quantitativas dão lugar às qualitativas e que as contradições são a fonte desse desenvolvimento. Definiu ainda os conceitos básicos (categorias) da dialética e mostrou que são interconexos e intermutáveis.”
(42)

Marx e Engels divergiram de Hegel e condenaram o idealismo do grande filósofo alemão. Apropriaram-se, entretanto, de seu método e das Leis que descobriu, e engendraram o materialismo dialético, verdadeiro hibridismo filosófico.

Engels escreveu sobre a dialética:

“A dialética revela o caráter transitório de todas as coisas e em todas as coisas, nada pode perdurar diante dela, exceto o seu processo ininter-

rupto de metamorfose e a sua ascensão interminável do mais baixo para o mais alto.” (43)

Segundo a Lei de Unidade de Luta dos Opostos, todos os objetos, fenômenos e idéias da vida real possuem aspectos contraditórios, indissolúvelmente ligados, de cujo conflito nasce o aperfeiçoamento.

Os marxistas aplicam essa lei ao desenvolvimento social. As contradições, particularmente entre os meios e as relações de produção devem ser consideradas como a maior fonte de contradições, das quais se origina a luta de classes que provoca a revolução social.

“E assim, os objetos e fenômenos têm lados opostos que representam a unidade dos opostos. Estes não coexistem meramente, mas se encontram em constante luta e contradição. A luta dos opostos é o conteúdo intrínseco, a fonte do desenvolvimento da realidade.” (44)

As contradições sociais podem ser internas ou externas, antagônicas ou não antagônicas. Os comunistas chamam contradições antagônicas as existentes entre grupos sociais irreconciliáveis.

A segunda lei da dialética estabelece que as alterações simplesmente quantitativas, após uma certa extensão do processo de desenvolvimento, provocam alterações qualitativas. Esse fenômeno se aplica tanto às mudanças científicas, como às sociais. As alterações quantitativas são, em geral, de natureza contínua e lenta, enquanto as qualitativas são de caráter essencialmente descontínuo.

A Lei da Negação, conforme escreveu Marx reza que, nenhum desenvolvimento pode originar-se, em qualquer esfera, a menos que negue as velhas formas de existência”. Os comunistas aplicam essa lei à ordem social dizendo que, assim como o capitalismo foi a negação do feudalismo, o comunismo é a negação do capitalismo. Ensinam, entretanto, que as novas formas re-

têm e desenvolvem os aspectos positivos das velhas formas.

Baseados nesses conceitos dialéticos, os teorizadores do Marxismo estabeleceram a sua compreensão unificada dos fenômenos sociais e, aplicando esta lógica ao processo da História, edificaram o denominado materialismo histórico, essencialmente fundado nas relações econômicas e na compreensão dos fenômenos como resultantes da luta de classes.

Diz assim Afanasyev:

“O desenvolvimento da produção é uma necessidade objetiva, uma lei da vida social. A história da sociedade é o desenvolvimento dentro de certas leis da produção social, é o processo necessário da substituição dos modos de produção antigos por outros mais aperfeiçoados.” (45)

A compreensão da História dentro dos padrões do materialismo dialético constitui uma verdadeira revolução. Os comunistas apregoam ter sido criada dessa maneira a teoria científica do desenvolvimento social.

“A reviravolta, executada por Marx e Engels na ciência social, expressou-se, antes de tudo, em que eles demonstraram a inexistência na sociedade de quaisquer misteriosas forças transcendentais, demonstraram que os próprios homens são os criadores da sua história. Foi vibrado, assim, golpe mortal em todo o gênero de concepções místicas sobre a sociedade e indicado o caminho para a concepção da história como processo natural, que não exige nenhuma intervenção do além.

Por outro lado, o marxismo estabeleceu que os homens não criam a sua história arbitrariamente, mas na base das condições objetivas, materiais, que herdaram das gerações passadas. Foi vibrado, assim, golpe mortal no voluntarismo e no subjetivismo e indicado o caminho para a concepção da história como processo regido por leis.” (46)

As forças e as relações de produção estabelecem a dinâmica da História, que se desenvolve sobre elementos objetivos denominados a base e a superestrutura sociais.

“O estado das forças produtivas determina, como vimos, o caráter das relações de produção entre os homens, isto é, o regime econômico da sociedade. Este regime econômico, por sua vez, representa a base, sobre a qual surgem variadas relações sociais, idéias e instituições. As idéias sociais (políticas, jurídicas, filosóficas, religiosas, etc.), as instituições e organizações (o Estado, a Igreja, os partidos políticos, etc), que surgem sobre determinada base, formam a superestrutura da sociedade. A teoria da base e da superestrutura explica de que forma o modo de produção determina, em última instância, todos os aspectos da vida social, e demonstra a ligação entre as relações econômico-sociais e todas as outras relações de uma sociedade dada.

Cada sociedade historicamente determinada tem sua base específica e a superestrutura, que lhe é correspondente.” (47)

Segundo essa concepção a História compreende uma sucessão de formas econômico-sociais bem caracterizadas, cada uma constituindo uma evolução da anterior e sendo atingida através de um processo de características revolucionárias.

A primeira etapa social é o regime comunitário primitivo:

“Historicamente, o regime comunitário primitivo foi a primeira forma de sociedade, que surgiu depois que o homem, ao adquirir, num longo processo de trabalho, as qualidades que o distingue de todos os outros seres vivos, separou-se do mundo animal.

Os instrumentos de trabalho, de que dispunha a humanidade nos graus iniciais do regime comu-

nitário primitivo, eram os mais primitivos: o cacetê, o machado de pedra, a faca de sílex, a lança com ponta de pedra, sendo inventados mais tarde o arco e a flecha. A única força motriz, empregada naquela época, era a força muscular do homem". (48)

A êsse regime sucedeu, como decorrência do progresso dos instrumentos de trabalho, a forma social que os comunistas denominam de regime escravista:

"O fundamento das relações de produção dêste regime é a propriedade privada dos escravistas não somente no que se refere aos meios e produção mas também aos próprios trabalhadores, os escravos. A propriedade do escravista, sobre os escravos e sobre tudo o que êles produziam, era determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas daquela época. Êste nível era bastante elevado para que surgisse a possibilidade de exploração dos trabalhadores." (49)

Enfraquecido pelas insurreições e pelas invasões bárbaras, a ordem escravista foi substituída pelo regime feudal:

"O fundamento das relações de produção dêste regime é constituído pela propriedade dos senhores feudais sobre os meios de produção, em primeiro lugar, sobre a terra (o próprio conceito de feudalismo procede da palavra latina feudo, como eram chamadas as terras outorgadas pelos reis aos seus familiares, que se obrigavam, em troca, a servir na guerra). Os camponeses dependiam dos senhores feudais que tinham direito ao trabalho dos camponeses, que eram vinculados à terra e obrigados a cumprir serviços em benefício dos seus senhores.

Na sociedade feudal, existia também a propriedade dos camponeses e dos artesãos sobre a sua

economia pessoal. O camponês servo tinha sua parcela de terra, sua economia pessoal, cujos produtos, uma vez cumpridos os serviços em benefício do senhor feudal, ficavam à sua disposição.” (50)

A burguesia foi a classe que, dotada de novos meios de produção procurou libertar-se da opressão dos senhores feudais e através das revoluções do século XVIII transformaram a sociedade feudalista e fundaram o regime capitalista:

“As relações de produção do capitalismo abriram amplas possibilidades para o desenvolvimento das forças produtivas. Surge e cresce, a ritmos rápidos, a grande produção mecânica, baseada na utilização de forças tão poderosas da natureza, como o vapor e, em seguida, a eletricidade, e na ampla aplicação da ciência ao processo de produção. O capitalismo levou a efeito a divisão do trabalho não somente dentro de países isolados, mas também entre os países, criando, com isto, o mercado mundial, e, em seguida, o sistema mundial de economia.” (51)

Os pensadores comunistas extrapolam sobre esse processo evolutivo e consideram que o regime socialista representa uma nova etapa da evolução social na marcha para a meta final: o socialismo:

“No fundamento do modo socialista de produção se encontra a propriedade social dos meios de produção. Daí porque as relações e produção da sociedade socialista são relações de colaboração e de ajuda mútua entre trabalhadores livres de exploração. Tais relações correspondem ao caráter das forças produtivas: o caráter social da produção é reforçado pela propriedade social dos meios de produção.” (52)

A evolução histórica é, para os marxistas uma decorrência do permanente conflito de classes. É interessante destacar, conseqüentemente, o conceito de classe:

“No trabalho “Uma Grande Iniciativa”, Lenine deu a mais completa definição do que são as classes: “Denominam-se classes, grandes grupos de homens, que se diferenciam pelo seu lugar num sistema da produção social historicamente determinado, pela sua relação (em maior parte fixada e formalizada nas leis) para com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho, e, por conseguinte, pelos modos de obtenção e pela proporção da parte da riqueza social, de que dispõem. As classes são grupos tais de homens, dos quais um pode se apropriar do trabalho do outro, em virtude da diferença do seu lugar numa determinada formação de economia social”. (53)

Para situar o conceito de classe perante o conceito de nação, dentro dos quadros da doutrina marxista, vejamos o que entendem os comunistas por nação. Stalin escreve:

“Nação é uma comunidade estável, historicamente formada, que tem sua origem na comunidade de língua, de território, de vida econômica e de conformação psíquica que se manifesta na cultura comum.” (54)

Para os comunistas o conceito de classe tem caráter internacional e supranacional. Por isso colocam a solidariedade da classe acima dos interesses nacionalistas e, para justificá-lo, procuram apresentar os capitalistas como uma classe única, universal, ligada pelo anseio de exploração do proletariado. Assim, argumentam:

“A comunidade nacional não pode suprimir as diferenças de classe dentro da nação. Pelo contrário, estas diferenças penetram toda a sua vida e a cindem em partes hostis. A comunidade na-

cional, desta maneira, não apenas não exclui o antagonismo de classe, como, sem levá-lo em conta, não poderá ser corretamente compreendido o próprio movimento nacional.

Por outro lado, a solidariedade de classe ultrapassa os marcos da nação isolada. Os capitalistas norte-americanos, alemães, franceses, falam línguas diferentes. Mas todos são aproximados entre si pelo fato de que pertencem à mesma classe e isto os une estreitamente contra o socialismo, o movimento operário e a luta de libertação nacional dos povos coloniais. Exatamente da mesma maneira, os operários pertencem a variadas nacionalidades e raças, mas permanecem, em primeiro lugar, proletários, o que determina a comunidade dos seus interesses internacionais, dos seus fins e de sua ideologia, diante do que passam para segundo plano as outras diferenças. Os operários conscientes, compreendendo que a discórdia e o isolamento nacionais prejudicam os interesses internacionais da classe operária, conduzem a luta contra quaisquer formas de discriminação nacional ou racial.” (55)

Para os comunistas existem fundamentalmente duas classes: os capitalistas ou a burguesia e os assalariados ou proletariado. A burguesia é constituída pelos proprietário dos meios principais de produção. Consideram êles essa classe como a dominante, a opressora, a que vive à custa da exploração dos assalariados.

A revolução socialista moderna consiste exatamente na inversão dessa conjuntura, passando o proletariado a constituir a classe dominante e a burguesia, a classe oprimida, em processo de extinção.

Os comunistas não admitem qualquer hipótese de conciliação. Isto seria apenas o aperfeiçoamento do sistema capitalista, “reformismo” inaceitável.

Embora se possam conceber vários graus de socialização, o socialismo marxista é radical e intransigente e só se pode estabelecer mediante uma revolução.

É interessante conhecer como encaram os marxistas a revolução socialista:

“A revolução socialista, em qualquer país capitalista abrange um período bastante longo de transição do capitalismo ao socialismo. Ela começa com a revolução política, isto é, com a conquista do poder estatal pela classe operária. Sòmente através do estabelecimento do poder da classe operária pode decorrer a transição do capitalismo ao socialismo.

A missão histórica da revolução socialista consiste na liquidação da propriedade capitalista privada sòbre os meios de produção e das relações de produção capitalistas entre os homens, na sua substituição pela propriedade social, socialista, sòbre os meios de produção e pelas relações de produção socialistas. É impossível, porém, realizar esta substituição, enquanto o poder pertence à burguesia. O Estado burguês representa o principal obstáculo no caminho da transformação do regime capitalista. Ele serve fielmente aos exploradores, protegendo sua propriedade. A fim de arrebatá-la às classes dirigentes a sua propriedade e transferi-la a tòda a sociedade, é preciso tomar o poder político aos capitalistas e colocar no poder o povo trabalhador. O Estado da burguesia deve ser substituído pelo Estado dos trabalhadores.” (56)

Essa revolução é considerada como indispensável porque:

“As relações socialistas não podem nascer nos marcos do capitalismo. Elas surgem depois da tomada do poder pela classe operária, quando o Estado dos trabalhadores nacionaliza a propriedade dos capitalistas sòbre os meios e produção, sòbre as fábricas, usinas, minas, meios de transporte, bancos, etc., convertendo-se em propriedade social socialista. Está claro que seria impossível fazer isto

antes que o poder passasse às mãos da classe operária.” (57)

Como vêem os comunistas a realização desta revolução?

“A revolução política da classe operária pode processar-se em diferentes formas. Ela pode realizar-se pelo caminho da insurreição armada, como ocorreu na Rússia, em outubro de 1917. Em condições particularmente favoráveis, é possível também a transição pacífica do poder ao povo, sem insurreição armada e sem guerra civil. Quaisquer que sejam, porém, as formas em que se verifique a revolução política do proletariado, ela representa sempre o grau superior do desenvolvimento da luta de classes. Como resultado da revolução, estabelecesse a ditadura do proletariado, isto é, o poder dos trabalhadores, dirigido pela classe operária

Tendo conquistado o poder, a classe operária enfrenta a questão do que fazer com o aparelho do velho Estado, com a polícia, os tribunais os órgãos administrativos, etc. Nas revoluções anteriores, a nova classe, tendo chegado ao poder, adaptava às suas necessidades o velho aparelho estatal e governava com a sua ajuda. Isto era possível, uma vez que as revoluções conduziam à substituição do domínio de uma classe exploradora pelo domínio de outra classe também exploradora.

A classe operária não pode seguir por semelhante caminho. A polícia, a gendarmaria, o exército, os tribunais e outros órgãos estatais, que por séculos serviram às classes exploradoras não podem passar simplesmente ao serviço daqueles a quem antes oprimiam. O aparelho estatal não é uma máquina comum, indiferente a quem a dirige: pode-se substituir o maquinista, mas a locomotiva, como antes, arrastará o trem. No que se refere à máquina estatal burguesa, o seu caráter é tal, que ela não pode servir à classe operária.

A composição do aparelho estatal burguês e a sua estrutura são adequadas à execução da função fundamental dêste Estado: manter os trabalhadores submetidos à burguesia. Eis por que Marx dizia que as revoluções anteriores apenas aperfeiçoavam a velha máquina estatal, ao passo que a tarefa da revolução operária consiste em quebrá-la e substituí-la pelo Estado proletário.” (58)

Essa é a revolução que os marxistas desejam empreender utilizando convenientemente as massas populares mobilizadas e preparadas para a ação final.

O grande êrro dos Marxistas é justamente renegarem a sua própria teoria, criando uma contradição com sua própria filosofia. Renegam a dialética porque se firmam na idéia de que o comunismo é a perfeição e que depois de Marx, Engels e Lenine não há mais ninguém que possa criar algo de nôvo em matéria de evolução social.

Lenine dizia:

“A doutrina de Marx é onipotente porque é verdadeira”.

No entanto, apesar de todo o progresso material, a natureza do homem é a mesma que há dezenas de séculos atrás. Os materialistas declaram: Somos como tudo na natureza, matéria em transformação. Todavia, ao dizê-lo nada mais fazem do que expressar um pensamento. E o que é o pensamento? Um sôpro divino, uma emissão de partículas elétricas, uma vibração celular?

Ninguém pode dar resposta cabal a tais perguntas.

No entanto, os materialistas consideram o pensamento como uma expressão da matéria. Stalin escreveu:

“A natureza una e indivisível expressa-se em duas formas diferentes: a material e a ideal; a vida social se una e indivisível se expressa em duas for-

mas distintas: a material e a ideal; eis como devemos considerar o desenvolvimento da natureza e da vida social.” (59)

O outro aspecto errôneo de suas concepções é o de supor que a evolução se deriva apenas do entrelaço de forças contrárias. E por isso, Marx estabeleceu que as grandes etapas do progresso social são marcadas, por meio de revoluções violentas. Os comunistas não admitem a evolução pacífica, embora, algumas vezes, o anunciem por questão de tática.

“Os comunistas são orgulhosamente revolucionários em teoria e prática. O termo “reformista” significa, para eles, sinônimo de ignorância e traição à realidade histórica. Um reformista é ignorante a ponto de acreditar que mudanças sociais básicas podem processar-se lenta e gradualmente. Os comunistas estão convencidos dessa impossibilidade, porque acreditam que a história e a natureza estabeleceram a elaboração das mudanças pela revolução. Para o comunista, a revolução é a experiência dourada do futuro, que eles aguardam nostalgicamente. Assim como a noiva aguarda com ansiedade o dia das núpcias, a mãe anseia com aflição o momento de dar à luz, da mesma forma, com fulgor nos olhos, ofegante, a pulsação alterada e coração exultante, o verdadeiro comunista espera o futuro e glorioso dia da revolução.

A crença comunista na inevitabilidade da revolução decorre da dialética. A menos que entendamos a dialética, seremos logrados em toda linha. A menos que entendamos a dialética, não poderemos contra-atacar inteligentemente o comunismo. Compreendendo-a, estaremos em condições de prever suas ações e de nos defender contra elas.” (60)

Marx afirmou que o capitalismo trazia em seu bôjo os instrumentos de sua própria destruição, quanto mais se desenvolveria mais se aguçariam as contradições en-

tre exploradores e oprimidos, logo o conflito seria a ruína daquele sistema social. Por acaso, raciocínio análogo não se poderia aplicar ao sistema comunista.

Poderá o comunismo manter-se sem a fôrça dos recursos estatais? Poderá a sociedade se assentar nas bases de um trabalho internamente livre? Eis o que os comunistas oferecem, como uma antevisão do sistema social que desejam implantar:

Pode-se apresentar uma imagem aproximada do caráter que terá o trabalho do comunismo, tendo em vista os seguintes traços fundamentais:

— Cada trabalhador, tanto no que se refere à qualificação quanto ao caráter da atividade, desempenhará funções que, na produção atual, correspondem ao engenheiro;

— os homens dedicarão à produção 20 a 25 horas por semana (ou seja, aproximadamente, 4 a 5 horas por dia) e, com o tempo, ainda menos;

— Cada pessoa poderá escolher sua ocupação de acôrdo com suas inclinações e capacidades, e mudar de atividades se assim o desejar;

— todo o talento e a capacidade dos homens encontrarão pleno desenvolvimento e aplicação, seja no processo de sua atividade produtiva, seja no tempo livre;

— ao trabalhar, o homem não necessita pensar em salário, quanto receberá pelo seu trabalho, pois todos os encargos com a satisfação de suas necessidades são assumidos pela sociedade;

— o trabalho estará cercado do mais elevado respeito e se converterá, para todos, no principal critério para apreciar a dignidade dos homens;

Em tais condições, certamente, o trabalho se transformará em uma atividade livre e voluntária, em sua necessidade íntima, em um costume de todos os membros da sociedade, pois o trabalho cria-

dor constitui, para qualquer pessoa normal, como escrevia Engels, “o maior prazer de quantos se conhecem.” (61)

Quando os homens se aperceberem, entretanto, do grande lôgro em que caíram, na ilusão de promessas falsas e impossíveis de cumprir, então tôdas as fôrças que os comunistas construíram nos países onde se tenha implantado, hão de voltar-se contra seus próprios líderes, cumprindo-se dest’arte o processo da dialética materialista que êles engendraram para ser aplicada contra os outros, mas jamais contra êles próprios.

2. *A ética do Comunismo.*

O pacifismo sempre foi um dos grandes argumentos morais que os comunistas lançam para anestesiar a capacidade de reação de seus adversários. Dizem alguns conhecedores de caractéres e peculiaridades dos marxistas-leninistas que êles são propugnadores da paz mundial porque se julgam em guerra permanente e desejam que os seus opositores deponham as armas. O Dr. Fred Schwarz descreve êsse fato de modo tão significativo que vale a pena reproduzir suas próprias palavras:

“Que é o marxismo-leninismo? Reduzido a seu mínimo essencial, o marxismo é a doutrina da universalidade da luta de classes e, o leninismo, a doutrina do papel histórico do Partido Comunista de levar a guerra de classes total à vitória comunista mundial.

A doutrina básica do marxismo-leninismo afirma a existência de um estado de guerra e a missão do Partido Comunista, criado para vencer essa guerra. Tal luta não foi declarada, mas descoberta por Karl Marx e se desenrola entre duas classes sociais que êle denominou proletariado e burguesia. A burguesia é a classe detentora das propriedades, a classe que constitui e possui os meios de produção. O proletariado, êle o define como clas-

se do trabalho assalariado. Entre ambas as classes, Marx anuncia ter descoberto um estado de guerra. A burguesia quer lucro. O proletariado quer salários elevados. Se sobem os salários, baixam os lucros. Caso se elevem os lucros, baixam os salários. Há, assim, conflito fundamental entre as duas classes, ao qual Marx denominou “a luta de classes”.

Marx ensinou que, na sociedade capitalista a burguesia, classe predominante, criou o Estado como instrumento de opressão e exploração do proletariado. Como represália, o proletariado cria o Partido Comunista para sustentar luta contra o Estado. Desta forma, a luta de classes se manifesta pela guerra entre o Partido Comunista e o Estado. Com a progressão da história, o Partido Comunista subiu ao poder na Rússia, China e Europa Oriental. A burguesia permanece senhora da situação na América e nações a ela aliadas. Eis como a luta de classes transferiu-se do plano nacional ao internacional. O postulado fundamental da doutrina marxista é, portanto, que Rússia e América estão em guerra; que China e América estão em guerra — não que poderiam entrar em guerra; não que poderão entrar em guerra; não que entrarão em guerra — mas que estão em guerra, guerra historicamente declarada, total, abrangendo todos os setores da sociedade e na qual é impossível qualquer vestígio de trégua. Os comunistas não optaram por essa conjuntura: aceitam-na, apenas, com o dever de conduzir tal guerra à vitória final absoluta.” (62)

A política exterior soviética orienta-se pelo denominado princípio da coexistência pacífica. Caracterizando-o Kruschov afirmou:

“Sua essência, em poucas palavras, consiste, primeiro, em que qualquer forma de Estado e qualquer estrutura social de um outro país devem ser determinadas pelos próprios povos destes países; segundo, em que nenhum país e nenhuma força

externa podem, nem devem, impor aos povos de outros países seu modo de vida e sua organização política e social; terceiro, em que o aparecimento de um Estado com um regime socialista, em virtude das leis objetivas do desenvolvimento social, é tão legítimo como o foi, em outros tempos, o aparecimento dos Estados burgueses..." (63)

O que Kruschov denomina de "aparecimento de um Estado com um regime socialista" nada mais é do que a implantação do comunismo no país considerado.

Lemos, pouco adiante, nos Fundamentos do Marxismo-Leninismo, a confissão explícita do anseio de expansão comunista:

"O que desejam os comunistas é a vitória mais rápida do regime socialista, para tornar os homens felizes. Poderá ser a guerra moderna o caminho para a felicidade do gênero humano, com seus meios bárbaros de extermínio e destruição em massa? Além das vítimas e sofrimentos inauditos, que semelhante guerra causaria aos povos, provocaria uma enorme devastação, a perda de imensos valores materiais, a ruína da indústria e da agricultura.

Podem os marxistas desejar isso? De modo algum! Ademais, não há porque pagar um preço tão terrível pela morte do capitalismo, quando estão convencidos de que o sistema capitalista foi condenado pela história e perderá inelutavelmente na competição pacífica com o regime social mais elevado — o socialismo!" (64)

É pois, êste o pacifismo comunista. Enquanto apregoam o seu fervor pela causa da paz, mantêm e ampliam a mais poderosa força militar de tôdas as Épocas.

A moral comunista é extremamente objetiva e utilitária:

“A moralidade comunista, como acentuou Lenine, é subordinada aos interesses da luta proletária de classes. O seu conteúdo e o seu objetivo é a construção e a consolidação do comunismo. É essa a idéia que inspirou o código moral formulado no Programa do PCUS. Segundo tal ponto de vista, considera-se moral tudo aquilo que promover o movimento da sociedade em direção ao comunismo.” (65)

Essa conceituação deformada da moral reflete-se em todos os escalões partidários, criando a mentalidade divorciada dos padrões éticos tradicionais e, a pretexto de que “os fins justificam os meios”, estabelece a explicação para tôdas as traições e justifica o fanatismo indiscriminado que desconhece tôdas as barreiras.

Para exemplificar essa estranha associação entre a moral e a ideologia, parece-nos interessante reproduzir aqui o seguinte trecho de um documento comunista, apreendido em São Paulo, destinado ao trabalho de “educação” partidária em escolas clandestinas de doutrinações políticas:

“A MORAL COMUNISTA — Todo militante tem o dever de se educar nos princípios da moral comunista. Nos educamos para nos colocarmos à altura das tarefas que o Partido nos dá. Nossa educação deve ser realizada de maneira indissolúvel com as tarefas da revolução brasileira. Nos educamos para bem cumprir as tarefas.

A moral comunista é um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes do Partido em sua luta pela revolução.

Todos nós em nossa conduta pessoal, em nossa ação devemos pautar nossa vida como uma série de exemplos.

O que é moral para um membro do Partido?

É tudo que contribui para a destruição da atual sociedade e a construção de uma nova sociedade. Tudo que nós fazemos e que possa contribuir

para liquidar com essa sociedade e a conquista de uma sociedade socialista e comunista é moral para nós.

Assim, o militante comunista deve seguir os preceitos da ética comunista, enquadrar sua vida de acôrdo com os interêsses do Partido, da classe operária, de acôrdo com a revolução.

A moral é uma forma de consciência social. Nós vimos que a moral é parte da ideologia. A moral socialista é parte da ideologia do proletariado. A moral é o cerne da ideologia proletária e diz respeito ao comportamento, à conduta do militante na sua luta pela emancipação nacional e social do povo brasileiro.

Porque educar com os princípios da moral comunista se vivermos numa sociedade feudal burguesa onde predomina o capitalismo.

É claro que nós não pretendemos educar o povo, hoje, pela moral comunista, mas se nós lutarmos pelo comunismo, devemos pautar nossos atos desde já pela maneira comunista.

— Devemos ser o exemplo do homem que será no futuro, numa sociedade livre de tôda espécie de opressão.

Da mesma forma que a ideologia, existe uma moral comunista e a moral burguesa das classes dominantes.

A burguesia, através de seus instrumentos de propaganda: igreja, etc., procura defender a tese de que os princípios da moral são eternos, que a moral paira acima das classes. É uma tese falsa. Os princípios morais estão a serviço de uma determinada classe. A moral burguesa objetiva perpetuou a exploração do homem pelo homem. A moral comunista objetiva antecipa a luta contra essa exploração.

Nós somos contra a moral burguesa. Mesmo os próprios conceitos de honra, honestidade, lealdade, nós os vemos sob pontos de vista diferentes.

A burguesia quer lealdade e fidelidade a esta podridão que aí está. Um soldado entra para o Exército e jura perante a bandeira defender este Estado feudal burguês e isso não é certo.

A reação diz que os comunistas não têm moral. É uma calúnia. A nossa moral exprime o que há de mais nobre e elevado na humanidade.

Se a nossa moral corresponde aos grandes objetivos de nosso Partido construir uma sociedade sem exploração, é a mais elevada moral, é tudo aquilo que serve à revolução. Isso significa que o nosso comportamento está subordinado ao nosso objetivo.

Vimos que os princípios da moral comunista não parte da ideologia do proletariado, portanto, a nossa moral é uma moral de classe. Temos que combater em todos nós os princípios e os conceitos da moral burguesa. Moral acima das classes não há.

(Lenine, 3.^a Congresso de Komsomol)

Somos contra tôdas as manifestações da moral que corresponde à burguesia. Nós nos colocamos contra a moral da propriedade privada que leva ao indivíduo característica da moral burguesa.

Ao nos educarmos nos princípios da moral comunista procuramos fundir os interesses pessoais e sociais. O grande objetivo de conquistar o comunismo é o nosso grande objetivo. (66)

Os novos caminhos abertos por essa concepção moral, livre das restrições que os comunistas denominam “preconceitos burgueses”, tornam a história do Comunismo Mundial uma antologia inédita de dissensões e traições. Esse caráter tornou a “ditadura do proletariado” um regime de terror e insegurança, que forma o cenário dos episódios mais deprimentes.

Ouçamos, por exemplo, o que declarava Nikita Khrushchov sobre os crimes que Stalin cometeu, determinando a eliminação de dezenas de líderes políticos e militares, de milhares de pessoas que apoiavam esses líderes em sua reação contra a tirania stalinista.

Dizia Kruschov em 1937:

“Camaradas trabalhadores, homens e mulheres, engenheiros, empregados, homens de ciência e de arte e todos os que trabalham em nosso país!

Estamos aqui reunidos na Praça Vermelha para levantar nossa voz proletária em apoio irrestrito à sentença promulgada pelo Colégio Militar do Supremo Tribunal contra os inimigos do povo, os traidores da Pátria, os traidores da causa dos trabalhadores, os espiões, os diversionistas, agentes do fascismo, os vis e desprezíveis Trotskystas... Êsses assassinos visaram o coração e o cérebro de nosso Partido. Êles levantaram suas mãos de vilões contra o camarada Stalin. Com o levantar de suas mãos contra o Camarada Stalin êles o fizeram contra tudo que de bom a humanidade possuir. Porque Stalin é a esperança; êle é o farol que orienta toda a humanidade progressista. Stalin é a nossa bandeira! Stalin é o nosso querer! Stalin é a nossa vitória!” (67)

Êste é o mesmo Kruschov que, após a morte de Stalin, verbera na tribuna do XXII Congresso do PCUS, em Moscou, contra Stalin, relembrando as divergências entre Lenine e Zinóviev e Kámenev:

“Vladimir Ilitch Lênin desmascarou Zinóviev e Kámenev, exigiu sua expulsão do Partido. O ulterior desenvolvimento da revolução confirmou plenamente a justeza da linha leninista da insurreição armada. Quando Zinóviev e Kámenev declararam posteriormente que se haviam equivocado, reconheceram sua culpa, Lenine demonstrou para com êles grande magnanimidade e êle próprio suscitou a questão de reintegrá-los na direção do Partido.

Vladimir Ilitch aplicava firmemente a linha do desenvolvimento da democracia interna do Partido. Apoiava-se nas amplas massas dos comunistas e dos sem-partido.

Nos anos subsequentes à morte de Lenine, as normas leninistas de vida partidária foram grosseiramente violadas no ambiente de culto à personalidade de Stalin. Stalin erigiu em norma da vida interna do Partido e do Estado as restrições à democracia interna partidária e à democracia soviética. Espezinhou grosseiramente os princípios leninistas de direção e se permitiu arbitrariedades e abusos do poder.” (68)

Esse episódio demonstra, através da atitude de um grande líder comunista, a flexibilidade de suas concepções morais que hoje apóiam incondicionalmente e amanhã condenam as mesmas ações e os mesmos personagens.

Como se poderá explicar essa estranha conduta? Em que se pode assentar essa incoerência de atitudes?

A ética do comunismo assenta-se, como ensinam os mestres dessa doutrina, em três conceitos fundamentais: o coletivismo, o internacionalismo e o patriotismo comunista.

O coletivismo obriga o indivíduo a subordinar todo interesse individual ao interesse coletivo. Cada cidadão é apenas uma parte de um conjunto social. Por isso deve abandonar tudo que é pessoal em proveito do que é comum e geral. Sendo o Partido a entidade de mais elevada expressão desse regime, é essa organização o objeto supremo de todas as renúncias e sacrifícios. Liu-Chao-Tchi, Presidente da China Comunista, escreve:

A capacidade de um membro do Partido Comunista ser ou não capaz de, absoluta e incondicionalmente, subordinar seus interesses particulares aos interesses do partido, em quaisquer circunstâncias, é o critério através do qual se experimenta a sua lealdade ao Partido, à revolução e à causa comunista.

Sacrificar os interesses pessoais e mesmo a própria vida, sem a menor hesitação — até eufóri-

camente — pela causa do Partido, pela libertação da classe, pela libertação nacional, e pela emancipação da humanidade, traduz a mais alta manifestação de ética comunista. Demonstra a mais elevada manifestação de princípios de um membro do partido. Essa é a maneira de exteriorizar a pureza da ideologia proletária de um membro do Partido.” (69)

O internacionalismo impõe ao cidadão adotar uma atitude intransigente em proveito da vitória universal do comunismo, mesmo em prejuízo da integridade e das instituições pátrias.

O comunismo se opõe, logicamente, ao nacionalismo que considera uma das mais deprimentes deformações. Diz Afanasyev:

“O Marxismo-Leninismo é um inimigo irreconciliável de qualquer manifestação do nacionalismo burguês.” (70)

Kruschov declarou no XXII Congresso do PCUS:

“O nacionalismo, qualquer que seja a roupagem de que se revista, é a arma política e ideológica mais perigosa da reação internacional contra a unidade dos países socialistas. “Os comunistas — acentua-se no projeto do nosso programa — consideram que seu dever primordial é educar os trabalhadores no espírito do internacionalismo e do patriotismo socialista, da intransigência em face de qualquer manifestação de nacionalismo ou de chauvinismo. O nacionalismo causa prejuízo aos interesses comuns da comunidade socialista e, antes de tudo, ao povo do país onde se manifesta, uma vez que o isolamento em relação ao campo socialista freia o desenvolvimento do país considerado, priva-o da possibilidade de aproveitar as vantagens do sistema socialista mundial e estimula as tentativas que as potências imperialistas fazem para utilizar em seu próprio benefício as tendências nacionalistas.” (71)

Admitam, entretanto, os comunistas ao nacionalismo das nações dominados, até o ponto em que possa ser utilizado como arma contra o capitalismo. Lenine consignou:

“O nacionalismo burguês de qualquer nação oprimida tem um conteúdo geral democrático dirigido contra a opressão, a esse conteúdo damos o nosso incondicional apoio.” (72)

O patriotismo comunista é uma nova conceituação que pretende associar a afeição pelo país natal com a solidariedade internacional.

Diz Afanasyev:

“O patriotismo comunista é algo de qualitativamente novo. Combina o amor e a devoção à Pátria com o internacionalismo proletário de toda a comunidade socialista, *a solidariedade fraternal dos trabalhadores de todas as nações*, e o respeito pelo povo e todos os demais Estados, pequenos ou grandes. O patriotismo comunista é incompatível com o nacionalismo, ideologia do isolamento nacional, da hostilidade entre os povos e da desigualdade e desunião entre os trabalhadores. O código moral da sociedade comunista proclama a amizade e a fraternidade do povo da União Soviética e a intolerância do ódio nacionalista e racial.” (73)

As teses para discussão do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro consagraram esse mesmo conceito:

“Incompatível com o nacionalismo burguês, a ideologia do proletariado se baseia no internacionalismo proletário, em que o patriotismo mais conseqüente, se funde com a solidariedade ativa dos trabalhadores de todos os países.” (74)

Verifica-se, destarte, a deformação dos padrões arraigados e proclamados como os elementos de compreensão normal de nossa civilização.

Marx justifica: a alteração dos conceitos tradicionais da ética para efeito da revolução comunista. Argumenta êle:

“Sem dúvida — dir-se-á — as idéias religiosas, morais, filosóficas, políticas, jurídicas, etc. modificaram-se no curso do desenvolvimento histórico, mas a religião, a moral, a filosofia, a política, o direito mantiveram-se sempre através dessas transformações.

Além disso, há verdades eternas, como a liberdade, a justiça, etc. que são comuns a todos os regimes sociais. Mas o comunismo quer abolir estas verdades eternas, quer abolir a religião e a moral, em lugar de lhes dar uma nova forma, e isso contradiz todo o desenvolvimento histórico anterior.

A que se reduz essa acusação? A história de toda a sociedade até nossos dias consiste no desenvolvimento dos antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas.

Mas qualquer que tenha sido a forma desses antagonismos, a exploração de uma parte da sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos anteriores. Portanto, nada há de espantoso que a consciência social de todos os séculos, apesar de toda sua variedade e diversidade, se tenha movido sempre sob certas formas comuns, formas de consciência que só se dissolverão completamente com o desaparecimento total dos, antagonismos de classes.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; nada de estranho, portanto, que no curso de seu desenvolvimento, rompa, do modo mais radical, com as idéias tradicionais.” (75)

A moral comunista só tem um parâmetro rígido, uma condisunante inflexível: a vitória do comunismo. Assim por exemplo:

\ “A atitude dos partidos comunistas para com os intelectuais é ambivalente e contraditória. Quando em oposição, os comunistas apelam para o senso de justiça e para o desejo de liberdade. Quando no poder, exigem obediência irrestrita; são silenciados ou mortos aqueles que não querem se converter em instrumentos do partido.” (76)

A atitude comunista perante a realidade é algo que ultrapassa à simples manifestação do partidarismo político, por mais apaixonante e absorvente que seja. Muitos sociólogos consideram o marxismo-leninismo uma nova religião. Herald Barbuy em seu notável estudo: *Marxismo e Religião* defende brilhantemente essa tese e demonstra como a doutrina de Marx, que se propõe à substituir e corrigir a religião cristã para se tornar a degeneração moral do cristianismo. Escreve Barbuy:

“Num Ocidente aparentemente ateu e materialista, mas em verdade dominado pelo espírito ascético do capitalismo (como bem o demonstram Spengler e Max Weber), e impregnado pelas imagens da salvação cristã, e quando justamente a Igreja não soube cooptar as massas operárias recém-constituídas, o marxismo pode vingar, como sucedâneo e como heseria da mesma religião, cujos pressupostos explora. À parte a sua importância inédita, o marxismo poderia ser considerado qual uma das muitas heresias que se levantaram durante a história da Igreja. Poderia inclusive ser considerado qual um retôrno herético à Igreja primitiva, quando o Cristianismo, apesar de ter convertido muitos patrícios romanos, foi a religião dos pobres, dos humildes e dos ofendidos, contra os ricos, os fortes e os opressores. Mas o Cristianismo, segundo uma passagem de Marx na *Sagrada Família* (trad. Molitor, vol. II, págs. 299 e segs.), se tornou a justificativa de tôdas as infâmias sociais, quando pregou a recompensa no outro mundo das injustiças sofridas neste. O marxismo não quer ser

uma religião que engane assim as massas oprimidas: quer efetivamente libertar o homem e, no fundo, quer ser a correção dos erros praticados pelo Cristianismo. Condenando o Cristianismo, como religião que aliena o homem, o marxismo quer ocupar o seu lugar. Sua filosofia, se bem que pretenda emancipar a espécie inteira, se dirige às vítimas da ordem capitalista; aos deserdados, aos camponeses que foram desapropriados de suas terras; aos que foram arremessados ao inferno do cortiço urbano; à legião dos pobres e dos Lázaros da miséria. Marx trata a classe proletária com um sentimento misto de desprezo e simpatia: mas a descrição de suas condições de vida, nas longas páginas de “O Capital”, esconde uma compaixão comovente. Marx tem a secreta nostalgia do regime da propriedade familiar, anterior ao capitalismo, anterior às máquinas. Mas em vez de clamar inutilmente contra o capitalismo, procura um credo de salvação universal, que é oferecido aos próprios capitalistas, vítimas, eles também, da alienação. Oferece uma religião em que todos poderão salvar-se indistintamente. A eficiência de seu credo vem da fé que desperta o seu método: a visão encantada dos paraísos que se perderam, não é apresentada em Marx como um sonho, e sim como o resultado duma dialética fria, inexorável.

O marxismo, combatendo tôdas as religiões, promove antes de mais nada uma revolução religiosa. As revoluções sociais e econômicas, segundo Max Weber, com sua tese sobre as relações entre Calvinismo e Capitalismo, são traduções profanas de movimentos religiosos. O poder de sedução do marxismo não vem, portanto, do que tem de científico, e sim do que tem de religioso, do que tem de cristão.” (77)

E ao fim de seu trabalho:

“Das profecias do marxismo, tôdas aquelas que podiam ser confirmadas pela experiência, foram

por ela refutadas. Mas o marxismo não era ciência, e sim religião: indiferente aos fatos que o contradizem, progrediu como fé, formou seitas, partidos e dissensões internas. Tornou-se a crença dominante de todos os movimentos socialistas e comunistas. E em todos esses movimentos, podemos assinalar a presença das noções de apostolado, proselitismo, salvação, redenção, confissão pública dos pecados (autocrítica), penitência (punição solicitada pelo próprio réu), sem esquecer a excomunhão. Tais práticas derivam do caráter messiânico do marxismo.

O Manifesto Comunista funciona como evangelho prático: seu apêlo à união dos proletários, soa como a convocação da fraternidade humana, que vem das plagas nazarenas. Nem por menos, muitos honestos católicos estão já identificando a bandeira vermelha com a cor do sangue de Jesus Cristo. A confusão é fácil porque o marxismo pertence ao grupo das religiões de salvação, como o orfismo, o pitagorismo, o mitraísmo, e o Cristianismo, do qual é uma degenerescência. Degenerescência porque, o que se trata de salvar, no marxismo, não é o indivíduo humano, nem o grupo de indivíduos, nem a soma dos indivíduos. O marxismo quer salvar o homem em geral. Nada tem a ver com o destino, o sofrimento e a morte dos indivíduos, que lhe são indiferentes, como o acessório é indiferente ao essencial. Pouco lhe interessaria até mesmo que houvesse uma ordem utópica em que todos os indivíduos fôssem igualmente ricos. O que ele quer é abolir a pessoa, para que a "Humanidade" se reintegre em si mesma: este é um postulado íntimo de sua filosofia. É um credo de salvação que se dirige vagamente a todos, ao coletivo, ao abstrato, às classes, à Humanidade, ao futuro, e nunca à pessoa concreta e existente." (78)

Esse tema é comprovado pelo fanatismo ideológico comunista que despreza os padrões mais arraigados na

sociedade tradicional de patriotismo, amor filial, paternal ou conjugal, para colocar em primeiro plano, acima de todos os sacrifícios o interesse da vitória universal do marxismo-leninismo.

Para apoiá-lo, o conceito de violência é apresentado por Marx e Engels:

“ — “como “ a parteira da sociedade”, como “o instrumento que permite abrir o caminho e romper as formas políticas mortas e fossilizadas.” (79)

3. *Os instrumentos do Comunismo*

O instrumento fundamental do Marxismo-Leninismo é, em todo o Mundo, o Partido Comunista, agremiação de caráter internacional destinada a liderar o movimento comunista, segundo uma linha política que adapta as condições nacionais às imposições de uma direção central empenhada na destruição do regime capitalista e de hegemonia mundial. O Partido obedece a um esquema de estrutura e de funcionamento bem característico e generalizado, que permite às agremiações de mais de oitenta países uma homogeneidade doutrinária impressionante.

Foi Lenine quem formulou êsses princípios de organização e de política e elaborou as normas partidárias, até hoje observadas fervorosamente.

A finalidade do Partido Comunista é expressa na definição:

“O partido comunista é a vanguarda da classe operária, isto é, a sua parte avançada, consciente, capaz de conduzir consigo as amplas massas trabalhadoras para luta pela derrubada do capitalismo e a edificação do socialismo. Escreveu Lenine: “Educando o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e conduzir todo o povo ao socialismo, de orientar e organizar o novo regime, de ser o mestre, o dirigente, o chefe de todos os trabalhadores e explora-

dos, na causa da construção de sua vida social sem a burguesia e contra a burguesia.” (80)

Os comunistas consideram, portanto, que o Partido representa um escalão dirigente na conduta das massas, um organismo de comando e contrôle, orientado pela teoria revolucionária do comunismo universal. Sua estrutura e sua forma de atuação refletem essa expressão revolucionária, êsse empenho incansável de destruir, desde os seus fundamentos, à civilização capitalista, procurando tirar todo o partido das liberdades em que esta se apóia, para acelerar a sua obra demolidora.

As principais características do Partido Comunista são a rigorosa seleção e o cuidadoso preparo de seus líderes, o centralismo de seu comando e a disciplina de seus militantes. Lenine dizia que: “a incondicional centralização e a rigorosa disciplina do proletariado são condições fundamentais para a vitória sôbre a burguesia”.

O Partido Comunista deve ser dest’arte, em qualquer país, uma organização dirigente e atuante.

Para ser dirigente, os comunistas preconizam que o Partido procure merecer a confiança e a gratidão das massas. Lenine dizia ser necessário “todos reconhecerem que marchamos na frente”.

Para ser atuante o Partido deve constituir-se de líderes eficientes, capazes de trabalhar “por tôda a parte em que estejam as massas”.

Vemos assim que o Partido se coloca numa posição diretora em relação aos grupos sociais numerosos que denominaram massas. Não há que confundir Partido com massas. O Partido trabalha entre as massas e elas se associam, sem perder, todavia, a sua unidade e individualidade. Lenine esclarece:

“Dirigir as massas não significa doutriná-las a tôda a hora. É preciso participar na resolução das questões mais prosaicas e, esclarecendo-as segundo as posições marxistas, esforçar-se para “conquistar, com a sua energia, com a sua influência

ideológica (e não com os seus conhecimentos e graus, está claro), um papel dirigente..." (81)

O princípio básico no trabalho do Partido entre as massas é o de "aprender com as massas para ensinar as massas". Assim se manifestam os autores de "Fundamentos do Marxismo-Leninismo":

"Só é possível dirigir as massas levando em conta sua experiência e nível de consciência, sem se separar de sua realidade, sem correr à frente. Em caso contrário, há o risco de que a vanguarda fique em situação lamentável, perdendo o vínculo com as forças fundamentais afastadas dela.

Entretanto, levar em conta o nível de consciência das massas nada tem de comum com a adaptação a este nível, com o nivelamento no atraso. Tal compreensão da ligação com as massas é própria do oportunismo. Os comunistas compreendem as coisas de modo diverso. Não flutuam de acordo com a vontade das ondas.

Ao generalizar a experiência da sua classe e do seu povo, ao compreendê-la à luz das lições da história e da teoria marxista, o partido comunista tem a possibilidade de colher as tendências, que ainda não se manifestaram inteiramente, mas que pertencem ao futuro. Nada inventando, o partido marxista se baseia na vida, mas vai à frente do movimento espontâneo, indica-lhe o caminho, porque sabe propor oportunamente a solução dos problemas, que agitam o povo.

O Partido pode dirigir as massas e instruí-las se ele próprio aprende com as massas, isto é, estuda atentamente o que nasce na prática popular, absorvendo a sabedoria do povo. Aprender com as massas a fim de ensinar às massas — eis o princípio da direção marxista-leninista, que todos os partidos comunistas seguem. Os comunistas chineses o denominam de "linha de massas" —. (82)

Para atuar sôbre as massas, utilizam os comunistas um recurso subjetivo: a infiltração, e um recurso objetivo: a propaganda e a agitação.

Através da infiltração conseguem penetrar e, insensivelmente, dominar as organizações de massas.

Mediante a propaganda e a agitação asseguram a mobilização e a manipulação das massas sôbre objetivos pré-determinados.

A ação entrosada e dirigida dos partidos comunistas de todo o mundo é que constitui o movimento comunista cujo objetivo essencial é a destruição do regime capitalista e o estabelecimento de uma nova ordem mundial sob a égide das grandes potências comunistas. Esse aspecto é evidenciado claramente em um sem número de documentos comunistas. Dizem êles:

“O movimento comunista é internacional por sua própria essência. Todavia, a luta pelos ideais comunistas de cada partido deve ser travada sôbre um terreno nacional. Isto pode, em determinadas condições, engendrar o perigo de uma contraposição artificial dos interesses nacionais aos internacionais. Pode parecer, às pessoas que não se libertaram das estreitezas e limitações nacionais, que as condições do seu país são algo excepcionais e a luta da classe operária deveria, ali, distinguir-se radicalmente do que tem lugar em outros países. Tais pontos de vista e tendências favorecem aos imperialistas, interessados na quebra da unidade do movimento operário internacional.” (83)

Assim, o movimento, a ação é internacional e o terreno, o panorama em que tal ação se desenvolve é nacional.

A influência definida do Partido Comunista da União Soviética na direção dêses movimento é também explicada integralmente:

“Experiência particularmente rica e variada acumulou, no decurso de mais de meio século de

luta, o Partido Comunista da União Soviética. Graças à sua grande experiência política, o PCUS, mais de uma vez, mostrou capacidade para compreender profundamente os processos, que ocorrem em todo o mundo. Daí porque muitos documentos do PCUS adquirem grande importância internacional. Tal importância possuem as resoluções do XX e XXI Congressos do PCUS. Afirmou a Declaração da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários:

“As históricas resoluções do XX Congresso do PCUS possuem não somente uma grande importância para o PCUS e para a construção comunista na URSS, como também deram início a uma nova etapa no movimento comunista internacional, contribuindo para o seu ulterior desenvolvimento, na base do marxismo-leninismo”. — (84)

A direção centralizada do movimento comunista internacional tem sido objeto de uma evolução. Inicialmente, era realizada através do chamado Komintern ou Internacional Comunista. Na época atual depende diretamente do Comitê Central do Partido Comunista, e é consolidada nas conferências internacionais dos Partidos Comunistas de todas as nações. Assim explicam os comunistas:

“Os méritos da Internacional Comunista consistem em que restabeleceu e reforçou os vínculos entre os trabalhadores dos diferentes países, rompidos pela Primeira Guerra Mundial, elaborou muitas questões teóricas do movimento operário nas novas condições históricas, ajudou seriamente a difusão das idéias do comunismo entre as massas e facilitou a educação de líderes do movimento operário.

Na medida, entretanto, em que crescia o movimento comunista e se fortaleciam os partidos, esta forma de ligação entre os partidos foi ultrapassada. O amadurecimento político dos partidos comunistas tornou desnecessária a existência de

uma organização comunista mundial do tipo precedente. Ademais, ela já não podia dirigir todos os movimentos comunistas, em virtude das condições internacionais formadas durante a Segunda Guerra Mundial. Em maio de 1943, o Comitê Executivo do Komintern tomou a resolução, depois aprovada por todos os partidos comunistas, sobre a dissolução da Internacional Comunista.

A história do movimento comunista conhece também outras formas de ligação entre os partidos comunistas. Atualmente, as mais difundidas são os encontros entre dirigentes e o intercâmbio de informações, em base bilateral, a troca de delegações, bem como encontros e conferências mais amplos de partidos comunistas e operários para a discussão de problemas atuais, o intercâmbio de experiência, o conhecimento dos pontos de vista e posições uns dos outros, visando o acôrdo para a luta conjunta por fins comuns — a paz, a democracia e o socialismo. Entre tais conferências, teve importância particularmente grande a Conferência de Moscou, que se realizou em novembro de 1957 e aprovou documentos de tanta significação para todo o movimento comunista, como a Declaração e o Manifesto da Paz. (85)

O outro instrumento poderoso da propagação comunista em todo o mundo são as “frentes” internacionais e nacionais. As “frentes” são organizações políticas, dominadas pelos comunistas, montadas em tôrno de motivos de atração e mobilização, aparentemente justos, como o desenvolvimento, a paz, a emancipação econômica, a cultura popular, e etc.

As frentes comunistas, consideradas por êles como alavancas do movimento comunista internacional, podem ser constituídas pela iniciativa dos próprios comunistas ou obtidas pela infiltração e domínio em uma organização já existente. Entre essas frentes encontra-se a denominada “frente-única”, agremiação política formada por elementos de variadas inclinações políticas,

orientada e dominada pelos comunistas segundo táticas bem definidas. Assim se expressam as “Teses do Terceiro Congresso da Internacional Comunista”:

“As táticas das “Frentes Únicas” implicam nas lutas diárias das grandes massas de trabalhadores pelos seus interesses vitais.”

E mais adiante:

“A causa mais importante na tática da Frente Única é e será a unificação da agitação e da organização das massas trabalhadoras.”

A “frente” é, por conseguinte, um recurso para a mobilização de massas, vinculadas ao Partido através de representantes ou (frações). Destinam-se, também, a assegurar a ação ostensiva e legal do partido principalmente quando êste se encontra na ilegalidade.

Douglas Hyde, que foi membro do Partido durante vinte anos e abandonou o comunismo desiludido de suas intenções e realizações, revela o seguinte:

“Quando o Partido se encontra em má situação e se vê repudiado pelas massas, o remédio é uma campanha de frente única. Logo que se nota um nôvo aumento de militança, nos círculos progressistas não filiados ao Comunismo, o método para explorar êsse desenvolvimento é quase sempre o de frente única.

A frente única é o meio pelo qual uma pequena minoria de comunistas pode influenciar e utilizar as massas populares e alcançar, desta maneira, o poder, com o apoio de pessoas que não simpatizam com os objetivos e doutrinas comunistas. A essência da tática consiste em descobrir “slogans” populares e ressentimentos autênticos em torno dos quais possa originar-se a atividade conjunta e então, no momento oportuno, aproveitar-se essa ati-

vidade para reforçar o Partido Comunista e destruir os seus rivais.

Na França os comunistas trataram de recrutar sócios para a frente única clamando pela defesa da República e protestando contra o rearmamento alemão. Na Alemanha de após-guerra, tentaram formar a “frente” para reclamar a reunificação alemã. Nos Estados Unidos, os comunistas procuram aliados, arvorando-se em defensores das liberdades cívicas e da igualdade racial. Na Grã-Bretanha, sublinharam a necessidade de negociar com a União Soviética e a China. Na Espanha, a propaganda de frente única é levada a efeito proclamando-se a urgência da “reconciliação nacional” e, na Itália, os comunistas desejam formar uma ampla aliança em prol de “reformas sociais democráticas”. Graças a essas táticas, os comunistas da Europa e dos Estados Unidos conseguem, de vez em quando, utilizar, para seus fins, os liberais, os social-democratas, os sindicalistas, intelectuais pacifistas, católicos e protestantes.” (86)

A tática da frente única se orienta segundo os princípios que Lenine estabeleceu em seu livro — “A doença infantil do “esquerdismo no comunismo” — Dizia êle:

“Fazer a guerra para derrotar a burguesia internacional, uma guerra cem vêzes mais difícil, prolongada e complexa que a mais encarniçada das guerras comuns entre Estados, e renunciar de antemão a qualquer manobra, a explorar os antagonismos de interesses (mesmo que sejam apenas temporários) que dividem nossos inimigos, renunciar a acôrdos e compromissos com possíveis aliados (ainda que provisórios, inconsistentes, vacilantes, condicionais), não é, por acaso, qualquer coisa de extremamente ridículo?” (87)

A aliança com outras associações e outras organizações é então, para os comunistas, um aspecto da guerra

pela destruição da burguesia. Com essa compreensão, não admitem os comunistas o isolacionismo “esquerdista” que só poderia prejudicar a conquista de seus objetivos.

Douglas Hyde explica as razões que inspiraram Lenine:

“Em seus primeiros tempos, alguns partidos comunistas europeus (entre os quais o partido britânico), opunham-se, quando Lenine escreveu o seu livro, à aliança com o social-democratas, liberais e outros grupos não comunistas. Contudo, Lenine os surpreendeu, dizendo-lhes que deviam associar-se e formar aliança com êles e, finalmente, utilizá-los para seus próprios fins. Acrescentava que caso se encontrasse na Inglaterra, não somente se uniria aos sociais democratas, como também os apoiaria. Expôs suas razões nos termos mais violentos. Dizia que os comunistas deviam apoiar os dirigentes trabalhistas, “assim como a corda sustenta o enforcado”. São estas as suas palavras textuais e tal é a chave do problema da frente única.” (88)

A tática de aliança, se combina com a tática de infiltração não só para assegurar o predomínio dos comunistas sobre massas mobilizadas em torno de objetivos de atração, como também para isolar as possíveis lideranças não submissas. É ainda Douglas Hyde que desejamos citar, com a sua autoridade de ex-militante:

“O processo exato foi descrito minuciosamente, fase por fase, há muitos anos, tanto por Lenine como por Stalin. Eis aqui um breve resumo da maneira como funciona: *primeiro* os comunistas trabalham para *conquistar o apoio* das fileiras das *organizações* que querem atrair para a frente única. Por meio de uma seleção de campanhas e de uma propaganda engenhosa, procuram convencer as suas futuras vítimas de que têm, realmente, grandes interesses em comum. É quase inevitável que

muitos aceitem o convite para cooperar no que se qualifica como campanhas para objetivos concretos, a breve prazo. Persuade-se, então, a massa — a que chamam de militantes de base — para que faça pressão sobre os dirigentes, a fim de que integrem, também, a frente única.

Quer se alcance êxito ou não, nessa fase, *a seguinte consiste em isolar os líderes dos partidos, por meio de calúnias e insinuações infamantes*. Se o método alcança êxito, os dirigentes ficam sem defensores e seus antigos partidários sem chefes. Assim, as fileiras e os dirigentes ficam mais vulneráveis. Trata-se, a seguir, de introduzir cunhas entre os próprios dirigentes. Alguns são provisoriamente glorificados, ao passo que outros são caluniados. No momento apropriado, amadurecida a situação apóia-se, para assumir a direção, indivíduos complacentes, úteis aos comunistas. Diz-se, então, à massa, que tais homens têm sido, durante toda a sua vida, representantes das melhores tradições, interesses e desejos do povo. Desimpedido o caminho, eliminados os altos dirigentes e divididos os restantes, cria-se a direção “fantoche” e a confusão reina entre as massas. O resto é fácil.” (89)

Podem assim os comunistas assegurar a destruição dos próprios aliados e obter a integral hegemonia da frente única.

Além do Partido Comunista e das “frentes”, o movimento comunista mundial utiliza outros inumeráveis recursos na sua indeclinável política expansionista.

Todavia, apesar de sua extraordinária expansão, do sucesso que vem obtendo por todos os meios no alargamento de suas fronteiras de domínio de opressão, a verdade é que a história do Comunismo é marcada pelo signo permanente da insatisfação e da desilusão. Walter Kolarz, em uma interessante síntese, focaliza os aspectos desse desapontamento, particularmente no seio dos intelectuais que são justamente um dos alvos mais visados da impregnação ideológica do marxismo-leninismo:

“Um dos aspectos mais constantes e dignos de nota do Comunismo, em tôdas as suas encarnações, é o de ter desapontado todos os grupos sociais que empolgou ou que depositaram suas esperanças nos comunistas, em primeiro lugar e antes de tudo a classe trabalhadora, que devia tornar-se o verdadeiro dirigente do Estado comunista. Uma vez no poder, os comunistas privaram a classe trabalhadora dos direitos, salvaguardas e instituições de que desfrutava, e em particular do direito de greve e do direito de constituir sindicatos livres e independentes. Longe de se tornar a classe dirigente, o proletariado industrial se converteu num instrumento nas mãos dos dirigentes políticos e econômicos que constituem a “nova classe” da sociedade comunista.

Pior ainda foi a decepção de que foram vítimas os camponeses. O “slogan” “A Terra para os Camponeses” ajudou virtualmente todos os regimes comunistas a conquistarem o poder. Todos os regimes comunistas, em uma fase, decretaram uma reforma agrária e distribuíram terra aos pobres, mas por fim a confiscaram. Na Rússia, para formar fazendas coletivas e do Estado, e na China para estabelecer as “Comunas Populares”.

A sorte do intelectual no Estado comunista é ainda mais trágica. Como é o principal propagandista do regime, sua posição exterior pode ser excelente, podendo mesmo viver em grande luxo, mas êsse esplendor exterior esconde extremo infortúnio. O escritor jamais pode manifestar suas opiniões e sentimentos. Deve sempre usar máscara e transformar-se num mestre na arte da dissimulação. Também o estudioso é colocado numa apertada camisa-de-fôrça da ideologia comunista; o historiador, o biólogo, o filósofo e até mesmo o filólogo ficam jungidos a certas premissas e conclusões que podem alterar somente com grave risco para si. Isso se aplica menos intensamente aos técnicos, completamente absorvidos num campo de atividade altamente especializado. Em geral, po-

rém, o intelectual no Estado comunista vive numa prisão dourada — e, às vezes, em uma prisão de tijolos e argamassa.

Depois de serem entusiásticos partidários do Comunismo, ou ingênuos simpatizantes, muitos intelectuais — em especial os jovens — se tornaram os seus mais acerbos e mais perigosos adversários. Se ainda é discutível a vitória do Comunismo, deve-se isso principalmente ao fato de que a elite intelectual ainda está tentando se defender contra a engrenagem do partido e do Estado. Nem o suborno material nem o terror político conseguiram suprimir o anseio de liberdade intelectual.” (90)

O anseio de emancipação, de cultura e de liberdade do homem é tão grande que êle, insatisfeito com o que lhe oferece a democracia capitalista, evidentemente repleta de insatisfações, procura no Comunismo, uma solução pelo que lhe oferecem enganosamente.

Ao perceber, entretanto, muitas vezes tardiamente, o lôgro que sofreu, e a distância cada vez maior em que se encontra a miragem do “paraíso terrestre”, a desilusão irremediável se manifesta como um remate desolador.

CAPÍTULO II

O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

“Procuramos desenvolver as tradições da luta nacional-libertadora e antifacista travada pela gloriosa Aliança Nacional Libertadora de 1935. Em nosso Partido, levantamos bem alto sua conhecida tradição de fidelidade inabalável à União Soviética e à Unidade do movimento comunista mundial, tendo por base o internacionalismo proletário e o marxismo-leninismo.” (90-a)

LUIZ CARLOS PRESTES

O internacionalismo, condição essencial para a implantação e sobrevivência do Comunismo, é uma das características do movimento proletário, desde os seus primórdios. “Proletários de todo o mundo, uní-vos!” foi a célebre convocação com que Marx encerrou o seu Manifesto comunista. Diz o precursor alemão nesse documento:

“Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como, porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele mesmo a nação, ele é, nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês da palavra.”

“As demarcações e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o

desenvolvimento da burguesia, com a liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhes correspondem. A supremacia do proletariado fará com que tais demarcações e antagonismos desapareçam ainda mais depressa. A ação comum dos diferentes proletariados, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições de sua emancipação.” (91)

Lenine conceituou o internacionalismo proletário sob o fundamento de dois objetivos principais: subordinação, capacidade e abdicação. Declarou êle:

“... o internacionalismo proletário exige que, em primeiro lugar, os interesses da luta proletária em um país se subordinem aos interesses da luta proletária em escala mundial e, em segundo lugar, qualquer nação que esteja a alcançar a vitória sobre a burguesia seja capaz e desejosa de realizar o sacrifício dos interesses nacionais em benefício da derrota do capitalismo internacional.” (92)

A principal manifestação do internacionalismo proletário é a unidade de direção, de orientação e de objetivos de todos os partidos comunistas do mundo:

“A unidade dos partidos marxistas-leninistas é a expressão suprema da unidade e solidariedade da classe operária de todos os países. Esta unidade tem uma base objetiva, e esta base é a comunidade de interesses de classe do proletariado, de todos os trabalhadores, independentemente do país em que vivem e da nacionalidade a que pertençam. O movimento comunista internacional é a forma superior em que se manifesta tal comunidade. A unidade de suas fileiras está cimentada pelo objetivo comum da classe operária: o triunfo do comunismo no mundo inteiro. Entre todos os comunistas existe, ademais, uma unidade espiritual; sua ideologia comum: o

marxismo-leninismo. Por distintas que sejam as condições em que travam sua luta, os comunistas têm um inimigo comum: o imperialismo internacional.” (93)

A fidelidade que os comunistas mantêm ao princípio do internacionalismo podem conduzí-los a atitudes que se nos afiguram como verdadeiras aberrações dos princípios morais de nossa civilização.

São freqüentes as manifestações contra os interesses nacionais, desde que sejam postos em confronto com os interesses do comunismo internacional.

Assim, por exemplo, os comunistas norte-americanos se colocam ao lado de Fidel Castro, inclusive durante o caso das bases de mísseis em Cuba.

Henry Winston, escreveu em um artigo sobre o PC dos Estados Unidos, no qual é dirigente:

“Em sua apreciação do desenlace da crise do Caribe, o Partido assinala que “a catástrofe foi evitada graças à firme política de coexistência pacífica, rápida e corretamente aplicada, em primeiro lugar, pela União Soviética, com o apoio virtual de todo o movimento marxista internacional, graças à política de paz do heróico povo cubano e de seu governo, presidido por Fidel Castro, e graças à pressão em favor da paz geral por parte dos países neutralistas e das forças da paz nos países capitalistas, inclusive em nosso país, que se agruparam sob o lema: “Não deve haver guerra por Cuba! Esta invencível coalizão de toda a humanidade amante da paz, que atuou conjuntamente no momento decisivo, quando o mundo se achava à beira da catástrofe, conseguiu impor sua vontade de paz”. (94)

A razão dêsse procedimento é encontrada na própria doutrina leninista. Assim, em sua obra: “A revolução proletária e o renegado Kautsky”, Lenine condena como traidores os socialistas que defenderam a sua pátria.

Diz Lenine que os comunistas, como internacionalistas, raciocinam de modo diverso. Para êles, “o caráter de guerra não depende de quem seja o atacante, nem o território em que esteja o “inimigo”, mas, sim, da *classe* que dirige a guerra e da política da qual a guerra é a continuação”. Se a guerra é uma guerra imperialista reacionária, o comunismo tem o dever de se contrapor a ela e preparar a revolução proletária mundial como única salvação. Deve, segundo Lenine, pensar da seguinte maneira:

“Não devo raciocinar do ponto de vista de “meu” país (porque êsse é o raciocínio do filisteu nacionalista, cretino desgraçado que não compreende que é um joguete nas mãos da burguesia imperialista), mas sim do ponto de vista de *minha participação* na preparação da propaganda e na aceleração da revolução proletária universal”.

“Isto é internacionalismo. Êste é o dever do internacionalista, do trabalhador revolucionário, do verdadeiro comunista.” (95)

William Z. Foster, Presidente Nacional do Partido Comunista Norte-Americano declarou: na época em que a Rússia e a Alemanha hitlerista eram aliadas, que se os Estados Unidos entrassem em guerra, contra êsses países ele não apoiaria a sua pátria. Prestes, no Senado Brasileiro fêz afirmação análoga ao ser inquirido sôbre a hipótese de guerra entre o Brasil e a Rússia.

1. *O Movimento Comunista Internacional*

A Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional) foi fundada em 28 de setembro de 1864, durante uma reunião de trabalhadores de várias nacionalidades no St. Martins Hall de Londres. Era um órgão de cooperação de associações operárias de diferentes países, visando particularmente ao intercâmbio de informações. Marx e Engels, nessa ocasião, preocupa-

ram-se com o predomínio dos russos na Associação. Escreveu Marx e Engels:

“Uma demonstração importante de desfaçatez é pretender que, para assegurar a unidade do proletariado europeu, deve ser isto feito sob o comando russo! ...o pretexto do “princípio internacional”, êles se insinuarão em todos os movimentos da classe trabalhadora, infiltrar-se-ão nas posições de liderança, levarão às Seções as intrigas e disputas inseparáveis dos russos — e então o Conselho Geral ficará inteiramente tolhido.” (96)

Marx, nessas proféticas palavras, vislumbrou cabalmente a tática soviética de hegemonia russa do comunismo mundial.

A Primeira Internacional baseava-se na igualdade de direitos e deveres de todos os seus membros. Sua ação foi essencialmente restrita.

A Segunda Internacional resultou principalmente do Congresso Marxista reunido na Salle Pétrolle, em Paris, em 1889, com uma maioria de socialistas franceses e alemães. A Associação não tinha Estatuto e organização fixa. Foi criado um Birô Socialista Internacional em 1896, com dois órgãos: Um Comitê Internacional e uma Comissão Interparlamentar. Os acontecimentos político-militares que se sucederam nos primórdios do século e a posição contra a guerra adotada pela Associação conduziram-na ao insucesso. Lenine escreveu a 1.º de novembro de 1914, no n.º 33 do “Democrata Social”:

“Dominada pelo oportunismo, a Segunda Internacional extinguiu-se, esvasiada, não apenas pelos “desertores” ... como também pelo oportunismo!” (97)

A Terceira Internacional ou Comintern foi fundada, em 2 de março de 1919 no I Congresso Mundial de Moscou. As conseqüências da Guerra Mundial abrandaram os sentimentos nacionais e o comunismo internacionalis-

ta encontrou um campo propício à expansão. Proliferaram os Partidos Comunistas. O Manifesto da Internacional Comunista assim se expressava:

“Sob a bandeira da luta revolucionária dos trabalhadores soviéticos pelo poder e pela ditadura do proletariado sob a bandeira da Terceira Internacional: Trabalhadores de todo o Mundo, Uní-vos!...” (98)

No II Congresso Mundial foram estabelecidas as célebres 21 condições para a filiação dos partidos comunistas dos diversos países na Internacional Comunista. Zinoviev foi eleito presidente do Comintern. Os estatutos emitidos nesse Congresso e depois alterados no VI Congresso, em 1928, definia a finalidade do Comintern. em seu parágrafo primeiro:

“A nova Associação Internacional de Trabalhadores é criada para organizar a ação comum do proletariado de vários países em busca de um único objetivo: a derrubada do capitalismo, o estabelecimento da ditadura do proletariado e de uma república soviética internacional para a completa abolição da classe e a realização do Socialismo, primeiro estágio da sociedade comunista.” (99)

A nova Internacional não estava interessada em constituir-se de partidos independentes, mas tencionava criar um único Partido Comunista. Os partidos que funcionavam nos diversos países devem existir apenas como Seção destacadas (do Comintern).

As 21 Condições para ingresso no Comintern podiam assim resumir-se:

- 1.^a Toda agitação e propaganda devem ter caráter essencialmente comunista e adaptar-se às decisões e ao programa do Comintern. Toda a imprensa do Partido deve ser editada por comunistas de con-

fiança que tenham provado a sua lealdade revolucionária.

- 2.^a Todos os reformistas e adeptos de idéias “centristas” devem ser afastados das posições de responsabilidade do movimento e substituídos por comunistas convictos.
- 3.^a Nos países burgueses, os comunistas não podem confiar nas leis nacionais. Devem criar uma aparelhagem ilegal paralela capaz de, no momento decisivo, cumprir o seu dever para com o Partido.
- 4.^a Devem ser executadas uma propaganda e uma agitação constante e persistente em tôdas as organizações militares, legal ou ilegalmente, e a recusa de proceder a essa agitação é considerada como traição ao Partido.
- 5.^a É necessária, para a vitória do proletariado, uma propaganda sistemática e regular nos distritos rurais e nos campos. Renunciar a êsse trabalho é renunciar à revolução.
- 6.^a Todos os Partidos Comunistas devem renunciar não sòmente ao patriotismo como também ao pacifismo social e demonstrar sistematicamente aos proletários que sem a derrubada revolucionária do Capitalismo não haverá desarmamento e paz mundial.
- 7.^a Os Partidos Comunistas devem romper completa e absolutamente com o reformismo e a política dos “centristas”.
- 8.^a Todos os Partidos Comunistas em países coloniais devem denunciar seus próprios imperialistas e dar amparo concreto ao movimento de liberação das colônias.

- 9.^a Os Partidos Comunistas devem executar um trabalho comunista sistemático e persistente nos Sindicatos, Cooperativas e outras organizações trabalhistas de massas.
- 10.^a Deve ser efetuada uma luta sem tréguas contra a “Internacional de Amsterdam”.
- 11.^a Deverão ser investigados os membros parlamentares e eliminados os indesejáveis, para que tais funções fiquem integralmente subordinadas aos comitês centrais dos Partidos.
- 12.^a Todos os Partidos devem funcionar à base da centralização democrática.
- 13.^a Nos países onde os partidos comunistas são legais, devem ser efetuadas triagens periódicas para expulsão de pequenos burgueses que se tenham infiltrados nas organizações.
- 14.^a Todos os Partidos Comunistas são obrigados a prestar tôda a assistência às Repúblicas Soviéticas na sua luta contra as forças antirevolucionárias.
- 15.^a Todos os Partidos que tenham adotado programas antigos, devem reformulá-los de acôrdo com os princípios da “Internacional Comunista”.
- 16.^a Tôdas as resoluções dos Congressos da Internacional Comunista e do Comitê Executivo são obrigatórias para os Partidos Comunistas.
- 17.^a Todos os Partidos Comunistas deverão denominar-se Partido Comunista de tal país, Seção da Internacional Comunista.
- 18.^a Todos os órgãos da imprensa partidária deverão publicar os mais importantes documentos do Comitê Executivo e da Internacional Comunista.

- 19.^a Todos os Partidos deverão discutir as presentes condições em Congresso Extraordinário, dentro de quatro meses.
- 20.^a Todos os Partidos que ainda não modificaram radicalmente as suas táticas deverão providenciar para que os seus comitês e instituições centrais sejam compostas com nunca menos de dois terços de camaradas que se tenham declarado aberta e inequivocamente o desejo de filiação ao Comintern.
- 21.^a Todos os membros que rejeitarem as conclusões e teses do Comintern deverão ser expulsos do Partido.

As 21 Condições da Internacional Comunista deram rígido centralismo e disciplina à organização e às atividades comunistas em todo o mundo, transformando-se em gigantesco instrumento sob o contróle da União Soviética. O movimento comunista mundial tornou-se em poderoso auxiliar da política soviética, atuando em tôdas as áreas e defendendo os interesses da Rússia, mesmo quando se contraditavam com os objetivos nacionais dos diversos países.

Assentado nessas bases, o Comintern desenvolveu uma intensa ação de propaganda, infiltração e agitações, apoiadas na disciplina e no fanatismo ideológico. Revoluções e violências foram insufladas em todo o mundo. A revolução de 1923 na Alemanha e a intentona comunista de 1935, em nosso País, enquadraram-se nesse esquema de subversão mundial. As divergências entre os líderes supremos do Partido Soviético, particularmente a luta pelo poder, após a morte de Lenine, em 1924, entre os membros do Politbureau russo: Trotsky e Zinoviev, Kamenev e Stalin, refletiram-se no Comintern. Tornou-se necessário intensificar a aplicação do princípio do "centralismo democrático" e da "férrea disciplina do Partido Bolchevista", em tôdas as Seções mundiais. Agentes do Comintern estabeleceram em numerosos paí-

ses, organizações de terrorismo e espionagem e lideraram rebeliões armadas. O Comunismo Internacional fêz sentir a sua ação ampla e poderosa em todos os setores da vida nacional, na política, imprensa, atividades intelectuais, ensino e movimentos sociais.

Trotsky era partidário de um amplo movimento revolucionário mundial, capaz de assegurar a implantação do Comunismo, mesmo sem a base do desenvolvimento industrial que, segundo Marx, era uma condição essencial para o surgimento da sociedade comunista. Stalin achava ser necessário que o comunismo se consolidasse inicialmente na União Soviética, como base para a sua futura expansão. Em 1927, Stalin declarou:

“O revolucionário é aquele que, sem argumentos, incondicionalmente, aberta e honestamente... está pronto para defender e fortalecer a União Soviética, já que esta é o primeiro Estado revolucionário proletário do mundo... O internacionalista é aquele que, sem reservas, sem hesitações, sem condições, está pronto para defender a União Soviética, pois esta é a base do movimento revolucionário mundial, e é impossível defender e estimular êsse movimento sem defender a União Soviética.” (100)

O exílio e posteriormente, o assassinato de Trotsky consolidaram a tese de Stalin.

“Desde essa época, o Comintern nada mais foi do que uma extensão do Partido Comunista Soviético no campo internacional e os líderes comunistas do estrangeiro inteiramente subordinados a Moscou. Assim permaneceu o Comintern no intervalo entre as duas guerras. Foi sempre o instrumento silencioso das exigências soviéticas. Talvez nem sempre servindo ao melhor dos interesses da União Soviética, mas sempre atendendo às determinações de Stalin.” (101)

Logo após o 7.º Congresso Mundial, Stalin iniciou, com o assassinato de Sergei Kirov, os famosos expurgos que atingiram Zinoviev, Rodek, Buchaven, Rikov e Trotsky, e todos aquêles que se mostraram independentes ou prováveis concorrentes. Não escapou o próprio Genrikh Yagod, fiel chefe da polícia secreta de Stalin. O Comintern refletiu a ação terrorista da ditadura soviética e em todos os países se sucederam os atos de violências dos agentes do Comunismo Internacional. No Brasil, os assassinatos da menina Elza Fernandes e dos militares mortos fria e covardemente na intentona de 1935, demonstram o espírito rude e impiedoso que prevalecia nesta época. Na Alemanha, Iugoslávia e outros países, particularmente na guerra civil da Espanha, a violência do Comunismo Internacional apresentou terríveis panoramas.

Na Rússia, os chamados “julgamentos teatrais” liquidaram com todos os opositores de Stalin. O expurgo militar demorou vários anos. Foram fuzilados a maioria dos generais e coronéis e cerca de 30.000 oficiais de patente inferior.

A submissão e a fidelidade dos comunistas em tôdas as nações aos interesses da União Soviética foi um dos mais importantes fatores de ampliação do prestígio e do progresso técnico dêsse País. Através da espionagem e do apoio internacional, a Rússia obteve importantes conhecimentos técnicos, científicos e industriais que lhe economizaram dezenas ou mesmo centenas de anos de trabalhos de investigações.

O comunismo internacional permitiu que a União Soviética, que se diz na base da luta contra o imperialismo, se transformasse na “maior força imperialista de todos os tempos”.

“O imperialismo comunista é inerentemente insaciável. A aceitação do princípio marxista, de que o comunismo deve ser implantado em escala mundial, obriga os comunistas a seguir um rumo que exige pressão constante sobre as nações não comunistas, a fim de preparar o caminho para o chama-

do triunfo inevitável do comunismo. Os comunistas empregam práticas e métodos que atingem todos os aspectos da vida humana. As pressões variam de tipo e intensidade, mas combinam-se para representar uma forma de imperialismo total, que é nova e única pela natureza do seu desafio ao resto do mundo.” (102)

Os acontecimentos internacionais que se iniciaram com o Pacto Stalin e Hitler e envolveram a invasão da Rússia pelo Exército Alemão, trouxeram, como consequência, a decisão de dissolver o Comintern, a 15 de maio de 1943, para emprestar aos aliados a impressão de que os soviéticos haviam abdicado a sua atitude ofensiva de intervenção na vida interna de todas as nações. A imprensa internacional noticiou: “A recomendação feita pelos líderes da Internacional Comunista de que seja eliminado o Comando de Moscou dos partidos comunistas significa que daqui para o futuro o Comunismo deve ser um produto nativo e nacional de cada país.”

“Nos países aliados, os partidos comunistas se devotarão ao esforço de guerra aliado”.

Discute-se, ainda hoje, se a extinção do Comintern foi um ato apenas formal ou efetivo. Na realidade, o Movimento Comunista Internacional prosseguiu, mesmo sem o Comintern, continuou vivo, como ainda se encontra até hoje.

Após a extinção do Comintern, o contróle dos partidos comunistas das diversas nações passou a ser feito pelo Comitê Central do PCUS. Tornou-se, entretanto, clara a necessidade do restabelecimento de uma agência central do Comunismo Internacional. Inúmeras questões surgiram, criando embaraços nas relações entre os partidos comunistas e ameaçando sérias dissensões.

O Cominform, a nova central comunista internacional, surgiu como resultado das conversações... entre Tito e Stalin em 1945 e 1946. A reunião inaugural deu-se em Schreiberbau, na Polônia, em setembro de 1947. A

organização pretendia constituir-se para fins exclusivos de intercâmbio de informações entre os partidos comunistas. Stalin escolheu Belgrado para a sede do Cominform. Havia um grande otimismo nas relações entre a Rússia e a Iugoslávia, que por ter sido libertada sem auxílio soviético, conservava uma relativa independência. No fundo surgia a intenção russa de submeter a Iugoslávia ao domínio progressivo de internacionalismo soviético.

Em março de 1948, Stalin e Molotov, em nome do Comitê Central do PCUS, assinaram uma carta, enviada a todos os partidos comunistas do Cominform, condenando importantes personalidades iugoslavas que haviam criticado “maliciosamente” a União Soviética. Essa carta que continha ameaças indiretas como, por exemplo: “Consideramos a carreira política de Trotsky como um exemplo convincente”. “A reunião do Cominform que se sucedeu e a qual deixou de comparecer a Iugoslávia foi dedicada, por unanimidade, a exclusão desse país!” Dizia a resolução conseqüente: “O Cominform chegou à unânime conclusão de que os líderes do Partido Comunista da Iugoslávia... decidiram separar-se da frente socialista unida, e tomar o caminho da traição à causa da solidariedade internacional das classes operárias, e adotar uma atitude nacionalista”.

A sede do Cominform foi, a seguir, transferida para Bucarest. Em todo o mundo comunista iniciou-se uma tenaz propaganda contra a Iugoslávia. Na Albânia, Kochi Džodze foi executado em junho de 1941, acusado de colaboração com Tito. O mesmo aconteceu ao primeiro-ministro albanês Traidko Kotoff, ao ministro húngaro Lazlo Rajk, ao secretário-geral do Partido da Tchécoslováquia, Rudolf Slansky. Condenações semelhantes atingiram centenas de pessoas.

O Cominform, segundo Günther Nollau, não era um posto de comando central do comunismo. Cita esse autor o “Komunist”, órgão doutrinário do PCUS, no qual se lê: O Cominform é simplesmente um elemento de ligação entre os Partidos Comunistas, sem formar qualquer estrutura de organização.

Outros autores consideram, entretanto, o Cominform, como um dos elementos básicos do Comunismo Internacional e como uma agência central de espionagem soviética. Ferdinand Miksche declara que a Terceira Internacional era assim organizada e nos seguintes escalões:

- 1.º O Cominform, antigo Comintern, comando central, ao qual eram subordinados “Politburos” de vários partidos comunistas;
- 2.º Os partidos comunistas, os quais sob a liderança dos “Politburos” representavam as unidades subordinadas àquele comando;
- 3.º Uma organização secreta que consistia em uma trama inumerável e invisível de agentes de informações dentro dos diversos países e entre os mesmos.

Otto Heilbrunn expõe o mesmo ponto de vista e em seu livro: “O Serviço Secreto Soviético” apresenta pormenores dessa organização.

Até a morte de Stalin, o comitê Central do PCUS iniciou gestões para integrar novamente a Iugoslávia no esquema do Comunismo Internacional.

Krushov, declarou em março de 1955:

“Lamentamos sinceramente o que aconteceu, e estamos determinados em esclarecer as causas que se acumularam durante êsse período. Entre essas causas que se acumularam, devemos incluir, sem hesitações, o papel provocador que Beria, Abakumov e outros, desmascarados como inimigos do povo, executaram nas relações entre a Iugoslávia e a União Soviética. Examinamos cuidadosamente o material em que se baseavam as graves acusações e insultos dirigidos contra os líderes iugoslavos, naquela época. Os fatos mostram que êsse material foi fabricado por inimigos do povo e por agentes ...

do imperialismo que se insinuaram furtivamente nas fileiras de nosso Partido.” (103)

A 17 de abril de 1956, numa demonstração de interesse pelo reatamento das boas relações com a Iugoslávia, os líderes comunistas anunciaram a extinção do Cominform. Dizia a comunicação, publicada no jornal do Cominform, naquela data:

“A criação do Bureau de Informações dos Partidos Comunistas e de Trabalhadores em 1947 desempenhou importante papel abolindo o afastamento entre partidos comunistas que tinham sucedido à dissolução do Comintern; foi um importante fator na intensificação do internacionalismo proletário nas fileiras do Movimento Comunista Internacional e na união de tôdas as classes trabalhadoras e de todos os operários na luta por uma paz duradoura, pela democracia e pelo socialismo. O Cominform e seu órgão de divulgação “Por uma Paz duradoura, pela Democracia Popular” — exerceram uma influência positiva no desenvolvimento e reforço das relações fraternais e intercâmbio de informações entre os Partidos Comunistas e de Trabalhadores na elucidação das questões de doutrina Marxista-Leninista em relação às reais condições dos diversos países, ilustrando as experiências do Movimento Comunista e do Trabalhador Internacional. Isto contribuiu para o desenvolvimento ideológico, político e estrutural dos partidos irmãos e para elevar o prestígio dos Partidos Comunistas entre as massas”.

“Recentemente, todavia, alterações na situação mundial, tais como a emergência do socialismo dos limites nacionais e sua transformação em um sistema mundial a criação de uma zona de paz ostensiva, abarcando países pacifistas, socialistas e não socialistas, o crescimento e a consolidação de muitos Partidos Comunistas em nações Capitalistas e nas suas dependências ou colônias, e a intensifica-

ção de sua luta contra o perigo da guerra e contra as forças reacionárias, a luta pela paz e pelos interesses vitais dos trabalhadores e pela independência nacional de suas pátrias; e finalmente as tarefas, particularmente urgentes, hoje em dia, de evitar o fracionamento da unidade da classe trabalhadora no interesse do sucesso em uma luta pela paz e pelo socialismo; tudo isso criou novas condições para o trabalho dos Partidos Comunistas e de Trabalhadores. O Cominform não corresponde mais, tanto em sua organização, como no campo de suas atividades, a tais condições modernas.”

“O Comitê Central dos Partidos Comunistas e de Trabalhadores pertencente ao Cominform realizou uma troca de opiniões sobre o problema de suas atividades e julgou que a organização estabelecida em 1947 já cumpriu a sua missão. Em consequência, chegaram a um acordo geral para a suspensão das atividades do Cominform e da publicação do seu órgão oficial de imprensa, o jornal: Por uma Paz Duradoura e pela Democracia Popular”. (103 a)

Esse comunicado não foi muito convincente por várias razões. Se o Cominform havia sido tão eficiente na intensificação do Movimento Internacionalista, havia motivos para ampliá-lo, e não extingui-lo. A verdade é que o Comunismo Internacional foi sempre liderado pelo Comitê Central do PCUS e o Comintern e o Cominform não representaram senão agências subordinadas a essa direção principal. Como afirmaram Stalin em entrevista no Pravda, a 30 de maio de 1943 e Zdanov, por ocasião da fundação do Cominform em 1947, Moscou sempre interferiu nos assuntos internos de outros países e os Partidos Comunistas de todas as nações sempre agiram, não segundo os interesses do seu povo, mas de acordo com ordens externas. É o que vamos observar nitidamente ao analisar a situação do Partido Comunista Brasileiro.

O Movimento Comunista Internacional é hoje dirigido pelo próprio Comitê Central do PCUS. O poderio

militar soviético é a força de ameaça que apóia êsse movimento. Para conseguir a supremacia militar a Rússia faz todos os esforços, procurando, também, por todos os meios, neutralizar o poder bélico do Mundo Ocidental.

2. *As divergências do Movimento Comunista Internacional.*

O ATAQUE À MEMÓRIA DE STALIN

A fraternidade comunista revelou desde os seus primórdios, irreconciliáveis dissensões. Em tôda a história dêsse movimento que se diz buscar a meta da felicidade humana, encontramos uma complicada crônica de âtritos e problemas de tôda a natureza, onde questões pessoais ou regionais se espriam internacionalmente, criando focos de infindáveis discussões. As atuais divergências que inspiram os acirrados debates dessa irmandade singular possuem raízes profundas em cuja busca se poderiam perder as pesquisas ou conjecturas. Não penetraremos propositalmente nesse emaranhado cipoal.

Quando Stalin morreu, surgiu a público, de início através das indiscrições e, posteriormente, da inevitável confissão dos próprios líderes soviéticos, um complexo surpreendente de arbitrariedades e atos criminosos que se encontrava oculto sob a proteção de uma das mais violentas ditaduras que o mundo tem suportado.

Êste fato, hoje denunciado, nos leva a meditar sôbre os crimes não revelados, em outras regiões do Globo, submetidas a idêntico regime, e sôbre aquêles que, cometido pelos atuais dirigentes, só poderão ser conhecidos, se o forem, daqui há muitos anos.

Na Sessão Plenária do Comitê Central do PC Polonês, Gomulka declarou:

“No bloco das nações socialistas, foi Stalin quem sempre se manteve no ápice da hierarquia da adulação. Todos os que se encontravam abaixo curvavam as cabeças diante dêle. Não eram apenas as personalidades dirigentes do PCUS e das na-

ções soviéticas que se inclinavam perante Stalin. Eram também os líderes dos Partidos Comunistas das outras nações do Mundo Socialista. O alvo desse culto era considerado como onisciente, sábio, manipulador de tôdas as cousas, capaz de resolver todos os problemas, de dirigir e decidir tudo o que encontrava em sua esfera de ação.” (104)

Como conseguiu êsse tirano construir o império de terror em tôrno de sua figura grosseira e silenciosa? O ambiente de medo que transpirava de sua personalidade era tão intenso que muitas pessoas se intimidavam ao aproximar-se de seu cadáver exposto no Kremlin. Stalin criara e utilizara indiscriminadamente a mais poderosa e violenta Polícia Secreta do mundo. Milhares de pessoas haviam sido fuziladas ou desterradas por sua ordem. O poder de seu braço se estendia a milhares de quilômetros da União Soviética para empunhar uma arma assassina, como a que abateu o seu antigo companheiro Trotsky, exilado e fugitivo no México. Krushov disse, em seu discurso secreto:

“Naquela época, eu costumava conversar com Nikolai Alexandrovitch Bulganin. Um dia, quando viajávamos juntos em um automóvel, disse-me êle: “Algumas vêzes acontece que uma pessoa vai visitar Stalin como amigo e a meu convite. Mas, enquanto essa pessoa está sentada junto à Stalin, duvido se é capaz de saber para onde vai quando se despedir: para casa novamente ou para o cárcere.” (105)

A deformação paranóica de Stalin, descrita pelos atuais líderes soviéticos como a aberração do “culto da personalidade” havia sido prevista por Lenine.

“O camarada Stalin, chegando o Secretário Geral, concentra em suas mãos um poder imenso. Não estou convencido de que êle saiba utilizá-lo sempre com suficiente prudência. Stalin é demasiado gros-

seiro, e êsse defeito, perfeitamente tolerável em nosso meio e nas relações entre nós, comunistas, torna-se insuportável no pôsto de Secretário-Geral. Por isso, proponho aos camaradas pensar em uma maneira de deslocar Stalin dêsse pôsto e designar para êsse lugar outra pessoa que, em todos os demais aspectos, tenha apenas sôbre o camarada Stalin uma vantagem, isto é, maior tolerância, mais lealdade, mais cortesia, mais atenção com os camaradas e que seja menos rancoroso.” (106)

A denúncia contra o camarada Stalin, após seu falecimento, causou repercussão mundial, por mais que se procurasse envolver tôdas as declarações em uma cortina diáfana de sigilo. Krushov confessou:

“Nas vésperas do XX Congresso, colocava-se a questão nestes têrmos: ou o Partido condena abertamente, à maneira leninista, os erros e deformações cometidos no período do culto à personalidade de J. V. Stalin e repudia os métodos de direção do Partido e do Estado que se converteram num freio ao nosso vanço, ou se imporiam as fôrças aferradas ao velho e que resistiam a tudo o que é nôvo e criador. A questão se colocava precisamente com essa agudeza.” (107)

“Havia necessidade de criticar assim, franca e àsperamente, os enormes erros e as pesadas consequências decorrentes do culto à personalidade?

Sim, havia essa necessidade. Após o desmascaramento do inimigo jurado e aventureiro Béria, tornaram-se evidentes em tôda a plenitude, perante o Comitê Central, como resultante de uma minuciosa análise e um profundo estudo de uma série de documentos, as mais grosseiras violações da legalidade socialista, abusos de poder, arbitrariedades e repressões contra numerosas pessoas honradas, inclusive contra destacadas personalidades do Partido e do Estado Soviético. O Comitê Central, profundamente consciente de suas responsabilidades

perante o Partido e o povo, não podia seguir o caminho de ocultar ou encobrir os erros e deformações que tiveram lugar no passado.” (108)

Em consequência dessa decisão de Krushov, liderando o Comitê Central, caíram em desagrado vários dirigentes do Partido, sendo devidamente alijados, “à maneira leninista”.

Krushov denuncia:

“Contra a orientação leninista do Partido, manifestou-se o grupo fracionista antipartidário de Molotov, Kaganovitch, Malenkov, Vorochilov, Bulgânin, Pervukin, Saburov e seu aderente Chepilov.” (109)

Observemos, de passagem, a curiosa nomenclatura comunista que permite dar aos que estão no poder o valorizante qualificativo de leninista, enquanto que os adversários liquidados ou a liquidar são classificados como “antipartidários” ou “fracionistas”.

“A luta contra o grupo antipartidário — prossegue Krushov — foi uma aguda luta política de princípios, uma luta do nôvo contra o velho”. (110)

E para explicar a estranha queda de seus antigos companheiros, justifica:

“A história conhece não poucos exemplos de dirigentes que, em certa etapa de sua vida, se destacaram e passaram a desempenhar um papel relevante, mas, em seguida, como que se congelaram e perderam paulatinamente o seu valor”. (111)

Havia acontecido exatamente isto com êsses importantes líderes a que se referia Krushov, haviam sido “congelados”.

Os aspectos da luta pelo poder após a morte de Stalin são importantíssimos e revelam facetas, ao mesmo tempo, de um primarismo e de uma argúcia impressionantes.

Selecionamos alguns trechos do discurso de Krušov, a 27 de outubro de 1961:

“Muitos camaradas que aqui falaram, condenaram, indignados, a daninha atividade antipartidária do punhado de fracionistas encabeçados por Molotov, Kaganovitch e Malenkov. Todo o nosso Partido, todo o povo, repeliram êsses renegados, que se opunham a tudo o que é nôvo e tentaram restabelecer os viciosos métodos dominantes no período do culto à personalidade. Queriam voltar àqueles tempos, tão difíceis para nosso Partido e para o País, quando ninguém se achava a salvo do arbítrio e das repressões. Sim, Molotov e outros queriam precisamente isso”. (112)

Recorda, a seguir, algumas das passagens da história do Partido, e conta:

“Stalin podia olhar um camarada ao lado do qual se sentava à mesa e dizer: “O seu olhar hoje está fugidio. Depois disso, podia-se considerar que o camarada de olhar fugidio estaria sob suspeita”. (113)

“O início das repressões em massa teve lugar depois do assassinato de Kirov. É necessário ainda empenhar bastantes esforços para saber realmente quem é o culpado por sua morte. Quanto mais profundamente estudamos os materiais relacionados com a morte de Kirov, tanto maior é o número de problemas que surgem. Desperta a atenção o fato de que o assassino de Kirov fôra detido duas vezes anteriormente pelos membros da Checa, junto do Palácio Smolni, estando armado. Mas, por ordem de alguém, foi, ambas as vezes, pôsto em liberda-

de. E êsse homem foi encontrado no Smolni, armado, no corredor pelo qual habitualmente passava Kirov. E, não se sabe por que, aconteceu que, no momento do assassinato, o chefe da guarda pessoal de Kirov estava a grande distância dêle, embora, pelas instruções, não tivesse o direito de separar-se a tal distância da pessoa que protegia". (114)

Krushov narra depois a eliminação do guarda pessoal de Kirov:

"Êles declararam que o chefe da guarda morrera em consequência do acidente de automóvel, quando, na realidade, fôra assassinado pelos que o acompanhavam". (115)

E prossegue:

"Dessa forma foi assassinado o homem que protegia Kirov. Depois, fuzilaram aquêles que o tinham morto". (116)

Mais adiante, referindo-se a seus adversários, acusa Krushov:

"Naturalmente, não queriam examinar semelhantes assuntos. Ouvistes o discurso do camarada Chelepin. Êle narrou muitas coisas ao Congresso, mas, é claro, está longe de ter dito tudo o que agora se desvenda. Morreram milhares de pessoas inteiramente inocentes, e cada homem é tôda uma história. Morreram muitas personalidades do Partido, do Estado e do Exército."

"Vítimas das repressões foram tão destacados chefes militares como Tukhatchevski, Iakir, Uborievitch, Kork, Iegorov, Eidman e outros. Eram homens de mérito do nosso Exército, sobretudo Tukhatchevski, Iakir e Uborievitch, conhecidos

chefes militares. Posteriormente foram vítimas das repressões Bliukher e outros militares de renome". (117)

Krushov passa a narrar os impressionantes episódios do fuzilamento de Iakir, do suicídio de Ordjonikidze e da execução de Aliccha Svanidze, irmão da primeira mulher de Stalin.

"Assim morreram muitas pessoas inocentes. Eis o que significa o culto à personalidade". (118)

Passa, então, a acusar o grupo denominado "fracionista". E conta:

"Kaganovitch telefonou-me e disse: "Camara-da Krushov, eu te conheço há muitos anos. Peço que não se permita que procedam comigo da forma como se perseguiram as pessoas na época de Stalin". Eu lhe respondi: "Camarada Kaganovitch: Suas palavras confirmam uma vez mais quais os abomináveis métodos que tencionáveis pôr em prática para a consecução de vossos abomináveis fins... Recebereis trabalho e podereis tranqüilamente trabalhar e viver, se trabalhades honestamente, como trabalham todos os soviéticos". (119)

Com Vorochilov, Krushov é clemente: Ele havia se declarado culpado e reconhecera seus erros, à maneira leninista:

"O camarada Vorochilov foi severamente criticado, e essa crítica lhe foi feita porque ele cometeu grandes erros e os comunistas não podem admiti-los. Mas eu considero que devemos nos comportar atenciosamente para com o camarada Vorochilov, demonstrar magnanimidade. Confio em que ele esteja sendo sincero ao condenar as suas posições e arrepender-se delas". (120)

O camarada Vorochilov foi “convidado” a pedir dispensa do seu cargo de Presidente do Presidium do Soviet Supremo, por “motivo de saúde”.

Como se explica essa violenta permutação nas bases da política interna adotada pelo PCUS? Que repercussões visaria no movimento internacional?

Günther Nollau realiza a seguinte análise:

“O internacionalismo proletário, como um conceito, não foi objeto de considerações no XX Congresso do PCUS (14 a 25 de fevereiro de 1956), o que indica quão pouco importante parecia aos organizadores o problema das relações internacionais entre os Partidos Comunistas, nessa época. Vários oradores referiram-se às “relações fraternais entre os países do Mundo Socialista”, sem, entretanto, esclarecer em que poderia consistir essa “fraternidade”. Krushov mencionou apenas uma vez o “internacionalismo proletário”, ao cabo de algumas observações sobre a questão das nacionalidades dentro da União Soviética. Não se aprofundou, todavia, nos elementos desse internacionalismo”.
(121)

Contrastando com isto, os fatores que vinham surgindo desde a reabilitação de Tito, em 1955, e que poderiam influir sobre as relações entre os Partidos Comunistas no curso do ano de 1956, foram exaustivamente discutidos: a questão das diversas formas de transição para o Socialismo e o problema do Culto a Stalin, no qual Krushov penetrou, discorrendo com uma franqueza inédita. Parece que o Presidium do Comitê Central do PCUS tornou-se cauteloso na apreciação dos efeitos do conhecimento desses fatores sobre as relações entre os Partidos Comunistas. Os resultados que se esperavam do XX Congresso nos círculos soviéticos, são atestados por essa passagem de um artigo do Pravda, de 16 de julho de 1956: “As decisões tomadas no XX Congresso do Partido abriram majestosas perspectivas de unificação de todas as forças que apóiam a Paz e o Socialismo”.

No campo interno da luta pelo poder, o XX Congresso consolidou a vitória de Krushov sobre a ala tradicional, ligada ao falecido Stalin. Krushov reduziu impiedosamente os seus opositores, expondo-os inermes no pelourinho de uma assembléia mundial. A verdade, porém, é que no plano externo a denúncia de Krushov foi o ponto de partida para inumeráveis dissensões. Togliatti, em entrevista dada a Alberto Moravia, no *Nuovi Argomenti*, declarou que não era bastante denunciar os erros de Stalin, mas tornava-se necessário também expor as falhas do sistema soviético que permitiram tais erros, para que todo o Mundo Socialista ficasse advertido contra eles. Segundo sua opinião, mantinha-se o campo propício ao culto da personalidade. Havia sido trazido à tona “o problema dos perigos da degeneração burocrática, a asfixia da vida democrática e a alienação dos líderes da iniciativa, da crítica e das massas”.

Tito, em novembro de 1956, declarou que as afirmações dos estadistas soviéticos estavam incorretas ao atribuírem os erros da política de Stalin ao culto da personalidade. Segundo o chefe do Governo Iugoslavo, tais erros resultaram do sistema soviético e não diretamente das falhas morais daquele ditador, cuja ascensão tal sistema propiciou.

Segundo a Resolução do XX Congresso, a verdade havia sido dita, doesse a quem doesse. Essa “verdade” omitira, porém, o assassinio de Trotsky, dos oficiais poloneses em Katyn e outros crimes dessa natureza. Não se referia ao levante dos trabalhadores de Poznam.

Alguns meses depois desse Congresso, onde se expuseram os crimes de Stalin, Tito afirmava em Pola, a respeito da intervenção soviética na revolução húngara:

“Estou convencido de que o sangue derramado na Hungria e os terríveis sacrifícios do povo húngaro tiveram um efeito positivo e que os camaradas soviéticos, mesmo os elementos stalinistas, perceberão que as coisas não podem ser realizadas

dêsse modo, nunca mais. As coisas não podem ser feitas assim nunca mais. É trágico para todos nós que o Socialismo tenha realizado golpe tão temerário. O Socialismo está comprometido". (122)

Em suas relações com a Iugoslávia, a liderança política soviética perseguia o objetivo de submeter essa nação, cuja situação de independência em relação à comunidade socialista, regida pela Rússia, garantiu-se ao fato de ter sido libertada do jugo nazista por seus próprios meios. Esse intento levou Krushov a atribuir a Béria, Abakumov e outros "inimigos do povo", já silenciados pelas armas, as provas contra a Iugoslávia.

A dissolução do Cominform foi outro passo neste sentido. A independência iugoslava cria uma brecha intolerável no Mundo Socialista. Na realidade a batalha contra o chamado "revisionismo" iugoslavo, é uma permanente luta para a submissão dêsse País.

O CASO DA ALBÂNIA

No XXII Congresso do PCUS, Krushov colocou em foco o caso albanês. A pequena Albânia se insurgira contra a opressiva tutela soviética, desde a época do XX Congresso. Dizia o Secretário do PCUS:

"No informe do Comitê Central, assim como nos discursos dos delegados ao Congresso, falou-se das posições errôneas dos dirigentes do Partido Albanês do Trabalho, que se colocaram em luta contra a linha do XX Congresso do nosso Partido, no sentido de minar as bases da amizade com a União Soviética e outros países socialistas". (123)

Os membros do Presidium do Comitê Central do PCUS tentaram diversas vezes encontrar-se com os dirigentes albaneses, a fim de discutir os problemas surgidos.

Quando, por insistência do CC do PCUS, teve lugar um encontro, Enver Hodja e Mehmet Chohu levaram-se ao fracasso e passaram a ações que não podiam ser qualificadas senão como provocadoras.

Imagine-se a Albânia a provocar, zombeteiramente, a União Soviética!

Nikita Krushov continua queixando-se:

“Os dirigentes do Partido Albanês do Trabalho abandonaram ostensivamente a Conferência de novembro, demonstrando que não desejam ter em conta as opiniões coletivas dos partidos irmãos. As nossas propostas ulteriores de nos encontrarmos, trocar opiniões e eliminar as divergências, responderam êles novamente com uma grosseira recusa e intensificaram a campanha de ataques e calúnias contra o nosso Partido e seu Comitê Central.”

“A Albânia é o único país do campo socialista onde não foi publicado o texto completo do projeto de programa do PCUS.”

“Nosso grande partido suportou mais de uma vez furiosos e sórdidos ataques da parte de inimigos declarados ou dissimulados do comunismo. Mas deve-se dizer abertamente que não recordamos um caso em que alguém tenha passado com tão vertiginosa rapidez dos protestos e juras de eterna amizade à calúnia anti-soviética desenfreada, como o fizeram os dirigentes albaneses.”

“Certamente consideram que, por tal caminho, estão preparando o terreno para serem dignos das dádivas dos imperialistas. Os imperialistas estão sempre dispostos a pagar os trinta dinheiros a quem levar a cisão às fileiras dos comunistas. Mas êsses dinheiros nunca trouxeram a ninguém senão desonra e vergonha.”

“Por que os dirigentes albaneses desencadearam a luta contra as resoluções do XX Congresso de nosso Partido?”

“Em primeiro lugar, os dirigentes albaneses não aceitaram a decidida condenação do culto à personalidade de Stalin e suas nocivas conseqüências.”

“Os dirigentes albaneses acusam-nos de que, segundo eles, interviriámos nos assuntos internos do Partido Albanês do Trabalho.” (124)

Krushov explica, a seguir, que essa intervenção foi em defesa de uma mulher grávida que ia ser fuzilada. E ameaça:

“Mas nós estamos convencidos de que chegará a época em que os comunistas albaneses, o povo albanês pronunciarão a sua palavra e então os dirigentes albaneses terão que responder pelo dano causado a seu país, a seu povo, à causa da construção do socialismo na Albânia.” (125)

Eis aí, o prenúncio da ação repressiva contra um pequeno País que ousou desafiar o colosso guardião do fogo comunista.

Todor Jivkov, Secretário do CC do PC da Bulgária, esposando o mesmo ponto de vista de Krushov, defendeu a subordinação às diretrizes da União Soviética. Relembrando que o VIII Congresso do Partido Comunista da Albânia havia decidido: “O Programa do Partido Comunista da União Soviética é, ao mesmo tempo o nosso Programa”, Jivkov declara:

“Os dirigentes albaneses afirmaram que os atos do governo soviético constituíam uma traição à revolução, uma política de “capitulação ante a chantagem do imperialismo norte-americano”, que só podia ser exaltada pelos “traidores, covardes e hipócritas”. Vemos, pois, que os dirigentes do Partido Albanês do Trabalho, pelo conteúdo objetivo de suas ações, deram realmente as mãos aos círculos mais reacionários e mais extremamente militaristas dos países imperialistas.

Porventura, são estas ações dos dirigentes albaneses que constituem seu mérito histórico diante da humanidade?

A política divisionista da direção do PAT prejudica o sistema socialista mundial e causa um

dano ainda maior aos interesses de seu próprio país. A experiência histórica nos diz que os intentos de afastar-se da comunidade socialista mundial, de isolar-se dela, conduzem a um considerável incremento das dificuldades econômicas e políticas do país em questão, a um enorme desperdício do trabalho social a um aumento dos custos e a uma diminuição do ritmo de desenvolvimento. O auto-isolamento cria o perigo real de que surjam tendências anti-socialistas e de que se percam as conquistas socialistas. A isto conduz precisamente a linha sectária dos dirigentes albaneses. Com suas ações hostis, alheias ao leninismo, colocam-se à margem do campo socialista, à margem das fileiras do movimento comunista mundial". (126)

Em todo o Mundo Socialista levantou-se uma condenação violenta contra a atitude albanesa, que, por sua vez, foi defendida pela China Comunista. Todos os Partidos Comunistas passaram a condenar a Albânia. Nem faltou a voz do Partido Comunista Brasileiro. Ivan Ramos Ribeiro escreveu em "Novos Rumos":

'O que é grave na posição dêesses dirigentes (albaneses) é justamente que êles, por trás de frases sonoras sobre o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário, de juras de fidelidade eterna à unidade do movimento comunista internacional e à sua vanguarda, o PCUS, de protestos de dedicação à causa de defesa da paz mundial, etc. — passaram a agir, desde há algum tempo e de maneira cada vez mais ostensiva, em oposição à orientação comum do movimento comunista internacional, estabelecido coletivamente nas Conferências de 57 e 60, com a participação e aprovação inclusive dos dirigentes albaneses.

Essa posição fere a unidade do movimento.

Era inevitável que, em tais condições os dirigentes albaneses entrassem em conflito logo em primeiro lugar contra o PCUS e seu Comitê Central, pois o Partido Comunista da União Soviética, como se diz na declaração

de 1960, “foi e continua sendo a vanguarda por todos reconhecida do movimento comunista mundial.” (127)

A Albânia explica, entretanto, êsses fatos de maneira completamente diversa. Na publicação: “As Idéias do Marxismo-Leninismo triunfaram sôbre o Revisionismo”, o Partido do Trabalho da Albânia apresentou alentada argumentação sôbre o caso, fazendo sérias acusações a Krushov. Declara assim:

“A atitude anti-marxista de N. Krushov contra o Partido do Trabalho da Albânia é a consequência inevitável de seu desvio das posições teóricas do Marxismo-Leninismo.

Os fatos demonstram que tôdas as “tentativas” de N. Krushov junto ao Partido do Trabalho da Albânia têm procurado, não resolver as divergências mas, piorar as relações albano-soviéticas. N. Krushov e seu grupo, especialmente a partir da reunião de Bucareste, vêm tentando, de modo sistemático, e com intensidade crescente, o seguinte: *em primeiro lugar*, alinhar o nosso partido na sua linha oportunista e em sua atitude anti-marxista e divisionista no campo do socialismo; *em seguida*, tapar-lhe a bôca, impedindo-lhe de alçar a voz contra os seus pontos de vista e seus atos anti-marxistas; *mais tarde*, impor ao Partido do Trabalho da Albânia, com tôda a classe de pressões a submissão; e *por fim*, liquidar o nosso partido ou, se isso não fôsse possível, pelo menos isolá-lo”. (128)

Com a queda de Krushov, abriu-se nova perspectiva para uma reconciliação entre a União Soviética e a Albânia.

O CASO DA CHINA COMUNISTA

A doutrina da coexistência pacífica foi anunciada no XX Congresso do PCUS. No XXI Congresso, interessado em solucionar o problema da Alemanha, Krushov reforçou a sua argumentação e declarou:

“Sustentamos o critério de que os povos devem viver em paz, qualquer que seja a estrutura social

dos Estados, e que tôdas as questões em litígio que surgem entre êles, devem resolver-se por via pacífica e não por meio de guerra". (129)

Essa doutrina se contrapõe aos interesses da China Comunista que tem diante de si o problema insolúvel de Formosa, as suas pretensões territoriais em território indiano, a expansão comunista no Sudeste Asiático, sem falarmos no caso da Mongólia Central, onde a União Soviética exerce literal domínio político. O Partido Comunista Chinês, não tem, por outro lado, nenhuma razão de dependência em relação ao PCUS e não pode aceitar a paternal e rigorosa tutela que êste Partido se atribui sôbre tôdas as organizações do movimento Comunista mundial. Na Ásia, o PC Chinês, ascendente em seu prestígio internacional, disputa com o PC Soviético a liderança política. O ataque ao Tibé e a violação da fronteira indiana pela China Comunista contrapuseram-se à política de coexistência pacífica anunciada pela Rússia. Em 1959, Krushov declarou em Moscou que era essencialmente "estúpida" a disputa fronteiriça com a Índia.

Embora nenhuma referência tenha sido feita, no XXII Congresso, à diferença de pontos de vista entre a China e a União Soviética, o fato é que desde 1957 essa dissensão se vem pronunciando cada vez mais. A China considera a doutrina da coexistência pacífica e de que as guerras no mundo moderno não são inevitáveis como um rompimento dos princípios leninistas e, por conseguinte, expressões de um "revisionamento" capaz de abalar, amortecer e retardar a marcha expansionista do Comunismo Mundial.

Como se evidenciou a cisão entre os dois maiores partidos comunistas do planêta? O editorial do Renmin Ribac, de Pequim: "Resposta ao camarada Thorez e outros camaradas, no curso de uma longa análise sôbre a origem das divergências", dizia o seguinte, a 27 de fevereiro de 1963:

“Ao atacar o Partido Comunista da China, Thorez (Secretário-Geral do Partido Comunista Francês) e outros camaradas referiram-se à natureza de nossa época, à apreciação do imperialismo, à guerra e à paz, à coexistência pacífica, à transição pacífica e outros problemas. Mas um exame cuidadoso revelará que não fizeram mais do que repetir os argumentos de outras pessoas”.

“Se Thorez e outros camaradas querem aceitar os pontos de vista e resoluções do outro Partido, isso é com eles. Nós, do Partido Comunista da China, sustentamos sempre que os princípios de ação comum obrigatórios para nós e para todos os demais partidos irmãos só podem ser os do marxismo-leninismo, só podem ser os documentos conjuntos estabelecidos em acórdos unânimes por todos os partidos irmãos, e não pelas resoluções de um Congresso de um Partido irmão qualquer, ou coisa que o valha.”

“Os fatos revelam claramente que as divergências produzidas nos últimos anos no movimento comunista mundial devem-se inteiramente a alguns camaradas de um partido irmão que violaram inteiramente a Declaração de Moscou, de 1957, aprovada por unanimidade pelos Partidos Comunistas e Operários dos diversos países.”

“Eles anunciaram a tese científica de que o imperialismo é a origem de tôdas as guerras de nossa época e de que, enquanto subsiste o imperialismo, haverá terreno para as guerras de agressão.”

“Violaram a tese de que para impedir a guerra mundial, devemos apoiar-nos na luta comum do campo socialista, do movimento de liberação nacional e do movimento das massas de povos pela paz.”

“Apresentaram as conversações de Camp David como uma “nova etapa”, uma “nova era” nas relações internacionais e uma “virada na história”.”

“Chegaram até a estender a coexistência pacífica entre os Estados dos dois sistemas diferentes e relações entre as classes opressoras e as oprimidas, entre as nações opressoras e as nações oprimidas, alegando que a coexistência pacífica é o caminho dos diversos países até o socialismo. Tudo isso representa um desvio completo do ponto de vista marxista-leninista da luta de classes. Na realidade, empregam a coexistência pacífica como pretexto para negar a luta política contra o imperialismo e pela causa da liberação dos povos, e para negar a luta internacional de classes.”

“À tese da Declaração de Moscou, de 1957, que estabelece a existência de duas formas de transição do capitalismo para o socialismo: pacífica e não pacífica, e que “as classes dominantes não cedem voluntariamente o Poder”, êles contrapuseram o princípio unilateral da “possibilidade cada vez mais prática” da transição pacífica, alegando que esta “já é uma possibilidade real para uma série de países”.

“O fato é que as divergências internas entre os países irmãos não se tornaram públicas no verão de 1960, mas muito antes disso, nas vésperas das conversações de Camp David, em setembro de 1959, ou mais exatamente, a 9 de setembro de 1959. Nesse dia, um país socialista, fazendo-se alheio às repetidas explicações sobre a verdade e aos conselhos de parte da China, deu a conhecer, precipitadamente, por intermédio de sua agência oficial de notícias, uma declaração sobre o incidente de fronteiras sino-indiano. Sem fazer uma distinção entre o justo e o errôneo, essa declaração manifesta o seu “pesar” ante o choque fronteiriço sino-indiano, quando na realidade condenava a posição correta da China. Êles o classificaram, além disso, de “lamentável” e “estúpido”. Essa foi realmente a primeira ocasião na história em que, sendo país socialista, objeto de provocações arma-

das por parte de um país capitalista, outro país socialista, ao invés de condenar os reacionários que haviam iniciado essas provocações armadas, condenou o país irmão.” (130)

Em abril de 1960, a Bandeira Vermelha, órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, publicou um artigo intitulado “Viva o Leninismo”, através do qual apoiavam na teoria leninista a rejeição pela China, da doutrina de coexistência pacífica de Krushov. Imediatamente, a imprensa moscovita respondeu indiretamente a argumentação chinesa procurando demonstrar que a tese da “não-inevitabilidade” das guerras mundiais era justamente uma criação de Lenine e que os seus detratores se filiavam ao esquerdismo tão condenado pelo mesmo Lenine.

Pouco tempo depois, em junho de 1960, reuniram-se os representantes dos Partidos Comunistas de todo o Mundo, em Bucareste, no III Congresso do Partido dos Trabalhadores da Rumânia. Nesse conclave, Krushov apresentou detalhada exposição da política de “coexistência pacífica” e a declaração final do Congresso, subscrita pelos chineses, abria a êstes uma concessão ao reconhecer que a “existência de um imperialismo criava condição para as guerras de agressão”.

Todavia, como acusam os chineses, no documento que vimos transcrevendo:

“Depois das conversações de Bucareste, os camaradas que haviam atacado o Partido Comunista da China não se fizeram esperar na adoção de uma série de graves medidas, exercendo pressões econômicas e políticas, desfazendo aleivosas e unilateralmente, os acôrdos e contratos concertados entre os países irmãos, sem que lhes importassem as políticas internacionais estabelecidas, acôrdos e contratos que não eram poucos e nem mesmo dezenas, mas centenas.” (131)

E declarava taxativamente:

“Este procedimento sinistro de estender as divergências ideológicas às relações entre Estados, constitui uma violação total do internacionalismo proletário e dos princípios que regem as relações entre os países socialistas irmãos da Declaração de Moscou, de 1957.” (132)

Em outro documento declaram os editoriais do “Diário do Povo” e do “Bandeira Vermelha”:

“Em julho (de 1960), repentina e unilateralmente, o Governo Soviético decidiu retirar da China, no período de um mês, todos os especialistas soviéticos, assim rompendo centenas de acordos e contratos. Ao mesmo tempo, o Governo Soviético rompeu unilateralmente o acordo sobre publicação e distribuição, por um país no outro, em base de reciprocidade das revistas “A Amizade” e a “Amizade Soviética-Chinesa”; exigiu absurdamente que o Governo Chinês chamasse de volta, um membro do pessoal de nossa Embaixada na União Soviética e provocou distúrbios na fronteira sino-soviética.” (133)

Pelo visto, a direção do PCUS acreditava que, apenas brandindo a batuta, reunindo alguns valentões para desfechar um ataque envolvente e exercendo colossal pressão política e econômica poderia obrigar o Partido Comunista Chinês e o povo chinês a renunciar à sua posição marxista-leninista e internacionalista proletária e submeter-se a suas determinações revisionistas e de chauvinismo de grande nação. Mas o PC Chinês e o povo chinês, longamente provados e temperados, não podem ser derrotados nem esmagados. Equivocaram-se inteiramente em seus cálculos os que tentaram fazer com que caíssem de joelhos, organizando um ataque envolvente e exercendo pressões.

Em novembro de 1960, realizou-se em Moscou, a Conferência dos Partidos Irmãos, na qual como não poderia deixar de acontecer, desenvolveu-se uma intensa luta entre a corrente soviética, majoritária, e a linha política defendida pela China. O acirramento dos ânimos estêve a ponto de ocasionar uma ruptura. Todavia, disfarçadas concessões de ambas as partes permitiram um acôrdo final, consubstanciado em uma Declaração que não poderia exprimir evidentemente um pensamento definitivo. A verdade é que ambos os contendores procuram apresentar os resultados como vitórias próprias. O PCUS declara que a delegação chinesa ficou inteiramente “isolada” na conferência, enquanto o PC Chinês informa que “a linha e os pontos de vista revisionistas da direção do PCUS foram repudiados no fundamental e a linha marxista-leninista conquistou expressiva vitória”.

A partir dessa época a evolução da política internacional aprofundou ainda mais as divergências sino-soviéticas. A Rússia rompeu relações diplomáticas com a Albânia e, em carta dirigida ao PC Chinês, a 22 de fevereiro de 1962, acusou êste Partido de adotar uma posição peculiar” e apoiar facciosamente o Partido Albanês do Trabalho. Rejeitou ainda uma proposta de intermediação da Indonésia, Vietnam e Nova Zelândia. Em abril e maio de 1962 ocorreram incidentes na zona fronteira do Lili. Declaram os chineses que os soviéticos seduziram e coagiram “dezenas de milhares de cidadãos chineses a passar para o território soviético”, negando-se a repatriá-los, apesar dos protestos da China.

Em agosto de 1962, o governo chinês protestou contra um possível acôrdo com os Estados Unidos, a respeito das provas nucleares, acusando a Rússia de concertar com aquêle País o monopólio nuclear:

“A direção do PCUS mostra-se cada vez mais desejosa de transações políticas com o imperialismo norte-americano e empenhou-se em estabelecer uma aliança reacionária com Kennedy, em prejuízo dos interesses do campo socialista e do movi-

mento comunista internacional. Exemplo notório disso foi o fato de, durante a crise do Caribe, a direção do PCUS ter caído de joelhos ante a chantagem nuclear do imperialismo norte-americano e, violando a soberania de Cuba, aceitou a exigência do Governo norte-americano de realizar a “inspeção internacional”, cometendo-se assim o êrro do capitulacionismo.” (134)

Declara ainda o Partido Comunista Chinês:

“A partir de novembro de 1962, no campo internacional, a direção do PCUS opôs-se de forma ainda mais violenta ao PC Chinês e outros partidos marxistas-leninistas e forjou uma nova contracorrente destinada a dividir o campo socialista e o movimento comunista internacional. Krushov proferiu sucessivos discursos e a imprensa soviética publicou centenas de artigos atacando o PC Chinês numa série de problemas. Por ordem dos dirigentes do PCUS, os congressos dos partidos irmãos da Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia, Itália e da República Democrática Alemã, transformaram-se em palco de grande espetáculo anti-chinês; mais de quarenta partidos irmãos publicaram resoluções, declarações e artigos atacando o PC Chinês e outros partidos marxistas-leninistas.” (135)

Esse fato é absolutamente verídico. Basta folhear as revistas comunistas de todo o mundo, inclusive a “Problemas da Paz e Socialismo”, para verificar a existência de numerosos artigos, de autores de várias nacionalidades, inclusive brasileiros, apoiando a União Soviética em sua luta ideológica com a China Comunista. O próprio PCB em declaração oficial assinada por Luiz Carlos Prestes e publicada no semanário “Novos Rumos”, expõe o seu integral acatamento às diretrizes de Moscou, denunciados pela China.

Esta violenta polêmica exprou-se de modo definitivo e público, suscitando um sem número de pronun-

ciamentos e manifestações contra as quais se sobrepunham as sucessivas “Cartas-abertas” dos Partidos Comunistas da União Soviética e da China.

Assim, em carta-aberta de 21 de fevereiro de 1963, o PCUS propõe a convocação de uma Conferência para assegurar a “Unidade e melhorar a atmosfera nas relações recíprocas entre os partidos irmãos”.

Pequim responde a 9 de março, aceitando a sugestão soviética, propondo a união em torno do “marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário e das duas Declarações de Moscou”.

A 30 de março, em carta ao PC do PCUS, dirige-se o CC do PC Chinês, dizendo não poder Krushov aceitar o convite para visitar a China, mas, apresentava, entretanto, um convite a Mao-Tse-Tung para “descansar na URSS e sentir de perto a vida do povo soviético”. Expunha os problemas políticos mundiais e defendia a coexistência pacífica, que “pressupõe a luta infatigável, ideológica, política e econômica, entre os dois sistemas sociais; a luta de classe dos trabalhadores nos países do sistema capitalista, inclusive a luta armada, quando os povos a consideram necessária; o incremento incessante do movimento de libertação nacional dos povos dos países coloniais e dependentes”.

A carta é longa e conclui com uma peroração em favor da unidade do movimento comunista internacional e do triunfo da doutrina revolucionária do marxismo-leninismo.

O PC Chinês respondeu a 14 de junho, contestando os aspectos doutrinários expostos na missiva do PCUS, alegando que as condições internacionais se alteraram atualmente, já não existindo apenas um país socialista, mas um Mundo Socialista com 13 países populosos, e que a “luta revolucionária anti-imperialista dos povos da Ásia, África e América Latina não é, em absoluto, um problema de significação regional, mas de importância capital para a causa da revolução mundial do proletariado internacional”. Demonstra que a conquista pacífica do mundo pelo socialismo é uma utopia e que “um mundo sem armas, sem exércitos, e sem guerras”

é ilusão irrealizável. Ataca a luta contra “o culto da personalidade” defendendo a necessidade de existência dos chefes “eleitos às posições de maior responsabilidade”.

Contrapõe-se, dest’arte, a todos os pontos de vista defendidos pelo PCUS. Informou que Mao-Tse-Tung não poderia visitar a URSS, mas que concordava em enviar uma delegação a Moscou.

O CC do PCUS, exatamente um mês depois, publicou no “Pravda” uma carta-aberta às organizações partidárias e a todos os comunistas da União Soviética.

Nesse documento lamentava que “infelizmente os acontecimentos verificados ultimamente mostraram que os camaradas chineses interpretaram à sua maneira nossa atitude discreta”. Acusam violentamente os chineses tachando-os de inamistosos, caluniadores e obstinados. “Gostaríamos de perguntar, dizem os soviéticos, aos camaradas chineses que propõem construir um futuro maravilhoso nas ruínas do velho mundo destruído na guerra termo-nuclear: Eles se aconselharam nessa questão com a classe operária dos países onde domina o imperialismo? O PCUS defende a posição russa na questão do Caribe e contestam as demais acusações chinesas, dizendo que “a atividade divisionista da direção chinesa nas fileiras do movimento comunista internacional provoca uma indignação e resistência legítimas por parte dos países marxistas-leninistas irmãos”.

Os camaradas chineses, acrescenta a carta, arrogante e injuriosamente, acusam os Partidos Comunistas da França, da Itália, dos EUA, e de outros países nem mais nem menos de oportunismo e reformismo, de “cretinismo parlamentar e até mesmo de resvalamento para o “socialismo burguês”.” Com que fundamento? O de que esses partidos não lançam a palavra-de-ordem da revolução proletária imediata, embora os próprios camaradas chineses devam compreender que não se pode fazer isso sem a presença de uma situação revolucionária”.

O Brasil é citado nominalmente nessa carta: “A direção do Partido Comunista Chinês organiza e apóia diversos grupos antipartidários de renegados que atuam

contra os partidos comunistas dos EUA, Brasil, Itália, Bélgica, Áustria e Índia”.

No Brasil recebem apoio dos camaradas chineses grupos de fracionistas expulsos das fileiras do Partido (como, por exemplo, o grupo de Amazonas-Grabois).

Em Pequim, o “Diário do Povo” e o “Bandeira Vermelha”, em editorial, publicaram, a 6 de setembro de 1963, um comentário à carta-aberta soviética de 14 de julho, sob o título: “Origem e evolução das divergências entre a direção do PCUS e nós”. Nesse artigo historiam toda a questão e acusam os membros do CC do PCUS de mentirosos. E acrescentam: “Não é de hoje que os comunistas chineses observam os erros de direção do PCUS. Desde o XX Congresso observamos uma inquietação que a direção do PCUS enveredou pelo caminho do revisionismo”.

Os dirigentes do PCUS é que provocaram e estenderam a atual polêmica no movimento comunista internacional e no-la impuseram.

“Uma vez que eles é que nos atacaram em grande escala e nos lançaram inescrupulosamente toda a classe de calúnias, uma vez que traíram abertamente o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário e rasgaram publicamente as Duas Declarações, não podem esperar que não lhes respondamos, que não os desmintamos e que não defendamos as Duas Declarações e o marxismo-leninismo. O debate começou e é necessário definir, de uma vez por todas e com profundidade, a verdade e a mentira”.

Os comentários da carta-aberta soviética são publicados na imprensa oficial do PC Chinês e difundidas sob a forma de folhetos em todo o mundo. Entre eles citam-se os intitulados: “Sobre o problema de Stalin”; “A Iugoslávia é um país socialista?”; “Apologistas do Neocolonialismo”; “Duas diferentes linhas no problema da Guerra e da Paz”; “Duas políticas de coexistência pacífica diametralmente opostas”; “Os dirigentes do PCUS são os maiores “exibicionistas” de nossa época”.

As divergências entre os comunistas soviéticos e chineses mantêm-se ainda hoje inalteradas, as discus-

sões prosseguem acirradas, não havendo grandes perspectivas de um apaziguamento definitivo. A queda de Krushov, a 16 de outubro de 1964, abriu um novo campo de indagações sobre a orientação da política soviética e um armistício virtual estabeleceu-se na questão. Só o futuro poderá definir a nova linha das relações internacionais entre os integrantes do imenso Mundo Socialista.

A revista "Hongqi", de Pequim, em seu número de 21-22, de 1964, publicou um editorial denominado "Por que caiu Krushov?", no qual enumera os 12 principais "erros" de Krushov:

- 1.º — Ter procurado denegrir a memória de Stalin, a pretexto da luta "contra o culto da personalidade";
- 2.º — Ter procurado uma "cooperação geral" com o imperialismo norte-americano e sustentar que os chefes de governo dos Estados Unidos e da União Soviética podiam decidir "o destino da humanidade", adotando uma "política aventureirista" ao levar projéteis para Cuba e uma "política capitulacionista" ao retirá-los;
- 3.º — Ter confabulado com os Estados Unidos na política de "chantagem nuclear" e concluído o Tratado para Cessação das Provas Nucleares, vendendo os interesses do povo soviético e dos demais países socialistas;
- 4.º — Ter prejudicado os movimentos revolucionários nos países capitalistas, exigindo-lhes a chamada "transição pacífica";
- 5.º — Com base na "Política de Coexistência Pacífica" serviu aos interesses do imperialismo americano, agindo inclusive na repressão de

movimentos revolucionários de nações oprimidas;

- 6.º — Violando a Declaração de 1960, não poupou nenhum esforço para revogar o veredicto de condenação do renegado Tito;
- 7.º — Considerou a Albânia como inimiga mortal e tudo fez para golpeá-la e sabotá-la;
- 8.º — Demonstrou ódio ao Partido Comunista da China, provocou conflitos na fronteira sino-soviética e apoiou os reacionários hindus nos seus ataques contra a China Comunista;
- 9.º — Interveio na política interna e violou a independência e a soberania dos “países irmãos”, em nome da “ajuda econômica mútua” opôs-se ao desenvolvimento independente desses países, tentando transformá-los em fontes de matérias-primas e mercados de venda da União Soviética;
- 10.º — Realizou atividades subversivas e de sabotagem contra partidos comunistas de países aliados;
- 11.º — Decidiu convocar uma conferência internacional, ilegal, procurando abertamente dividir o movimento comunista internacional; e
- 12.º — Procurou aplicar uma série de medidas revisionistas na União Soviética, procurando retornar ao capitalismo. Sob a capa do chamado “Estado de todo o povo”, aboliu a ditadura do proletariado e alterou o caráter proletário do PCUS.

Por esses erros, caiu Krushov. E, acrescenta o editorial do “Hongqi”:

“Tudo o que fez Krushov, nos últimos onze anos, demonstra que a política por ele seguida foi de aliança com o imperialismo contra o socialismo, de aliança com os EE. UU., contra a China, de aliança com os reacionários de diversos países, contra os movimentos de libertação nacional e as revoluções de diversos povos, de aliança com a camarilha de Tito e os renegados de tôdas as pelagens contra os partidos irmãos marxistas-leninistas e todos os revolucionários que lutam contra o imperialismo. Tôda essa política de Krushov prejudicou os interesses básicos do povo soviético, dos povos do campo socialista e dos povos revolucionários de todo o mundo.”

“Tais são os “atos meritórios” de Krushov.”

“A queda de uma pessoa como Krushov, de nenhum modo se deve à idade avançada nem deterioração da saúde, nem tampouco, a meros erros de seus métodos de trabalho e de seu estilo de direção. Sua queda foi, basicamente, o resultado de linha geral revisionista e de tôda a série de medidas políticas errôneas que seguiu, tanto no interior como no exterior”. (136)

CAPÍTULO III

SÍNTESE HISTÓRICA DO PARTIDO COMUNISTA

O Partido Comunista do Brasil é o partido político da classe operária, a vanguarda consciente e organizada da classe operária, a mais elevada forma de sua organização de classe. O Partido Comunista do Brasil, união voluntária e combativa dos comunistas, é guiado pela doutrina de Marx, Engels, Lenine e Stalin.

O Partido Comunista do Brasil tem como objetivos finais construir no Brasil o socialismo e edificar a sociedade comunista.

O Partido Comunista do Brasil educa seus membros no espírito do internacionalismo, da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países.

*(DOS ESTATUTOS DO PARTIDO
COMUNISTA DO BRASIL — 1954).*

1. *Pródromos*

O movimento anarquista, que se alastrou mundialmente nas primeiras décadas dêste século, refletiu-se em nosso país e dominou as agitações políticas nos meios proletários daquela época. Já em 1908 organizava-se a Confederação Operária Brasileira, inspirada pelo anarcossindicalismo, que se destacou na promoção de greves, desordens e do movimento contra a Lei do Serviço Militar. A “Voz do Trabalhador” era seu órgão oficial.

A COB, explorando os arraigados preconceitos populares contra o serviço militar, criou a Liga Antimilitarista e fundou o jornal "Não Matarás". Em 1913, patrocinou um Congresso de Trabalhadores, no qual foi lavrada moção aconselhando-os a declarar-se em "*greve geral revolucionária*", caso o Brasil fôsse envolvido em uma guerra.

Durante tôda a 1.^a Grande Guerra, mesmo quando o país se viu na dura contingência de participar do conflito, persistiram os integrantes da COB, já agora englobando um imenso número de entidades sindicais, em sua impatriótica ação de minar o esforço nacional.

Os acontecimentos na Europa, e, particularmente, a Revolução na Rússia, repercutiram fundamente em nosso país.

Em novembro de 1917, o Comitê Militar Revolucionário Russo, tirando partido da situação confusa que predominava, derrubou por surpresa o governo provisório, assenhoreando-se do contrôle de todos os serviços essenciais em Moscou e Petrogrado. O golpe bolchevista, orientado por Lenine, foi assegurado pela disciplina organizada dos comunistas. Sobre êsse fato Kerensky assim se expressou:

"Não podemos culpar o povo russo por ter caído na armadilha bolchevista pois, naquela ocasião, o mundo ainda não tinha experiência com as técnicas totalitárias modernas. Mas os milhões de operários, camponeses e intelectuais do Ocidente democrático, a quem oferecem agora a isca, não têm desculpas. Sirva-lhes de grande aviso a terrível experiência sofrida pela minha terra natal". (136a)

Quando ecoaram aqui as novas da revolução bolchevista com o assalto ao poder pelos agitadores comunistas e o massacre da nobreza imperial russa, incentivou-se a propaganda subversiva, orientando os anarquistas para o caminho do comunismo preconizado por Marx e Engels, através de uma reformulação ainda obscura e confusa dos objetivos dêsse movimento. Congres-

sos, assembléias e comícios começaram a incensar os supostos benefícios da revolução. Intensificou-se a ação grevista e ocorreram violentos conflitos. Operários amotinados assaltavam delegacias e quartéis. Líderes anarquistas e comunistas se associavam na empresa destruidora.

Foi nesse ambiente de inquietação, de apreensões generalizadas, que se fundou, em 1922, o Partido Comunista do Brasil.

2. *Fundação do Partido Comunista*

Embora se possam registrar tentativas de organização desde 1918 foi realmente em 1922 que o Partido Comunista se constituiu em nosso País. Em março desse ano reuniram-se os líderes pioneiros do movimento bolchevista no Brasil, iniciaram os primeiros movimentos de agitação ideológica e começaram a editar os periódicos de propaganda. Entre êsses líderes, vamos encontrar ROBERTO MORENA, ainda hoje figura militante das atividades partidárias.

O Congresso Constitutivo do Partido Comunista Brasileiro realizou-se nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, constando da sua ordem-do-dia, o seguinte:

- 1 — Exame das 21 condições de admissão na Internacional Comunista;
- 2 — Estatutos do Partido Comunista;
- 3 — Eleição da Comissão Central Executiva;
- 4 — Ação pró-flagelados do Volga;
- 5 — Assuntos vários.

Essa comissão ficou formada por: ABILIO NEQUETE, LUIZ PEREZ, CRUZ JUNIOR e ANTONIO CANELLAS, como titulares; e CRISTIANO CORDEIRO, RODOLFO COUTINHO, ANTONIO DE CARVALHO, JOAQUIM BARBOSA e MANUEL CENDON, como suplentes.

Nessa ocasião, o Partido Comunista Brasileiro contava apenas com 73 membros, em todo o País.

O primeiro órgão impresso do Partido foi o “Movimento Comunista”, revista mensal de divulgação doutrinária.

Já em 1923, durante o IV Congresso da Internacional Comunista em Moscou, o Partido Comunista Brasileiro enviava um representante: ANTONIO CANELAS.

A ação da propaganda vermelha, hábilmente lançada nos meios operários, desenvolvendo-se, através de literatura, comícios, reuniões e greves, ampliava continuamente o corpo de prosélitos. Criaram-se a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e a Federação Sindical que exerceram poderosa influência nas classes operárias. Iniciou-se a publicação do jornal “A Classe Operária” que passou a ser o órgão oficial do Partido.

Em maio de 1925, o PCB reuniu o II Congresso no Rio de Janeiro. Nessa Assembléia desenvolveram-se teses em que se destacavam o refrão antiimperialista, dirigido principalmente contra a Inglaterra, e os planos no campo da propaganda e da agitação das massas.

Em 1927, com a suspensão do estado de sítio, o movimento comunista ganhou novo impulso. Reaparecia agora o vespertino extremista de Leônidas de Rezende: “A Nação”. O Partido Comunista emergiu novamente, mas sua ação descoberta foi efêmera, em virtude da aprovação no Congresso de uma Lei que o levou novamente à ilegalidade.

Sentiram dest’arte, os dirigentes do Partido, a necessidade de conquistar o apoio de uma figura exponencial que polarizasse a admiração das massas.

LUIZ CARLOS PRESTES, legendário herói da Coluna Revolucionária que percorreu o território nacional entre 1924 e 1926, exilado em Montevideu, foi a personalidade escolhida. Inteligente, decidido, dotado de espírito aventureiro, correspondia PRESTES aos requisitos procurados.

Em dezembro de 1927, Astrojildo Pereira, em Puerto Suarez, entrevistou-se com Prestes que se encontrava então na Bolívia. Entregou-lhe várias obras sobre a doutrina marxista-leninista.

Mais tarde foi ainda PRESTES procurado por novos emissários, entre os quais os agentes russos MARX PANDARSKYE e OLGA YAZINOFF PANDARSKYE.

PRESTES aderiu à causa vermelha em 1930, e lançou um manifesto, no qual condenava a revolução de Getúlio Vargas e fazia a sua profissão de fé ideológica. Em seguida, partiu para a Rússia onde realizou, durante o ano de 1931, um curso de liderança comunista.

3. *Ação violenta em 1935*

A partir de 1932, o Partido Comunista, apesar de encontrar-se na ilegalidade, intensificou as suas atividades de infiltração e propaganda, agora sob a chefia de PRESTES. Fundaram-se agremiações numerosas, destinadas a mascarar tais atividades, como o “Comitê Anti-Guerreiro”, a “Frente Única Popular” e a “Frente Única Sindical”.

Finalmente, em março de 1934, criou-se uma associação extremista, em cujo seio e sob cuja inspiração se engendraria a sangrenta intentona de 1935.

A Aliança Nacional Libertadora foi lançada, através de um manifesto à Nação, assinado por HERCOLINO CASCARDO, CARLOS AMORETY OSÓRIO, ROBERTO SISSON, BENJAMIM SOARES CABELLO, FRANCISCO MANGABEIRA e MANOEL VENÂNCIO CAMPOS DA PAZ. Por seu próprio programa denunciou-se imediatamente como um órgão de fachada do Partido Comunista: LUIZ CARLOS PRESTES, aclamado Presidente de Honra, no Comício do Teatro João Caetano, declarou textualmente: “Tomamos pelo único caminho que nos poderá levar ao poder Soviético e ao Socialismo”.

Daí em diante, a ANL desenvolveu intensa atividade de infiltração e proselitismo, tendo como palavra-de ordem a expressão: “Todo poder com a Aliança Nacional Libertadora — com Luiz Carlos Prestes à frente”.

A agremiação despertou mundial interesse. Inúmeros líderes comunistas a ela se refeririam, apontando-a como uma frente de vanguarda do movimento comunista internacional na América do Sul. O Delegado Ho-

landês Van Mine, membro do Comitê Executivo do Komintern, a ela se referia em seu discurso no VII Congresso da 3.^a Internacional:

“Devo expor a todos os camaradas que se interessam pelo desenvolvimento e expansão do comunismo na América Meridional que no Brasil já existe uma ampla e bem organizada Associação, denominada “Aliança Nacional Libertadora”, e da qual já participa um grande número de oficiais do Exército e da Marinha Brasileira. Essa Aliança foi criada sob a orientação secreta, mas direta, do Partido Comunista Brasileiro, segundo as instruções confidenciais recebidas da Liga Soviética em Montevideu. Essa Aliança segue cegamente às ordens do nosso bravo camarada PRESTES, que foi, em numerosos comícios públicos, realizados no Brasil, aclamado como seu chefe absoluto e Presidente de Honra”. (137)

Foi, principalmente, sob os auspícios dessa Associação, coadjuvada por outras “frentes populares” como a “União Feminina do Brasil” e a “Aliança por Pão, Terra e Liberdade” que se desenvolveu a trama preparatória do golpe subversivo.

Em 6 de março de 1934, chegara ao Rio, vindo de Buenos Aires, o ex-deputado comunista alemão, ARTHUR ERNEST EWERT que aqui se apresentou com passaporte norte-americano onde figurava com o nome de HARRY BERGER. Este agente comunista profissional, processado em seu país natal por alta traição, era o agitador internacional do Sul. Em contato com os chefes bolchevistas brasileiros, constituiu-se na figura diretora de toda a ação insurrecional, até a sua prisão a 26 de dezembro de 1935.

Além de Berger, outros agitadores internacionais, como Rodolpho Ghioldi e Leon Jules Valles estabeleceram no país o seu campo de atuação subversiva.

A Aliança Nacional Libertadora até seu fechamento em julho de 1935 foi um instrumento essencial de rigo-

rosa ação comunista, orientada por agitadores internacionais e líderes brasileiros.

A revolta militar foi planejada cuidadosamente.

Prestes assumiu a liderança do movimento. Várias proclamações e documentos comprobatórios atestam a sua chefia. Durante essa preparação ocorreu o triste episódio do assassinato da menor ELZA FERNANDES, condenada por Prestes, conforme atesta a carta de seu próprio punho da qual se extrai o seguinte trecho: "Por que modificar a decisão a respeito da "Garôta"? Que tem a ver uma coisa com a outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao Partido, como elemento inteiramente a serviço do adversário, conhecedora de muita coisa e testemunha única contra um grande número de companheiros e simpatizantes?" (138)

E mais adiante:

"Com plena consciência de minha responsabilidade, desde os primeiros instantes tenho dado a vocês a minha opinião sobre o que fazer com ela. Em minha carta de 16, sou categórico e nada mais tenho a acrescentar, nem creio que os últimos bilhetes possam modificar uma tal decisão." (138)

O movimento revolucionário irrompeu a 23 de novembro, no Nordeste.

Embora houvesse previsões para a simultaneidade do desencadeamento do golpe subversivo, a falta de ligação acarretou um desajustamento que conduziu à irrupção parcelada das ações.

Essa precipitação imprevista foi uma das principais causas do insucesso que pôde ser subjugado pelas forças legais, apesar da surpresa inicial.

A subversão iniciou-se em NATAL, no quartel do 21.º Batalhão de Caçadores, encabeçada por dois sargentos, com a participação inclusive de civis extremistas. Grande número de oficiais foram presos, a cidade foi dominada e inteiramente saqueada pelos rebeldes. Navios foram ocupados no pôrto e grande número de instalações depredadas.

Em Recife, uma parte do 29.º Batalhão de Caçadores sublevou-se no dia seguinte. No Centro de Preparação de Oficiais da Reserva desta cidade travou-se um combate entre amotinados e legalistas.

A 25 de novembro a situação já estava praticamente dominada, pela ação das tropas provenientes de outras regiões.

Em Natal, porém, a subversão perdurou ainda alguns dias até que os rebeldes decidiram abandonar a cidade e retirar-se para o interior.

No Rio de Janeiro, a revolta ocorreu a 27 de novembro. Apesar das previsões otimistas dos revoltosos, os dois focos do movimento reduziram-se ao 3.º RI e à Escola de Aviação.

Nessas unidades ocorreram lances dramáticos em que se destacam dolorosamente os atos de selvagem covardia, os assassinatos a sangue frio e à traição, como os do Major Misael de Mendonça, do Tenente Bragança, do Capitão Armando de Souza Mello e do Tenente Danilo Paladini.

Em algumas outras unidades, como no CPOR e no Grupo de Obuses, a rebelião concertada não chegou a eclodir.

Os fatos que marcaram êsse episódio vergonhoso da crônica subversiva do comunismo brasileiro, acham-se pormenorizadamente consubstanciados no Relatório do Delegado Bellens Porto, onde se configuram acusações comprovadas e impossíveis de ser esquecidas, mesmo após a anistia que restituiu à legalidade e à militância subversiva, extremistas pertinazes e insensíveis.

4. *A expansão*

Após a rebelião de 1935, inúmeros líderes comunistas foram processados e condenados. Prestes recebeu pena de 16 anos de prisão.

Apesar disso o movimento comunista prosseguiu, amparado pela conivência de políticos ambiciosos.

Em 1945, terminada a segunda grande guerra, foi concedida anistia geral aos condenados. O Partido Co-

munista do Brasil, apoiado pela Rússia, que na época formava com os Aliados, obteve seu registro legal. Nessa fase o Partido teve um rápido incremento. Apresentou candidato à Presidência da República e elegeu um Senador, Luiz Carlos Prestes e os deputados federais: Maurício Grabois, Carlos Marighella, João Amazonas, Agostinho Dias de Oliveira, José Maria Crispim, Joaquim Batista Neto, Alcedo Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra, Claudino José da Silva, Jorge Amado, Abílio Fernandes, Alcides Rodrigues Sibença e Oswaldo Pacheco da Silva.

Em tôdas as assembléias estaduais e municipais, os comunistas conseguiram colocar seus representantes.

Utilizando uma rede ostensiva de propaganda e tirando o máximo proveito das imunidades de seus congressistas, o Partido empreendeu intensa campanha de agitação que obrigou finalmente o govêrno a promover a cassação do registro.

Retornou, dessa maneira, o Partido à ilegalidade e clandestinidade. A sua ação, entretanto, exproaiou-se de modo extraordinário através de um número imenso de frentes de ação que superou a própria organização partidária, substituindo-a por um esquema mais amplo e tentacular, com vinculações diretas provenientes de órgãos de direção fora do Brasil e estreitamente ligados a organizações semelhantes em quase todos os países do mundo.

Os acôrdos políticos e as alianças eleitorais deram extraordinário desenvolvimento ao comunismo no Brasil, principalmente a partir do govêrno de Juscelino Kubitschek. O Partido Comunista, apesar de ilegal ganhou prestígio como fôrça política. A combatividade de seus líderes e a subserviência e corrupção de muitos chefes políticos dos demais partidos incentivaram a sua expressão, mormente pela capacidade clandestina de mobilização de massas, para as eleições, as greves, as manifestações de pressão sôbre o Congresso e sôbre a administração pública. Essa influência cresceu em progressão geométrica e o Partido conquistou, pela infiltração em postos-chaves do govêrno, um poderio quase domi-

nante. No governo de João Goulart, o Partido Comunista adquiriu foros de legalidade. A sua ação era tão aberta e intensiva que os seus líderes esqueceram-se das normas tradicionais do trabalho clandestino.

Foi nesse quadro que ocorreram os acontecimentos decisivos de março de 1964.

5. *A Revolução Democrática de 31 de Março de 1964*

A celeridade dos acontecimentos que se sucederam quando se precipitou, a partir de 13 de março, a campanha para o golpe comunista no Brasil, pode inspirar a falsa impressão da inconsistência e despreparo da guerra revolucionária.

É preciso, entretanto, estudar mais detidamente a conjuntura e distinguir, com nitidez, os dois fatores que se entrelaçaram no emaranhado dos interesses demagógicos e das paixões egoísticas: um governo de inépcia e corrupção e uma ofensiva persistente, difusa e penetrante do comunismo internacional. Entrelaçados nos conluíus imediatistas, nem por isso a deposição do primeiro significará a definitiva contenção da última, apoiada em bases profundas e invulneráveis às ações de alcance tático.

Procuraremos mostrar, em traços muito rápidos, a preparação subversiva que os comunistas montavam em nossa pátria, protegidos e amparados pela ambição de maus brasileiros. Será por isso um esclarecimento e uma advertência para a meditação dos conscientes e dos responsáveis.

O fenômeno da Guerra Revolucionária Brasileira não poderia ser bem compreendido, se não atentássemos para sua vinculação nítida à violenta ofensiva que o comunismo internacional desencadeou no continente latino-americano, desde que conseguiu firmar-se na ilha de Cuba. No firme propósito de isolar os Estados Unidos, essa posição, de extraordinário valor estratégico permitiu-lhe ampliar as ações que visam ao domínio de uma extensa área, onde uma inquietação crônica quase insuperável, garante-lhe uma excepcional acessibilidade

às argutas formas de uma propaganda experiente. Essa crise tradicional da América Latina, historicamente exacerbada pela exploração colonialista, pela incultura das massas, pela insensibilidade das classes dominantes e pela irresponsabilidade e corrupção dos governos, apóia-se hoje principalmente no agravamento crescente do desequilíbrio entre o explosivo crescimento populacional e a precariedade do sistema econômico-social.

A facilidade com que se propagou a chama revolucionária no Continente explica-se, não apenas pela eficiência dos processos adotados por agentes da comunicação, mas, em grande parte, pelo anseio dominante nos povos de libertar-se dessa opressiva contingência e de emergir em uma atmosfera de compreensão e felicidade.

Krushov, em sua alocução na Conferência de Moscou, em novembro de 1960, declarou: "...mais uma frente de luta acesa contra o imperialismo americano foi recentemente aberta — a América Latina".

Essa afirmação, denunciadora dos desígnios comunistas, é confirmada na Declaração Conjunta de todos os representantes dos Partidos Comunistas da América Latina em São José da Costa Rica. O vasto movimento de solidariedade à revolução cubana, que se verifica na América Latina, é uma demonstração evidente de que a revolução cubana se entrosa com os mais profundos problemas de libertação nacional dos povos latino-americanos. A análise dessas asserções evidencia a sutil penetração que o comunismo internacional decidiu internar na brecha psicológica das angústias de uma população amargurada e esperançosa.

Não existe, hoje em dia, nenhuma nação latino-americana onde a Guerra Revolucionária comunista não esteja presente sob formas e intensidades as mais diversificadas. Embora não fôsse inicialmente o nosso país o principal objetivo, a ascensão do Sr. João Goulart à Presidência motivou sensível alteração nos planos, passando o Brasil a representar o mais saliente papel na estratégia do expansionismo vermelho na América e, possivelmente, em todo o mundo. Realmente, nenhum país do planeta dispôs os promotores comunistas do

assalto ao poder das facilidades que lhes foram proporcionadas pacificamente pelo Governo Goulart. O fato é de um impressionante ineditismo.

Na África e no Sudeste Asiático, a Guerra Revolucionária comunista explorou amplamente o motivo emancipador e nacionalista. No Brasil, o nacionalismo consciente não lhe poderia proporcionar a motivação subversiva exaltante. Ficou bastante claro, desde logo, a inexistência de qualquer incompatibilidade entre o regime político e o legítimo sentimento nacionalista, amparado por tôdas as correntes responsáveis da vida brasileira. Aliás, os próprios comunistas reconhecem o artificialismo do argumento nacionalista como veículo de propaganda comunizante, repelindo-o muitas vezes: "O nacionalismo abre o caminho para a ideologia marcadamente burguesa e anticomunista" (Informe do Comitê Central do PC — Dez. 1961).

A Guerra Revolucionária dispõe, entretanto, de recursos táticos que lhe asseguram uma impressionante capacidade de adaptação às condições locais. Em nosso país, foi no ideal reformista que encontrou a argumentação mais impressiva para o aliciamento individual e a mobilização das massas. Conquanto fôsse uma aspiração e reconhecida por tôdas as correntes políticas e sociais, a reforma foi o estandarte que elevaram, procurando porém moldar, na opinião pública, o preconceito de que a ordem democrática era incapaz de proporcionar as soluções desejadas. Não intentavam propriamente alcançar tais soluções. Ofereciam-nas indefinidas, confusas e misteriosas, ocultando-lhes as dificuldades inerentes, revestindo-lhes de aparências promissoras. O real Objetivo era, todavia, a destrutiva desmoralização do regime democrático e a arregimentação das esperanças populares por novos e radicais empreendimentos.

Os esforços da impregnação vermelha foi concentrado inicialmente, sobre a reforma agrária. Essa opção é muito sugestiva, tanto mais que o problema da escassez de terras, nos termos em que o procuravam apresentar, esquecendo fatores muito mais importantes, desperta a impressão de injustiças sociais de uma generalização e

violência que, na realidade, não constitui fato dominante em nossa organização agrícola, conquanto primitiva e desaparelhada.

Devemos recordar que, a partir de certa época, a questão agrária foi levantada com excepcional intensidade, em tôdas as regiões do país principalmente nas assembléias urbanas, nos seminários de estudantes, nas discussões de indivíduos que jamais se ausentaram do conforto da cidade, que desconhecem a própria colocação do solo e que apenas viram o arado sulcando a terra em fotografias, na televisão ou nos cinemas.

Os promotores da Guerra Revolucionária decidiram aplicar em nosso país a estereotipagem clássica da doutrina preconizada por Mao Tse-tung, Vo Nguyen Gulap e Ernesto Guevara, unânimes em afirmar que a revolução nos países subdesenvolvidos, deve marchar do campo para a cidade. É no campo que se inicia a formação das guerrilhas, que se instruem nas invasões e ocupação de propriedades rurais, como base para organização das milícias e do exército popular.

O Relatório da CCES da OEA diz textualmente: "Talvez a mais trágica de tôdas as imposturas perpetradas pelos comunistas é a falsa promessa de terra, explorando o desejo natural do homem de ser dono do solo que trabalha. Os comunistas prometem que sua revolução tornará realidade êsse sonho." Seja como fôr, o importante é que os comunistas procuram por todos os meios desviar os trabalhadores agrícolas dos planos construtivos, em elaboração ou execução por meios democráticos, encaminhados a uma reforma agrária equitativa, envolvê-los num odioso conflito de classes.

No Brasil que, como na maioria dos países latino-americanos, mais de 50% da população acha-se ligada às atividades do trabalho agrícola, de padrões técnicos e sociais bastante atrasados, ofereciam-se grandes possibilidades a uma arregimentação maciça em torno de reivindicações demagógicas.

Não era, portanto, a reforma agrária, finalidade construtiva da propaganda vermelha. A mobilização em

tôrno de uma idéia apaixonante constituía o verdadeiro e disfarçado desígnio.

A sutileza da estratégia comunista, delineada por Mao Tse-tung, interpretando a orientação que Lenine traçou no II Congresso do Comintern em 1920, e aplicada na China e em Cuba, estabelece que a revolução nos países atrasados não deve ser, em sua primeira fase, uma subversão ostensivamente comunista. Sua direção, entretanto, deve estar nas mãos dos comunistas. Diz Eudocio Ravine: "A experiência cubana impôs o cabal triunfo dessa fase de Mao, a respeito das revoluções nacionais e democrático-burguesas na América Latina. Os partidos comunistas não são necessários como vanguardas da insurreição. Bastará que permaneçam amplamente infiltrados nas posições-chaves e que se limitem a desempenhar o papel de Estados-Maiores, ao abrigo dos fogos da artilharia, esperando a conquista realizada por outros, para transformá-la em prêsas fácil da vitória comunista". Os comunistas são, como diz o estrategista americano Strausz-Hupé, os grandes mestres no aproveitamento das revoluções iniciadas por outros. Infiltrados nos órgãos de direção, insuflam os movimentos, economizando suas fôrças, sua preciosa reserva de liderança, para a oportunidade em que a confusão e os desgastes lhes permitam empolgar definitivamente o poder.

A observação dêsse princípio tradicional permite compreender a importância dos Goulart e dos Brizola no sistema de lideranças subversivas.

A divergência simplesmente formal, entre as linhas da violência e da conquista pacífica, preconizadas por Pequim e Moscou e aqui adotadas por Julião e Prestes, ocasionou discrepâncias evidentes a respeito da urgência do desencadeamento da fase ativa da guerra. Não afetou, porém, a substância da propaganda ou a essência de seus reais objetivos. Havia representantes de tôdas as correntes do comunismo internacional, enquistados no govêrno de João Goulart que se avocava a pretensão ilusória de uma liderança paternalista. Jamais se poderá, destarte, revolver o monturo de iniquidades acumuladas em tão pouco tempo, para trazer à luz as raízes

da conspiração vermelha em nosso País, sem nos intrigarmos diante das razões que teriam conduzido êsse abastado estancieiro à fatídica aventura do radicalismo esquerdista. Os fatos remontam a decênios, enredam-se numa intrincada ramificação de vícios políticos, de corrupção, de pusilanimidades que se espraiaram largamente, em todos os setores da nacionalidade.

Uma das mais nocivas conseqüências dêsse estado foi a vertiginosa deterioração do sistema econômico brasileiro, carcomido por uma inflação sem precedentes e pelo empreendimento de obras ciclópicas e santuárias. A busca pouco frutífera da ajuda norte-americana e a procura febril de novos mercados acarretaram contrapartida ostensiva, uma política externa dita independente mas, na realidade, "superdependente" porque além de criar novas e desnecessárias dependências, colocava nosso País em posição ambígua em relação ao mundo livre, cujas desconfianças se avolumavam, em detrimento de nossos reais interesses.

As resistências que se opuseram à posse de João Goulart, os compromissos que envolviam o traçado, a um tempo rápido e escuso de sua trajetória política, marcada pela demagogia e pelas transações equívocas, a fluidez da situação política e econômica e o agravamento das tensões sociais, excitadas premeditadamente, só poderiam emprestar ao seu governo as condições de debilidade que, aliadas a uma inépcia latente, o incapacitaram diante do vulto dos empreendimentos que o país reclamava.

A dubiedade de sua política vacilante custou-lhe ataques de tódas as direções. E, ainda mais, piorou-lhe a posição instável, condenada por tódas as leis de estática política, as falhas de percepção da conjuntura real que não lhe permitiu a análise baseada nas informações manipuladas pelo grupo suspeito de que se cercara.

Foi neste solo contaminado que desenvolveram as raízes da Guerra Revolucionária, com o vigor temível de uma flora parasitária e asfixiada.

CARACTERÍSTICAS DA AÇÃO COMUNISTA NO GOVÊRNO GOULART

A escassez de autoridade e a instabilidade do Governo Goulart proporcionaram ao processo da Guerra Revolucionária brasileira características originais e desconcertantes.

Em primeiro plano observamos sua forma altamente ostensiva à ação aliciadora e infiltrante que sempre se revestiu em todos os países, de uma severa clandestinidade passou a ser executada abertamente, à luz do sol, sob as vistas das autoridades displicentes ou acanhadas, utilizando recursos públicos e oficiais, com a desenvoltura e o destemor de práticas legítimas. Órgãos ilegais de mobilização de massas e de comando paralelo, como o famigerado Comando Geral dos Trabalhadores, o Pacto de Unidade e Ação, os Comandos de Greve e outros passaram a operar acintosamente, ora negociando com o Governo, ora ameaçando-o, intementes e arrogantes, aceitando ou mesmo empreendendo a violência impune, as greves descabidas, a intimidação absurda e o desafio da força.

A defesa da ordem democrática, o apêlo à Lei e à justiça passaram a ser acoimados de atividades subversivas. A aspiração transformou-se em conspiração.

A ausência de clandestinidade do processo comunicante proporcionou-lhe extraordinária eficiência. Dentro de pouco tempo, além dos órgãos tradicionalmente vinculados à linha vermelha, como a maioria dos sindicatos de classe, passaram os comunistas a exercer o controle de todos os setores fundamentais da vida nacional, onde elementos ativistas ou simpatizantes nos postos principais. Estavam assim em suas mãos: as Casas Civil e Militar da Presidência da República, todos os órgãos de direção e execução dos transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos nacionais, a Petrobrás, toda a rede nacional de comunicações e telecomunicações, todos os setores de empreendimentos que manobravam grandes recursos humanos e financeiros, como a SUDENE, a SUPRA, os grandes bancos e órgãos de

contrôle econômico-financeiro. Através das organizações estudantis e de elementos influentes no Ministério da Educação e nas Universidades controlavam todo o ensino no País.

A segunda característica do processo revolucionário no Governo Goulart foi a sua intensidade e generalização. A famosa política da mancha de azeite transmutou-se em política de saturação. É bem possível que a convicção de não conseguir jamais condições tão propícias para a expansão subversiva, como as que tinham ao alcance das mãos nessa fase histórica, tenha induzido os orientadores da Guerra Revolucionária à precipitação imediata de seu desfecho, sem ter obtido mesmo o integral amadurecimento de preparação, seguindo a conduta preconizada por Guevara, para o qual o próprio desencadeamento de subversão gera as condições de sua conflagração.

Quem analisa a sucessão dos acontecimentos nacionais, particularmente na fase pouco anterior ao episódio da deposição de Goulart, fica impressionado diante do conjunto de crises constantes, provocadas pelos comunistas. Não se pode atribuir a êsses hábeis calculistas uma avaliação falha das próprias forças para justificar-lhes a precipitação inconseqüente. Na realidade dispunham êles de meios poderosos e julgaram, como seria de esperar logicamente, que a rapidez de decisão lhes proporcionaria a energia cinética suficiente, conduzindo o Comunismo Internacional a um dos mais expressivos sucessos de todos os tempos: o domínio pacífico de um dos maiores países do mundo.

A terceira característica foi a tentativa de marginalização preconcebida das Forças Armadas, elementos considerados pelos comunistas como inaproveitáveis para os objetivos da subversão.

Constatada a precariedade da infiltração na oficialidade das Forças Armadas, cuja impermeabilidade à doutrinação ideológica é quase total, concluíram os comunistas que a única solução seria seu enfraquecimento e sua destruição.

— Insuflamento de civis contra militares, valendo-se, sobretudo, de problemas salariais.

— Caracterização de um inexistente militarismo, retrógrado e totalitário.

Nessa campanha, incentivada pela transigência e tolerância de alguns militares ambiciosos, teve extraordinária repercussão, a ponto de provocar um sentimento geral de frustração e de incapacidade de recuperação do organismo militar, profundamente abalado e deprimido. O moral da oficialidade ressentiu-se pelos constantes atentados contra os valores e os padrões tradicionais decantados em nossa História Militar repleta de personalidades insignes e de feitos gloriosos. O valor operativo decadente de nossas Fôrças Armadas passou a ser desafiado por ostensivas atividades de comandos sindicais e milícias comunistas, como o CGT e as Ligas Camponesas, que se atribuíam a capacidade de imobilizar as unidades militares, assaltar e pilhar os quartéis, aterrorizar a população civil e conduzir, a seu talante, os acontecimentos nacionais.

Ainda agora depois da Revolução, quando o comunismo ainda nem bem se ergueu do chão de sua grande derrota, retorna ao mesmo objetivo de enfraquecimento das Fôrças Armadas. É fácil identificar-lhe a presença nas campanhas sistemáticas de certos jornais e articulistas.

Esboçados os fundamentos e as peculiaridades da Guerra Revolucionária no Brasil, cumpre agora relembrar suas principais atividades preparatórias, manifestadas em todos os campos da vida nacional.

No campo político, o processo comunizante realizou-se principalmente através das seguintes ações:

— Infiltração de comunistas em todos os partidos políticos.

— Formação de frentes populares e superpartidárias, com os pretextos mais variados, para combalir o sistema partidário e mobilizar as fôrças comunistas e simpatizantes.

— Desmoralização dos líderes políticos considerados como reacionários e prejudiciais à comunização do País.

— Infiltração comunista nos órgãos do Governo, na Justiça, em todos os setores e em todos os escalões.

— Infiltração em todos os ministérios civis, órgãos de segurança pública e organismos administrativos.

A legalização do Partido Comunista não era considerada como indispensável, pois o Partido funcionava francamente, mesmo na ilegalidade. Foram os próprios simpatizantes e negociistas de partidos democráticos que se apressaram, em determinada ocasião, a oferecer tal legalização, para agradar o Governo e trocar naturalmente vantagens políticas ou econômicas.

Uma preocupação constante do comunismo brasileiro era a desmoralização do Congresso Nacional, tachado constantemente de parasitário e improdutivo. Várias tentativas foram feitas para criar uma situação que redundasse no fechamento do Parlamento Nacional.

A Constituição brasileira foi tachada, até nas palavras do Presidente da República, de reacionária, superada e antipopular (Comício da Vitória de 31 Out. 63). A reforma constitucional era preconizada como o imperativo de uma nova ordem.

No campo econômico, os comunistas agiam em dois sentidos. Visando a enfraquecer o sistema vigente, procuravam desmoralizar os investimentos estrangeiros, provocavam e incentivavam greves quase diárias, apoiadas em uma organização de piquêtes, cada vez mais fortalecidas e adestradas. Os movimentos paredistas, aliados à resistência passiva e à sabotagem, acarretavam conseqüências profundas como a insegurança, os prejuízos vultosos, o descrédito internacional, a improdutividade, a fuga dos capitais e o aumento do custo de vida. Além disso, infiltrados nas grandes empresas estatais e nos órgãos de controle econômico, os comunistas protegiam seus interesses, premiavam seus aliados, corrompiam personalidades e manipulavam imensos recursos financeiros. A Petrobrás, o Lóide Brasileiro, o SAPS, a Fábrica Nacional de Motores e outras empresas tornaram-se mananciais fornecedores de verbas para a propaganda, a agitação, a manutenção de entidades comunistas e o assalariamento de agitadores.

No campo social, a ação comunista, livre e franca, intensificou suas tradicionais atividades. Ao mesmo tempo em que procurava desmoralizar as iniciativas democráticas, como a Aliança para o Progresso, incentivava a violação da liberdade e do direito privado. Infiltrada inclusive no setor intelectual e no religioso, explorava os sentimentos humanitários do povo brasileiro, clamando contra desigualdades sociais e contra a suposta iniquidade do sistema atual. Em tôdas as faculdades realizavam-se trabalhos visando ao intenso proselitismo.

No setor do ensino, é surpreendente a ação exercida pelos comunistas. No Ministério da Educação funcionavam verdadeiros centros de comunização, inspirados na doutrina formulada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e disseminada por numerosos organismos controlados por comunistas, como a Divisão de Educação Extra-Escolar, a Campanha de Assistência ao Estudante, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, o Movimento de Cultura Popular, a Campanha Nacional de Alfabetização e outros.

Em informe sôbre trabalho de cultura popular, datado de 7 de novembro de 1963, os membros da fração do Centro Popular de Cultura da Faculdade Nacional de Filosofia confessam sem qualquer cerimônia: "Com o desenvolvimento de nossas atividades, o CPC demonstrou ser uma forma válida de organização de massa bem como do recrutamento. Portanto, nós, comunistas, sabendo que não podemos partir para um trabalho sem nos organizarmos criamos a fração do CPC. Infelizmente, esta fração só existia de fato, não conseguiu deixar de ser apenas uma segunda direção dentro do CPC, pois não tinha perspectiva do trabalho que devia realizar como fração do partido numa organização cultural. Isto é, não tinha uma perspectiva política de cultura popular e não podia, por isso, se organizar e muito menos atuar. Acreditamos que êstes problemas teriam sido superados se os companheiros da fração e do resto da base encarassem o trabalho de cultura popular com o espírito crítico e seriedade exigidos num verdadeiro comunista." E mais: "Queremos deixar clara a denúncia desta atitude não

marxista-leninista em nossas fileiras, e conclamar os companheiros a combatê-la como mais uma das atitudes liquidacionistas que devem ser banidas do nosso partido. Companheiro, já é tempo de voltarmos nossa atenção para esta forma de luta de classe — a forma teórica. Além da luta econômica e da luta política há que se desenvolver um trabalho revolucionário no campo da cultura, através de todos os instrumentos de que dispomos.”

Êsses órgãos eram coordenados com os sindicatos e com os centros estudantis, como a UNE, a UPES, a UFE e a UEESP. A êsses centros e grêmios de estudantes eram distribuídas grandes verbas, em parcelas proporcionais ao grau de comunização observado em cada um dêles.

Simultâneamente, o Ministério da Educação subvencionava campanhas como da Imprensa Estudantil, Seminários, Congressos e Cursos, os quais, na realidade, eram apenas instrumentos de disseminação de propaganda ideológica.

A Rádio Ministério da Educação (Rádio da Verdade) era amplamente utilizada na difusão de propaganda comunista. Entre as publicações comunistas impressas com recursos oficiais e fartamente distribuídos, incluem-se uma famosa cartilha, verdadeiro catecismo vermelho. Estava também sendo editada uma História do Brasil (História Nova), na qual os fatos eram distorcidos e interpretados segundo o prisma ideológico marxista-leninista.

Em nenhum país democrático, a propaganda insidiosa dos comunistas, contra a mocidade, através de deturpação do ensino, se fez sentir de modo tão profundo e eficiente. Contava para isso com meios inumeráveis que o Governo lhes proporcionava e ao abrigo das liberdades democráticas, com o dinheiro do povo, conspirava para a supressão dessas mesmas liberdades.

A imprensa era um outro terreno de intensa propaganda comunista. Poucos jornais se mantiveram com a sua fisionomia democrática inalterada, em todo êsse período de coação ideológica. Havia estações de rádio

como a Mayrink Veiga, que consagravam todos os seus programas, de madrugada a madrugada, às atividades de propaganda subversiva. As transmissoras democratas de rádio e televisão estavam sujeitas à severíssima censura.

No campo militar, como já acentuamos, enquanto procuravam enfraquecer as Forças Armadas, os comunistas estabeleciam uma organização guerrilheira, baseada na zona rural, nas Ligas Camponesas, e, na zona urbana, na milícia constituída pelos denominados Grupo dos Onze, ambas com a finalidade de mobilizar meios para enfrentar e substituir as forças regulares. Arma-vam-se sindicatos e grupos operários, como grupos de choque. Declarava-se freqüentemente que à eclosão do conflito os quartéis e arsenais, controlados pelas praças, abriram suas portas, para armar e municiar os populares insurgentes.

As forças Armadas eram constantemente utilizadas, de forma ilegal, para a proteção de sindicatos e de piquêtes grevistas. Aviões militares do CAN eram utilizados para transportar líderes e participantes de congressos comunistas. A pretexto da proteção de próprios federais, reuniões e ajuntamentos comunistas eram guardados contra a ação policial, por soldados de nossas bravas forças armadas, convertidos criminosamente em protetores da agitação e da desordem.

Nesse conjunto de ações que sumariamos, em todos os campos de atividades, evidenciou-se um fator comum e generalizado: a corrupção. Não se pode afirmar que essa prática nefanda se apóie na maquiavélica recomendação de Lenine: "... corromperemos de tal sorte os nossos inimigos, que seus exércitos não terão mais valor". A corrupção brasileira não foi inventada pelos comunistas, mas estes a utilizaram, e de tal modo se envolveram nela que dificilmente poderemos separá-la do aglomerado das atividades subversivas. Os comunistas no Brasil não foram apenas corruptores, mas também corruptos. Vários de seus líderes se transformaram em súbitos milionários e senhores de propriedades valiosas.

ERROS E OMISSÕES

É possível que um analista distante e imparcial que estude a crônica da Guerra Revolucionária em nosso país, fique surpreso ao verificar até que ponto a ordem democrática ficou ameaçada de extinção, sem que, à exceção de manifestações isoladas, houvesse uma reação substancial.

O sentimento nacional estava tolhido por uma forma de anestesia paralisante, talvez uma perplexidade oriunda da surpresa e da amargura, como se tivesse sido submetido a uma despersonalização surpreendente.

Os chefes militares, dominados pelo tradicional espírito da disciplina, recusavam-se a intervir preventivamente para deter o processo reconhecido e identificado. Ouviam estarecidos os promotores da comunização, nas estações de rádio e de televisão, pregando a indisciplina e a subversão, ridicularizando a hierarquia e as tradições.

Quanto nos poderia ter custado êsse rosário de omissões?

Se penetrarmos no campo adversário, examinando-lhe os tenebrosos propósitos comunistas ressaltar-nos-ão dois erros fundamentais, cometidos talvez na descuidada ânsia de atingir a um objetivo que lhes parecia tão próximo.

O primeiro foi o desprezo pelo espírito militar tradicional de nossas Forças Armadas feridas profundamente por duas subversões sucessivas: a dos sargentos de Brasília e a dos marinheiros no Rio. Em ambas, a autoridade do Governo demonstrou-se débil, condescendente e comprometida. Ao mesmo tempo prestigiava e acatava a ilegalidade dos comandos sindicais que fomentavam a agitação e a indisciplina.

O segundo erro foi a tentativa de empobrecimento material e rebaixamento moral da classe média. Enquanto eram atendidas com incrível brevidade as reivindicações por vêzes apenas esboçadas das demais classes, a classe média brasileira era submetida a um processo corrosivo de extinção.

Êsses dois erros táticos foram fatais no insucesso comunista.

Ao lado dêsses enganos que a fortuna proporcionou à democracia brasileira, ressentiu-se, a causa comunista, da falta de líderes autênticos de personalidades indiscutíveis e intocáveis de chefes incorruptos, voluntariosos e dispostos à luta. Os orientadores da guerra revolucionária no Brasil apresentavam à opinião pública biografias tortuosas e suspeitas, povoadas pela desonestidade e pela malícia que lhes contraditavam a pregação desacreditada.

O DESFECHO

Embora a Guerra Revolucionária obedecesse a instruções provenientes de Moscou e transmitidas com frequência aos líderes comunistas nacionais, não parece que tenha havido a constituição de um comando centralizado. É mesmo normal na fase preparatória a inexistência dêsse comando geral, sujeito a uma destruição que poderia comprometer todo o movimento. Dentro da mais rigorosa técnica comunista, o movimento subversivo dever-se-ia deflagrar, como imposição insustentável, motivada pela insolvência de um problema crítico. Implantar-se-ia a ditadura, possivelmente chefiada por JOÃO GOULART e apoiada em um dispositivo militar e nas milícias operárias e camponesas mobilizadas. Esse governo, de transição, empreenderia a depuração particularmente nas Forças Armadas, implantaria progressivamente a ordem socialista, com a adoção das medidas econômicas e políticas correlatas.

A 2.^a fase consistiria na comunização integral, com o possível afastamento dos detentores iniciais do poder e a satelitização do Brasil na órbita dos países filiados ao comunismo internacional. Brasil, Rússia e China formariam a mais poderosa aliança de todo o planêta, isolando os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

A intensificação das ações preparatórias, a partir do célebre Comício da Central do Brasil, indicou a imi-

nência do golpe de Estado que, segundo se presume, deveria ser empreendido em torno da data de 1 de maio.

Em vários Estados, particularmente no Nordeste, ultimavam-se os preparativos para o movimento. O discurso presidencial na homenagem dos sargentos no Automóvel Clube revelou que a decisão final já havia sido tomada.

Tão grande era a confiança nas forças disponíveis que João Goulart persistiu, durante muito tempo, na idéia de esmagar o movimento democrático, quando as tropas de Minas Gerais e de São Paulo já convergiam celeremente sobre o Rio de Janeiro; no Nordeste, o IV Exército dominava completamente a situação.

CAPÍTULO IV

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AÇÃO COMUNISTA

O problema do Comunismo em nosso País assume uma surpreendente complexidade. Esse fato ocorre na maioria das nações do Mundo Livre nas quais uma técnica altamente aperfeiçoada e uma tática sutil e inteligente são postas à serviço de uma Guerra Revolucionária, através da qual o Mundo Socialista procura ampliar constantemente a sua dominação.

Embora o Partido Comunista Brasileiro, entidade intimamente ligada ao comando do Movimento Comunista Mundial, se constitua como o núcleo dirigente ou incentivador de tôdas as atividades, os contornos de suas ações se diluem na clandestinidade ou se transfiguram nas manifestações mais diversificadas que, em grande parte, escapam à percepção comum e à capacidade preventiva ou repressiva do poder legal.

A ação do Partido Comunista se exerce em todos os setores da vida nacional através de um sem número de organizações ostensivas ou clandestinas, legais ou ilegais, que constituem um complexo subversivo de extraordinária capacidade, à feição de um imenso polvo cujos tentáculos se lançam em várias direções.

1. *A organização*

Se tentássemos sistematizar a organização comunista em nosso País em um esquema evidentemente amplo, poderíamos agrupar todo esse conjunto subversivo nos seguintes títulos gerais:

a. *Organismo Central* — constituído pelo PCB, organização clandestina e ilegal, de quadros altamente selecionados e capazes. É uma organização relativamente pequena, praticamente composta de líderes de grande capacidade de ação e elevado moral, formados em escolas e doutrinação política especializadas e sujeitos a severa disciplina partidária. Os dirigentes mais categorizados são formados em escolas na Rússia Soviética. O Partido tem uma expressão de autoridade indiscutível cuja violação assume o aspecto de verdadeiro sacrilégio.

b. *Organizações Correlatas* — são entidades do mesmo fundo ideológico comunista que em muitos pontos se associam ou são capazes de associar ao PCB, mas que, em virtude de razões estratégicas ou táticas, mantêm linhas políticas independentes ou divergentes. É o caso do Partido Comunista do Brasil, do Partido Operário Revolucionário Trotsquista, das Ligas Camponesas e da Política Operária.

c. *Organizações Aliadas* — são organizações que taticamente se unem ao PCB para a consecução de determinados objetivos intermediários mas que na realidade visam a objetivos diversos, em sua maioria igualmente subversivos. É o caso da Ação Popular, Movimento Cristão Socialista, do Movimento de Educação de Base, liderado pelos bispos, e outras associações de análoga natureza.

d. *Frentes de Mobilização de Massas* — são organizações de fachada ou entidades de mobilização pessoal, legais ou semilegais, infiltradas ou controladas por membros do PC. A política das organizações das frentes permite levar a ação subversiva ao encontro de todos os setores da vida nacional, sem expor a integridade do Partido que se conserva à distância, emitindo a sua orientação através de frações destacadas no interior das próprias frentes.

Entre as frentes dois tipos podem ser distinguidos: as *permanentes*, que correspondem às organizações de

relativa duração, e as *transitórias*, criadas de acôrdo com as necessidades de atuação.

Quando a frente consegue englobar elementos nas organizações correlatas ou aliadas ao Partido Comunista denomina-se “frente única”. Através da constituição das frentes únicas o Partido capacita-se ao contrôle de massas organizadas e numerosas que lhes asseguram grande capacidade de mobilização. A frente única, dirigida pelo Partido, é considerada como um extraordinário elemento de fôrça e de pressão política.

e. *Organismo sob contrôle do PCB* — Órgãos de comando ou entidades, dominadas por frações destacadas, como o CGT, o PUA, os Sindicatos, etc.

Em todo êsse conjunto de organização, a ação corrosiva e subversiva dos comunistas se faz através das brechas que a nossa legislação lhes oferece, permitindo que as liberdades democráticas sejam utilizadas para a proteção dos que planejam destruir essas mesmas liberdades.

Somam-se a essas facilidades, legalmente asseguradas os acôrdos políticos, os conluios secretos, as contribuições “espontâneas” que indivíduos, autoridades e organismos oferecem ao Partido para a satisfação de interesses pessoais, de vaidades, ambições e, algumas vêzes, até inspirados por intenções honestas.

Na realidade, transvestida dos mais variados disfarces, a ação comunista e comunizante se subordina aos ditames da Guerra Revolucionária, emanados dos grandes centros que hoje são Moscou e Pequim.

Embora se observem profundas dissensões, tanto na forma de execução, como nos tipos de relações da política internacional, na verdade o objetivo de destruição ao sistema democrático ocidental, de base capitalista, baseado na livre emprêsa e na iniciativa privada, é único e indeclinável.

As divergências entre as nações socialistas, e particularmente entre a Rússia e a China, refletiram-se profundamente em todo o movimento comunista latino-americano.

No Brasil ocorreu um fato singular. O Partido Comunista se fracionou em dois outros: O Partido Comunista Brasileiro, ligado à linha soviética, abarcando a maioria dos efetivos partidários, e o Partido Comunista do Brasil, adepto da linha chinesa, numericamente pouco expressivo.

O imenso abalo que o Partido sofreu, em sua capacidade operativa com a Revolução de 31 de março, em grande parte atribuído à inadequabilidade de linha política adotada por seus dirigentes, abriu novas perspectivas para uma evolução de Estratégia e possivelmente um reagrupamento das alas divergentes, baseado, naturalmente, em uma reestruturação completa dos quadros de direção.

Essa reformulação se torna bastante provável, particularmente após a queda de Krushov, cuja política de transição pacífica e de coexistência pacífica tem sido denunciada como o mascaramento da mais cínica conciliação com o imperialismo norte-americano. Por outro lado é também relevante a influência política da primeira explosão nuclear na China, mediante a qual esse país colocou-se em lugar destacado entre as nações de grande poderio militar em todo o planêta.

A política do Partido Comunista sempre foi extremamente hábil, procurando adaptar-se às condições circunjacentes.

A situação difícil que se criou no Partido com a Revolução de 31 de março tem sido explorada, principalmente pelos elementos sequiosos de galgarem os postos de direção, com o afastamento dos antigos dirigentes. Se, entretanto, analisarmos a evolução política da linha partidária antes desse movimento, vamos sentir, ao considerarmos seus reais objetivos, que havia justeza e coerência nessa linha.

De qualquer sorte, a Revolução marcou uma fase definida na história do PCB. Em grande parte surpreendidas, as organizações comunistas se dissociaram e se desarticularam. Apesar de desorganizadas, entretanto, mantiveram seus quadros mais ou menos ilesos e agora, quando a repressão revolucionária se vai amortecendo

ao encontro da burocracia judiciária, as lideranças comunistas sentem que lhes começa a sorrir o ambiente promissor ao reajustamento sub-reptício, paciente e determinado.

Êles comparam o movimento comunista ao fluxo e refluxo das marés. Os ápices do movimento comunista constituem os chamados auges que sempre deixam profundas e indestrutíveis cicatrizes na evolução e na estrutura política das nações democráticas. Mesmo derrotados êles se dizem fortalecidos porque as crises lhes permitem desenvolver a liderança das massas.

2. *Estrutura e ação do PCB*

Estrutura Geral

A organização do PCB segue o modelo geral de todos os partidos comunistas do mundo inteiro. Esse esquema universal, inspirado no PCUS, sofre algumas adaptações, derivadas das condições de tempo e local. No projeto de Estatutos enviado à Justiça Eleitoral para o registro do Partido Comunista Brasileiro, algumas denominações clássicas foram substituídas por outras novas, visando a disfarçar o aspecto internacionalista da estrutura. Em sua essência, porém, a antiga organização foi realmente mantida.

Os dois princípios fundamentais da organização são os seguintes:

a. *Centralização* — Esse princípio que os comunistas denominam eufemisticamente de “Centralismo” democrático, definindo-o como “Centralização com base na democracia e democracia sob direção centralizada”, baseia-se na existência de uma cadeia sucessiva de escalões de comando, ligados por preceitos de severa disciplina, que asseguram a convergente concentração das relações de dependência e a unidade de ação sob o controle de um poderoso órgão central que decide e arbitra.

b. *Direção Coletiva* — Segundo esse princípio, os órgãos de direção são constituídos por um grupo de ele-

mentos, denominados dirigentes, aos quais incumbe a adoção coletiva das decisões. Essa regra destinar-se-ia a evitar o individualismo e o unilateralismo. A disciplina rigorosa, o ambiente de mútuas desconfianças e receios conduzem, entretanto, a uma concentração de poder nas mãos de um ou de uns poucos chefes, cuja influência e prestígio se destacam nos órgãos de comando.

A organização do Partido compreende os seguintes escalões, numa escala ascendente de categoria e efetivos:

1.^o — *Organização de Base* (antiga célula) que constitui a formação elementar dos efetivos partidários. É um grupo com um efetivo mínimo de 3 membros. Não pode ser muito numeroso, em virtude das dificuldades de controle e ação clandestina. Suas tarefas permanentes principais são a infiltração e a propaganda ideológica na vida local, execução das decisões superiores (palavra-de-order), condução das reivindicações da massa às instâncias superiores, busca de informações, divulgação, recrutamento de novos membros, difusão do ensino político, pesquisa e verificação sobre deficiências e necessidades da ação e imposição da disciplina partidária. Essas organizações são dirigidas por um Secretariado que se pode resumir, nos pequenos grupos, a um único dirigente.

A organização partidária que funciona em uma empresa de grande efetivo se denomina Organização de Grande Empresa. É estruturada em Seções e Subseções, por sua vez, consideradas como Organização de Base. As Organizações de Grande Empresa podem ser equiparadas a níveis superiores, conforme a área territorial que abranjam. Seus órgãos dirigentes possuem também o desenvolvimento observado nas estruturas mais elevadas.

2.^o — *Organização Distrital ou Municipal* — que compreende todas as Organizações de Base existentes em um determinado Distrito ou Município, conforme o caso. É dirigida por um *Comité Distrital ou Municipal* (Diretório Distrital ou Municipal).

3.^o — *Organização Estadual ou Territorial* — que engloba tôdas as organizações existentes em um Estado ou Território, conforme o caso. É dirigido por um *Comitê* (Diretório) Estadual ou Territorial.

Os comitês municipais, distritais, estaduais ou territoriais são eleitos em Convenções ou Congressos de delegados das organizações integrantes, reunidas ordinariamente de dezoito em dezoito meses. Reuniões extraordinárias poderão ser entretanto, convocadas em menor período.

Os comitês distritais, municipais e territoriais englobam um efetivo variável de 7 a 15 membros, além de 3 a 7 suplentes. Cabe ao comitê a execução das resoluções da Convenção e das instâncias superiores do Partido.

No caso do Comitê Estadual, é admitido um efetivo máximo de 27 membros e 7 suplentes, quando se torna necessária a constituição de uma Comissão Executiva, eleita na Convenção.

Os comitês das Organizações Distritais, Municipais, Estaduais ou Territoriais reúnem-se ordinariamente com intervalos de um a três meses, conforme o caso. Durante o espaço entre duas assembleias do Comitê, a organização será dirigida por um Secretariado, eleito nessa Assembleia.

4.^o — A organização geral do *Partido* é dirigida por um *Comitê Central* ou Diretório Nacional, eleito no Congresso do Partido (Convenção Nacional), que é reunido ordinariamente de dois em dois anos.

O Comitê Central tem seu efetivo fixado pelo Congresso do Partido. Atualmente êsse efetivo oscila em torno de 50 membros. Cabe a êsse órgão dirigir tôda a atividade partidária, de acôrdo com as resoluções do Congresso, inclusive a nomeação dos responsáveis pelos órgãos centrais da imprensa e a distribuição dos quadros do Partido.

O Comitê Central reúne-se ordinariamente com intervalos não superiores a seis meses. Nos intervalos entre duas reuniões o órgão dirigente à *Comissão Executiva* (ou Presidium), eleita pelo próprio Comitê Central.

Este é o órgão coletivo mais importante do Partido. Possui cerca de 10 integrantes, responsáveis pela execução das decisões do Comitê Central.

Além da Comissão Executiva, é também eleito pelo CC, um Secretariado, composto de um *Secretário-Geral* (Presidente) e dois ou mais Secretários. Esse órgão, subordinado à Comissão Executiva, é destinado a atender as questões de ordem prática de trabalhos de direção.

O Secretariado exerce o controle diário do desenvolvimento da linha partidária, recebe e solicita informações, toma decisões imediatas e, caso não se sinta com autoridade conveniente, convoca a Comissão Executiva.

O trabalho dos Comitê Central, Estadual e outros, se organiza através de Comissões. Cada Comissão é integrada por um membro do Comitê e elementos auxiliares convocados para as diversas tarefas.

Embora exista uma tendência para evitar que cada dirigente se confine nos limites do campo de uma determinada atividade, o funcionamento das Comissões procura compartimentar essas atividades para obter uma completa sistematização de esforços.

Em geral as Comissões são distribuídas nos seguintes setores:

1.º — *De Organização* — incumbido do trabalho de organização das reuniões, convenções, congressos partidários, da ampliação e controle do pessoal filiado ao P.C. e da aplicação das normas estatutárias.

2.º — *Sindical* — relativo aos sindicatos de classes;

3.º — *Finanças* — que diz respeito aos problemas financeiros, inclusive fundos, contribuições e negócios;

4.º — *Agitação e Propaganda* — que se relaciona com os movimentos de agitação das massas e a propaganda partidária, inclusive a imprensa do Partido.

5.º — *Educação* — à qual incumbe os assuntos relativos ao ensino ideológico e político e a doutrinação, inclusive os cursos de duração e níveis diversos;

6.º — *De Campo* — encarregado dos assuntos ligados a população rural e sua arregimentação em associações e sindicatos.

7.º — *De Massa* — atinentes a organização de pessoal numeroso. Essa Comissão inclui os setores juvenil, estudantil nos diversos graus (secundaristas, universitário, etc.).

O número de Comissões não é fixo. Algumas comissões podem desdobrar-se de acordo com as circunstâncias.

Há diversos tipos de reuniões dos órgãos dirigentes do Partido: — os “plenos”, “ampliados” ou “ativos” são reuniões normais dos órgãos dirigentes — comitês estaduais ou central — com a presença dos elementos adicionais que se fizerem necessários face à natureza do conclave.

— As conferências são reuniões de todo o Partido para a deliberação sobre assuntos de oportuno interesse.

— O Congresso é o tipo de reunião mais importante. Destina-se às resoluções políticas e às decisões básicas sobre a organização e o funcionamento do Partido. No Brasil já foram realizados 5 Congressos. O Congresso é precedido por um grande trabalho preparatório para eleição do delegado, escolha de locais e debate sobre assuntos a serem levados à discussão geral.

Aspectos Financeiros

Todos os dirigentes dos Comitês Central e Estaduais do Partido são considerados funcionários e recebem vencimentos. Os membros dos Comitês Municipais podem também receber remuneração. Para o custeio de suas despesas e o pagamento de seu pessoal o PC vale-se de cinco fontes financeiras principais:

1.ª — Contribuição de membros do Partido:

Todos os membros do Partido contribuem com mensalidades cuja importância variável é estabelecida por acordo mútuo.

2.^a — Contribuições mensais e eventuais de simpatizantes e pessoas temerosas de uma futura vitória do comunismo no País.

3.^a — Rendas resultantes de iniciativas financeiras como campanhas, festas, vendas de rifas, excursões, contas de sacrifício, etc.

4.^a — Donativos feitos por autoridades federais e estaduais a grandes emprêsas, candidatos a cargos eletivos que negociam o apoio comunista e outros.

5.^a — Rendas resultantes de empreendimentos econômicos como casas comerciais, livrarias, negócios imobiliários e outras fontes de rendas, muitas vêzes, vultosas.

Além dessas fontes de rendas, os comunistas têm recebido, para finalidades diversas, ajuda estrangeira, principalmente visando à propaganda e à manutenção do pessoal que estuda ou viaja no exterior.

Formação de quadros e líderes

O PCB, como os seus congêneres no mundo inteiro, mantém um sistema educacional completo visando a proporcionar, em todos os graus, o ensino político e ideológico, a formação de líderes e de atividades de toda a natureza, inclusive guerrilheiros.

Os cursos e escolas são, em sua maioria, clandestinos e obedecem a rigorosas normas de sigilo e segurança. Dependendo, entretanto, da maior ou menor condescendência das autoridades, essas normas podem ser relaxadas. Vários institutos e escolas legais podem ser aproveitados por professores e conferências para a doutrinação ideológica.

Foi o caso, por exemplo, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), transformado, com a conivência do Governo Federal, no mais elevado órgão de doutrinação comunista do País.

É imenso o número e a variedade dos tipos de cursos e escolas, tanto no que diz respeito aos assuntos, como à duração do ensino. Há cursos de 48 horas, de 7 a 10 dias e de vários meses.

De um modo geral existem três graus de ensino: básico, médio e superior.

O curso básico destina-se aos principiantes comunistas. O curso médio visa a aperfeiçoar o pessoal para a formação de dirigentes e membros de certa categoria. O curso superior forma líderes do partido e elementos de destacada atuação nos setores de agitação e propaganda.

A finalidade e normas de funcionamento do ensino comunista ilegal e clandestino estão previstas em documentos oriundos do Comitê Central que tem sido apreendidos em todo o País. Dizem tais documentos:

“As escolas são organizações que o Partido mantém para o trabalho de educação. Para esse trabalho, o Partido utiliza círculos de estudo, a imprensa, etc, mas, cabe às escolas um papel destacado. As escolas do Partido têm duas funções: função instrutiva e função educativa. Função instrutiva: deve fornecer elementos teóricos sobre a política do Partido, sobre organização sindical, questões de economia política etc. Função educativa: às vezes é subestimada. É a função ideológica, de formar o caráter dos militantes aproveitando a vida interna para educar, combater a auto-suficiência, a negligência, o individualismo. Na vida coletiva isso tudo aparece. Isso precisa ser combatido, extirpar a ideologia não socialista, a ideologia pequeno-burguesa e dar aos militantes a ideologia socialista.”

“Todo militante tem o dever de se educar nos princípios de moral comunista. Educamo-nos para nos colocarmos à altura das tarefas que o Partido nos dá. Nossa educação deve ser realizada de maneira indissolúvel com as tarefas da revolução brasileira. Educamo-nos para bem cumprir as tarefas. A moral comunista é um conjunto de regras e normas que determina a conduta dos militantes do Partido em sua luta pela revolução. Todos nós, em nossa conduta pessoal, em nossa ação, devemos pautar nossa vida com uma série de exemplos. O que é

moral para um membro do Partido? E tudo contribui para a destruição da atual sociedade e a construção de uma nova sociedade. Tudo que nós fizemos e que possa contribuir para liquidar com essa sociedade e a conquista de uma sociedade socialista e comunista é moral para nós. Assim o militante comunista deve seguir os preceitos da ética comunista, enquadrar sua vida de acordo com os interesses do Partido, da classe operária, de acordo com a revolução. Nós somos contra a moral burguesa. Mesmo os próprios conceitos de honra, honestidade e lealdade, nós os vemos sob pontos de vista diferentes”.

“Em primeiro lugar é necessário uma dedicação sem limites ao Partido. Nosso Partido passa a ser nossa família, nosso lar, nossa razão de ser”.

“Devemos enquadrar toda nossa vida de acordo com os interesses do Partido e este passa a ser mais necessário que o próprio ar que respiramos. O Partido passa a ser tudo”.

“Devemos educar o Partido no espírito do ódio ao inimigo e nenhum preconceito. É necessário espírito de abnegação. A revolução não se faz sem sacrifícios. É evidente que quando se recruta um membro do Partido não lhe vamos dizer isso. Mas nossa luta não é cômoda. Toda batalha tem mortos, feridos e presos”. (Citado no Manual de Polícia Política e Social por Luiz Apolônio — S P — 1963)

Segurança e Sigilo

O PCB, à exceção de um pequeno período entre 1945 e 1947, foi sempre um partido ilegal e clandestino. Mesmo nessa fase de breve legalidade, suas atividades subversivas não sofreram solução de continuidade. Em suas atividades os membros do PC, acobertando-se na liberdade de opinião e de idéias assegurada pelos princípios constitucionais, apresentam-se como simples “comunistas”, procurando ocultar e negar todas as vinculações a um sistema organizado e atuante. Alguns admitem a existência do Partido como uma entidade ideal e figurada.

Em certas ocasiões, entretanto, particularmente quando é manifesta a tolerância das autoridades, as preocupações com a clandestinidade se tornam mais frouxas e a atividade e organização partidárias principiam a transparecer nas declarações e discursos. Os verdadeiros objetivos políticos começam a ser anunciados e as manifestações já se não escondem sob o vigor da férrea disciplina partidária. Assim, por exemplo, no governo de João Goulart, Prestes em discurso no Congresso de Solidariedade a Cuba, não teve grandes inibições ao anunciar:

“O Partido Comunista, com mais de 40 anos de vida, ainda é o partido dos perseguidores, é o partido que ainda hoje não conquistou a sua legalidade completa”.

Com essa expressão — legalidade completa — Prestes denunciava todo o sistema de conivência criminosa e demagógica que caracterizou o governo Goulart, sob cuja proteção e amparo se difundia a propaganda subversiva, em conclaves públicos como êsse Congresso. Preste acrescentou no mesmo discurso:

“Diante de qualquer ameaça nesse sentido, os comunistas brasileiros não vacilarão em tomar posição contra os golpistas. Desejamos que os povos irmãos compreendam qual o caminho que nós, comunistas, adotamos para nossa solidariedade a Cuba. Se no momento estivéssemos em guerra civil, se a nossa situação fôsse revolucionária, a solidariedade a Cuba seria intensificar o processo revolucionário, seria intensificar a guerra civil”.

Através dessas dúbias palavras, expressão de sentimento ambíguo, o Secretário-Geral do PC exprime qual a atividade possível dos comunistas, caso nosso país fôsse o palco de uma insurreição armada. E qual o objetivo? a sua conclusão demonstra-o:

“Após a vitória da revolução cubana, todos nós, latino-americanos, participamos da emulação revolucionária: todos nós desejamos ser o segundo país socialista da América. É o que nós, brasileiros, também desejamos”.

Prestes nos inclui, portanto, nessa estranha disputa em que, consoante sua opinião parcial se empenha tôda a América Latina; a de seguir o exemplo cubano.

O aspecto que, entretanto, convém ressaltar nessa oportunidade não é bem o espirito sectário do chefe marxista-leninista, mas principalmente a maneira ostensiva de dizer seus propósitos e de referir-se a uma organização cuja existência não apenas fere os preceitos legais, como se constitui em permanente ameaça ao regime e às instituições.

É verdade que o Partido tem sabido aproveitar-se de tôdas as brechas oferecidas pelas autoridades hesitantes.

As atitudes normais e usuais do Partido são, entretanto, pautadas em normas de severa disciplina e segurança. Essas normas compreendem principalmente os seguintes aspectos:

a. Tôdas as atividades do Partido, como organização política atuante, são revestidas de rigorosa clandestinidade.

b. São adotadas as precauções para evitar a identificação de membros e dirigentes do Partido como sejam: evitar assinaturas em documentos, usar pseudônimos, utilizar senhas, etc.

c. Tôdas as organizações partidárias são de pequenos efetivos e funcionamento compartimentado.

Os elementos de ligação (estafetas) são restritos e de absoluta confiança.

d. Os membros do Partido são educados para jamais revelar os assuntos de organização e composição do Partido.

e. A imprensa do Partido é objeto de precauções especiais de segurança. Grande número de impressoras funciona clandestinamente.

f. Todos os cursos e escolas do Partido obedecem a normas estritas de segurança.

g. Jamais devem ser revelados quaisquer aspecto de ligação entre os comunistas com a Rússia e outros países socialistas, particularmente no que diz respeito a ajuda financeira.

Os membros do Partido recebem uma preparação especial para a eventualidade de prisão pela polícia. É muito conhecido o documento: "Se fores prêso, camarada..." que estabelece normas de atuação em tôdas as situações relacionadas com essa circunstância. "A prisão, declara êsse panfleto, não é senão um dos aspectos de luta que sustentamos, mas é também a oportunidade que se apresenta a cada militante para provar sua fidelidade à Revolução e demonstrar que jamais se esquece ser seu dever contribuir sempre para o fortalecimento do Partido, defendendo a sua organização e seu prestígio."

As regras de Lenine sôbre o comportamento dos presos são as seguintes:

- 1) Defender sua causa e não sua pessoa;
- 2) Mostrar-se física e politicamente corajoso;
- 3) Não prestar informações ao inimigo sôbre o que êle deve ignorar;
- 4) Atacar o regime acusador;
- 5) Dirigir-se, por cima da cabeça do juiz, às massa;
- 6) Não confiar sua defesa aos advogados.

As instruções do folheto orientam o procedimento a adotar antes, durante e após o ato da prisão. Não cair em pânico; manter uma atitude digna e firme; protestar; não conversar com seus detentores; nada dizer sôbre a organização; não acreditar em promessas, nem se deixar enganar; não falar, não discutir política; não temer ameaças à família. São recomendações que devem ser cegamente seguidas. "Cada membro do Partido deve

saber, se ao ser prêso, diz à polícia o que não deve e não pode dizer, se desce assim à categoria de prêso que fala", transforma-se imediatamente e automaticamente em auxiliar da polícia é um traidor de sua classe, que como tal será considerado e julgado pelo povo e pelo seu Partido.

3. *A Ação Partidária*

Antes de analisarmos pormenorizadamente as atividades do Partido Comunista em nosso País, convém focalizarmos os campos gerais em que se desenvolvem tais atividades, para uma compreensão nítida do problema.

De um modo amplo, poderíamos classificar a ação partidária comunista em quatro grandes setores:

- 1.º Construção
- 2.º Infiltração
- 3.º Agitação e Propaganda
- 4.º Movimentação das Massas
- 5.º Ação Violenta

a — *A Construção*

A Construção visa a recrutar os quadros partidários e aperfeiçoar os seus líderes e atividades. O Partido Comunista, como todos os seus congêneres de outras nações, é uma agremiação relativamente pequena, de efetivos altamente selecionados. As condições para ingresso no Partido são rigorosas. Não basta ser comunista para ser membro partidário. É preciso dar provas de grande lealdade, dedicação e eficiência à "causa operária" a fim de obter a aprovação dos órgãos superiores.

Para assegurar uma seleção adequada, a doutrinação ideológica é amplamente realizada.

O "Plano de Construção" do Partido busca justamente ampliar, renovar e assegurar a proficiência dos quadros partidários. É claro que uma série de circuns-

tâncias criam uma apreciável evasão nas fileiras do Partido, onde se observa concomitantemente a necessidade de substituir aquêles elementos que se tornem extremamente visados e que, por isso, passam a ser mais nocivos que benéficos à organização.

Existem ainda as expulsões dos “camaradas” considerados traidores da causa, dos que fraquejaram diante do “inimigo”, dos que se tenham deixado levar pelo “fracionismo” ou “divisionismo”.

O recrutamento de novos membros é realizado em todos os setores principalmente no estudantil e operário, considerados como fontes promissoras do movimento comunizante.

b. *A Infiltração*

Todo comunista, por dever e necessidade, é obrigado a participar de outras organizações legais e ostensivas. A infiltração consiste justamente na penetração de um certo número de elementos do Partido em uma determinada organização, na qual, por variados processos, vão conseguindo a paulatina dominação, até o seu contrôle integral.

“O P. C. só pode ser um partido da vanguarda se está estreitamente ligado às massas e goza de seu apoio. Como se torna o P. C. um verdadeiro dirigente de massas? Quando convence as massas de que exprime e defende corretamente os interesses delas. E só pode convencê-las não com palavras, mas com fatos, por sua política, por sua iniciativa, por sua fidelidade ao povo. Ao mesmo tempo que difunde entre os trabalhadores o seu programa educa as massas na luta pelos objetivos revolucionário pelas transformações radicais da sociedade, o P. C. organiza a luta de massas pela satisfação das necessidades imediatas e parciais dos trabalhadores e do povo. Para isso, as organizações do Partido devem ter a ligação mais estreita, diária com as massas. Cada comunista deve pertencer a uma organização de massas e ali realizar um trabalho permanente e paciente de esclarecimentos e organização. (Exemplificar com as or-

ganizações de massas existentes no local — sindicatos, ligas camponesas, associações estudantis, etc). Através das organizações de massas é que o Partido se liga estreitamente aos trabalhadores e ao povo. Por isso, os comunistas têm a obrigação de participar dessas organizações, mesmo quando seus dirigentes e grande parte dos associados são indiferentes ou hostis em relação a nós. Os comunistas não podem irritar-se com a incompreensão das massas. Devem encontrar o caminho para chegar à consciência e ao coração dos trabalhadores sem temer as prevenções, os preconceitos e mesmo os insultos. Só podemos dirigir as massas quando levamos em conta sua experiência e ao nível de sua consciência, quando não nos desligamos da realidade e não avançamos demasiado, sòzinhos. Se a vanguarda avança isoladamente, perde a direção das massas, que não a acompanham, e é derrotada. Mas, levar em conta o nível de consciência das massas não significa adaptar-se às mais atrasadas e seguir a reboque delas. Os comunistas atuam de acôrdo com as exigências da vida porém marcham adiante do movimento espontâneo das massas, esforçam-se para orientar êsse movimento, para conduzi-lo à conquista dos objetivos já maduros. O PC só pode dirigir as massas e ensiná-las se êle próprio aprende com as massas, isto é, se êle estuda atentamente o que nasce da prática do povo e se embebe da sabedoria do povo. Aprender com as massas para ensinar às massas — eis o princípio leninista pelo qual se orientam os Partidos Comunistas”. (Trecho de Documento apreendido em um Curso do PCB — Manual de Polícia Política e Social Luiz Apolônio — S. Paulo 1963).

O grupo de membros infiltrados na organização denomina-se “Fração” do Partido que em geral se assenhora da direção dos setores principais, como a Secretaria, a Tesouraria.

As “Frações” e os órgãos de difusão, geralmente realizam a infiltração por determinação do Partido que seleciona criteriosamente o pessoal capacitado para a execução dessa tarefa.

A Tese do II Congresso do Comintern assim se expressa, no que respeita a infiltração sindical:

“Os comunistas devem ter “frações” em todos os sindicatos e comitês fabris e adquirir através dêles, influências sôbre o movimento trabalhista e dirigi-lo” — para “subordinar os sindicatos à liderança do Partido”.

“Lenine escreveu em sua obra: “Esquerdismo: Uma doença infantil:

“E para fazer frente a isto devemos submeter-nos a quaisquer sacrifícios e mesmo, se necessário recorrer a tôdas as espécies de estratagemas, de artifícios, métodos ilegais, evasivas e subterfúgios, tudo com o fito cínico de penetrar nos sindicatos, permanecer nêles e continuar a executar o trabalho comunista nêles a todo custo.”

“Levando em conta a afluência de enormes massas trabalhadoras para os sindicatos, e também o objetivo de caráter revolucionário de luta econômica que essas massas estão levando avante apesar da burocracia dos sindicatos, os comunistas devem se afiliar a tais sindicatos em todos os países de maneira a transformá-los em órgãos eficientes de luta pela supressão do Capitalismo em favor do Comunismo. Devem iniciar a formação de sindicatos onde êles não existirem.”

Sôbre os membros comunistas infiltrados no Parlamento, reza a “Tese do II Congresso do Comintern”:

“Quando terminarem as eleições, a organização das frações parlamentares deverão estar tôdas nas mãos do Comitê Central do Partido Comunista, seja êle legal ou ilegal no momento. O líder e os componentes da fração parlamentar devem ter suas funções confirmadas pelo Comitê Central do Partido”.

“Cada membro comunista deve ter sempre que êle não é um “legislador” que seja obrigado a procurar ajustes com os outros legisladores, mas sim um agitador do Partido escalado para o campo inimigo com o fim de executar ali as ordens do Partido”.

Os instrumentos principais para a consecução dêsse objetivo são, em geral, a capacidade de liderança, a ha-

bilidade de ação e a atividade pessoal dos membros da fração.

Após infiltrar-se, a fração procura constituir dois grupos de elementos atuantes: o grupo do poder e o grupo de apoio. O primeiro, constituído apenas por militantes do Partido, é o elemento de direção. O grupo de apoio é formado de comunistas aliados. Entre êstes últimos estão englobados os seguintes:

— “Companheiros de viagem” ou “aliados” — elementos não comunistas, muitas vêzes mesmo, de objetivos contrários aos comunistas, mas que a êles se aliam para a conquista de objetivos intermediários;

— “Simpatizantes” — elementos condescendentes ou parcialmente adeptos da causa comunista que são aproveitados ou desprezados consoante às circunstâncias;

— “Oportunistas” — aquêles que por interesses pessoais ou por receio auxiliam a ação partidária;

— “Tontos” ou “Bobos” — os que por vaidade ou boa fé são iludidos e se prestam às manobras da fração comunista.

Quando o grupo de apoio já está estabelecido e atuante, os comunistas passam a dominar integralmente, comandando as massas que são conduzidas ao seu inteiro sabor, após desencorajar-se, através de medidas convenientes, tôdas as tentativas de reação conforme o grau de domínio a organização se diz “infiltrado”, “controlado” ou “dominado” e pode, de acôrdo com as necessidades, transformar-se em uma “frente” do Partido.

Êsse processo geral tem sido, com pequenas variações, aplicado em tôdas as agremiações estudantis, sindicatos operários e até em clubes carnavalescos ou esportivos.

Tôda agremiação infiltrada passa, em geral, a ser utilizada para finalidades políticas, muitas vêzes inteiri-

ramente diversificadas das que se coadunam com as suas finalidades e atribuições.

c. *Agitação e Propaganda*

Escreve Lenine aos comunistas:

“Deveis ser capazes de quaisquer sacrifícios, de vencer os maiores obstáculos, de maneira a levar avante sistematicamente agitação e propaganda, com perseverança, com paciência, precisamente naquelas instituições, sociedades e associações, mesmo as mais reacionárias, nas quais se encontram massas proletárias ou semiproletárias”.

A agitação partidária é realizada de acordo com um Plano de Ação que fixa os elementos essenciais de todas as atividades comunistas para mobilizar e conduzir as massas em apoio da conquista de seus objetivos.

Um dos mais recentes Planos de Ação do PCB fixava os seguintes pontos essenciais:

Contradições a explorar, classificadas em fundamentais secundárias. As fundamentais eram: “O imperialismo norte-americano e seus agentes internos, contra toda a nação.” Os latifúndios contra as massas camponesas.” As secundárias englobavam: ‘A burguesia contra o proletariado.’

Para estabelecer a luta de classes o Plano devia a sociedade brasileira em dois grandes grupos: os latifundiários e as demais classes, reunindo a burguesia capitalista, a pequena burguesia, os camponeses e o proletariado.

O Plano atribuía caráter fundamental à aliança proletária-camponesa e considerava a Igreja Católica e as Forças Armadas como instituições altamente prejudiciais à ação comunista.

Prosseguiram as considerações do Plano estabelecendo elementos da chamada “Ação Nacionalista e as tarefas correspondentes.”

Em seguida, no seu item n.º 4, o Plano estabelecia as ações do PCB para a “Conquista do Poder”, onde fixa, entre outros preceitos:

“Realizar a pressão pacífica dentro e fora do Parlamento, apoiando a corrente nacionalista.”

“Conduzir a Revolução pelo caminho pacífico, permanecendo, no entanto, vigilante e em condições de desenvolver ações enérgicas, a fim de enfrentar e derrotar as tentativas que visem a deter a Revolução.”

“Realizar intensa infiltração na administração pública, nos Partidos Políticos, nas Forças Armadas e na Igreja.”

“Estimular ao máximo a insatisfação popular.”

“Apresentar sempre, o Partido como a organização política de vanguarda de tôdas as iniciativas que beneficiem as classes menos favorecidas, popularizando, ao máximo, a sua liderança no movimento das Reformas de Base, em particular da Reforma Agrária.”

Em seu item 5, o Plano de Ação fixava a política “Nacionalista-Democrática” do PCB, com as finalidades principais de:

- neutralizar a propaganda contrária através de intimidação intelectual;
- conquistar simpatizantes, e
- apresentar o partido como responsável por tôda a evolução social em processo no País.

Em sua conclusão o PCB determinava nesse Plano as tarefas básicas que constituiriam motivos essenciais de tôda a propaganda para mobilizar e conquistar a opinião pública.

A agitação e a propaganda são intimamente entrelaçadas em todos os setores da atividade comunista. Em seu informe ao IV Congresso do PCB, Prestes declarava:

“O trabalho de agitação e propaganda é um meio inestimável de atrair as mais amplas camadas da população para o Programa:

E preconizava:

“Muito precisamos ainda fazer para colocar a agitação e a propaganda à altura das necessidades atuais de

nosso partido, quando aumentam as responsabilidades diante do crescente descontentamento popular e da intensificação e ampliação das lutas de massas. Na verdade não vamos ainda às grandes massas de milhões'

Qualquer membro do partido é um agitador e propagandista nato. Todos os processos, dos mais simples aos mais complexos, são utilizados como veículos para êsse mister.

A agitação e a propaganda podem ter caráter ostensivo ou clandestino, podem ser claras, duvidosas ou obscuras.

Lenine dizia: "O propagandista atua principalmente por escrito, o agitador de viva voz."

Entre os instrumentos utilizados pela agitação e propaganda, os seguintes podem ser considerados como os principais:

- Cartazes, faixas, flâmulas, etc.
- Panfletos e boletins.
- Jornais e revistas,
- Livros, opúsculos, etc.
- Rádio e televisão,
- Cinema e teatro.

Em geral tôdas as organizações comunistas possuem um jornal clandestino. Mas o grande veículo da propaganda partidária é a imprensa ostensiva. É imenso o número de jornais comunistas em todo o País.

"Novos Rumos" era, até bem pouco, o mais importante jornal do PCB.

Entre os impressos, encontram-se as revistas de propaganda de países estrangeiros, muitas delas de primorosa apresentação. Existem ainda revistas internacionais, impressas e subvencionadas com recursos oriundos do Mundo Comunista, como a "Problemas de Paz e Socialismo", editada universalmente em cêrca de vinte idiomas diferentes.

d. *A Movimentação das Massas*

O acionamento das massas, realizado pelas minorias comunistas, infiltradas nos diversos setores da atividade nacional, é normalmente realizada, segundo uma técnica bem desenvolvida, sob a inspiração da luta em torno de reivindicações de classes e dos ideais patrióticos de emancipação e desenvolvimento do País.

O objetivo comunista não é propriamente a consecução dessas reivindicações e ideais que geralmente, estão mesmo em contraposição às bases da doutrina marxista-leninista. A finalidade de movimentação das massas reside inicialmente na elevação da capacidade de mobilização pelo Partido, apresentado à opinião pública como defensor intransigente das causas justas, e no exercício do controle dessas massas com vistas à sua futura manipulação em ações tipicamente partidárias.

Assim, embora internacionalistas, os comunistas se apresentam como ferrenhos nacionalistas. Conquanto adeptos de uma severa e disciplinada ditadura, sem eleições livres e sem plena liberdade de pensamento e de imprensa, defendem nos países do Mundo Livre os princípios democráticos e desejam fazer dessas eleições democráticas um caminho revolucionário para a implantação pacífica da ditadura do proletariado.

Essas contradições evidentes são disfarçadas sob as mais variadas formas que não iludem aos espíritos argutos e experientes mas conseguem enganar indivíduos e multidões, em surpreendente resultado.

A movimentação das massas é compreendida através de um sem número de formas, entre as quais se destacam:

- reuniões públicas de órgãos de classe como Assembléias, congressos, encontros, etc.;
- comícios e passeatas populares;
- manifestações de solidariedade;
- manifestações de desagrado;
- campanhas populares;
- ações de resistência passiva e greves.

Entre esses instrumentos, a greve é considerada como a arma principal do proletariado. O planejamento, a preparação e a execução das greves obedecem a uma técnica muito apurada. De um modo geral nunca se observa uma greve espontânea. Quase todos os movimentos desse tipo são preparados por elementos especializados do Partido Comunista.

A greve é considerada para os comunistas como um ato de combatividade, onde a violência individual e coletiva tem plena coerência.

Para impedir as defecções e enfrentar a repressão policial, julgam eles que os grevistas têm todo o direito de agir pela força.

Embora se procure classificar as greves em econômicas e políticas, de acordo com as suas causas principais, na realidade, nunca se pode discernir precisamente esse caráter, pois os interesses e aspectos econômicos se entrelaçam profundamente.

Essa conclusão se evidencia constantemente nos textos de documentos comunistas, como no seguinte trecho extraído de um “Balanço das Greves de Outubro”, editado pelo PCB:

“Partindo das condições objetivas favoráveis, procurando refletir o pensamento dos militantes do Partido e apoiados no próprio estado de espírito do proletariado, chegamos a algumas conclusões políticas e táticas que foram se ajustando e aperfeiçoando no próprio processo de sua aplicação na luta grevista. A essência dessa política, sua viga mestra, foi: orientar e dirigir a luta do proletariado em greve pela conquista de suas reivindicações mais sentidas, mobilizando para isso as categorias que já haviam esgotado todos os recursos legais, para chegar a um acordo conciliatório com os patrões. Aproveitar o próprio movimento para levar a classe operária a reforçar a sua unidade e organização. Desenvolver a solidariedade conquistando o apoio das demais categorias de trabalhadores e da opinião pública para os grevistas. Explorar, em benefício do proletariado, as contradições existentes no seio das classes dominantes, mantendo uma posição firme, independente e de classe,

mas aberta a tôdas as negociações. Utilizar as condições e possibilidades legais, como um dos fatores de êxito do movimento, combatendo as manifestações sectárias e esquerdistas. Defender e ampliar as conquistas democráticas. E, finalmente, no processo e como resultado de luta, reforçar as fileiras do nosso Partido.

“O nosso Partido avançou, reforçou-se com o movimento grevista. Cresceu seu prestígio. Ligou-se mais às massas. Agiu com certa justeza nas questões políticas. Do ponto de vista político, os erros, defeitos e debilidades de caráter ideológico e orgânico, bem como os erros de métodos, uma vez localizados e examinados, poderão e deverão ser superados, determinando um nôvo fortalecimento do Partido”.

e. *A Ação Violenta*

O fundamento da subversão e da violência está presente em tôdas as ações do Partido Comunista, como decorrência natural de sua ilegalidade e clandestinidade, de seus objetivos claros ligados à alteração do regime político e social vigente, de sua contraposição às bases econômicas essenciais dêsse regime.

Há uma imensa escala de opiniões da qual se valem argutamente os comunistas sôbre o limite a partir do qual se caracteriza a subversão ou a violência. Se uma das bases da consciência que inspira nosso sistema político é justamente o da liberdade de pensamento, como se justificaria considerar os comunistas como violadores da ordem constitucional? Dessa consideração partem os comunistas para argumentar a validade de sua propaganda ideológica, de seu proselitismo partidário, justificando-os como uma decorrência normal e obrigatória de liberdade de pensamento. Dizem êles: De que adiantaria a liberdade de pensamento, se não pudessem transmitir as idéias?

Estabelecem assim uma cadeia de deduções que lhes permitem justificar um grande número de atividades contrárias à preservação da ordem constituída. A

liberdade de pensamento, argumentam êles, implica na liberdade de transmissão de idéias. Essa faculdade justifica e permite a propaganda escrita ou falada. Cabe ao povo discernir livremente entre o que existe e o que nós lhes prometemos, entre o que tem diante dos olhos e o que lhe oferecemos.

Tôda essa argumentação que poderá confundir os sinceros democratas apresenta uma base falsa, assenta-se em postulados que merecem um reexame em face da evolução internacional. É preciso rever os conceitos de subversão e violência, porque as concepções antiquadas são uma ameaça à preservação das instituições e devem ser substituídas por definições adequadas à ordem atual.

Procuremos assentar algumas idéias sôbre tais aspectos:

1.^o — Que é subversão? Subverter é inverter, é alterar profunda e sub-repticiamente a ordem vigente. O emprêgo de qualquer artifício ou estratagema, a ação consciente ou inconsciente que vise tal objetivo ou que acarrete sua consecução são atividades subversivas. A liberdade de pensamento e de comunicação de idéias não se pode constituir em veículo da subversão, pois estaria ela mesma contribuindo para sua autodestruição, estaria entregando aos inimigos as armas com as quais seria esmagada futuramente.

A liberdade é um direito que deve ser desfrutado pelos que desejam ser livres. Aquêles que, entretanto, pretendem usar esta liberdade para construir a opressão devem ter seus intentos limitados até o ponto em que suas atividades se tornem inofensivas.

2.^o — Que é violência? — Violência é todo atentado contra o direito individual ou coletivo assegurado pela lei. Êsse atentado pode ser físico ou moral, pode ser instantâneo ou prolongado, pode ser doloroso, incisivo, indolor ou até apazível. Quando alguém procura, através da doutrinação insinuante, alterar a mentalidade ou o caráter de outra pessoa, exerce uma ação de violência tão pronunciada como a da deformação física ou material. A participação voluntária da vítima não descaracteriza a violência,

Um dos produtos revoltantes da violência moral é o que os comunistas têm obtido nos campos de concentração, nas prisões e até em classes escolares, pela aplicação do processo da lavagem cerebral, mediante o qual, à base da técnica do condicionamento de Pavlov, conseguem transformar psiquicamente os indivíduos em passivos aceitadores da teoria marxista-leninista. Na realidade o grande trabalho da doutrinação ideológica é a formação de aquiescentes. — Esta é a grande verdade.

Mas isto é ou não violência? *Deformar* a mente, o sentimento, o pensamento, não será uma prática de violência tão criminosa quanto a de deformar a face de um indivíduo por um golpe marcante e profundo?

Poderão constituir atos com objetivos subversivos uma variedade imensa de ações, como por exemplo:

- reunir pessoas por motivos figurativamente sociais, mas na realidade visando a finalidades políticas;
- propagar notícias falsas, tendenciosas ou alarmantes para engendrar a insatisfação, a insegurança, a desconfiança ou o temor;
- publicar artigos ou livros apresentando uma visão deformada dos acontecimentos e dos fatos para desprestigiar as instituições nacionais, desmoralizar os poderes, gerar a desconfiança e a inquietação, insuflar o descontentamento e incentivar a rebelião;
- infiltrar-se nas assembleias ou organizações para desviá-las de suas finalidades precípuas e democráticas e conduzi-las ao caminho da subversão política e da desordem;
- incitar grupos de pessoas a atos de destruição ou vandalismo para gerar a inquietação generalizada;
- incentivar greves desarrazoadas, sem apoio legal, para arregimentar grupos de descontentes e testar a capacidade insurrecional desses grupos.

Tôdas essas ações, se examinadas isoladamente, desvinculadas do ambiente geral, poderão aparentar uma natureza destituída de importância subversiva.

É preciso desmascarar-lhes os intentos ocultos e desencorajar-lhes a prática criminosa, impedindo que a liberdade democrática da construção e do progresso seja utilizada para a destruição e o retrocesso.

Um livro, um jornal ou, às vezes, um simples artigo poderão ocasionar resultados mais trágicos do que uma arma assassina.

Não se pode deixar, pois, de incluir no repertório dos meios violentos, no arsenal das armas subversivas, tôda essa pletora de instrumentos de propaganda, aparentemente pacíficos e inocentes, com a qual os comunistas pretendem transformar os regimes nacionais, destruir a liberdade que os permite acioná-los para impor a crueza de uma ditadura opressora.

Dentro do quadro de guerra revolucionária, a violência e a subversão estão presentes em um sem número de atividades que vão desde a doutrinação individual aos levantes armados e às desordens populares. A natureza do ato violento e subversivo deve ser buscada não apenas em sua forma de execução, mas em seus objetivos, pois contrário seria submeter passivamente as instituições à vontade inimiga em seu paciente, determinado e exclusivo trabalho de destruição. Seria como se, considerando-se inofensiva a retirada de um pequeno tijolo de uma parede, assistíssemos indiferentes a um grupo de malfeitores retirar, um a um, silenciosa e furtivamente os tijolos de um edifício, até que êste, aluído e corroído, desmoronasse inapelavelmente.

É necessário pois, conhecer o que pretendem em sua atividade aparentemente ingênua. É necessário correlacionar essa atividade às necessidades de sobrevivência do sistema político, econômico e social que se deseja preservar.

A revolução é a palavra-de-ordem permanente dos comunistas em todo o mundo. Êles consideram que tôdas as situações devem ser criadas, todos os meios e processos devem ser utilizados, para criar o ambiente de

insatisfação, exacerbar os ânimos e os descontentamentos que possam conduzir as massas ao caminho da convicção de que o regime capitalista deve ser destruído. Essa flexibilidade de atuação é preconizada pelos pioneiros do movimento comunista mundial. Lenine disse:

“Marx não atava as mãos — nem a dos futuros militantes da revolução socialista — no que se refere a formas, processos e métodos da revolução, pois percebia perfeitamente a imensa quantidade de novos problemas que então surgiriam, como se modificava a conjuntura e com que frequência e força ela mudaria no curso da revolução”. (Lenine, “Obras Completas”, XXVII, pg. 336, Ed. Cartago, citado *in* “Problemas da Paz e Socialismo”, 12/63, pg. 6).

A ação revolucionária comunista é multiforme e assume as mais variadas graduações. Transcrevemos, para ilustrar tal asserção, um trecho do artigo do dirigente comunista chileno Luiz Corvalan: “O caminho pacífico é uma forma de revolução”:

“A luta das massas adquire variadas formas de expressão. Além da greve, os trabalhadores costumam ocupar fábricas, fazem marchas de muitos quilômetros pelas estradas de acesso às cidades principais, realizam desfiles de rua e comícios públicos, invadem as dependências e os jardins do Congresso Nacional, recorrem a todos os meios que têm ao seu alcance. Os camponeses utilizam também como método de luta a greve e a marcha do campo para a cidade, chegando às vezes à ocupação da terra. Os estudantes caracterizam-se pela frequência e grandeza de suas manifestações de rua, combinadas com a ocupação das escolas. As províncias mais atingidas pela crise paralisam frequentemente tôdas as suas atividades e hasteiam a meio pau, em sinal de protesto, a bandeira nacional. Os moradores da Corporação Estadual da Habitação, em número de 86 mil, declaram a greve de pagamentos contra a alta dos arrendamentos ou dividendos. O comércio varejista fecha as lojas

contra os impostos excessivos. As mulheres, os intelectuais e artistas, os médicos e outros profissionais, todos os setores da população chilena castigados pela crise irrompem, de tempos em tempos, um atrás do outro, às vezes simultaneamente, com seu próprio movimento de massas, utilizando em geral os métodos de luta próprios da classe operária.

Obviamente, o movimento de massas tem altos e baixos e nêle há debilidades. Às vezes é difícil empreender e coordenar a luta, porque ainda há dispersão de força se o inimigo também trabalha. Mas, apesar disso, é forte e desenvolve-se progressivamente. As lutas são cada vez mais amplas e combativas.

Quaisquer que sejam os fins imediatos de cada ação de massas, pode-se afirmar que tôdas elas fazem parte, objetivamente, do movimento geral, social e político, que aspira a abrir caminho pela via pacífica. As massas vão aprendendo, mediante essa luta, a conhecer seus amigos e seus inimigos e a compreender que a solução de seus problemas está vinculada a uma mudança radical, a transformações profundas, à constituição de seu próprio governo”.

Se a tática do caminho pacífico da revolução comunista é uma tática subversiva visando aos mesmos fins de revolução violenta, conseguindo a conquista desses objetivos de forma bastante mais eficiente, é um verdadeiro suicídio para as nações do mundo livre deixarem-se conduzir, sob as restrições de um legalismo obsoleto a uma derrota paulatina inexorável.

Os comunistas, de um modo geral, procuram provocar no ambiente social o que denominam de *situação revolucionária*, conjuntura na qual as manifestações subversivas das massas adquirem caráter de espontaneidade.

Assim definem êles tais condições:

“Os marxistas-leninistas qualificam de situação revolucionária o estado político-social que forçosamente precede a revolução e no qual os de “cima” não podem continuar governando “ao velho estilo” e os de “baixo” não querem continuar vivendo como até então, quando surge a crise política em escala nacional, que afeta exploradores, e as massas se somam à luta. Cria-se a situação revolucionária como resultado do extremo agravamento das contradições da sociedade dividida em classes antagônicas. O surgimento da situação revolucionária neste ou naquele país é um índice da maturidade das premissas objetivas (econômico-sociais e políticas) da revolução.

(Santiago Alvarez: “Algumas questões em torno da Situação Revolucionária”).

Segundo Lenine, o amadurecimento de uma situação revolucionária é prenunciado por três indícios que podem ser assim resumidos:

- 1.º — as forças dominantes estão divididas, confusas e debilitadas,
- 2.º — os elementos vacilantes e instáveis estão desmoralizados,
- 3.º — as massas revolucionárias estão adotando atitudes mais audaciosas e resolutas.

A situação revolucionária pode ser artificialmente criada ou incentivada, e os comunistas são mestres nessa arte de engendrar o ambiente subversivo. Para êles os fatores primordiais para o desenvolvimento desta situação estão nas contradições sociais que o regime capitalista oferece.

“Apesar de toda a importância que têm as condições externas, internacionais, o fator decisivo

na formação da situação revolucionária reside sempre nas condições internas do país, na tensão das contradições de classe e no nível alcançado pela luta de classes.

A base objetiva do desenvolvimento dos processos revolucionários nos países capitalistas é o constante aprofundamento de tôdas as suas contradições antagônicas. Na terceira etapa da crise geral do capitalismo, essas contradições, agravadas sensivelmente pela revolução científico-técnica dos nossos dias, adquirem novos traços, manifestam-se em formas específicas e encontram sua expressão mais geral no agravamento da contradição que opõe o punhado de monopolistas que se encontra no poder à maioria esmagadora do povo. Essa contradição afeta atualmente todos os aspectos básicos da vida social dos países capitalistas e dá origem a uma série de fatores constantes que estimulam o desenvolvimento do processo revolucionário.”

É por essa razão que os comunistas se preparam para *tôdas as formas* de luta. Dizia Lenine:

“Todos hão de convir que seria insensata e até mesmo criminosa a conduta de um exército que não dispusesse a conhecer e utilizar todos os tipos de armas, todos os meios e processos de luta que o inimigo possui ou pode possuir. Mas essa verdade é ainda mais aplicável à política que à arte militar. Em política é ainda mais fácil saber de antemão que método de luta será aplicável e vantajoso para nós, nessas ou naquelas circunstâncias futuras. Sem dominar todos os meios de luta podemos correr o risco de sofrer uma derrota fragorosa — às vezes decisiva — se modificações independentes da nossa vontade na situação das outras classes puserem na ordem do dia uma forma de ação na qual somos particularmente débeis. Se dominamos todos os meios de luta, nossa vitória estará garan-

tida, pois representamos os interesses da classe realmente avançada, realmente revolucionária, inclusive se as circunstâncias nos impedirem de utilizar a arma mais perigosa para o inimigo, a arma mais capaz de assestar-lhe golpes mortais com a maior rapidez. Os revolucionários inexperientes imaginam freqüentemente que os meios legais de luta são oportunistas, uma vez que a burguesia enganava e lograva os operários com particular freqüência nesse terreno (sobretudo nos períodos chamados “pacíficos”, nos períodos não revolucionários), e que os processos ilegais não revolucionários. Mas isso não é justo. O justo é que os oportunistas e traidores da classe operária são os partidos e chefes que não sabem ou não querem (não digam: não posso, mas sim: não quero) aplicar os processos ilegais de luta numa situação, por exemplo, como a guerra imperialista de 1914/1918, em que a burguesia dos países democráticos mais livres enganava os operários com insolência e crueldade nunca vistas, proibindo que se dissesse a verdade sobre o caráter de rapina da guerra. Mas os revolucionários que não sabem combinar as formas ilegais de luta com tôdas as formas legais são péssimos revolucionários. Não é difícil ser revolucionário quando a revolução já estourou e está em seu apogeu, quando todos aderem à revolução simplesmente por entusiasmo, modismo e inclusive, às vezes, por interesse pessoal de fazer carreira. Custa muito ao proletariado, causa-lhe duras penas, origina-lhe verdadeiros tormentos “desfazer-se” depois do triunfo dêsses “revolucionários”. É muitíssimo mais difícil — e muitíssimo mais meritório — saber ser revolucionário quando ainda não existem as condições para a luta direta, aberta, autenticamente de massas, autenticamente revolucionária, saber defender os interesses da revolução (através da propaganda, da agitação e da organização) em instituições não revolucionárias e, muitas vezes, simplesmente reacionárias, numa situação não re-

volucionária, entre massas incapazes de compreender imediatamente a necessidade de um método revolucionário de ação. Saber perceber, encontrar, determinar com exatidão o rumo concreto ou a modificação particular dos acontecimentos suscetíveis de levar as massas à grande luta revolucionária verdadeira, final e decisiva é a principal missão do comunismo contemporâneo na Europa Ocidental e na América”.

Essas palavras são de uma pungente atualidade. Elas tocam profundamente porque exprimem a disposição de nosso inimigo e a desigualdade absoluta que poderá advir da idéia de enfrentá-lo no terreno do legalismo tradicional.

CAPÍTULO V

EVOLUÇÃO DA LINHA POLÍTICA

1. *A Formação*

A evolução política do PCB revela sua sujeição a injunções de caráter pragmático e internacionalista, não podendo oscilar violentamente ao sabor de acontecimentos fortuitos. O PC apresenta uma certa rigidez política, é incapaz de guinadas rápidas. Embora a sua linha política seja a resultante de inumeráveis tendências que se procuram constantemente adequar às circunstâncias do tempo e do espaço, a verdade é que os fatores inerentes a uma estrutura de vinculação mundiais não lhe permite a flexibilidade individualista dos demais partidos políticos do país.

Dessa forma um roteiro seguro para o estudo da história política do PCB pode ser balizado pelos diversos Congressos do Partido onde se definem e confirmam as mutações, evidenciadas claramente da influência da política internacional do Partido Comunista Soviético, que governa direta ou indiretamente todo o movimento comunista mundial.

O PCUS atua, em relação aos Partidos Comunistas das demais nações como um grande centro diretor, orientando e apoiando seguramente a evolução política das agremiações filiadas, em seus sinuosos traçados que buscam os objetivos comuns de destruição do sistema capitalista.

O I Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado durante três dias, a partir de 25 de março de

1922, foi eivado do sentido internacionalista que procurava enquadrar a nascente organização no espírito da Internacional Comunista preconizada por Lenine.

Astrojildo Pereira registra em seu livro "Formação do PCB":

"Chegado finalmente o dia 25 de março realizou-se a primeira sessão do Congresso Constituinte do Partido Comunista do Brasil, sendo lida então uma entusiástica saudação enviada pelo Bureau da Internacional Comunista para a Propaganda na América do Sul".

O progrma do I Congresso englobou os seguintes assuntos:

1) — Exame das 21 condições de admissão do Partido na Internacional Comunista, as quais foram aceitas por unanimidade.

2) — Aprovação dos Estatutos para o Partido, inspirados no PC da Argentina.

3) — Eleição da Comissão Central Executiva;

4) — Ação em prol dos flagelados do Volga, e

5) — Assuntos gerais.

O I Congresso foi por conseguinte um conclave de fundação, dando expressão concreta ao movimento e filiando-o à Internacional Comunista, caráter que o Partido, desde então, jamais haveria de abjurar.

O II Congresso reuniu-se no Rio de Janeiro de 16 a 18 de maio de 1925. Êste Congresso completou a fase de estruturação do partido. Os Estatutos foram reformulados e o Partido adquiriu uma organização assentada nas bases do movimento comunista internacional.

O III Congresso reunido em dezembro de 1928 teve em vista o debate da situação do Partido como integrante do BOC — Bloco Operário e Camponês, espécie de frente única, à feição comunista. A plataforma dessa organização de fachada do PCB consignava:

"A URSS é a aliada natural e a esperança suprema das classes laboriosas e oprimidas do mundo inteiro que nela tem exemplo prático de constituição e funcionamento da verdadeira democracia proletária, do governo do trabalho. Êle é ainda o baluarte irreduzível, o ponto de apoio principal dos povos que lutam contra

o imperialismo. Por tudo isso, os candidatos do Bloco Operário preconizarão o reconhecimento *de jure*, pelo Brasil, do Governo da URSS e o pleno restabelecimento das relações diplomáticas, comerciais e culturais entre os dois países”.

O III Congresso foi realmente o primeiro conclave onde se começa a definir uma linha política do Partido. Astrojildo Pereira critica as teses adotadas, considerando-as “um conjunto, uma mistura esquemática e confusa”.

Essas teses distinguiram duas espécies do imperialismo econômico que subjugavam nosso país: o imperialismo inglês, ligado ao capital agrário e apossando-se das estradas de ferro que atravessam as grandes zonas agrícolas, e o imperialismo norte-americano que penetrava mais sob a forma de capital industrial.

As teses do III Congresso preconizavam a maneira de lutar contra êsses imperialismos e contra os perigos da guerra.

O III Congresso adotou uma resolução contra o fascismo, denunciando suas ligações na política brasileira e a sua correlação com os objetivos imperialistas.

Em tudo se refletiam as tensões esboçadas no panorama mundial pelos movimentos ditatoriais que começavam a surgir na Europa como ameaças contra a União Soviética.

Desde o III Congresso o Partido Comunista do Brasil tornou-se um instrumento de crescente importância do Comintern. Após a morte de Lenine, em 1924, a disputa pela direção partidária deu origem a uma intensificação da disciplina.

As seções nacionais do Partido Comunista Mundial passaram a ser encaradas como alavancas do movimento comunista mundial e elementos de proteção da sede desse movimento, a União Soviética. Stalin declarou em 1927:

“O revolucionário é aquele que, sem argumentos, aberta e honestamente... está pronto para defender e fortalecer a União Soviética, já que esta é o primeiro Estado Revolucionário proletário do mundo... O inter-

nacionalista é aquele que, sem reservas, sem hesitações, sem condições, está pronto para defender a União Soviética, porque esta é a base do movimento revolucionário mundial e é impossível defender e estimular esse movimento sem defender a União Soviética”.

Sobreveio em 1939 a 2.^a Guerra Mundial. Havia sido selado o Pacto entre Hitler e Stálin em agosto desse ano. Comunistas e fascistas, em todo o mundo, uniram-se em frentes-populares, que se mantiveram em constante oposição aos aliados até 22 de junho de 1941, quando Hitler desencadeou a invasão da Rússia. A partir desse momento, os comunistas, transvestidos de aliados, integraram-se dedicadamente no esforço de guerra aliado.

Em 1949, Stalin condenou líderes iugoslavos que haviam criticado a União Soviética. Imediatamente levantou-se em câmbio mundial criticando o revisionismo de Tito.

Após a morte de Stálin, em 1953, o movimento comunista mundial sofreu evidente abalo. Os fatos que se sucederam na União Soviética, com a indisfarçável disputa do poder entre os supremos dirigentes do PCUS, o artifício da “direção coletiva” como solução transitória de temporização, a misteriosa execução de Béria e o discreto afastamento de Molotov, Kaganovitch e outros líderes, toda essa sucessão de acontecimentos, naquela época pouco explicados, não deixaram de ocasionar uma certa perplexidade no seio da família comunista universal.

No Brasil, em dezembro de 1953, na reunião do Comitê Central do PC, publicada na revista “Problemas”, Stálin ainda era aplaudido delirantemente. Diz o editorial: “Nossa Política” sobre esse conclave dirigido por Prestes:

“Sentida homenagem foi prestada pelo Pleno à memória imorredoura do grande Stalin. Sobre a vida e a obra de Stalin falaram os camaradas Diógenes Arruda e Astrogildo Pereira, que ressaltaram a permanente preocupação de Stalin pelo incessante fortalecimento do Partido, em que via a condição indispensável para as vitórias

rias das classes operária na luta por sua libertação e pela paz, a democracia e o socialismo”.

“Em seguida, os participantes do Pleno, dominados por intensa emoção, guardaram, de pé, um minuto de silêncio em homenagem à memória do inolvidável chefe e guia dos povos”.

Atente-se bem sobre os termos vibrantes dessa descrição para que se possa sentir precisamente o contraste das atitudes quando chegou ao Brasil o reflexo da condenação ao denominado “culto da personalidade”, a qual, em última análise representou a queda política dos partidários da linha Stálin.

Acompanhemos, entretanto, as deliberações daquela reunião onde os comunistas brasileiros procuravam adaptar-se às novas condições, ainda nebulosas, que se sucederam ao desaparecimento do grande ditador soviético. Percebe-se nitidamente a desorientação em que se encontrava o PCB, fruto principalmente da escassez de informações e falta de diretrizes definidas.

Nesse conclave dominaram Diógenes Arruda, Graibois e Amazonas, que seriam posteriormente expulsos do Partido. Prestes conseguiu sobreviver, através de uma hábil guinada política, mais tarde denunciada e condenada por seus companheiros de direção do Partido.

O chefe nacional do PCB apresentou, nessa ocasião, o projeto do novo Programa do PCB. João Amazonas falou sobre os novos Estatutos do Partido. Em seguida, foi convocado por Prestes o IV Congresso do PCB.

O IV Congresso do PCB, em 1954, aprovou as deliberações do Pleno do Comitê Central de dezembro de 1953, ratificando os termos do Programa e dos Estatutos apresentados naquela reunião.

O texto do Programa do Partido se iniciava por uma análise da situação econômica do País, na qual se apontava o imperialismo norte-americano, através de monopólios, de controle do comércio e dos investimentos no Brasil, como a grande causa de todos os males que nos afligem.

Atacava as Forças Armadas tachando-as de onerosas e supérfluas. Verberava contra o militarismo intensivo existente no País.

Dizia textualmente: “Os supremos interesses do povo brasileiro reclamam a completa ruptura com a política norte-americana agressiva, guerreira e colonizadora. O Brasil só pode progredir tomando outro caminho: o caminho da colaboração pacífica com os países amantes da paz; do entendimento em pé de igualdade com todos os povos; da defesa intransigente de sua soberania e a independência nacional. Para ingressar neste caminho o Brasil precisa liquidar a odiosa dominação americana e estreitar as relações econômicas e culturais com todos os países que reconheçam e respeitem nossa independência, antes de tudo a União Soviética e a China”.

Prosseguia atacando o governo de Vargas que acusava de “instrumento servil dos imperialistas norte-americanos”. Declarava que a demagogia e a violência eram as armas de Vargas. E pregava a sua substituição por um outro governo “efetivamente do povo, capaz de defender a maioria esmagadora da nação”.

Apresentava as bases gerais do Programa Revolucionário, assentado na hipótese da ascensão de um outro. Mas previa: ... “o governo de Vargas não cederá seu lugar sem luta”.

“Nessas condições, pregava o PCB, a luta irreconciliável e revolucionária de todos os patriotas brasileiros é indispensável para derrotar o governo de Vargas e substituí-lo pelo governo democrático de libertação nacional”.

O apêlo à violência para a deposição do governo legal emergia em tôdas as sentenças do panflêto. Todos os elementos: camponeses, operários, militares, empregados do comércio, sacerdotes, funcionários públicos — eram convocados para essa cruzada de suposta emancipação nacional.

E concluía dizendo: “O Partido Comunista do Brasil conclama a todos os patriotas brasileiros a lutarem uni-

dos para transformar êste programa em realidade viva, para felicidade de nosso povo e glória de nossa Pátria”.

Prestes apresentou o documento associando-o ao chamado Manifesto de Agôsto, documento subversivo de extraordinária virulência. Para êle o programa do PCB “era o Programa de salvação nacional”.

Em 1953, nessa histórica reunião, João Amazonas apresentou o Projeto de Estatutos do PCB, aprovado imediatamente pelo Comitê Central.

Dizia êsse documento:

“O Partido Comunista do Brasil é o partido político da classe operária, a vanguarda consciente e organizada da classe operária, a mais elevada forma de sua organização de classe. O Partido Comunista do Brasil, união voluntária e combativa dos comunistas, é guiado em tôda a sua atividade pela doutrina de Marx, Engels, Lenine e Stalin”.

“O Partido Comunista do Brasil educa seus membros no espírito do internacionalismo, da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países”.

São êsses estatutos que, com ligeiras modificações, ainda vigoram atualmente. O projeto de 1961, apresentado à Justiça Eleitoral, com pedido de registro legal do Partido, conserva praticamente o mesmo texto, escoimado apenas, por motivos táticos, dos aspectos que poderiam denunciar o caráter internacionalista da organização.

2. *A Crise de 1956-57*

A linha política do PCB conservou até 1956 uma nítida coerência com processo político que dominava na União Soviética nessa época. Era um ambiente de incerteza. Nos bastidores do PCUS travava-se a luta pela liderança. Havia uma tensa expectativa em todo o movimento comunista internacional, no qual se começava também, como reflexo, a definir-se, cada vez mais incisiva, em numerosos países, a disputa pelos altos postos dos partidos. É impressionante como todos os fenômenos que se sucedem na União Soviética exercem uma

extraordinária influência na orientação política dos Partidos Comunistas em todo o mundo. A Rússia atua como o centro de um sistema planetário como um verdadeiro sol, cujas irradiações aquecem e iluminam as expressões locais do Comunismo Mundial e cujas explosões internas repercutem intensamente nas mais longínquas sucursais.

Em 1956, Krushov apresentou o seu discurso secreto, publicado pouco depois pelo Departamento de Estado EE UU (4 de junho de 1956). Esse documento provocou intensas discussões sobre a sua autenticidade. Os acontecimentos na Hungria trouxeram novos problemas para o internacionalismo vermelho.

O PCB manteve-se silencioso acompanhando o evoluir da situação.

Confirmando a mutação da política externa soviética, no XX Congresso do PCUS, Krushov abalaria a marcha do comunismo internacional com a proclamação da política de “coexistência pacífica” e a condenação ao “culto à personalidade”. Assim caíram por terra os princípios stalinistas e o ditador desaparecido teria as suas estátuas destruídas e rasgadas as suas efígies.

No Brasil originou-se uma séria dissensão interna nos órgãos dirigentes do Partido. Essa situação é confessada no documento intitulado “Resolução sobre Política de Organização do Partido”, de onde se transcreve:

“A grave comoção que se verificou em nossas fileiras nos anos de 56-57, em seguida ao XX Congresso do PCUS e, em consequência, o exame crítico e autocrítico da nossa própria experiência à luz das conclusões fundamentais daquele Congresso abriram o caminho à elaboração de uma nova orientação política do Partido. Ao mesmo tempo, aquele exame, assim como as exigências da nova orientação política adotada, puseram na ordem do dia a necessidade de elaborar-se uma nova política de organização”.

Ao estremecimento causado pela nova política do PCUS vieram somar-se à crescente ansiedade de alguns

elementos de galgarem posições de direção nos órgãos supremos do Partido. A luta pelo poder que se travava no Kremlin teria de originar a réplica nacional.

3. *A Nova Política*

O PCB espelhou a nova linha adotada pelo PCUS. Através de uma declaração datada de março de 1958, o Partido proclamou a sua aderência aos ditames moscovitas.

Apresentava públicamente, através da verdadeira autocrítica, o conhecimento do passado. Declarou:

“Os documentos do XX Congresso do PCUS motivaram nas fileiras do nosso Partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário da orientação política do Partido”.

“O exame destes erros e a necessidade de superá-los levaram o Comitê Central do PCB a traçar uma nova orientação política, que é a exposta na presente declaração. Ao fazê-lo, o Comitê Central considerou a experiência passada do Partido e as modificações essenciais ocorridas na situação do Brasil e do mundo”.

“O Comitê Central espera que, no processo de sua aplicação prática, a política aqui traçada seja submetida à comprovação e enriquecida pela experiência do Partido e do povo brasileiro”.

Notemos que o PCB se apresenta, com a desenvoltura de uma organização legal, para públicamente retratar-se de enganos do passado, evidenciando-os pela documentação de um Congresso do Partido Soviético, realizado em Moscou.

É de um chocante cinismo o artifício com que o documento procura justificar, na evolução dos fenômenos nacionais, a sua pressurosa aderência a uma linha política que o PCUS traçou à base de seus interesses próprios. A análise da situação nacional que o documento realiza é, como não podia deixar de ser, cheia de incongruências de uma adaptação incompreensível.

“O desenvolvimento capitalista nacional, diz a declaração, já trouxe resultados que modificaram sensivelmente a vida econômica e social do país.” Enumera uma série de fatos positivos da evolução capitalista no Brasil, mas procura depois denegri-los: “O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores relativos que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido”. Essa incoerência de afirmações nada mais é do que a aplicação da velha tese de Marx de que o Capitalismo gera por seu Progresso as forças de sua autodestruição, tese hoje completamente contraditada pela realidade histórica. A verdade é que a evolução do sistema econômico e social do Brasil, como a de muitos outros países, que se desenvolveram com espantosa rapidez, numa revelação de surpreendente vitalidade, criou, na verdade, problemas de desequilíbrio em quase todos os setores da vida nacional. Mas essas mesmas forças impulsionadoras de nossa evolução possui capacidade para adoçar e eliminar progressivamente tais anomalias, dentro do próprio sistema vigente, capacitado aos aperfeiçoamentos indispensáveis.

Em seu manifesto de 1958, recaem os comunistas na sua velha tese anti-imperialista, dirigida particularmente contra os Estados Unidos: “Mantendo embora o seu predomínio, o imperialismo norte-americano enfrenta no Brasil a crescente concorrência de outras potências imperialistas, principalmente da Alemanha Ocidental e da Inglaterra.” “A exploração imperialista impõe pesado tributo à Nação, transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no País, diminui o ritmo de seu progresso e influi no baixo nível de vida de sua população”.

Cada frase como esta revela uma contradição que só o fanatismo partidário pode tornar indiscutível. Querem os comunistas que se cancelem tôdas as nossas vinculações com os grandes países que nos têm ajudado, através de mútuas e inevitáveis concessões, a montar um extraordinário monumento de evolução econômica,

e, isolados em nossos próprios recursos, aumentarmos o ritmo de progresso e elevarmos o padrão de vida da população.

Baseado em sua premissa facciosa, o documento ataca o Estado Brasileiro dizendo-o representante dos “interesses latifundiários”, dos setores do capitalismo ligado ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e também de burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional.” Ataca a Constituição de 1946, tachando-a de reacionária e ao mesmo tempo reconhece-a como tendo permitido vitórias proletárias na “sua justa luta pela concretização dos seus direitos”.

Continua o texto atacando o “imperialismo norte-americano”, considerado o “centro da reação mundial.” E lança a política de “coexistência pacífica”, praticada pela União Soviética e pelos demais países socialistas, a qual, segundo seu ponto de vista, ganha a simpatia dos povos, desfaz as manobras da “guerra-fria” e consegue resultados concretos no sentido de alívio da tensão internacional”.

Estava apresentada assim, como arremate de rodeios obscuros e paradoxais, a idéia moscovita: a coexistência pacífica, essa política refletir-se-á internamente em dois corolários principais: a frente única e o caminho pacífico da revolução brasileira. O documento passa a justificar essas duas novidades. Fazem-no como se realizassem concessões especiais em benefício dos altos destinos da Pátria: “Os comunistas consideram que é necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar um movimento nacionalista, ampliar o seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional, isto contribuirá para acelerar a polarização em processo entre as forças anti-imperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas do outro”.

E propõe condescendente: “Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário da frente única nacionalista e democrática. Por isto, não condicionam a sua permanência na frente única à total aceitação de

suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, de sua comprovação pela experiência política completa”.

Quanto ao “caminho pacífico da revolução brasileira”, os comunistas definem com a conquista do governo:

— “pela pressão pacífica das massas populares e de tôdas as correntes nacionalistas”;

— “pela vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais”;

— “pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo”.

É exatamente a tradução de doutrina emitida por Krushov.

O documento encerra-se proclamando a necessidade de “fortalecer o partido para a explicação de uma nova política”, livre da degenerescência revisionista e de impotência sectária e dogmática”.

Fortalecer o Partido para a aplicação de uma nova política

O proletariado brasileiro necessita de uma vanguarda marxista-leninista organizada e combativa a fim de realizar sua política de classe. O Partido Comunista do Brasil, que é esta vanguarda, deve ser capaz de cumprir o seu papel na ação política concreta.

Isto exige que o nosso Partido se depure de persistentes defeitos e adquira qualidade nova. O subjetivismo, que exerceu longo domínio em nossas fileiras, deve ser combatido em profundidade, através da reeducação dos dirigentes e militantes no espírito de uma nova política, que emane diretamente das condições objetivas de nosso país e seja a correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo às originais particularidades do crescente desenvolvimento histórico nacional. O abandono dos princípios universais do marxismo-leninismo, como síntese científica da experiência do

movimento operário mundial, conduz inevitavelmente à desfiguração do caráter de classe do Partido, e à degenerescência revisionista. Mas o desconhecimento das particularidades concretas do próprio país condena o Partido, irremediavelmente, à impotência sectária e dogmática.

As concepções dogmáticas e sectárias, que nas condições atuais de nosso Partido constituem o período fundamental a combater, se opõem de modo radical ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. À frente da crise operária deve estar um Partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas. A esta característica essencial se subordinam as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e de organização do Partido.

Para que os comunistas possam cumprir sua importante tarefa, devem estar a serviço das massas e lançar-se decididamente à atividade junto às massas. Ao invés de se voltarem apenas para o trabalho interno do Partido, precisam dedicar o fundamental de suas energias à atuação legal na organização de massas e aí exercer uma função eminentemente construtiva. É indispensável, por conseguinte, tomar as medidas adequadas para o que o maior número possível de quadros, militantes e dirigentes, realizam atividades legais entre as massas, participando das lutas de massas nos movimentos reivindicativos, nas campanhas políticas, nas eleições, os comunistas não têm outro fim senão o de partir do nível de consciência que já atingiram. Os comunistas devem ser em toda parte batalhadores isentos de exclusivismo, abnegados e conseqüentes, pela construção, da frente única nacionalista e democrática.

O Comitê Central concita a todos os militantes a empenharem-se no fortalecimento do Partido, para torná-lo o instrumento adequado à execução vitoriosa da nova política traçada nesta Declaração, que deve guiar, de agora em diante, toda a atividade do Partido.

Esta foi a declaração de 1958 do PCB, consequência nítida e confessada do XX Congresso do PCUS, realizado em Moscou.

A subserviência encontra forte reação no seio do próprio Partido. Vejamos o que declara um documento do Comitê Central do PC do B, fundado pelos elementos que divergiram dessa orientação.

“Como é sabido, depois do XX Congresso do PCUS verificou-se nas fileiras comunistas forte surto revisionista que teve, como principal porta-voz AGILDO BARATA. A grande maioria dos militantes e o Comitê Central enfrentaram as manifestações revisionistas. Apesar de certos erros cometidos na condução da luta ideológica, medidas foram tomadas para resguardar o Partido das idéias estranhas ao proletariado e para assegurar a unidade partidária. No combate ao revisionismo participou também LUIZ CARLOS PRESTES. No entanto, após os fatos sucedidos no PCUS, em junho de 1957, que levaram ao afastamento dos camaradas MOLOTOV, MALENKOV, KAGANOVITCH e outros da direção desse partido, PRESTES, numa mudança brusca e aparentemente inexplicável, aderiu por completo às idéias defendidas naquela época por AGILDO BARATA e seu grupo. Voltou a ser um ardoroso apologista do desenvolvimento revolucionário brasileiro, negava abertamente as traque em 1945, quando esposou as opiniões de Earl Browder”.

“Em março de 1958, através de métodos antipartidários PRESTES conseguiu que o Comitê Central aprovasse uma orientação política tipicamente oportunista. Esta, além de prejudicar de maneira grave o movimento revolucionário brasileiro negava abertamente as tradições de luta do Partido.”

A transplantação dos problemas do Comunismo Internacional definia-se aqui. As divergências que o XX Congresso criou entre Moscou e Pequim traduziram-se na luta interna que redundou na formação de uma ala separatista e na posterior fundação de um novo Partido Comunista em nosso País.

De 27 de janeiro a 5 de fevereiro de 1959, celebrava-se em Moscou o XXI Congresso do PCUS. Neste conclave KRUSHOV reafirmou a doutrina da coexistência pacífica:

“Desta sorte, ainda antes da vitória total do socialismo na terra, substituindo o capitalismo em uma parte do mundo, surgirá a possibilidade real de excluir a guerra mundial da vida da sociedade”.

“Alguém poderia dizer, em virtude de subsistir o capitalismo, que também subsistiram aventureiros capazes de começar uma guerra. Enquanto existir o Capitalismo, sempre pode haver pessoas que, contra o senso comum, estejam dispostas a lançar-se em uma empreza desesperada. Todavia, a única que conseguiria seria acelerar a destruição do sistema capitalista. Qualquer tentativa de agressão seria obstada e os aventureiros iriam parar no local que merecem”. KRUSHOV explica também o seu entendimento sobre a exploração do nacionalismo e da política de frente-única:

“Quando os povos lutam por sua independência nacional contra as forças patrióticas se agrupam em uma frente nacional única”.

“Depois da expulsão dos colonialistas, quando as tarefas nacionais já foram resolvidas em seus fundamentos, os povos buscam uma resposta aos problemas sociais que a vida apresenta”.

O líder soviético analisa, no seu informe o problema da edificação do comunismo, considerando êste como um prolongamento e contínuo da fase socialista. É um processo gradual, sujeito a condições essenciais ainda não alcançados. Por isso, diz êle, “no presente momento a tarefa fundamental... é criar a *base material e técnica da sociedade comunista, um nôvo e poderoso auge das forças produtivas socialistas*”.

Assim o XXI Congresso foi uma reafirmação da doutrina já apresentada no XX Congresso, através do qual KRUSHOV imprimiu uma orientação antistalinista a tôda a política nacional e internacional da União Soviética.

Essa atitude repercutiu no PCB, decretando a destruição da ala ortodoxa do partido onde recrudesceu o oportunismo e a luta pela liderança.

Registra o documento "Resposta a Krushov", já citado anteriormente:

"A nova linha política começou, porém, a encontrar resistência crescente no Comitê Central e entre os militantes. Os revisionistas perdiam terreno. Em 1960, dentro do próprio órgão dirigente do Partido, a posição de PRESTES e demais reformistas, não era sólida. Sua maioria tornou-se mesmo bastante precária. Diante disto, decidiram convocar o V Congresso do Partido com a finalidade única de afastar da direção todos os elementos que se opunham à política de direita. Trataram de empolgar o Partido, acenando a perspectiva de uma fácil vitória eleitoral, asseverando que a eleição do Marechal Lott asseguraria a legalidade do Partido e lhe garantiria posições no governo".

"O V Congresso foi tendenciosamente preparado. Embora no período que precedeu a sua realização tivesse havido um amplo debate nas colunas do órgão central, mentiras e calúnias foram difundidas, contra os que combatiam o revisionismo. Interferências indébitas se deram nas Conferências e nas Assembléias partidárias, visando à aprovação da linha política oportunista e a escolha dos delegados que estivessem de acordo com esta linha. Basta assinalar que nos debates pela imprensa mais da metade dos artigos publicados expressava uma opinião diversa da adotada por PRESTES e nas reuniões preparatórias do Congresso, considerável número de militantes se opôs às teses apresentadas pelo Comitê Central. Mas no V Congresso, devido a tais manobras, insignificante era a representação dos elementos divergentes. Assim, o Congresso não refletiu a vontade do Partido. Atingindo os objetivos para os quais fôra realmente convocado, o V Congresso afastou do Comitê Central doze de seus membros efetivos num conjunto de vinte e cinco, além de vários suplentes".

Submeteu-se dest'arte o Partido Comunista Brasileiro aos comandos provindos de Moscou apesar das rea-

ções internas. Estava implantada a nova política. Restava agora eliminar os descontentes.

“Não obstante as odiosas discriminações, prossegue o documento que vem sendo transcrito, os companheiros que divergiam submeteram-se disciplinadamente às decisões do V Congresso. Entretanto, PRESTES e seus seguidores, continuando em sua atividade revisionista, acabaram por golpear o Partido em seus fundamentos. Em agosto de 1961, contrariando decisões do Congresso, sob o pretexto de obter a legalidade do Partido, decidiram criar um novo partido. Era pôsto de lado o Partido Comunista do Brasil. Em seu lugar, surgia o Partido Comunista Brasileiro. Foi retirada de seus Estatutos a afirmação de que o partido se orientava pelos princípios do marxismo e do internacionalismo proletário. O programa apresentado era menos radical que os do Partido Trabalhista e do Partido Socialista”.

Observamos realmente essa tática na redação dos novos Estatutos e do novo Programa, com objetivos puramente políticos. Trata-se de obter o registro do Partido. Os documentos apresentados à Justiça Eleitoral teriam de ser forçosamente escoimados de todos os aspectos comprometedores. Isto não significava, porém, qualquer recuo ideológico ou programático. Tratava-se apenas de um subterfúgio transitório sem qualquer influência na linha política do Partido, orientada inflexivelmente de acordo com os ditames oriundos da direção internacional.

Essa iniciativa não foi, todavia, aceita pelos dissidentes. Disseram êles:

“Os militantes que não concordaram com essas flagrantes violações do centralismo democrático e queriam acima de tudo preservar a unidade do Partido solicitaram ao Comitê Central que recuasse da posição adotada ou então convocasse um Congresso Extraordinário. Jamais pactuariam com a liquidação do Partido Comunista do Brasil. A resposta da direção oportunista foi a aplicação de medidas punitivas, a dissolução de organismos, o afastamento de provados militantes e uma sór-

dida campanha de calúnias contra honrados comunistas”.

Os dissidentes não se aperceberam ou não quiseram aperceber de que a disputa não se travava em torno de idéias, mas de posições. Os motivos doutrinários eram apenas uma crosta aparente que escondia a ebulição profunda de grandes rivalidades e desmedidas ambições.

O XXII Congresso do PCUS teve lugar em Moscou em outubro de 1961. Os informes de KRUSHOV, nesse conclave, reafirmam os objetivos de coexistência pacífica e da firme determinação do domínio mundial pelo comunismo. A revolução na América Latina e o problema de Cuba são apresentados com relêvo influente.

Tôda a orientação política do Partido Comunista Brasileiro passa desde então a refletir o sentido de tais pronunciamentos.

Assim a resolução política de dezembro de 1962 consigna:

“O bloqueio de Cuba pelas fôrças armadas dos Estados Unidos, ato de pirataria que colocou o mundo à beira de uma guerra termonuclear demonstrou, uma vez mais, a natureza agressiva do imperialismo e alertou os povos para a necessidade de redobrar esforços em defesa da paz. Mas do outro lado, comprovou a possibilidade de evitar-se a guerra na época atual. Graças à serenidade do govêrno soviético e à sua firme política de coexistência pacífica, graças ao heroísmo do povo cubano e à decisão do govêrno revolucionário de Fidel Castro de defender corajosamente a soberania nacional, graças ao poderoso movimento de solidariedade que se ergueu em todo o mundo, foi possível obrigar os círculos imperialistas ianques a suspender o bloqueio e a assumir o compromisso de que Cuba não será invadida. Ao retirar do território cubano as armas consideradas “ofensivas” pelo Govêrno de Kennedy, a União Soviética eliminou o pretexto utilizado pelas fôrças imperialistas para sua ação agressiva, contribuiu decisivamente para a salvaguarda da paz e foi ao encontro dos interêsses do povo irmão de Cuba”.

Essa resolução preconizava:

- a) O combate aos planos da “Aliança para o Progresso”;
- b) A realização de reforma agrária radical;
- c) A condução à rua da luta das massas contra as dificuldades econômicas;
- d) Legalização do Partido Comunista e a revogação da Lei de Segurança;
- e) A intensificação do movimento de solidariedade à Revolução Cubana;
- f) O desarmamento geral e cessação das experiências atômicas.

O exame mais superficial da linha política do Partido Comunista Brasileiro deixa patente o subserviente reboquismo com que se atrela ao PCUS, a solicitude insofismável com que se submete à orientação moscovita, a intransigente despersonalização de seus líderes, obedientes às ordens promanadas do Kremlin.

Assim procedem os comunistas em todo o mundo. Essa submissão é parte de sua ideologia. Está nas páginas de Marx e Lenine. Para eles a liberdade é um conceito relativo que não implica na indeformabilidade da condição ideológica.

4. *A Crise de 1964-65*

A Crise de 1964-65 projeta-se recente em nossa memória. O PCB foi inteiramente surpreendido. Não pela Revolução. O PCB sabia que uma reação violenta havia de processar-se. Não ignorava e, pelo contrário, alardeava a sua possibilidade.

Ainda em agosto de 1962 publicaram estas palavras:

“Ao mesmo tempo devemos ter em vista que situação política apresenta sinais de extrema gravidade.”

“Nestas condições, a posição do movimento operário e das forças populares não pode ser de expectativa, à espera de que se produzam novas crises de governo. Sejam quais forem os acontecimentos que venham a ocorrer, as massas estarão preparadas para enfrentá-los na medida em que se mobilizarem desde já através de organizações operárias, camponesas, estudantis, por todas as formas, e intensificarem a luta pelas reformas de estrutura, por um governo nacionalista e democrático, pelas suas reivindicações imediatas, pela defesa e ampliação das liberdades, pelo isolamento e derrota das forças que representam o imperialismo e o latifúndio, contra a política de conciliação do Governo atual com os inimigos do povo e da Nação”.

A surpresa que os colheu, foi, entretanto, a rapidez com que se decidiu o movimento, não lhes permitindo o prazo com que contavam para assenhorear-se da situação, no momento em que os adversários estivessem desgastados e esgotados.

As ações que se seguiram aos acontecimentos revolucionários ocasionaram uma profunda desarticulação no sistema partidário.

Os quadros permaneceram todavia praticamente intactos. O esforço atual orienta-se no sentido de uma reorganização e reestruturação. Há profundo descontentamento sobre a linha política que os teria conduzido a essa lamentável situação.

Mas as raízes do comunismo são muito profundas em nosso País. Elas são alimentadas com o caldo ideológico que promana de inesgotáveis mananciais. É menos a miséria do que as ambições que vivifica essa flora exótica. É menos a ignorância do que o oportunismo. É menos o fanatismo do que a vaidade.

O Brasil encontrou em si mesmo as forças para escapar da ameaça vermelha que quase o sufocava. Há de encontrar, também, com os seus próprios recursos uma estrada ampla onde, sob a radiosa luz das liberdades democráticas, poderá caminhar em busca de seus majestosos destinos de grande nação.

CAPÍTULO VI

O PCB E A POLÍTICA NACIONAL

A influência dos comunistas e, principalmente, do Partido Comunista Brasileiro, na política nacional é notória e indiscutível. Embora representando um grupo minoritário que atua em condições restritas de ilegalidade e clandestinidade, o PCB dispõe de instrumentos capazes de lhe proporcionar uma notável capacidade de ação, amplamente reconhecida pelos políticos que não se acanham de lhe cortejar freqüentemente o apoio, em troca de concessões e recompensas.

No presente capítulo apresentaremos um resumo da evolução da posição política do Partido Comunista Brasileiro, demonstrando a firmeza com que orienta a sua atuação, aproveitando-se das lutas partidárias para galgar os sucessivos degraus na consecução de seu objetivo de implantação em nosso país de uma ordem política enquadrada nos conceitos marxistas-leninistas e nos padrões do internacionalismo proletário.

1. *O Manifesto de Agosto de 1950*

Há menos de três anos do fechamento do Partido Comunista do Brasil, com a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, já essa organização, operando na clandestinidade se julgou capacitada a lançar um violento brado de insurreição e levantamento de massas, no explosivo ambiente que se formava às vésperas das eleições presidenciais. Tal foi o denominado Mani-

festos de Agosto de 1950, assinado ostensivamente por Luiz Carlos Prestes como representante do Comitê Central do PCB. Nesse documento Prestes convocava o povo brasileiro a repudiar a solução das urnas disputada por Cristiano Machado, “o politiqueiro do PSD”, Eduardo Gomes, “inimigo da paz e do progresso, inimigo do povo”, o “facínora Ademar de Barros” e o “velho tirano latifundiário Getúlio Vargas, pai dos barões dos lucros extraordinários”. Lançava o brado da mobilização maciça da Frente Democrática de Libertação Nacional e do levante em armas de toda a população para implantar um novo governo socialista e popular.

No Manifesto de Agosto, Prestes analisa a situação nacional:

“Estamos em face de um governo de traição nacional que entrega a nação à exploração total dos grandes bancos, trustes e monopólios anglo-americanos, governo que constitui a maior humilhação até hoje imposta à nação, cujas tradições de altivez, de independência, de convivência pacífica com todos os povos são brutalmente negadas e substituídas pelo servilismo com que esse governo se submete à política totalitária e guerreira do Departamento de Estado norte-americano.

A dominação imperialista assume, dia a dia, em nossa terra, aspectos mais violentos e sombrios. Marchamos no caminho da escravidão colonial e da perda total de nossa soberania nacional”.

Descreve, o chefe comunista, o panorama brasileiro como o palco de uma imensa e indisfarçada espoliação imperialista. E acrescenta:

“Mas é especialmente no setor das forças armadas que agem com mais desenvoltura e cinismo por meio das missões militares que subordinam ao comando americano todas as forças armadas do país. controlam e ocupam as bases militares aéreas e navais, tudo no sentido da preparação aberta para

a guerra. A estação radiotelegráfica do Pina em Recife já se encontra completamente sob ocupação dos mercenários de Truman. E a recente vaga de terror policial desencadeada naquela capital do Nordeste sob a direção imediata dos generais fascistas, que exigiram inclusive a cassação dos mandatos dos vereadores comunistas, componentes da bancada majoritária eleita pelos trabalhadores do Recife, precede e anuncia a chegada de novos contingentes de soldados ianques para a ocupação da base de Ibura na mesma capital”.

“A ameaça da guerra pesa sobre o país. E cada dia maior e mais iminente o perigo que ameaça a vida de nossa juventude e a segurança de toda a população do país. Os provocadores de guerra exigem o nosso sangue para suas aventuras guerreiras. Querem dois milhões de brasileiros para serem incorporados às suas forças armadas e milhares de operários para que participem no trabalho escravo de suas usinas de guerra distribuídas pelo mundo inteiro. E, diante de tais exigências, o governo Dutra, que não sabe senão ceder diante do patrão imperialista, trai como sempre os interesses da nação. É o caminho já praticamente trilhado com a recente nota do Itamarati de adesão e apoio à decisão ilegal do Conselho de Segurança da ONU sobre a Coréia e com a qual o governo do Sr. Dutra pensa poder empurrar o país, pouco a pouco sem que as grandes massas o percebam, para a fogueira da guerra que o governo norte-americano se esforça por acender no mundo inteiro”.

Prestes descreve, em cores tétricas, a situação político-econômica, social e militar do País que surgia no limiar da falência, da escravidão e da guerra.

“Nosso povo enfrenta assim um dilema que se torna cada dia mais agudo e evidente. A paz ou a guerra, a independência ou a colonização total, a liberdade ou o terror fascista, o progresso ou a mi-

séria e a fome para as grandes massas trabalhadoras. Ou o povo toma os destinos da nação em suas próprias mãos para resolver de maneira prática e decisiva seus problemas fundamentais ou submete-se à reação fascista, à crescente dominação do imperialismo ianque, a ignomínia da pior escravidão, que o levará à mais infame de todas as guerras.

São duas políticas que se defrontam, num antagonismo que se torna dia a dia mais claro para todos, que não admite uma terceira posição e que obriga a todos, seja qual for sua posição social, sua crença religiosa ou opinião política a se definir num ou noutro sentido. De um lado, o Sr. Dutra, com a sua maioria parlamentar, com os latifundiários e grandes capitalistas que o apóiam, com os dirigentes de todos os partidos políticos das classes dominantes, que quer a guerra, a colonização, o terror, e a fome para o povo. Do outro, as grandes massas trabalhadoras, operários e camponeses, os intelectuais honestos que não se prostituem aos opressores estrangeiros ou a seus agentes no país, o funcionalismo pobre, civil e militar, os estudantes, os pequenos comerciantes e industriais, a maioria esmagadora de nosso povo, enfim, que luta contra a miséria, que quer paz e liberdade, que luta pela independência da pátria do jugo imperialista”.

E mais adiante, lança então as bases do caminho revolucionário, liderado pelos comunistas, para a salvação nacional:

“Nós, comunistas, não vacilamos — sempre lutamos pela libertação nacional, contra o jugo do opressor estrangeiro, pelo progresso do Brasil. Nenhuma reação conseguiu quebrar nossa vontade de luta e hoje, apesar da brutalidade de todas as perseguições, lutamos com energia redobrada pelos mesmos objetivos convencionados de que, nas con-

dições atuais do mundo e do país, nunca foram tão grandes como agora os fatores favoráveis ao sucesso de nosso povo na sua luta pela independência nacional e pelo progresso social.

E é justamente por isso, que, hoje, mais uma vez nos dirigimos a todos vós, democratas e patriotas, e, diante dos perigos que ameaçam os destinos da nação, apresentamos a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros — a solução revolucionária — que pode e há-de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente.

É este o caminho da independência e do progresso, da democracia e da paz. Precisamos libertar o país do jugo imperialista e pôr abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalistas, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular. Para isso é indispensável liquidar as bases econômicas da reação, o que significa a confiscação das emprêsas imperialistas e dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais, a nacionalização dos bancos, dos serviços públicos, das minas, das quedas d'água, e, igualmente, a confiscação das grandes propriedades latifundiárias que devem passar gratuitamente para as mãos dos que nelas vivem e trabalham. Só um governo do bloco de tôdas as classes e camadas sociais que lutam efetivamente pela libertação nacional sob a direção do proletariado será capaz de garantir no país um regime de liberdade para o povo e de impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional, de assegurar a marcha rápida no caminho do progresso, da melhoria efetiva das condições de vida das grandes massas trabalhadores, dar saúde e instrução para o povo, igualdade econômica e jurídica para a mulher, deslocar enfim o país do campo da reação e da guerra para o campo da paz, da democracia e do socialismo.

Este o caminho revolucionário que apresentamos e propomos a todos os compatriotas que não querem ser escravos, que não estão dispostos a aceitar a submissão ao terror fascista, a todos que almejam o progresso do Brasil, que querem ver nosso povo livre do atraso, da miséria, da ignorância em que até agora vegeta”.

E para esse fim, convoca todo o povo a se organizar em um instrumento de ação:

“Para realizar esta tarefa histórica, saibamos organizar e unir nossas forças em ampla FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, organização de luta e de ação em defesa do povo, com raízes nas fábricas e nas fazendas, nas escolas e repartições públicas, nos quartéis e nos navios, em todos os locais de trabalho enfim, nos bairros das grandes cidades e nas aldeias e povoados”.

O Programa da FDLN sintetiza-se nas expressões evidenciadas por Prestes, no documento, como a expressão de uma luta:

- 1) Por um governo democrático popular
- 2) Pela paz e contra a guerra imperialista
- 3) Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista
- 4) Pela entrega da terra a quem trabalha
- 5) Pelo desenvolvimento independente da economia nacional
- 6) Pelas liberdades democráticas para o povo
- 7) Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras
- 8) Instrução e cultura para o povo
- 9) Por um exército popular de libertação nacional

Vale transcrever o programa relativo a esse último tópico para sentirmos a expressão nítida das concepções comunistas:

“POR UM EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO NACIONAL — Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática revolucionária. Livre acesso das praças de pré ao oficialato de suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas, na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país”.

A FDLN seria concretizada através da formação de órgãos de mobilização de massas em todo o País.

“Chamamos a todos os trabalhadores das cidades e do campo, manuais e intelectuais, homens e mulheres para a ação e para a luta por êsse programa revolucionário e a todos convocamos para organizarem sem perda de tempo no país inteiro, amplos **COMITÊS DEMOCRÁTICOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL**.

Dirigimo-nos a tôdas as personalidades de prestígio popular, aos dirigentes políticos efetivamente democráticos, aos intelectuais antifascistas e antiimperialistas, aos verdadeiros líderes populares e a tôdas as organizações populares e democráticas de qualquer caráter, e apelamos para que venham organizadamente engrossar as fileiras nacional-libertadoras, aderindo à **FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL** e participando efetivamente da luta pela vitória de seu programa”.

A convocação do Partido Comunista não foi atendida pelo povo. A Frente Democrática de Libertação Nacional nunca se conseguiu estruturar. As eleições decorreram pacificamente e Getúlio Vargas retornou ao poder, através da colocação em atividade de velha máquina

eleitoral que se constituíra no País durante os 15 anos da ditadura.

Os comunistas se contentaram com a infiltração política nos partidos, elegendo parlamentares aliados e cooperando inclusive na eleição de Vargas.

2. *O Governo de Vargas*

Em dezembro de 1953, Luiz Carlos Prestes apresentou um projeto de programa aprovado imediatamente pelo Pleno do Comitê Central. Nesse documento atacava enèrgicamente o Governo de Vargas que chamava de “instrumento servil dos imperialistas americanos”.

E verberava: “Arrastar o Brasil à guerra, vendê-lo aos imperialistas americanos a fim de conservar o latifúndio e as sobrevivências feudais e escravagistas na agricultura — eis o objetivo de tóda a política do governo de Vargas. Esta política, que corresponde aos interesses de uma minoria reacionária, choca-se irreconciliavelmente com os interesses da maioria esmagadora da população do Brasil, com os supremos interesses da nação”.

Baseando-se nessa premissa e denunciando o governo de Vargas como de “traição nacional”, o Partido Comunista recomendava a sua derrubada pura e simples. Declara êle: É inevitável a substituição do governo de Vargas, a revolução democrática de libertação nacional. O povo brasileiro levantar-se-á contra o atual estado de coisas, não admitirá que o governo de Vargas reduza o Brasil à colônia dos Estados Unidos. O atual regime de exploração e opressão a serviço dos imperialistas americanos deve ser destruído e substituído por um nôvo regime democrático popular. São, portanto, profundas transformações econômicas e sociais que reclamam os supremos interesses da nação.

O Partido Comunista do Brasil exigirá que o governo democrático de libertação nacional, surgido da luta libertadora de nosso povo, realize e consagre em leis as seguintes transformações democráticas e progressistas na estrutura econômica e social do Brasil:

- Política externa e defesa da independência nacional.
- Regime político democrático popular.
-
- Desenvolvimento independente da economia nacional.
-
- Melhoria radical da situação dos operários.
-
- Reforma agrária e ajuda aos camponeses.
-”

A luta armada era prevista: “O governo de Vargas não cederá sem luta.”

Nestas condições, a luta irreconciliável e revolucionária de todos os patriotas brasileiros é indispensável para derrotar o governo de Vargas e substituí-lo pelo “governo democrático de libertação nacional”.

Esse programa foi recebido com “vibrante entusiasmo” tendo sido... “unânimemente aprovado”.

Prestes manifestou-se ainda sobre essa aprovação consignando em violento artigo publicado na revista “Problemas” n.º 54:

“Neste momento em que, com a aprovação do projeto de Programa de nosso Partido, erguemos bem alto a nossa bandeira de luta e nos colocamos com maior decisão e audácia à frente da luta de nosso povo pela libertação nacional do jugo imperialista e pelo progresso do Brasil, nossos pensamentos se voltam para todos aqueles que nos 31 anos de vida de nosso Partido, enfrentando todos os sacrifícios, não pouparam esforços e, muitas vezes, nem a própria vida para defender com firmeza e dignidade os nossos princípios e lutar pela unidade do Partido”.

“Com o nosso projeto de Programa esclarecemos a classe operária, dirigente da revolução, sobre os seus objetivos e tarefas, e indicamos ao povo brasileiro o único caminho que lhe permitirá al-

cançar paz, pão, terra e liberdade, uma vida próspera e feliz”.

“Dirijo-me, por isso, na qualidade de dirigente comunista, na qualidade de quem sempre lutou pelo bem-estar do povo e pela independência da pátria, a todos os nossos concidadãos, e a todos estendo fraternalmente a mão. O Brasil está cada dia mais ameaçado de completa colonização pelos imperialistas norte-americanos. A situação das amplas massas da população do país torna-se cada dia mais grave e insustentável. Nosso povo não se deixará matar de fome nem arrastar como gado de corte para as matanças imperialistas. Acontecimentos decisivos se aproximam e, diante deles, ninguém poderá ficar neutro e insensível. O Partido Comunista do Brasil apresenta o caminho da salvação nacional e dirige-se a todos os patriotas e democratas, independentemente de posição social, de crença religiosa, de partido político a que possam pertencer, e apela para que se unam para transformar êste Programa em realidade viva para felicidade de nosso povo e glória de nossa pátria”.

O Partido se colocava nessa época em posição frontalmente oposta ao governo de Vargas. A bandeira revolucionária havia sido hasteada. E a luta armada passou a ser a palavra-de-ordem.

2. *O Governo de Café Filho*

Os acontecimentos de 1954 marcaram o crescente desgaste do prestígio de Vargas envolvido num ambiente insustentável de corrupção. É difícil delinear as manifestações corrosivas da ação comunista ou demonstrar onde se associaram na empresa de destruir a autoridade desse governo a conspiração orientada pela direção do Partido e a degradação moral que começava nos porões do Palácio do Catete, percorria as ante-salas ministeriais e penetrava em quase todos os recantos da administração pública.

A verdade é que o Partido Comunista se associara não somente aos demolidores da oposição, como aos próprios corruptos, para desmoralizar cabalmente a autoridade de um governo que caminhava, de modo irreversível, para um abismo.

O suicídio de Vargas em agosto desse ano foi, entretanto, um acontecimento imprevisto para o Partido Comunista. Nesses momentos angustiosos da vida nacional, a ação partidária diluiu-se e eclipsou-se.

E o Partido Comunista não apregoava a necessidade da deposição de Vargas para a “democratização” do governo, sentiu-se incapaz de agir na hora decisiva. Isto revela não apenas a dificuldade real que o Partido sempre encontrou para adaptar-se à realidade nacional, como também indica a esperança que o contrato secreto com o candidato Juscelino Kubitschek lhe sorria de franca participação no governo e administração pública.

O IV Congresso do PC realizou-se pouco depois, entre 7 e 11 de novembro. Prestes, no Informe de Balanço do Comitê Central, retomou ao velho refrão antiame-ricanista. Declarou em solene acusação:

“O Departamento de Estado norte-americano intervém abertamente nos negócios internos do Brasil. A deposição do governo de Vargas e sua substituição pela ditadura dos mais vis lacaios dos provocadores de guerra dos Estados Unidos, realizada sob a inspiração e por ordem direta da Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, foi a última e mais descarada manifestação dessa interferência.

Com o golpe de Estado de 24 de agosto, quise-ram os círculos dirigentes dos Estados Unidos barrar o ascenso no Brasil das lutas e da organização das forças democráticas e populares, esmagar o movimento operário e patriótico e criar as condições para a implantação no país do terror fascista. A crescente e continuada unificação da classe operária, o desenvolvimento impetuoso do movimento grevista, as lutas que vinham se desenvolvendo entre os camponeses, os funcionários públicos, os in-

telectuais, os estudantes e as mulheres, etc., preocuparam profundamente os círculos dirigentes de Washington. Além disso, o movimento patriótico do povo brasileiro recebera no primeiro semestre do corrente ano poderoso impulso com a realização da Convenção de Emancipação Nacional e a criação da Liga da Emancipação Nacional. Acontecimento político não menos importante e significativo vinha sendo o êxito crescente da campanha eleitoral dos candidatos populares, através da organização de movimento de frente única eleitoral e da mobilização de amplos setores da opinião pública. Tornava-se cada dia mais evidente a força mobilizadora do Programa do Partido Comunista entre as grandes massas da população. Todo êsse despertar de nosso povo, suas lutas patrióticas e sua organização em amplos movimentos de unidade, contrariavam frontalmente as intenções colonizadoras dos círculos dirigentes dos Estados Unidos, os quais não vacilaram em determinar os seus mais descarados agentes, e mais particularmente os generais fascistas, o desencadeamento do golpe de força contra o governo de Vargas e sua substituição pela candidatura americana de Café Filho.

O Sr. Café Filho é um simples joguete nas mãos dos generais, brigadeiros e almirantes, que agora lideram a minoria de traidores da pátria e realizaram, sob o contrôle imediato da Embaixada norte-americana, a política de total colonização do Brasil pelos Estados Unidos. Seu governo não passa de uma ditadura de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos monopólios e aos incendiários de guerra norte-americana. É um governo muito mais fraco que o de Vargas, já que sua base política é excessivamente limitada, incomparavelmente menor do que aquela em que se apoiava o governo de Vargas. Além de não poder contar com as camadas populares que ainda acreditavam nas promessas de Vargas, terá de enfrentar o descontentamento crescente da esmagadora maioria da po-

pulação em consequência do ritmo cada vez mais acelerado na inflação monetária, da crescente carestia da vida e do desemprego, tendente a crescer com a crise de superprodução que já ameaça a economia nacional.

Os generais fascistas não conseguiram alcançar o que efetivamente desejavam com a deposição de Vargas, mas, açulados por seus amos norte-americanos, serão capazes de novas e cada vez mais violentas investidas contra o povo. Se bem que ainda continuem falando em “democracia”, se bem que não tenham podido impedir a realização do pleito eleitoral a 3 de outubro e ainda não tenham tido forças para golpear o movimento operário e patriótico, os generais fascistas já proclamam claramente suas intenções; entregar o petróleo brasileiro à Standard Oil, pôr fim às limitações legais que impedem a entrega total do subsolo e das quedas d’água aos monopólios norte-americanos que exigem a desvalorização do cruzeiro e a baixa do preço do café, do cacau e demais produtos de exportação, dar maiores garantias às inversões do capital norte-americano, sufocar a indústria nacional, etc. Para realizar semelhante política, os generais fascistas procuram golpear o movimento operário, impedir a unificação do proletariado, liquidar as conquistas sociais dos trabalhadores, abolir o sufrágio universal, suspender os direitos constitucionais, acabar com tôdas as liberdades e com os restos de autonomia estadual e local.”

E voltou a recomendar a derrubada do regime vigente, imaginando agora um nôvo estágio intermediário, a preceder a própria ditadura do proletariado. Diz Prestes:

“Atualmente, temos como objetivo a destruição do regime de exploração e de opressão a serviço dos imperialistas norte-americanos e sua substituição por um nôvo regime, o regime democrá-

tico popular. Tendo em vista as atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, não é possível realizar agora no Brasil transformações de caráter socialista. O novo regime não será uma ditadura do proletariado. Mas não será também uma ditadura da burguesia. Graças à atual correlação de forças de classes no mundo e ao papel dirigente da classe operária na revolução brasileira, irá ela adiante da revolução democrático-burguesa, criará um poder de transição para o desenvolvimento não-capitalista do Brasil. Por sua essência de classe, o regime democrático popular será uma ditadura das forças revolucionárias antifeudais e antiimperialistas, será efetivamente o poder do povo, da maioria esmagadora da nação — operários, camponeses, pequena burguesia nacional — sob a direção da classe operária e do seu Partido Comunista. A hegemonia do proletariado é indispensável à vitória da revolução e à instauração do novo regime, cuja força residirá fundamentalmente na aliança operário-camponesa. Construído sobre as ruínas do velho regime, o regime democrático popular servirá de instrumento aos trabalhadores em sua luta contra os elementos exploradores, contra todas as tentativas no sentido de estabelecer no Brasil a dominação dos latifundiários e grandes capitalistas e a dominação dos monopólios imperialistas.”

“Lutamos pela destruição do atual regime dominante no Brasil. Sem destruir as bases do atual regime de latifundiários e grandes capitalistas não é possível libertar o Brasil do jugo imperialista, livrar as massas trabalhadoras da exploração crescente e garantir o desenvolvimento independente da economia nacional. O atual governo defende pela força os privilégios dos latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos. Por ser um país semicolônia e semi-feudal, as atuais relações de produção do Brasil opõem-se violentamente aos desenvolvimentos das forças produtivas. As classes moribundas impedem

o livre curso da Lei da correspondência obrigatória entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. É necessário forjar a força social capaz de vencer a resistência que a minoria reacionária oferece ao progresso do Brasil.”

“Já em 1935, apesar da justa orientação do Partido, procurando unir as mais amplas forças anti-imperialistas e antifeudais na Aliança Nacional Libertadora, a influência do radicalismo pequeno-burguês da direção do Partido, sob a forma específica do chamado golpismo “tenentista”, levou-nos a cometer o grave erro de precipitar a insurreição quando eram ainda débeis nossas forças na classe operária e, por falta de apoio na massa camponesa, quase inexistente a aliança operário-camponesa. Para o triunfo da insurreição popular é indispensável ganhar o apoio de soldados e marinheiros, mas reduzir a insurreição a uma luta quase que só de quartéis é grave erro que teria de levar, como de fato levou, à derrota do movimento de novembro de 1935. Depois da derrota de novembro de 1935, ainda sob a influência do idealismo pequeno-burguês, tardamos demais a compreender a necessidade de fazer a retirada, evitando dessa forma prejuízos desnecessários e inevitáveis ao Partido e ao movimento nacional libertador em nosso País. Quando em 1937, diante da evidência dos erros esquerdistas e das modificações na situação procuramos mudar a orientação política do Partido, caímos no extremo oposto, no oportunismo de substituir a hegemonia do proletariado pela hegemonia da burguesia e pregar que a burguesia brasileira seria capaz de fazer a sua própria revolução democrática, no oportunismo de considerar a luta pela industrialização do país como objetivo revolucionário, de lutas pelo fortalecimento da burguesia e considerar dispensável a aliança operário-camponesa, enrolando praticamente por algum tempo as bandeiras de luta contra o imperialismo e contra o feudalismo. Essa falsa orientação facilitou o trabalho desagrega-

dor de elementos trotsquistas e acabou por debilitar a própria direção nacional do Partido, que caiu em sua quase totalidade nas mãos da polícia em 1940.

Devemos ainda ressaltar os males causados pela influência ideológica da pequena burguesia na direção do Partido no período da guerra e do após-guerra. Particularmente a partir de 1945 tivemos grandes êxitos: conseguimos ligar rapidamente em grande Partido de massas. Nas eleições à Assembleia Constituinte conseguimos obter 10% dos sufrágios do eleitorado e nossa representação no Parlamento lutou abnegadamente pelos interesses das massas. Nosso Partido mobilizou grandes massas, foi vitorioso na campanha pela expulsão dos soldados norte-americanos de nosso território, unificou nacionalmente o movimento sindical na Confederação dos Trabalhadores do Brasil, organizou milhares de Comitês Democráticos em todo o país, defendeu a paz, levantou a palavra-de-ordem da não participação em qualquer guerra contra a União Soviética, ergueu a bandeira da luta pela reforma agrária radical e pela entrega da terra dos latifundiários gratuitamente aos camponeses sem terra, criou Ligas Camponesas, etc. O Partido aumentou seus efetivos, chegando a ter cerca de 200 mil membros. Não conseguimos, no entanto, manter a legalidade do Partido e, em maio de 1947, sem resistência organizada de massas, fomos obrigados a passar novamente à vida clandestina, sendo que em janeiro de 1948 os parlamentares comunistas tiveram cassados seus mandatos. A causa de tais insucessos estava em grande parte, nos desvios reformistas de nossa linha política e nas ilusões parlamentaristas que predominaram no Partido, manifestações de direita da ideologia da pequena burguesia na direção do Partido. Na defesa dessa falsa orientação política chegamos mesmo a cair em posições revisionistas do marxismo-leninismo, como as das teses do “desenvolvimento pacífico” e da colaboração de classes, ou a tese da luta por uma im-

possível “união nacional”, bem como a entravar o desenvolvimento da luta de classes nas cidades e no campo. Foi à luz dos ensinamentos contidos no Informe do camarada Zhdanov, pronunciado em setembro de 1947, na reunião de constituição do Bureau de Informação dos Partidos comunistas operários, e já sob os duros golpes da reação que começamos a compreender o que havia de errôneo em nossa linha política e a fazer esforços para corrigi-la. Ainda desta vez, porém, ao corrigirmos os erros de direita, fomos unilaterais e caímos em posições sectárias e esquerdistas, expressas em nossos documentos da época, desde o Manifesto de Janeiro de 1948 até o Manifesto de Agosto de 1950, bem como na atividade prática do Partido, particularmente em sua atividade sindical, na tendência a abandonar a luta pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores, no emprêgo de uma fraseologia ultra-revolucionária, etc.

Foi na luta contra essas sucessivas manifestações do oportunismo de direita e de “esquerda”, manifestações tôdas da influência ideológica da pequena burguesia nas fileiras do Partido, que conseguimos avançar no sentido da construção e consolidação do Partido, bem como no da ampliação e consolidação de sua influência entre a classe operária e as grandes massas da população de nosso país. Foi porque não tememos reconhecer abertamente nossos erros, porque temos feito esforços para descobrir suas causas e procurado analisar a situação que lhes deu origem, bem como os meios de corrigi-los, que conseguimos avançar e elaborar o Programa do Partido.

Nesses 25 anos, o inimigo tentou sempre se utilizar de nossos erros para reforçar a posição de seus agentes infiltrados em nossas fileiras e para tentar dividir e mesmo liquidar o Partido. Além dos elementos trotsquistas que procuraram em 1937 explorar o descontentamento causado entre uma parte dos comunistas pela linha “seguidista” da en-

tão direção do Partido, tivemos em 1942-1945 os elementos francamente liquidacionistas que, infiltrados em nossas fileiras e tendo à frente Fernando Lacerda, quiseram aproveitar a situação que então atravessávamos para realizar seus objetivos criminosos. Sob o pretexto de que a luta contra o fascismo deveria ser empreendida exclusivamente pelo governo, êsses elementos pregavam inicialmente o completo desaparecimento do Partido em benefício da união nacional para depois passarem, em sua maior parte, à conspiração golpista ao lado de conhecidos agentes do imperialismo norte-americano visando sempre impedir o desenvolvimento do movimento patriótico pela participação do Brasil na guerra ao lado da União Soviética e pelo envio de uma força expedicionária para a Europa, movimento liderado pelo Partido Comunista. Utilizando tôdas as armas da injúria e da calúnia, difamando militantes e dirigentes do Partido, afirmando que tôdas as organizações do Partido estavam infiltradas de policiais, os liquidacionistas pretendiam a liquidação de tôdas as organizações ilegais do Partido e defendiam a tese de um futuro "Congresso das Esquerdas" visando a formação de um movimento amplo de que pudessem participar conhecidos demagogos e agentes do imperialismo norte-americano, na verdade um partido burguês e nacional-reformista. A realização da Conferência da Mantiqueira, que coordenou nacionalmente as atividades das organizações regionais do Partido, que levantou com decisão a bandeira da luta ativa contra o nazismo, de apoio ao governo e de luta pela remessa de um corpo expedicionário à Europa, significou a derrota dos liquidacionistas.

Mais recentemente, quando começamos a fazer maiores esforços no sentido da consolidação política, ideológica e orgânica do Partido, tivemos de enfrentar e esmagar as tentativas fraccionistas do aventureiro nacionalista José Maria Crispim que se infiltrou em nossas fileiras e que, à sombra das ten-

dências reformistas no período da legalidade do Partido, conseguiu chegar à posição de membro do seu Comitê Central. Procurando utilizar os erros esquerdistas do Manifesto de Agosto de 1950, o referido indivíduo pensou em assaltar a direção do Partido para desviá-lo para as posições do nacionalismo burguês e da completa capitulação diante dos imperialistas norte americanos e do governo de Vargas. Sentindo-se impotente diante da unidade monolítica do Partido e da vigilância do Comitê Central, desertou e com mais alguns capitulacionistas que ainda se achavam em nossas fileiras tentou organizar um grupo fraccionista com bandeira tipicamente nacionalista. Desmascarado, não passa hoje de vil instrumento de provocação policial a serviço dos piores inimigos de nosso povo.

O Informe de Prestes denunciava fundamentalmente que as bases da conspiração comunista em nosso País se assentavam na destruição da ordem legal vigente através da luta armada. Prestes se apoiava nos ensinamentos de 1935 e desejava agora que a subversão não se limitasse aos quartéis. O sentido mundial dessa campanha transparece na declaração com que Prestes finalizou ameaçadoramente o Informe inaugural do IV Congresso:

“Sabemos que não estamos sós. Ao lutar pela libertação de nosso povo do jugo dos imperialistas norte-americanos, lutamos pela conservação da paz no mundo, lutamos em defesa da civilização humana, contamos com a simpatia e o apoio de toda a humanidade progressista. Marchamos serenos e confiantes, porque sabemos que à frente dos povos amantes da paz e que lutam pelo progresso social está a poderosa e invencível União Soviética, baluarte da paz no mundo, onde sob a direção do grande e glorioso Partido de Lenine e Stalin se constrói o novo mundo de pão e rosas para toda a humanidade. Do alto desta tribuna queremos reafir-

mar, perante nosso povo e a classe operária do mundo inteiro, nossa fidelidade inabalável ao grande Partido Comunista da União Soviética e ao seu sábio e provado Comitê Central, dirigentes e guias experimentados e queridos do proletariado internacional.

Sob as bandeiras gloriosas de Marx, Engels, Lenine e Stalin, iluminados pela doutrina invencível que eles criaram, inquebrantavelmente fiéis ao espírito do internacionalismo proletário, marchemos ao trabalho e ao combate, confiantes nas forças da classe operária, nas forças do povo, com fé inabalável no futuro que nos pertence, aconteça o que acontecer.”

Diógenes Arruda confirma a orientação de Prestes na defesa do Programa do IV Congresso:

‘O golpe de Estado de 24 de agosto, que após a descoberta a fraqueza do governo de Vargas e confirmou a análise do Programa a respeito da crescente dominação norte-americana no Brasil, pôs também por terra toda a argumentação podre daqueles que combatiam a essência revolucionária do Programa. Com a substituição do governo de Vargas pela ditadura americana de Café Filho e dos generais fascistas persiste no país o mesmo regime de latifundiários e grandes capitalistas e se torna ainda mais exata a afirmação do Programa a respeito da inevitabilidade da derrubada de semelhante governo. Se até 24 de agosto lutávamos pela derrubada do governo de Vargas, lutamos agora pela derrubada da ditadura americana de Café Filho, que poderá ser amanhã substituída pela de qualquer outro representante dos latifundiários e grandes capitalistas serviais dos imperialistas norte-americanos, sem que isto mude a situação do Brasil.

Dizer que a palavra-de-ordem fundamental do Programa, referente à derrubada do governo de latifundiários e grandes capitalistas, é expressão de

“golpismo” ou resulta de delírios “esquerdistas”, é lutar para que nosso Partido não tenha o Programa de um partido do proletariado que combate praticamente contra uma coisa real e definida que é o governo existente no país, é bater-se para que o Partido adote um manual acadêmico sobre a revolução antiimperialista e agrária antifeudal em geral e ataque de modo abstrado a política do governo. O Programa não deixa margens para dúvidas: não se trata de substituir o governo de latifundiários e grandes capitalistas pelo governo democrático nacional. O Programa não seria o programa do proletariado revolucionário se obscurecesse a questão da conquista do poder político, se não formulasse da maneira mais nítida possível sua ata de acusação contra o regime de latifundiários e grandes capitalistas, se não declarasse guerra ao atual governo, se não situasse a luta pelo governo democrático de libertação nacional como luta atual. Colocando as coisas nestes termos, o Programa de nosso Partido corresponde plenamente um dos principais objetivos de um programa, que é, como ensina o grande Lenine, servir ao Partido como um guia seguro para sua propaganda da agitação do dia a dia.”

O conteúdo fundamental do programa do PC baseou-se, nessa época, nos seguintes princípios essenciais:

- 1.º — Concentração do ataque contra o chamado “imperialismo norte-americano”;
- 2.º — Confisco de terras dos latifundiários e distribuição das mesmas aos camponeses;
- 3.º — Confisco dos bens dos grandes capitalistas que se aliassem aos “imperialistas norte-americanos”;
- 4.º — Instituição de um Estado democrático-popular”.

A 25 de maio de 1955, Prestes publicou no jornal comunista Imprensa Popular uma entrevista intitulada: "Prestes defende candidatura popular à Presidência da República". Entre outras afirmações, Prestes declarou: que sôbre a possibilidade de apoiar um candidato ao Partido Trabalhista Brasileiro,

Nós, comunistas, continuamos a apoiar um tal candidato, desde que aceite a plataforma mínima que apresentamos na minha carta à Convenção do PTB. Sabemos que errar é dos homens. Quando se trata dos interesses do país e do povo jamais é tarde para se corrigir um êrro."

As condições de Prestes foram aceitas e para as eleições de 1955, o Partido Comunista aliou-se à frente do Partido Social Democrático — Partido Trabalhista Brasileiro, no apoio à candidatura Juscelino Kubitschek — João Goulart.

Êsse acôrdo baseava-se no compromisso por parte do PSD-PTB de darem execução às seguintes medidas:

- cumprimento, em parte, do programa mínimo do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT);
- legalidade do PCB e demais entidades a êle subordinadas;
- anistia a todos os presos políticos;
- reatamento de relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, a China Comunista e demais países socialistas;
- inclusão de militares comunistas nas legendas do PSD e do PTB;
- financiamento para as despesas com a campanha eleitoral.

Prestes em seu "Pleno Ampliado", em agôsto de 1955 apresentou o informe político a respeito. A convenção do MNPT em São Paulo aprovou o programa mínimo a ser utilizado na campanha Juscelino-Jango. O Parti-

do abriu duas importantes frentes legais uma no Congresso: a Frente Parlamentar Nacionalista, e outra que abrangia inclusive elementos das Forças Armadas: o Movimento Militar Constitucionalista.

A aliança entre Juscelino Kubitschek e o PCB não logrou os resultados prometidos. Sérios empecilhos surgiram à execução do concertado, principalmente oriundos das Forças Armadas, apesar da vitória eleitoral e do movimento de 11 de novembro. A esses obstáculos, somaram-se as implicações decorrentes da alteração da linha geral do movimento comunista mundial, decorrente das decisões do XX Congresso do PCUS.

O Partido, em 1956, retoma novamente a oposição extremada.

3. *O Governo de Juscelino Kubitschek*

Em margo de 1958, o Partido apresentou uma declaração que adaptava ao problema nacional as diretrizes do Partido Comunista da União Soviética. Nesse documento os comunistas procuravam evidenciar as contradições da estrutura econômica e social de nosso País, focalizando especialmente a penetração do imperialismo norte-americano.

Declarava:

“A política do governo do Sr. Juscelino Kubitschek não atende, assim, aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais, contendo entretanto aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. À medida que os aspectos negativos da atuação do governo se tornam mais evidentes, acentua-se a luta por modificações na sua composição e na sua política num sentido favorável aos interesses nacionais e populares. Esta luta é apoiada pelo setor nacionalista do próprio governo e aprofunda as suas contradições com o setor entreguista.”

É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país.

Para atingir êste objetivo as forças progressistas têm interêsse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrático.

Essa resolução política, vazada na tradicional argumentação antiimperialista e nas contradições da sociedade nacional, apresentava uma novidade que refletia as conclusões do XX Congresso do PC Soviético: A tese do “caminho pacífico da revolução brasileira”. A solução violenta é, entretanto, evidenciada com tôda a clareza. Diz o documento:

“Sejam quais forem as vicissitudes que o povo brasileiro tiver de enfrentar para resolver pacificamente os seus problemas, será sempre necessário o amplo desenvolvimento da luta de classes do proletariado, dos camponeses e das camadas médias urbanas em defesa dos seus interêsses específicos e dos interêsses gerais da Nação.

A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira que não depende sòmente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da Nação é indispensável ter em vista outra possibilidade — a de uma solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sôbre as massas, em tal caso, serão de inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro.”

A concepção do “caminho pacífico da Revolução Brasileira” é dest’arte extremamente engenhosa. Em poucas palavras, os comunistas desejam apossar-se tranquilamente do Poder. Se houver reação, a solução violenta será adotada. Neste caso a responsabilidade das

consequências da luta é de antemão lançada exclusivamente sobre os que se opuserem aos comunistas.

Eis aí uma estranha concepção através da qual a subversão procura adquirir foros de legalidade, e a defesa da ordem legal é apontada como subversiva. Eis aí uma expressão clara do monstruoso e inaceitável produto da aplicação do método marxista ao problema nacional.

Essa tese esdrúxula é assentada na ação do Partido Comunista, considerado como organização preparada e adestrada para a conquista do poder e apoiada no movimento operário mundial. Exprime-se do seguinte modo a Declaração:

“O proletariado brasileiro necessita de uma vanguarda marxista-leninista organizada e combativa a fim de realizar sua política de classe. O Partido Comunista do Brasil, que é esta vanguarda, deve ser capaz de cumprir o seu papel na ação política concreta.

Isto exige que o nosso Partido se depure de persistentes defeitos e adquira qualidades novas. O subjetivismo, que exerceu longo domínio em nossas fileiras, deve ser combatido em profundidade, através da reeducação dos dirigentes e militantes no espírito de uma nova política, que emane diretamente das condições objetivas de nosso país e seja a correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo, as originais particularidades concretas do desenvolvimento histórico-nacional. O abandono dos princípios universais do marxismo-leninismo, como síntese científica da experiência do movimento operário mundial, conduz inevitavelmente à desfiguração do caráter de classe do Partido, e à degenerescência revisionista. Mas, o desconhecimento das particularidades concretas do próprio país condena o Partido, irremediavelmente, a impotência sectária e dogmática.

As concepções dogmáticas e sectárias, que nas condições atuais do nosso Partido constituem o pe-

rito fundamental a combater, se opõem de modo radical ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. À frente da classe operária deve estar um Partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas. A esta característica essencial se subordinam as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e de organização do Partido.

Para que os comunistas possam cumprir suas importantes tarefas, devem estar a serviço das massas e lançar-se decididamente a atividade junto às massas. Ao invés de se voltarem apenas para o trabalho interno do Partido, precisam dedicar o fundamental de suas energias à atuação legal nas organizações de massas e aí exercer uma função eminentemente construtiva. É indispensável, por conseguinte, tomar as medidas adequadas para que o maior número possível de quadros, militantes e dirigentes, realizem atividades legais entre as massas. Participando das lutas de massas nos movimentos reivindicatórios, nas campanhas políticas, nas eleições, os comunistas não têm outro fim senão o de tornar vitoriosas aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência que já atingiram. Os comunistas devem ser em toda parte batalhadores isentos de exclusivismo, abnegados e conseqüentes pela construção da frente única nacionalista e democrática.

O Comitê Central concita a todos os militantes a empenharem-se no fortalecimento do Partido para torná-lo o instrumento adequado à execução vitoriosa da nova política traçada nesta Declaração, que deve guiar, de agora em diante, toda a atividade do Partido”.

No fim de agosto de 1960, celebrou-se no Rio de Janeiro uma Convenção Nacional que se constituiu no V Congresso do Partido Comunista.

Durante vários dias, delegados vindos de todo o País debateram os problemas nacionais e a linha política a ser adotada pelo Partido.

Essa discussão visava fundamentalmente estabelecer a posição do Partido face ao pleito eleitoral que se avizinhava, firmando as exigências para o apoio da candidatura Lott-Jango. Essa posição baseava-se nos seguintes requisitos:

- concessão da legalidade ao Partido Comunista;
- estabelecimento das relações comerciais e diplomáticas com a Rússia, China Comunista e demais países socialistas;
- anulação dos tratados militares com os Estados Unidos;
- nacionalização dos bancos e empresas estrangeiras;
- restrições das remessas de lucros para o exterior;
- realização da reforma agrária radical;
- defesa do regime cubano e do governo de Fidel Castro.

A Resolução Política decorrente do V Congresso expressava em termos hábilmente apresentados a imposição de uma expansão comunista de forma ampla e ambiciosa. Declarava:

“A revolução brasileira se processa na era da transição do capitalismo para o socialismo, quando um terço da humanidade vive sob o regime socialista. A superioridade crescente do socialismo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem poderosa influência favorável ao crescimento das forças antiimperialistas e democráticas no Brasil.

O poderio do sistema socialista mundial, que tem à frente a União Soviética, constitui um forte apoio à causa dos países subdesenvolvidos como o

Brasil. Pela primeira vez na história, criou-se para o nosso país a possibilidade de obter equipamentos, créditos e assistência técnica sem a necessidade de submeter-se as imposições de caráter econômico, político e militar das potências imperialistas. Este fator novo atua no Brasil com um estímulo à luta das forças patrióticas e progressistas por uma política exterior independente e de paz.”

Esse trecho denuncia claramente a vinculação do Partido Comunista ao movimento socialista mundial. Daí tornar-se fundamental preconizar o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais para a mais eficiente oposição aos Estados Unidos.

“A nova situação mundial, em que são cada vez mais poderosas e influentes as forças que defendem a causa da paz, reflete-se em nosso país estimulando a resistência ao imperialismo norte-americano e à luta por uma política externa de paz e amizade com todos os povos, inclusive com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas.”

O denominado “imperialismo norte-americano” é o objetivo sistemático e irrecusável.

“A fim de derrotar o inimigo comum, recomenda a Resolução que é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva.”

Surge, dessa maneira, a política da frente única:

“Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente única é muito ampla do ponto de vista de sua composição de classe.”

A frente única admite a aliança de várias forças políticas. Esse é o artifício que permite a penetração comunista em todos os partidos políticos.

O documento acentua entretanto a heterogeneidade de tal associação:

“Sendo composta de forças sociais diversas, que se unem em torno de interesses comuns, mas conservam também interesses opostos, a frente nacionalista e democrática encerra contradições. Enquanto o proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas, a burguesia ligada aos interesses nacionais não tem firmeza na luta antiimperialista, tendo compromissos com o inimigo, e certos setores burgueses assumem atitude vacilante em relação à reforma agrária. Há, finalmente, setores de latifundiários e capitalistas que podem adotar, eventualmente, posições nacionalistas, mas querem conservar a estrutura agrária atual e preconizam um regime político reacionário.”

E mais adiante explica a luta interna, deixando entrever o firme propósito do predomínio comunista:

“A luta dentro da frente única difere da luta que as forças nacionalistas e democráticas travam contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Enquanto neste último caso o que se tem em vista é isolar o inimigo comum e destruí-lo, dentro da frente única visamos tornar mais coesas as forças que lutam por objetivos comuns, motivo por que as contradições de interesse e divergências de opinião dentro da frente única podem ser enfrentadas sem romper a unidade embora não ser ocultadas e venham a causar choques e atritos.”

Dentro desse esquema geral, o Partido julga oportuna e exequível a realização de reformas econômicas e

políticas, capazes de conduzir o país no caminho da socialização progressiva:

“A conquista de reformas econômicas e políticas de caráter antiimperialista e popular é possível desde já, nos quadros do atual regime, dependendo, essencialmente, do crescimento das lutas de massas, do poderio da frente nacionalista e democrática e do papel que desempenharem as forças revolucionárias mais conseqüentes; sobretudo a classe operária tem como objetivo golpear as posições do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos, acumular as forças revolucionárias, modificar a correlação de forças em favor do povo e preparar as condições para a realização completa das transformações radicais exigidas pela atual etapa histórica.”

No campo econômico da Revolução preconiza medidas econômicas de expressa hostilidade aos capitais estrangeiros:

“É necessário lutar para abolir os privilégios concedidos ao capital imperialista mediante, entre outras, as seguintes medidas: rigorosa restrição às remessas de lucros, royalties e juros, e do retorno de capital estrangeiro; encampação das subsidiárias da Brazilian Traction (Light) e da Bond and Share; extensão do monopólio estatal à distribuição em grosso, dos derivados de petróleo; interdição aos bancos estrangeiros que receberem depósitos no País e proibição aos capitais estrangeiros que atuarem no ramo de seguros; política nacionalista de defesa de nossos minérios; encampação dos frigoríficos estrangeiros.”

A reforma agrária radical era também considerada como um dos objetivos, cuja consecução admitiam através de fases intermediárias:

“Os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa, sob formas individuais ou associadas.”

Seguiam-se as reivindicações políticas:

“A consolidação e a ampliação da democracia exigem a livre organização dos partidos políticos, sem qualquer obstáculos para o seu registro eleitoral, a legalização do Partido Comunista do Brasil e a eliminação das discriminações contra os comunistas que derivam do artigo 58 da lei eleitoral; a completa libertação das organizações sindicais da tutela do Ministério do Trabalho e a abolição de tôdas as formas de intervenção policial e discriminação ideológica no movimento sindical, como em qualquer outra esfera; a regulamentação do direito constitucional de greve em bases democráticas; a revogação da lei de segurança nacional; a plena garantia do direito de organização para os camponeses e assalariados agrícolas; o direito de voto para os analfabetos, soldados e cabos das forças armadas; a abolição das desigualdades jurídicas que afetam as mulheres e o combate efetivo a tôdas as discriminações raciais e religiosas.”

A Política Externa comportava várias recomendações:

“Para alcançar uma política exterior independente e pacífica, o povo brasileiro deve lutar contra a subordinação do Brasil às exigências do Departamento de Estado norte-americano; pelo estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, a República Popular da China e outros países socialistas; pela solução dos litígios interna-

cionais através de negociações pela interdição imediata e definitiva das experiências com armas termonucleares e a proibição da produção e do emprego dessas armas; pela cassação da corrida armamentista e pelo desarmamento geral, que viria liberar imensos recursos materiais e possibilitar seu emprego para fins construtivos. A fim de fortalecer a luta contra o inimigo comum, deve o povo brasileiro manifestar solidariedade aos povos coloniais e dependentes em seus conflitos com as potências imperialistas; estreitar as relações de amizade e cooperação com os países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África; dar todo o apoio à revolução cubana contra quaisquer tentativas de agressão ou intervenção do imperialismo norte-americano nos assuntos internos de Cuba. A defesa da independência nacional exige, igualmente, a denúncia dos tratados e acordos lesivos ao País, tais como o Tratado do Rio de Janeiro, a Carta de Bogotá, o Acôrdio Militar Brasil-Estados Unidos, a Declaração de Caracas, o Ajuste sôbre Fernando de Noronha e o Acôrdio de Roboré.”

A conquista de tôdas essas reivindicações não seria possível todavia, sem a participação efetiva e dominante dos comunistas no Governo:

“A formação de um governo nacionalista e democrático não significa ainda a solução completa das tarefas fundamentais da atual etapa da revolução. Para isso é necessário eliminar radicalmente a exploração do capital imperialista e pôr fim ao monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários. Êstes objetivos ultrapassam o âmbito das reformas parciais, implicando em transformações econômico-sociais de profundo conteúdo revolucionário. Sua realização exige, portanto, que o Poder estatal esteja nas mãos das fôrças mais revolucionárias da sociedade, interessadas em transformações antiimperialistas e democráticas radicais.”

Aí estão, por conseguinte, claramente expressos os desígnios políticos pelos quais o Partido condiciona o seu apoio eleitoral:

“O proletariado luta para que a revolução democrática se desenvolva ininterruptamente, adquira a máxima amplitude e profundidade, seja uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial. Para isso, é indispensável a hegemonia do proletariado na frente revolucionária e a conquista do Poder pelas forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado.”

Como atingir, entretanto, a “hegemonia do proletariado” dentro da atual conjuntura. O “caminho pacífico” é preconizado. Não significa êste, no entanto, a renúncia cabal à luta armada. A resolução Política declara textualmente:

“O caminho pacífico da revolução não significa conciliação de classe, passividade ou espontaneísmo. Significa unicamente a realização das tarefas revolucionárias sem que seja inevitável a insurreição armada ou a guerra civil. O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico exige a mobilização das massas, a ação enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias. Exige a luta de massas, que não exclui os choques e conflitos com o inimigo. Para transformar em realidade a possibilidade de um caminho pacífico da revolução é necessário a luta de classe, condição indispensável ao fortalecimento da unidade e da organização dos trabalhadores e ao crescimento de seu papel na vida política do País. É necessário que as forças revolucionárias, particularmente a classe operária, lutem incessantemente pelas liberdades democráticas e por sua ampliação, como condição que favorece a ação independente das massas.”

E fixa o papel do Partido Comunista na derrubada do regime vigente:

“O Partido Comunista está chamado a desempenhar uma missão histórica, no curso da revolução brasileira, como vanguarda consciente e organizada da classe operária. Cabe ao proletariado conduzir a luta pela emancipação nacional de modo conseqüente, devendo por isso conservar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizadora. A fim de cumprir seu papel independente, o proletariado necessita do Partido Comunista, partido revolucionário da classe operária, guiado pela teoria marxista-leninista, partido de ação política e de massas vinculado por múltiplos laços aos trabalhadores.

Os comunistas só realizarão o seu papel histórico na medida em que se colocarem a serviço das massas e se lançarem decididamente à atividade junto às massas. Cada organização do Partido deve, antes de tudo, promover a participação ativa, paciente e contínua dos militares comunistas nas organizações de massas. A esta exigência essencial devem subordinar-se as atividades de propaganda, do trabalho de massa e de organização. Para estabelecer relações acertadas entre o Partido e as massas, entre o Partido e a frente única, é necessário combater tanto as concepções sectárias que se traduzem no menosprêzo pelo trabalho de massas e pela atuação da frente única, como as tentativas liquidacionistas, que se exprimem na subestimação do papel do Partido como vanguarda e na tendência a substituí-lo pela frente única.”

Para obter tais resultados:

“A tarefa principal dos comunistas no trabalho de massas consiste em fortalecer a unidade e a organização da classe operária, para que ela desempenhe papel dirigente no movimento antiimpe-

rialista e democrático. A fim de cumprir essa tarefa, os comunistas devem intensificar e aperfeiçoar cada vez mais sua atuação no movimento sindical. Os sindicatos e demais organizações profissionais não devem servir a objetivos que dividem os operários, mas constituir instrumentos de unidade de ação dos trabalhadores de tôdas as tendências ideológicas e políticas que atuam no movimento sindical e dos trabalhadores ainda desorganizados e sem filiação partidária.”

Recomenda a organização da Central Sindical que seria o Comando Geral dos Trabalhadores:

“Trabalhando para aperfeiçoar a forma vertical de organização, esforçam-se para que seja instituída legalmente a forma horizontal de organização, desde o município e o Estado até a Central Unitária, que deve ser a expressão da unidade nacional dos trabalhadores.”

Não deixa a Resolução de considerar o papel dos intelectuais e dos estudantes:

“Os comunistas devem dedicar particular atenção à intelectualidade que, em sua grande maioria, é partidária do progresso e da emancipação nacional. A unidade dos intelectuais de diversas tendências políticas e ideológicas pode ser alcançada em torno de objetivos comuns como a defesa da cultura nacional e de seu desenvolvimento, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a salvaguarda dos interesses éticos e profissionais dos intelectuais.

A unidade dos estudantes de várias tendências doutrinárias e políticas é fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis universitárias e secundárias que constituem baluartes da frente nacionalista e democrática. A fim de fortalecer essa unidade e ampliar o caráter de massas

do movimento estudantil, é necessário combinar a ação política com a defesa das reivindicações específicas dos estudantes, com a luta pela solução dos problemas culturais, econômicos e sociais que afetam a juventude.”

Os movimentos femininos sob as mais variadas motivações são preconizados:

“Maior atenção deve ser dedicada ao trabalho de massas entre as mulheres, que podem ser reunidas nos mais variados tipos de organização, especificamente femininas ou não, para a luta em torno de reivindicações, tais como o amparo à criança, o combate à carestia, a abolição da desigualdade de direitos, a melhoria das condições de vida nos bairros, etc.”

A Frente Parlamentar Nacionalista é apresentada como o elemento de penetração comunista no Congresso:

“Participando ativamente das eleições e do trabalho parlamentar, os comunistas esforçam-se para ajudar a fortalecer e ampliar a Frente Parlamentar Nacionalista, a fim de que ela possa transformar-se em um bloco majoritário capaz de obter soluções patrióticas por via legislativa. Os comunistas atuam nos sindicatos, no seio da população rural, no movimento estudantil, entre a intelectualidade e outros setores para conseguir apoio de massas à Frente Parlamentar Nacionalista. Apóiam igualmente a ação da F.P.N. no sentido de estender sua influência aos Estados e municípios, mediante a constituição de blocos nacionalistas nas assembléias legislativas e câmaras municipais.”

A resolução política encerra-se com uma reafirmação sobre a legalização do Partido:

“A legalidade do Partido Comunista não é uma reivindicação exclusiva dos comunistas, mas uma

medida necessária à consolidação da democracia em nosso país, um direito democrático de parcela considerável de eleitorado. A luta pela legalidade do Partido, tarefa imediata para todos os comunistas — deve ser conduzida tanto por meios jurídicos como através da mobilização da opinião pública, e assumir o caráter de um amplo movimento que receba o apoio de tôdas as forças democráticas.”

4. *O govêrno de Jânio Quadros*

O Partido Comunista empenhou-se vivamente na campanha eleitoral defendendo a candidatura Lott-Jango. Tôda a sua cadeia de propaganda foi mobilizada nesse movimento.

Os resultados do pleito eleitoral marcaram, entretanto, uma derrota espetacular dos comunistas que assim se expressaram em várias publicações, conforme consigna o panfleto “Noticieiro do Brasil”, n.º 2, de 1962:

“Outra conclusão que se impõe, imediatamente, pelos resultados do pleito, é a de que o povo brasileiro foi vítima de um formidável engano. Isto é tão verdadeiro que a vitória de Jânio foi obtida por maioria extraordinariamente elevada, o que revela ter êle conseguido o apoio de grandes massas de nosso povo, como também é verdade que os milhões de trabalhadores e honestos brasileiros que votaram em Jânio foram redondamente enganados.

Muitas causas provocaram êsse engano. A desenfreada e inegavelmente ousada demagogia de Jânio foi, sem dúvida, o fator mais atuante. Hoje, o “Estado de São Paulo”, em seus editoriais, e os órgãos da imprensa norte-americana e inglêsa, nos comentários dedicados às eleições no Brasil, não têm receio de caracterizar os gestos demagógicos de Jânio — suas viagens à URSS e a CUBA e suas declarações nacionalistas e até esquerdistas, como

questões de “tática eleitoral”, imediatamente abandonadas no governo.

Mas, quando Jânio se dizia louco de amôres pela revolução cubana, ou declarava inclusive que era “partidário do socialismo”, este mesmo “Estado de São Paulo” e tôda a imprensa de aluguel se encarregaram de dar em títulos, sem comentários, tais tiradas demagógicas.

A demagogia “democrática e contra os trustes” de Jânio, difundida maciçamente pela máquina de propaganda de que dispõem êsses mesmos trustes, conseguiu confundir e iludir milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo as promessas de “mudança” de “vacas gordas” feitas por Jânio, encontraram terreno fértil, no descontentamento do povo para com a alta sem precedentes do custo de vida, durante o governo Kubitschek.

A carestia e Ademar foram de fato, os dois grandes eleitores de Jânio. Ademar, porque sabendo-se antecipadamente derrotado, manteve sua candidatura com o único e deliberado objetivo de prejudicar a candidatura do Marechal Lott. Dois dias depois do pleito, em São Paulo, tinha o desplante de declarar à imprensa que se considerava com “a missão cumprida”, pois Lott estava derrotado. E a carestia porque, sendo Lott um candidato ligado ao governo, sua candidatura ficou associada aos olhos das massas, à política chamada “desenvolvimentista”; de sacrifícios para o povo e privilégios para os grupos econômicos, defendida e aplicada pelo governo Kubitschek.”

Os comunistas, nesse informe político, prosseguem acusando o Marechal Lott de ter “entregue a Jânio a palavra de ordem da luta contra a carestia” e atacam a Kubitschek que incriminaram de ter beneficiado muito mais a Jânio do que ao próprio candidato governista.

“Mas não será fácil a Jânio fazer o governo que os trustes esperam dêle. A grande maioria dos cinco milhões de brasileiros que o escolheram, não

esperam um governo reacionário e entreguista. Pelo contrário, votou em Jânio por suas promessas demagógicas, por sua viagem à Rússia, por seus elogios a Fidel Castro. Votou nele para mandar, para mudar e melhorar. E um governo reacionário e entreguista só pode mudar para pior as condições de vida do povo.”

O Partido Comunista apresentou-se, destarte, após o insucesso das eleições de 1960, com uma atitude de expectativa, sem a agressividade que se poderia prever em relação ao presidente eleito.

Nos sete meses do governo de Jânio os comunistas não se manifestaram em oposição. As tendências singulares do novo presidente, sua insopitável simpatia pelo ditador cubano, sua indisfarçável aversão pelos Estados Unidos despertaram-lhe as esperanças de recuperação em curto prazo.

5. *O governo de João Goulart*

Em agosto de 1961 deu-se a inesperada renúncia de Jânio Quadros. No dia seguinte o jornal Novos Rumos estampou o manifesto de Luiz Carlos Prestes preconizando a posse de João Goulart.

No editorial do dia 1.º de setembro, aquele jornal atacava violentamente a emenda parlamentarista e convocava todos os cidadãos, homens e mulheres, para organizarem imediatamente, em cada fábrica, local de trabalho, escola ou rua, comitês de resistência democrática.

Luiz Carlos Prestes voltou a manifestar-se publicamente a 21 de setembro:

“As forças patrióticas e democráticas não puderam impedir a conciliação, nem vencer as vacilações da burguesia. Mas o processo democrático

tampouco pôde ser interrompido no país. Elevou-se com o impulso das últimas semanas, a consciência política das massas que adquiriram também riquíssima experiência. O anticomunismo foi golpeado e perdeu posições importantes. A Nação pôde verificar uma vez mais de onde vem o perigo que a ameaça. Da luta em defesa da legalidade participaram ativamente os comunistas, convencidos de que através das formas democráticas é possível avançar no caminho de emancipação econômica e social do povo, enquanto que do outro lado estava o reacionarismo anticomunista que deseja alcançar seus objetivos rasgando a Constituição e impondo pela força das armas o arbítrio e a estupidéz retrógrada a serviço dos monopólios ianques e de seus agentes em nosso país.”

E mais adiante:

“Nessas condições, os comunistas prosseguem a sua luta pela formação de um governo nacionalista e democrático, o único capaz de enfrentar com êxito a solução dos problemas do povo e de imprimir um rumo independente e progressista ao desenvolvimento da nação.”

Ao concluir, Prestes volta ao problema da legalidade do Partido:

“Participando juntamente com o povo de todas as lutas por suas reivindicações, pelo bem-estar, o progresso e a independência da nação, os comunistas continuam batendo-se pela mais ampla solidariedade ao povo cubano e fazem todo o possível para salvaguardar a paz mundial. É indispensável igualmente intensificar o recolhimento de assinaturas para solicitar, no prazo mais breve possível, ao Superior Tribunal Eleitoral, o registro do Partido Comunista Brasileiro”.

Logo verificaram os comunistas que o sistema parlamentarista dificultava sobremodo a sua possibilidade de envolvimento do Presidente João Goulart. E, através de Resolução Política de outubro de 1961, abriram o fogo de suas baterias contra o Gabinete Tancredo Neves, ameaçando inclusive com a possibilidade de luta armada. Diziam êles nesse documento:

“O nôvo govêrno, com o Sr. João Goulart na Presidência da República (na Presidência do Conselho de Ministros), formou-se à base de conciliação, do compromisso com o imperialismo e o latifúndio. É um govêrno heterogêneo, incluindo em seu seio desde conhecidos agentes do imperialismo ianque, como o Sr. Moreira Salles, até membros da Frente Parlamentar Nacionalista, com o Sr. Gabriel Passos. Reflete os conflitos entre interêsses. Nasceu, além disso, comprometido com os golpistas, que pretende apaziguar. E êstes, que fazem todo o possível para conservar posições importantes no aparelho do Estado, particularmente nas Fôrças Armadas, continuam conspirando e aguardam apenas o momento favorável para insistir em suas tentativas liberticidas. Trata-se, pois, de um govêrno débil e instável.”

“O nôvo govêrno é, desta maneira, reacionário e entreguista. Choca-se inevitavelmente com o descontentamento das massas trabalhadoras e populares, vítimas da inflação que se acelera, e da carestia, das manobras feitas à custa do povo, dos compromissos que agravam a dependência do país aos monopólios ianques e ao Departamento de Estado.”

“Os comunistas se colocam, em oposição a êsse govêrno, ao mesmo tempo que farão todo o possível para continuar na vanguarda das lutas reivindicativas dos trabalhadores de tôdas as ações na defesa dos mais altos interêsses da Nação.”

“As forças de conciliação e compromisso com o imperialismo e o latifúndio continuam fazendo seu duplo jogo de que o Programa e a conduta do governo João Goulart-Tancredo Neves constitui um exemplo.”

Apresenta-se dessa maneira um quadro no qual as perspectivas de novas vitórias à frente das massas cabe aos comunistas saber orientá-las para que se unam e lutem organizadamente em defesa de suas reivindicações imediatas e por uma mudança que melhore o processo do desenvolvimento de vida econômica e política do país.”

Preconizava, em conseqüência, a alteração imediata do Conselho de Ministros:

“Esse governo pode ser conquistado como resultado da luta das massas e da modificação na correlação das forças políticas. Ao combater a política de compromissos com o imperialismo e a reação, os comunistas consideram necessária a união de tôdas as forças patrióticas e populares para a luta pela mudança do atual Conselho de Ministros e pela formação de um Conselho de Ministros nacionalistas e democrático, através de pressão sobre o Congresso Nacional e outras formas da luta de massas.”

Além de outras exigências, assinalavam também:

“Faz-se necessário reformar a constituição em um sentido democrático, tendo em vista eliminar os dispositivos que dificultam a realização de uma reforma agrária radical e outras reformas básicas, assim como garantir o direito de voto aos analfabetos e soldados.”

E ameaçavam com a luta armada:

“Para livrar nosso país dos monopólios norte-americanos e de seus agentes internos, temos ainda que travar duros combates. Como ensina o grande Lenine, a história em geral e a das revoluções em particular é sempre muito mais rica do que imaginam os melhores partidos de vanguarda, donde a dupla conclusão de que o proletariado e particularmente o seu partido necessitam saber utilizar tôdas as formas de luta e colocar-se em condições de substituir, de maneira rápida e inesperada, uma forma por outra.

Devemos estar preparados sempre para enfrentar tôdas as conseqüências do aguçamento da luta de classes e das crises políticas, e, portanto, para rápidas mudanças das formas de luta. Persistindo na luta contra as tendências da direita, devemos continuar combatendo com firmeza e oportunismo de esquerda que pretende desconhecer a importância da acumulação de fôrças e de ampla utilização, que devemos saber fazer, das formas legais de luta.”

A constante pressão do avanço esquerdista, cada vez mais audacioso em suas exigências, determinou a queda do Gabinete Tancredo Neves.

O Comitê Central do PC emitiu, nessa ocasião, um longo Informe no qual procurava estabelecer as linhas mestras de uma política de govêrno em todos os campos do Poder Nacional. Dêsse documento, que bem espelha o sentimento de autoridade assegurado aos comunistas pela crescente penetração nas mais elevadas esferas do govêrno, declaravam:

“O sentimento de euforia alimentado por importantes setores das classes dominantes durante o quinquênio “desenvolvimentista” do Sr. Juscelino Kubitschek e a expectativa favorável dos círculos dirigentes em tôrno da política de “austeridade”, apregoada pelo Sr. Jânio Quadros cederam lugar, nos últimos tempos, a um acentuado temor diante

do agravamento das dificuldades financeiras, das contradições políticas e dos antagonismos sociais.”

Após um profundo exame dos desenvolvimentos econômicos nacional concluem que o agravamento das contradições sociais dêle derivadas acentuou a necessidade de profundas modificações estruturais:

“A gravidade crescente de tais problemas indica que, em consequência do próprio desenvolvimento capitalista, as forças produtivas em ascensão pressionam a estrutura arcaica que impede a sua plena expansão. A fim de assegurar o desenvolvimento independente do país, é necessário libertar nossa economia dos grilhões do capital monopolista americano, modificar as relações sociais atrasadas na agricultura, realizar enfim mudanças profundas na estrutura econômica-social.”

A situação política é a seguir apresentada como a manifestação de um processo dinâmico, no qual as franquias democráticas constituem a base da evolução socialista e do desenvolvimento de uma frente única “anti-imperialista”. Esse aspecto denuncia a progressiva infiltração que os comunistas encaravam como um fenómeno natural e inelutável:

“O que caracteriza a situação política brasileira nos últimos anos é o processo democrático em desenvolvimento. As grandes massas da população do país têm conseguido defender no fundamental seus direitos e conquistas democráticas, consagradas em parte na Constituição da República, e utilizando por sua vez as liberdades democráticas para desenvolver com êxito crescente a organização e unidade de fileiras, sobretudo a classe operária, os estudantes e as grandes massas trabalhadoras do campo. Mesmo entre amplos setores da burguesia ligada aos interesses nacionais cresce a influência das forças interessadas na defesa das liberdades democráticas.

Dentro dêsse amplo movimento democrático, eleva-se também a consciência-nacional de parcela cada vez mais considerável da população do país e desenvolve-se a frente única nacionalista e democrática, que unifica a patriota e democrata, acima de divergências partidárias, de posições ideológicas e de diferenças de classe, na luta contra a dominação imperialista, por uma reforma agrária, por uma política externa independente, pelo desenvolvimento independente da economia nacional, pela defesa e ampliação da democracia.”

E mais adiante mostrando claramente algumas manifestações dêsse movimento:

“A partir dos acontecimentos que se seguiram à renúncia do Sr. Jânio Quadros, acontecimentos que levaram o país à beira da guerra civil, deram-se algumas modificações de importância no alinhamento das forças políticas.

Aumentou visivelmente a atividade política das massas, elevou-se a consciência política das forças patrióticas e democráticas que lutam pela emancipação nacional e pelo progresso social e novas forças foram atraídas à atividade política. A classe operária foi vitoriosa em numerosas lutas reivindicatórias e realizou greves e manifestações que revelam novo nível de organização e unidade. A vitória das correntes democráticas na eleição da direção da CNTI determinou modificações importantes na direção do movimento sindical. Eleva-se a consciência das massas trabalhadoras do campo e o nível de sua organização, o que se expressou no Congresso de lavradores e trabalhadores agrícolas realizado em Belo Horizonte. A luta por uma reforma agrária radical ganha importantes setores das massas camponesas. Estas revelam crescente combatividade na luta pela terra, através de choques cada dia mais violentos com os capangas dos fazendeiros, os grilheiros e as polícias estaduais.

Por sua vez, o movimento nacionalista e democrático, que congrega o movimento operário, o crescente movimento camponês, organizações estudantis, importantes parcelas das forças armadas, numerosos parlamentares nacionalistas e outros representantes da burguesia, dá um novo e importante passo na formulação de seu programa e no sentido de sua estruturação com a criação da Frente de Libertação Nacional.”

Cada vez mais exigente em seus pronunciamentos, o Partido mostrava que o Gabinete Tancredo Neves havia sido uma “solução de conciliação com o imperialismo e o latifúndio:

“Foi efetivamente o que se deu. O governo Jango-Tancredo Neves, no que diz respeito às reformas de base, não saiu do terreno das promessas. Falou muito em reforma agrária, mas ao invés da divisão dos latifúndios e da entrega da terra aos trabalhadores do campo, deu apoio ao assassinato de camponeses pelos capangas dos latifundiários e chegou a empregar as Forças Armadas para desencadear a reação e o terror contra o movimento camponês. Ao invés de medidas contra a espoliação imperialista, submeteu-se às exigências do Fundo Monetário Internacional, executando uma política econômico-financeira benéfica aos monopólios ianques, de crescente inflação e de privações cada dia maiores para as grandes massas trabalhadoras. Reconhecendo que as empresas imperialistas concessionárias de serviços públicos funcionam mal e inadequadamente, sugere o Sr. Goulart que sejam regularmente indenizadas, a fim de que apliquem tais recursos, extraídos das costas do povo, em outros setores nos quais, segundo suas próprias palavras, “não sejam inquietadas”, possam alcançar maiores lucros e fiquem livres dos atritos com o povo.

É certo que o governo Jango-Tancredo Neves estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e levou adiante, no terreno da política externa, a orientação iniciada pelo Sr. Jânio Quadros, sendo de assinalar principalmente a posição tomada em Punta del Este contra a intervenção em Cuba, e, em Genebra, favorável à paz mundial e ao desarmamento. Sem subestimar êsses aspectos positivos da política externa, que contam com o firme apoio dos comunistas, devemos compreender que êles não modificam, no entanto, a situação dependente de nosso país no campo imperialista. Em seu conjunto, essa política externa reflete a posição conciliadora da burguesia ligada aos interesses nacionais que se encontram no poder em nosso país.”

Os comunistas denunciavam o caráter ambíguo do governo e as manobras “reacionárias” no momento crítico da substituição do Conselho de Ministros:

“Essa, em particular, a política que defende o setor conciliador da cúpula do PTB, que tem no Sr. Goulart sua mais elevada expressão. Ao mesmo tempo que se apresenta como campeão das reformas de base e procura convencer as massas trabalhadoras do que devem dar-lhe um crédito de confiança incondicional e sustar suas lutas reivindicatórias, procura o Sr. Goulart isolar as forças revolucionárias, em especial os comunistas, e trata de adiar indefinidamente a realização das reformas de base prometidas. Com semelhante política, conseguiram as forças conciliadoras neutralizar por algum tempo as forças abertamente comprometidas com a dominação imperialista e com o latifúndio, as cúpulas do PSD e da UDN, assim como os governadores reacionários dos principais Estados, e organizar um dispositivo militar em que pudesse apoiar sua luta por uma maior participação no

poder, por livrar-se dos entraves criados com o Ato Adicional e o sistema parlamentarista de governo.

As forças da reação e do golpe, com a aproximação do momento em que se deveria dar a substituição do Conselho de Ministros, trataram, porém, de tomar a iniciativa, intensificando sua atividade criminosa e tratando de pressionar no sentido de conseguir que o novo Conselho fôsse igual ou ainda mais reacionário que o demissionário. Desencadearam violenta ofensiva com o objetivo de anular os aspectos positivos da política externa do governo."

A mudança do Gabinete constituiu-se destarte em motivo para o entrelcho de correntes políticas, na qual procuraram as esquerdas, sempre insatisfeitas, obter novos avanços:

"A substituição do Conselho de Ministros transformou-se, assim, em crise de governo, que comoveu o país e levou à mobilização de amplos setores de sua população. Em ligação com a luta pela mudança de governo chocaram-se as forças partidárias de reformas com as mais reacionárias que defendem a conservação da situação atual. As massas trabalhadoras e populares fizeram-se ouvir e no momento decisivo, souberam manifestar sua vontade. O Bloco reacionário encabeçado na Câmara dos Deputados pelas cúpulas do PSD e da UDN, após rejeitar o nome do Sr. Santiago Dantas, pensou possível organizar com a aprovação do nome do Sr. Auro de Moura Andrade para o posto de primeiro-ministro, o governo reacionário que lhe interessa".

A ingerência no governo tornava-se cada vez mais pronunciada:

"Crescerá, no entanto, no país interior, a luta de massas por um governo nacionalista e democrá-

tico. Tornou-se evidente que o povo, com a classe operária à frente, não está disposto a aceitar passivamente as desastrosas conseqüências da política do governo. Quer ser ouvido e está decidido a intervir, a influir na composição do governo e na orientação de sua política. O Sr. Goulart compreendeu, enfim, que dispunha do necessário apoio de massas para resistir às imposições das cúpulas reacionárias do PSD e da UDN, reconhecendo em nota oficial que já transigira duas vezes e afirmando que não transigiria uma terceira vez. Contra a ameaça reacionária, que significava o governo que pretendia organizar o Sr. Auro de Moura Andrade, formou-se, assim, ampla frente única em que se destacou pela sua firmeza e pelo seu vigor a classe operária. A greve geral de advertência, da qual quis utilizar-se o Presidente Goulart para pressionar as cúpulas do PSD e da UDN, foi desencadeada após a renúncia do Sr. Auro de Moura Andrade e, já então, contra a vontade do Sr. Goulart que, na defesa de seus interesses, satisfazia-se com a referida renúncia. Embora, sem a participação de importantes setores da classe operária, como ocorreu em São Paulo, a greve constituiu uma poderosa manifestação de força, que influiu decisivamente no desdobrar dos acontecimentos. Foi a maior manifestação política da classe operária até agora realizada no país, reflete uma nova situação em que os representantes do latifúndio e do imperialismo já não fazem livremente o que querem, precisam levar em conta a consciência patriótica e democrática das massas populares.

Sob o impacto da greve geral e das manifestações de Caxias e de outras cidades fluminenses contra a carestia e a fome — manifestações que levaram o pânico aos arraiais da reação — foi indicado o nome do Sr. Brochado da Rocha para o posto de primeiro-ministro e, em seguida, contra o voto da UDN, e com o manifesto descontentamento do PSD, aceito pela Câmara dos Deputados o novo

gabinete ministerial. Apoiados no movimento de massas, utilizando-o, conseguiram os setores da burguesia ligada aos interesses nacionais, representados pelo Sr. Goulart, com certo êxito, uma maior participação no poder Executivo. Diferentemente do que se deu na crise de agosto de 1961, conseguiu agora o Sr. Goulart livrar-se em boa parte dos representantes das cúpulas do PSD e UDN.

Constituiu-se um governo no qual figuram personalidades conhecidas por suas posições ao lado do movimento nacionalista, embora também se encontrem homens de confiança dos círculos reacionários e entreguistas. Com o novo gabinete está também comprometido o Sr. Brizola, de que era auxiliar de confiança do Sr. Brochado da Rocha. Além disso, com os novos ministros das pastas militares, apóia o Sr. Goulart seu governo em dispositivo militar que lhe é mais favorável e no qual espera uma maior base de segurança para levar adiante os seus planos de conquista dos poderes presidenciais”.

As vacilações do governo comprometiam a sua autoridade flutuante ao sabor das correntes que se extremavam:

“Com a constituição do governo Jango-Brochado da Rocha, a crise no governo teve uma solução momentânea apenas, uma solução que traz em seu bôjo os elementos de nova crise. O quadro das contradições existentes na sociedade brasileira apresenta-se agora com maior nitidez. As diversas correntes políticas revelaram mais claramente sua fisionomia e os reais interesses que defendem. Por sua vez, o movimento de massas, especialmente a greve geral política sem precedentes no país e o movimento popular que abalou Caxias e outras cidades fluminenses, pôs a nu a extrema tensão social já existente e revelou a radicalização alcançada

pelas massas populares, que já aceitam passivamente a miséria e a opressão e se dispõem a lutar pelos seus interesses e contra as injustiças sociais.

Mais uma vez, as forças da reação e do entreguismo não conseguiram interromper o processo democrático em desenvolvimento. Ao contrário, saíram do embate mais desmascaradas e isoladas politicamente do que nunca. Desesperados, tratam porém, de reagrupar-se e tomam pelo caminho do fascismo, empunhando a bandeira do anticomunismo. As forças nacionalistas e democráticas, em particular o movimento operário, deram um novo passo à frente na elevação de sua consciência política, unidade e capacidade de ação. Impuseram nova modificação positiva na correlação das forças políticas e criaram perspectivas mais favoráveis para o desenvolvimento da luta pela conquista de um governo nacionalista e democrático”.

O Partido Comunista, radicalizando suas pretensões, não satisfazia as numerosas concessões de João Goulart:

“Os comunistas colocam-se, pois, em oposição ao governo e tudo farão para continuar na vanguarda das lutas reivindicatórias dos trabalhadores e de todas as ações em defesa dos superiores interesses da Nação. Lutam por um governo nacionalista e democrático que defenda a independência política e econômica do país, que repudie os métodos ditatoriais e despóticos e assegure ao povo amplos direitos e liberdades democráticas, capaz enfim de realizar as reformas de estrutura reclamadas pelo supremo interesse da Nação”.

O informe examinava, a seguir, as “medidas concretas contra o capital imperialista”, os problemas da reforma agrária, da inflação e do Nordeste, apresentando, através de minuciosa análise, os pontos de vista do Partido. E como decorrência da posição que adotava,

discorria sobre as perspectivas de luta para os comunistas.

“A necessidade premente das reformas de estrutura coloca na ordem-do-dia, com maior vigor, a questão do governo dos Srs. João Goulart-Brochado da Rocha, tanto por sua composição como por seu programa, revela-se disposto a prosseguir na política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio, acenando com algumas medidas de reforma que não correspondem, entretanto, às mudanças profundas que a situação exige.

Nessas condições, cabe às forças patrióticas e democráticas encontrar o caminho para a substituição do atual governo por um governo capaz de concretizar as aspirações já maduras no seio do povo. Nosso objetivo tático principal continua a ser a formação de um governo nacionalista e democrático, que pode ser substituído ainda nos quadros do atual regime e deverá ser capaz de iniciar as transformações antiimperialistas e antilatifundiárias exigidas pelos interesses nacionais. Mas a conquista de um governo nacionalista e democrático não será efetuada apenas através de mudança de alguns homens no poder. Exigirá a modificação do atual sistema de forças que compõem o governo e a ruptura efetiva com a política de compromisso, com o imperialismo e o latifúndio. Só poderá ser realizada, portanto, através de uma intensa luta das forças interessadas no progresso e na libertação, através de grandes movimentos de massas. Sem isto, não será possível derrotar as forças reacionárias que se encontram no poder e desfazer as manobras dos setores partidários da conciliação.

A missão primordial dos comunistas consiste, portanto, em impulsionar as ações de massas em torno dos problemas que se aguçam. Este é o caminho para obter a concretização das soluções que interessam realmente ao povo e releyar a falsidade

das medidas propostas pelas forças conciliadoras. As massas não podem aceitar que sejam adiadas indefinidamente, sob o pretexto da necessidade de “delegação de poderes” ou de uma “reforma constitucional”, as reformas indispensáveis ao país. É necessário lutar para que essas reformas sejam feitas já. No curso dessa luta, devemos chamar constantemente as massas a exigir a formação de um governo nacionalista e democrático, que possa empreender as mudanças reclamadas pelos interesses nacionais e populares.

É necessário exigir, através de forte pressão popular sobre o Congresso e o governo, a promulgação da Lei de Remessa de Lucros tal como foi aprovada na Câmara, sem as emendas introduzidas no Senado pelos grupos entreguistas. Combater os planos da Aliança para o Progresso que se realizam através da interferência dos imperialistas norte-americanos em nossa vida econômica e política. Reclamar a encampação das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, com o tombamento do patrimônio por comissões idôneas e o pagamento de indenizações unicamente à base do custo histórico. Intensificar a luta em defesa da Petrobrás e pela extensão do monopólio estatal do petróleo.

É necessário realizar, em escala nacional, e em particular entre as massas camponesas, uma intensa campanha pela reforma agrária radical, de acordo com a resolução do I Congresso Nacional dos Camponeses e Trabalhadores Agrícolas. Onde fôr possível, organizar movimentos de massa exigindo a distribuição das terras dos latifúndios. Combater enérgicamente os projetos que têm por objetivo iludir as massas camponesas com falsas soluções para o problema agrário, e exigir uma reforma agrária profunda, que limite a extensão da propriedade, liquide o latifúndio e assegure a terra aos camponeses. É necessário levar às ruas a luta de massas contra a carestia de vida, pela eleva-

ção geral dos salários e vencimentos e por medidas efetivas contra a inflação. Combater vigorosamente as tentativas de congelamento dos salários (“trégua salarial”) e de uma reforma tributária antipopular. Realizar manifestações de donas-de-casa com o apoio dos trabalhadores e dos estudantes, contra a elevação desenfreada dos preços, a sonegação dos gêneros de primeira necessidade e a ação especulativa dos intermediários, protegidos pelos órgãos oficiais”.

E mais adiante:

“É necessário intensificar em todo o Brasil o movimento de solidariedade à revolução cubana, contra as ameaças de intervenção articuladas pelo governo imperialista dos Estados Unidos, sob a cobertura da OEA. Lutar pelo estreitamento das relações econômicas e culturais entre o Brasil e Cuba. Apoiar decididamente a posição do governo brasileiro em defesa dos princípios de autodeterminação. Difundir entre as massas as conquistas revolucionárias do povo cubano, poderoso estímulo à luta do povo brasileiro pela libertação nacional pela reforma agrária e pelo socialismo.

Os caminhos extralegais e a necessidade de mobilização das forças de esquerda são anunciados para a consecução dos objetivos:

“Em certas circunstâncias, poderá surgir outro caminho, fora dos termos da emenda constitucional, para a formação de um governo que inspire confiança à nação. Somos pela utilização das vias legais, enquanto estas servirem à expressão da vontade popular, mas não podemos excluir a possibilidade de que, na emergência de uma nova crise política, as forças populares sejam obrigadas, em resposta à ação das próprias forças reacionárias, a empregar todos os meios de seu alcance para

conquistar um governo capaz de realizar as transformações que o povo brasileiro reclama. As forças de progresso e de emancipação nacional não podem atar suas mãos às fórmulas estabelecidas pelas classes dominantes como base para a política de compromisso com o imperialismo e o latifúndio.

Seja qual fôr o caminho concreto que leve à formação de um governo nacionalista e democrático, êle só poderá resultar de um crescimento considerável do movimento de massas e do fortalecimento da unidade das forças patrióticas e populares.

Com a criação da Frente de Libertação Nacional foram dados os primeiros passos para a unificação e estruturação orgânica das forças interessadas no progresso e na emancipação do país. Entretanto, a experiência vem demonstrando que subsistem dificuldades para a organização da FLN em escala nacional. Êstes obstáculos resultam do fato de que os esforços para a estruturação da FLN até agora vêm sendo realizados quase exclusivamente na cúpula e não encontram correspondência em uma ação efetiva para organizá-la no seio das massas.

Ao mesmo tempo em que nos empenhamos na coordenação e unificação de tôdas as forças nacionalistas e democráticas em escala nacional, não devemos perder de vista, portanto, que o nosso esforço fundamental deve estar voltado para o trabalho junto às massas, e não apenas para uma atividade de cúpula. A frente única só pode ter êxito na medida em que significar a ação unida de grandes massas. Sòmente uma efetiva mobilização das massas trabalhadoras e populares em tôrno das bandeiras anti-imperialistas e democráticas pode dar firmeza e consistência à frente única, superando os obstáculos à unidade e à organização criadas pelos setores mais instáveis e vacilantes.

Com essa compreensão, devemos concentrar esforços na mobilização e na educação política das forças fundamentais do movimento antiimperialista e democrático, que são os operários e camponeses, sem que isto signifique abandonar a atividade no sentido de unificar outras forças patrióticas.

Quanto ao movimento operário, as tarefas mais imediatas consistem em fortalecer a base de massas dos sindicatos, criando e dinamizando as organizações sindicais nas emprêsas; assegurar o maior êxito ao Encontro Sindical de agosto próximo; intensificar a luta pelo cumprimento das resoluções do Congresso Sindical Nacional, sobretudo a que se refere à criação da Central Sindical Brasileira; desenvolver a luta pelas reivindicações econômicas e sociais e impulsionar a participação ativa dos Sindicatos nas lutas antiimperialistas, em apoio à Frente de Libertação Nacional, assim como a campanha nacional pela reforma agrária.

Entre as massas camponesas e de operários agrícolas é necessário acelerar sua organização em ligas camponesas, associação de lavradores, sindicatos de assalariados rurais, etc.; desenvolver a luta pelas reivindicações imediatas, como baixa dos arrendamentos, a prorrogação dos contratos, e abolição do cambão, etc.; organizar os camponeses sem terras para exigir a distribuição das terras dos latifúndios”.

As formas de luta são analisadas. O Partido admite a luta armada, sempre dentro do conceito de que constitui o recurso natural caso não seja possível a conquista pelo caminho pacífico:

“Ao examinarmos as perspectivas da situação brasileira, no momento em que se aprofundam as contradições e aumenta a instabilidade política, é necessário analisar a questão das formas de luta à luz dos acontecimentos recentes. Em sua marcha

para a emancipação e o progresso, o povo brasileiro utiliza tôdas as possibilidades existentes a fim de que as transformações na estrutura econômico-social se realizem por via pacífica. Reafirmamos nossa convicção de que o caminho pacífico da revolução é o mais conveniente aos trabalhadores e ao povo e constitui uma possibilidade real nas condições presentes de nosso país, na época nova em que vivemos. O sistema socialista mundial se fortalece a cada dia e exerce uma influência sempre maior aos acontecimentos, favorecendo aos êxitos do movimento de libertação nacional. Em nosso país, o processo democrático continua em desenvolvimento. O movimento operário ganha novas forças, adquire uma significação cada vez maior o movimento camponês e é sensível o fortalecimento da Frente Nacionalista e Democrática. Nestas condições, a possibilidade de realização pacífica das tarefas revolucionárias pode converter-se em realidade, desde que as forças antiimperialistas e antilatifundiárias adquiram grande superioridade sobre as forças da reação e estas se vejam impotentes para empregar a violência armada com o objetivo de impedir a vitória da revolução.

Entretanto, deve-se ter em vista que o caminho pacífico significa apenas a realização das transformações revolucionárias sem o recurso à insurreição armada e à guerra civil. De modo algum se pode identificar o conceito de caminho pacífico com a aceitação passiva dos processos políticos vigentes, impostos pelas classes dominantes. Em certas circunstâncias, sobretudo em face da possibilidade de nova crise política, as massas poderão responder às tentativas reacionárias, utilizando meios de luta que, embora tendo caráter pacífico, não se enquadram nos trâmites que a emenda parlamentarista estabelece para a formação de um novo governo. Pelo mesmo motivo, não se deve interpretar o caminho pacífico como sendo exclusivamente a via eleitoral, embora as eleições

sejam uma das formas possíveis de conquista pacífica do poder pelas forças populares. Além disso, o caminho pacífico não pode ser considerado como fatal. É necessário ter em vista que os inimigos do povo brasileiro podem, em certas circunstâncias, recorrer à violência armada para tentar deter o processo democrático. A crise político-militar de agosto de 1961 demonstrou que as forças revolucionárias podem ser obrigadas a fazer face a mudanças bruscas no curso dos acontecimentos. O golpe reacionário levou o país à beira de uma guerra civil. Daí a necessidade de estarmos preparados para utilizar tôdas as formas de luta e em condições de substituir rapidamente uma forma por outra. Em primeiro lugar, essa preparação deve ser feita no terreno político e ideológico, combatendo-se as ilusões de que a revolução será um processo idílico, sem choques e sem conflitos. Em segundo lugar, é necessário dominar a arte da revolução em tôdas as suas formas”.

Em conclusão:

“Seja por meios pacíficos ou não pacíficos, a revolução só poderá ser vitoriosa como coroamento de um processo de lutas de massas. As tarefas essenciais que temos de realizar agora, seja qual for o caminho que a realidade imponha são; portanto, impulsionar as lutas de massas, fortalecer a unidade das forças antiimperialistas e antifeudais, unir e organizar as classes operárias, consolidar a aliança operária camponesa. Sem êste processo de acumulação de forças através da realização de reformas de estrutura, não se pode conceber a vitória da revolução, nem pela via pacífica, nem pela via não pacífica. Se realizarmos essas tarefas, estaremos aptos para tornar a revolução vitoriosa em quaisquer circunstâncias”.

O Informe conclui ameaçadoramente apontando a inexorabilidade dos propósitos do Partido Comunista:

“Enfrentando novos problemas devemos, portanto, vencer novas e maiores dificuldades. Mas que nossos inimigos não se iludam. Chegamos a uma nova etapa de nosso desenvolvimento e são novas e mais luminosas as perspectivas que se erguem diante de nós. O mundo socialista avança. Os povos rompem as cadeias do colonialismo. E nosso Partido avança pelo caminho que se traçou, o caminho da revolução nacional e democrática, o mesmo caminho tomado pelo heróico povo irmão de Cuba que já avança na construção da sociedade socialista”.

Incentivado pelo oportunismo inconseqüente de João Goulart o movimento comunista no Brasil ganhou um impulso avassalador. Prestes, em entrevista ostensiva, revela publicamente tais sucessos:

“O movimento nacionalista e democrático no Brasil tem crescido e ganho força nos últimos anos. Unidade de ação da classe operária com as grandes massas de trabalhadores do campo, com as camadas médias urbanas e a burguesia nacional, enfrenta ainda, o movimento nacionalista e democrático, muitos obstáculos que dificultam a necessária estruturação orgânica em torno de uma plataforma comum definida. As contradições no seio da burguesia nacional são grandes e a classe operária ainda não está suficientemente organizada e unida para ganhar, para seu lado, certos setores mais vacilantes da burguesia nacional. Além disso, a aliança operário-camponesa está ainda em início de constituição, o que também dificulta vencer as vacilações e inconseqüências da burguesia nacional. No entanto, temos tido grandes êxitos nos últimos anos na luta pela unidade da classe operária, como o comprovam as greves políticas de âmbito nacio-

nal levadas a efeito em julho e setembro de 1962, e na luta pela organização das grandes massas dos trabalhadores do campo’.

“As duas greves políticas realizadas em 1962 e que foram de âmbito nacional constituem acontecimento inédito no Brasil e revelam a existência de uma direção unificada do movimento sindical. A partir de setembro de 1961, tivemos também grandes êxitos na organização dos trabalhadores do campo. Foram multiplicados por dez o número de associações camponesas e o de camponeses organizados sob a direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Foi conquistado o direito de organizar sindicatos de assalariados agrícolas, devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, e aprovado um Estatuto do Trabalhador Rural que registra algumas conquistas sociais para as massas trabalhadoras do campo. Graças à atividade da representação comunista, a Constituição de 1946 registrou toda as conquistas democráticas do povo brasileiro — liberdade de manifestação do pensamento, de reunião, de associação, direito de greve, liberdade sindical. À frente das massas, os comunistas têm defendido a legalidade constitucional contra todas as tentativas das forças reacionárias e entreguistas”.

Todavia, a Revolução de 31 de março de 1964 impediu a realização desse Congresso programado para novembro desse ano. Todas as previsões para a montagem desse conclave já estavam feitas através de vários Documentos especiais que estabeleciam desde janeiro a realização das primeiras medidas de preparação.

Foram apreendidas numerosas “teses para discussão” que constituíam a base de elaboração de Resolução Política a ser aprovada pelo Congresso. Essas teses nos apresentam, conseqüentemente, uma noção bem precisa das idéias que inspirariam o ambiente dos debates.

Examinaremos, de modo sumário, os aspectos mais importantes.

A primeira tese para discussão verifica-se à influência da conjuntura mundial e se intitulava significativamente: "A nova situação internacional favorece nossa luta pela paz, pela libertação nacional e o socialismo".

O documento se inicia por uma citação de um trecho do estatuto elaborado durante a Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, celebrado em Moscou em novembro de 1960, que exprime o otimismo comunista pela vitória:

"Nossa época, cujo conteúdo fundamental é constituído pela passagem do capitalismo para o socialismo, iniciada pela Grande Revolução Socialista de outubro, é a época e luta de dois sistemas sociais opostos, a época das revoluções de libertação nacional, a época da ruína do imperialismo, da inquietação do sistema colonial, a época do ingresso de um número cada vez maior de povos no caminho socialista, a época do triunfo do capitalismo, a do comunismo em escala universal".

A exposição mostra a importância da Rússia Soviética na implantação do socialismo comunista em todo o planeta: "O socialismo se afirma e ganha terreno com os êxitos econômicos da URSS e dos demais países socialistas." E depois:

"Novas e imensas possibilidades para o desenvolvimento econômico do campo socialista foram abertas pela revolução técnico-científica resultante da aplicação das novas formas de energia e da automatização. Isso permitiu à URSS o lançamento dos "sputniks" e o êxito dos seus cosmonautas, contribuindo, ao mesmo tempo, para elevar o padrão de vida dos povos dos países socialistas, que avançam no sentido do comunismo."

"O impetuoso progresso dos países socialistas se deve à própria natureza do regime, ao esforço criador dos seus povos e à justa orientação de seus

Partidos Comunistas. Produziram resultados positivos as medidas de reorganização da economia na URSS e em outros países socialistas, bem como a criação do Conselho de Inter-Ajuda Econômica. A criação do Conselho está permitindo, no campo socialista, uma melhor divisão internacional do trabalho, com base na especialização e na cooperação, de acordo com os princípios de igualdade dos direitos, preservação da soberania e reciprocidade e vantagens.”

“O progresso material é acompanhado pelo progresso social: O Estado Soviético é um Estado de todo o povo, dão-se passos importantes para liquidar as diferenças essenciais entre a cidade e o campo, entre o trabalho manual e o intelectual.”

“O sistema socialista mundial está se transformando no fator decisivo do desenvolvimento da sociedade”.

Essas considerações estão assentadas inteiramente no espírito internacionalista do movimento comunista mundial, vinculado essencialmente à direção de Moscou.

Depois de atacar a criação de blocos nacionais pelo Mundo Ocidental, o autor consigna várias ameaças proferidas do imenso poderio militar dos socialistas. Faz êle, entre outras, as seguintes alusões:

“O imperialismo já não está em condições de impor sua vontade.”

“Se, entretanto, apesar dos esforços dos países socialistas do movimento operário internacional, dos países não alinhados, dos povos que lutam pela emancipação nacional e de tôdas as demais forças interessadas na causa da paz, os monopólios imperialistas cometerem a insensatez de desencadear uma nova guerra mundial, o próprio imperialismo se terá condenado à morte, uma vez que os povos o varrerão e sepultarão.”

“Ao mesmo tempo que reforçam seu poderio militar — garantia de sua integridade e contribui-

ção decisiva à causa da paz — os países socialistas realizam uma firme política de coexistência pacífica entre Estados de diferentes regimes sociais”.

Pressupondo que os Estados Unidos são o principal inimigo da paz mundial e da independência dos povos, procura demonstrar em que consiste a política de coexistência pacífica, definindo-a como uma forma superior de preservação de valores éticos e sociais, mas logo denuncia o firme propósito de espraçamento da conquista socialista, admitindo inclusive as chamadas “guerras justas”, desencadeadas com tal objetivo:

“A política de coexistência pacífica dos povos socialistas, a luta intransigente e perseverante do proletariado e dos povos do mundo inteiro pela paz favorecem a justa batalha da emancipação dos países dominados pelo imperialismo, batalha essa que, por vêzes, se realiza através de guerras de libertação. Estas guerras, como a que travou há pouco o povo argelino ou as em que se empenham agora os povos do Vietnã do Sul e de Angola, são guerras justas, apoiadas pelos povos de todo o mundo.”

“A política de coexistência pacífica não significa conciliação entre a ideologia de uma classe exploradora e a de uma classe explorada. Ela pressupõe e facilita a intensificação da luta de classe operária pela sua emancipação total no mundo inteiro. A política de coexistência pacífica significa, fundamentalmente, que as contribuições entre Estados de diferentes sistemas sociais não devem ser resolvidas pela guerra.”

“A coexistência pacífica é uma forma de luta de classes”.

Citando vários exemplos de conquistas do mundo socialista, acentua a importância do exemplo cubano:

“Os povos da América Latina têm agora diante de si uma demonstração concreta das possibilidades, que se lhes abrem, de avançar no caminho da emancipação.”

E acentua, ao finalizar, a influência de Cuba no caso do Brasil:

“A revolução cubana ilumina nossa luta e estimula o ardor revolucionário dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro”.

A segunda tese para discussão do Congresso é uma análise econômica da conjuntura nacional intitulada: “Acentuado agravamento das contradições fundamentais na infra-estrutura da sociedade brasileira”. Essa tese procura focalizar a diversidade entre o ritmo do desenvolvimento industrial e do aperfeiçoamento da agricultura. Acentua os problemas resultantes da inflação e o caráter de subdesenvolvimento da economia nacional.

Os investimentos de origem estrangeira são acerbamente criticados: “Tornou-se evidente a adoção de novas formas de dominação pelo capital financeiro internacional em relação ao Brasil”.

Considera, entretanto, um notável progresso a ampliação das relações econômicas com o Mundo Socialista. “Fato positivo, diz a tese, é o incremento do intercâmbio comercial com os países socialistas”.

E, mais adiante, verbera contra os Estados Unidos: “Com o desenvolvimento econômico das últimas décadas, a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, ao invés de se atenuar, tornou-se mais aguda”.

A propriedade latifundiária é também motivo de severa crítica:

“Um dos principais resultados do desenvolvimento econômico no Brasil consiste em que a predominância do latifúndio, a alta dos preços de pro-

dutos agrícolas e a penetração capitalista na agricultura conduzem a enorme incremento da massa de renda absorvida pelos grandes proprietários da terra, o que só fez reforçar o seu parasitismo social. O latifúndio se torna, por isso mesmo, um obstáculo cada vez mais intolerável para o progresso da economia nacional, as contradições agrárias se aprofundam e se faz cada vez mais agudo o antagonismo de interesses entre uma ínfima minoria de latifundiários e a imensa maioria da Nação”.

O autor desenvolve um raciocínio um tanto contraditório, procurando demonstrar que o desenvolvimento econômico é o responsável por uma série de problemas consideráveis:

“O desenvolvimento capitalista agravou, no seu conjunto, a exploração das grandes massas trabalhadoras. A industrialização, sobretudo em São Paulo, propiciou a uma parte dos novos operários, de origem camponesa *recente*, certa melhoria do nível de vida e fez surgir importantes setores operários remunerados acima do salário mínimo e mesmo do salário médio. Estes fenômenos possuem, porém, caráter parcial e não justifica as generalizações dos apologistas burgueses a respeito da elevação do nível geral de vida dos trabalhadores brasileiros”.

A análise possui, dest’arte, um sentido profundamente pessimista, deixando entrever o completo insucesso da estrutura econômica nacional, na qual o próprio desenvolvimento é apontado como a origem de grandes desequilíbrios e contradições.

Essa tese, inspirada na clássica dialética marxista, não admite as possibilidades do aperfeiçoamento e adaptação normal da estrutura às necessidades nacionais. A sua inconstância transparece meridianamente

porque é conduzida pela via inflexível de um raciocínio estereotipado.

A terceira tese para discussão do VI Congresso denomina-se: “A situação política nacional e a tática dos comunistas”.

Trata-se de uma análise pessimista e tendenciosa do problema político nacional, através da qual o autor preconiza uma tática firme e enérgica para a conquista do poder pelos comunistas.

Após caracterizar a dinâmica da política nacional como a luta crescente e intolerável entre as “fôrças reacionárias e entreguistas” de um lado e as “fôrças nacionalistas e democratas” de outro, a tese procura demonstrar a progressão dos movimentos populares entre as massas camponesas, intelectuais e estudantis, no seio das fôrças armadas e da Igreja. Declara assim:

“Os últimos anos assinalam importantes avanços no terreno da organização, da unidade e das lutas das massas camponesas. As lutas camponesas desencadeadas em vários pontos do país, inclusive os movimentos organizados para a ocupação das terras dos latifundiários e as greves de assalariados agrícolas, têm contribuído vigorosamente para despertar a consciência das massas do campo”.

As invasões de propriedades por bandos armados são dest’arte consideradas como operações legítimas e salutaras à politização popular.

E continua, encarando a agitação extremista nos meios intelectuais e estudantis:

“Torna-se sensível, também, o processo de radicalização da pequena burguesia, sobretudo da intelectualidade e dos estudantes. As camadas médias das cidades incorporam-se, cada vez mais ativamente, à luta antiimperialista, e setores ponderáveis inclinam-se para as posições de esquerda e as idéias socialistas. Particular importância vem ad-

quirindo o movimento estudantil organizado, que constitui um dos setores mais combativos da frente nacionalista e democrática”.

A penetração nas Forças Armadas é a seguir evidenciada com toda clareza:

“As posições antiimperialistas têm conquistado terreno, igualmente, no seio das Forças Armadas. As últimas crises políticas contribuíram para aprofundar a polarização entre os militares e lançaram grande parte da oficialidade e dos sargentos em uma política aberta. Fato novo da vida do País, o movimento dos Sargentos e Suboficiais está se convertendo em fator capaz de pesar decisivamente na atuação das Forças Armadas. Pela sua origem social, por suas condições de vida, os sargentos e suboficiais reforçam, no terreno militar e político, a frente nacionalista e democrática, tendendo a constituir ponto de apoio para as suas forças mais conseqüentes”.

A intromissão da política como elemento dissociativo e enfraquecedor da disciplina, da moral e da capacidade combativa das Forças Armadas é assim exaltada. A cisão militar e a agitação dos sargentos e suboficiais como veículo político do que denominou “forças mais conseqüentes” é especificamente apresentada como recurso válido e salutar.

A infiltração na Igreja é também perfeitamente caracterizada, mais adiante:

“Um indício da tomada de consciência antiimperialista e democrática por novas camadas da população e ainda o aparecimento de importantes agrupamentos progressistas de caráter religioso e a intensa atividade política de numerosos sacerdotes ligados ao povo”.

Surge, então, como uma síntese dessa monstruosidade política, dominada pelos comunistas, a chamada

“Frente Única Nacionalista e Democrática” como se acha descrita nessa “tese para discussão”.

“No plano político-partidário a frente única das forças antiimperialistas e democráticas, além do Partido Comunista, inclui a maioria do PTB, o Partido Socialista e setores nacionalistas (minoritários) de outros partidos. Seus representantes no Congresso se reúnem na “Frente Parlamentar Nacionalista”.

Essa frente única é apresentada como uma força, em constante vivificação, como um fator energético de emancipação nacional, como a expressão desabrochante de uma nova consciência determinada pela justeza da linha política adotada pelo Partido Comunista, à luz das resoluções do V Congresso Nacional.

O papel dos comunistas em tôdas as situações de crise é decantada em termos vitoriosos:

“Os comunistas tiveram destacada atuação nas crises políticas que abalaram o Brasil, constituindo fator de aglutinação da frente única e orientando a intervenção da classe operária no curso dos acontecimentos. As vitórias alcançadas pelo povo brasileiro são também vitórias do nosso Partido e de sua linha política acertada”.

Após salientar o papel dos comunistas na consecução do reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e outros países socialistas, o apoio a Cuba, da centralização do movimento sindical com a criação, aliás ilegal, de unidades intersindicais como o CGT e o PUA, da realização do I Congresso Nacional de Camponeses e Trabalhadores Agrícolas, o documento focaliza algumas vitórias eleitorais:

“As forças nacionalistas e democráticas conseguiram, por fim, no terreno eleitoral, alguns êxitos

que, embora parciais, possuem grande alcance, destacando-se a eleição do Sr. Miguel Arraes para o governo de Pernambuco”.

A tese passa em seguida, a estudar a organização das forças políticas nacionais, em termos de partidos e de suas tendências. Faz então severa crítica ao Governo que acusa de conciliações perniciosas e concessões liberais ao “Capital imperialista” e ao “Setor latifundiário-exportador”.

“O governo, diz o documento, acena com reformas de caráter limitado que atendam aos interesses da burguesia nacional. Entretanto, cedendo à pressão das forças reacionárias, não dá passos concretos para a realização das reformas de base e, pelo contrário, encaminha projetos que não respondem às necessidades nacionais”.

E mais adiante:

“A política de conciliação se realiza em detrimento dos interesses nacionais e populares e conduz, inevitavelmente, ao maior agravamento dos problemas que o País enfrenta”

A tese acha, em síntese, que o Governo é retrógrado e conciliador e que as suas iniciativas relativas à política de aproximação com a área do Mundo Socialista não é senão a resultante de legítimas pressões populares.

Essa divergência é assim expressa:

“Estamos em oposição ao governo atual porque lutamos por um governo definitivamente nacionalista e democrático, livre de compromissos com as forças entreguistas e retrógradas. Nossa oposição se coaduna, portanto, com o firme apoio aos aspectos positivos da política externa do go-

vêrno, às restrições adotadas por êste em relação ao capital estrangeiro e às concessões que fêz aos trabalhadores, como resultado da luta de massas”.

Essa oposição é autoritária e conduzida ao ponto de exigir a participação comunista.

Diz a tese:

“Como defensores das aspirações do proletariado, os comunistas consideram necessária sua participação com um govêrno conquistado pela frente nacionalista e democrática”.

Esclarece, mais adiante, o que deseja significar essa “conquista”:

“A conquista de um govêrno nacionalista e democrático resultará de uma mudança na correlação de fôrças políticas, de uma intensa luta de todos os brasileiros interessados no progresso e na libertação nacional, e não da simples substituição de alguns homens no Poder. Para que seja formado um govêrno dêsse tipo, é necessário mudar o atual regime digo, sistema de fôrças, que compõe o govêrno e derrotar a política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. Um govêrno nacionalista e democrático não pode ser formado tendo por base o compromisso entre a burguesia nacional e as fôrças reacionárias, expressa no acôrdo PTB-PSD, que serve de fundamento ao atual govêrno do Sr. João Goulart”

Tem-se aí a medida das intenções do Partido Comunista, expressas nessa tese para discussão, na qual se verifica o objetivo de radical alteração no esquema político vigente, sem entretanto excluir a participação consentida do Presidente Goulart.

A tática para atingir tal objetivo é expressa depois:

“A fim de conseguir a formação de um governo nacionalista e democrático, as forças patrióticas e populares devem orientar sua atividade em três direções principais que se entrelaçam em sua aplicação:

- a) — Lutar por reformas de estrutura, por soluções nacionalistas e democráticas que atinjam efetivamente o imperialismo e o latifúndio. Ao mesmo tempo que lutam pelas reformas de base, os comunistas exigem do Poder Executivo medidas imediatas e concretas para enfrentar as dificuldades mais agudas do momento, medidas que podem ser tomadas independentemente de aprovação legislativa vindo a substituir um passo inicial no sentido da realização de reformas estruturais”.
- b) — Combater as concessões do atual Governo ao imperialismo e às forças reacionárias, as falsas reformas de base que vem propondo e a sua política de conciliação com os inimigos da Nação. Um poderoso movimento popular pode levar essa política ao fracasso, provocar choques no seio do próprio Governo. Com a intervenção das massas, êstes choques conduzirão ao isolamento e à derrota dos grupos reacionários, abrindo caminho para a formação de um governo nacionalista e democrático”.
- c) — Lutar para desenvolver os aspectos positivos da política realizada pelo setor da burguesia nacional no Poder. Na medida em que se conseguir, através da pressão de massas, manter e desenvolver êstes aspectos políticos, é possível aprofundar as contradições com as forças reacionárias, inclusive no seio do Governo, criar as condições para derrotá-las e impor novos avanços no processo democrático”.

Aí está, através da linguagem figurativa característica do jargão dos comunistas, a expressão clara da tática subversiva que êles idealizaram para empolgar o poder, mediante as sucessivas concessões de um governo conciliador e ambicioso, mas na realidade, instrumento servil dos propósitos esquerdistas. Aí vemos consignadas as imposições incontestáveis:

“Os comunistas *exigem* do Poder Executivo medidas imediatas e concretas...”

Aí vemos a ameaça do movimento subversivo das massas orientadas:

... “Um *poderoso movimento popular* pode levar essa política (do Governo) ao fracasso” ...

... “Com a intervenção das massas êsses choques (no seio do próprio Governo) conduzirão ao isolamento e à derrota dos grupos reacionários”.

E, em virtude dessa intervenção, a conquista do poder é conhecida:

“abrindo caminho para a formação de um governo nacionalista e democrático”.

A confirmação dessa tática revolucionária está no propósito confesso de utilizar as concessões governamentais, as próprias iniciativas que denomina “positivas”, pois são as que lhes vêm ao encontro de suas intenções, para impor novos recuos até a vitória final e definitiva.

“Na medida em que se conseguir, *através da pressão das massas*, manter e desenvolver êstes aspectos positivos, é possível aprofundar as condições com as forças reacionárias, inclusive no seio do Governo, criar as condições para derrotá-las e impor novos avanços no processo democrático”.

Esse processo democrático é a denominação eufemística do desenvolvimento da dominação comunista no país, ou seja, o que se denomina, através de um significativo neologismo, a comunização.

Esse movimento que os vermelhos consideram irreversível seria efetuado de maneira impetuosa e pujante. Diz a tese:

“Se as forças patrióticas e populares atuarem unidas nessa luta, se houver uma poderosa mobilização de massas e, particularmente, dos setores mais firmes e conseqüentes da frente única — a classe operária e os camponeses —, a resposta do povo à reação golpista poderá levar a um avanço decisivo do processo democrático, à derrota das forças reacionárias e das manobras conciliadoras à formação de um governo nacionalista e democrático”.

A tese n.º 4, analisada, se intitula:

“Reformas de Base — Exigência da luta anti-imperialista e antifeudal”.

Esse documento encerra uma análise das principais reformas econômicas e políticas, denominadas radicais e preconizadas como um fundamento para a integração de nosso país na paisagem do comunismo internacional. Diz a tese:

“Os objetivos da revolução brasileira em sua atual etapa histórica serão completamente alcançadas com a passagem do Poder estadual para as mãos das forças revolucionárias antiimperialistas e antifeudais, sob a direção da classe operária. Tais objetivos ultrapassam o âmbito das reformas denominadas de estrutura ou de base, cujo início é possível, desde já, nos quadros do atual regime, como resultado de intensificação das lutas do povo brasileiro contra a dependência do País”.

“As reformas de estrutura ou de base destinam-se a iniciar o rompimento dos marcos atuais de subordinação ao imperialismo e aos interesses retrógrados dos latifundiários, trazendo em si o conteúdo de um novo curso de desenvolvimento econômico e político da nação brasileira”.

Concluimos que os comunistas não consideravam as reformas de base como um objetivo final, mas como uma conquista de transição, capaz de melhor assegurar a transformação socialista do regime.

Daí o ataque que faziam aos projetos do Governo:

“Até agora, porém, as reformas propostas pelo atual governo não encerra o mesmo conteúdo das reformas exigidas pelos interesses nacionais. As propostas governamentais têm tido como objetivo conciliar os interesses de setores da burguesia com a manutenção dos privilégios do imperialismo e do latifúndio, numa tentativa de protelar indefinidamente a solução profunda dos problemas do País”.

Em seguida a tese passa a enumerar as medidas que os comunistas julgam indispensáveis para abreviar a “liquidação dos privilégios usufruídos pelo capital imperialista”. Essas medidas são principalmente as seguintes:

- a) — Reforma do sistema cambial, comportando:
 - Monopólio estatal do comércio de exportação, das operações de câmbio e controle do comércio de importação.
 - Suspensão temporária do pagamento das amortizações de empréstimos, remessas de lucros, “royalties”, juros para o exterior, até a superação das dificuldades cambiais.
- b) — Reforma da política do comércio exterior, através de providências como:

- Política de defesa dos preços externos dos produtos primários, denúncia dos acordos do trigo.
 - Monopólio de exportação do café.
 - Contrôlo e planificação estatal das importações.
- c) — Reforma da política sôbre o capital estrangeiro por meio de:
- Contrôlo dos capitais estrangeiros aplicados no País.
 - Emancipação das emprêsas estrangeiras concessionárias de energia elétrica e telecomunicações.
 - Eliminação das atividades dos trustes internacionais; encampação das refinarias particulares.
- d) — Reforma da política financeira e tributária, englobando:
- Lançamento de um empréstimo compulsório interno.
 - Unificação de todos os orçamentos da União.
 - Corte de subvenção às emprêsas aéreas privadas e estatização das mesmas.
 - Aumento de impostos sôbre beneficiários de altas rendas.
 - Elevação do impôsto sôbre a renda até atingir pelo menos 50% da renda tributária federal.
 - Criação do impôsto sôbre as grandes fortunas.
- e) — Reforma do sistema bancário:
- Aumento do contrôlo da rêde bancária privada.
 - Proibição dos bancos estrangeiros de receberem depósitos nacionais.

- f) — Reforma agrária radical, através de medidas tais como:
- Eliminação do latifúndio, limitação de propriedade rural a 500 hectares.
 - Desapropriação e distribuição das propriedades latifundiárias, ao invés da colonização de terras públicas.
 - Desapropriação das terras pertencentes às empresas estrangeiras.
 - Pagamento de indenização a longo prazo, juros baixos e sem reajustamentos.
 - Desapropriação das terras sujeitas a arrendamentos com parceria para entrega aos camponeses que as cultivam”.

A tese pormenoriza essa reforma agrária radical e preconiza uma série de medidas preparatórias. Em seguida refere-se às reformas de caráter político preconizando a legalização do Partido Comunista, a revogação da Lei de Segurança e do decreto contra as greves, a concessão do direito de voto aos analfabetos e às praças, e a elegibilidade dos sargentos.

Enumera também iniciativas sobre a política salarial, a previdência social, a legislação trabalhista, a política habitacional e a do ensino.

Refere-se a seguir à política externa, preconizando o estabelecimento das relações diplomáticas com a China Comunista e a Alemanha Oriental, a denúncia de vários tratados como o do Rio de Janeiro, a Carta de Bogotá, o Acôrdio Militar Brasil-Estados Unidos e a rejeição da “Aliança para o Progresso”.

A tese para discussão n.º 5, se denomina:

“As tarefas, as forças motrizes e o caminho da revolução”.

O documento estuda o ambiente nacional, procura traçar o roteiro da revolução comunista para empolgar o poder e estabelece os encargos iniciais do governo revolucionário.

Inicialmente, caracteriza os aspectos básicos do movimento:

“Submetido, como se acha o nosso País, à dominação do capital estrangeiro e do latifúndio, a atual etapa da revolução no Brasil, conforme definiu a Resolução Política do V Congresso do Partido, é antiimperialista e antifeudal. A luta pelo socialismo nas condições do Brasil, impõe, por conseguinte, o cumprimento das tarefas essenciais da etapa antiimperialista e antifeudal. Com isto, precisamente, serão criadas as condições para passar à etapa das transformações socialistas”.

Essa luta, segundo os comunistas, pode ser por eles conduzida, sob a influência da situação internacional, pela exploração das chamadas contradições sociais que em seguida analisam:

“Entre as contradições fundamentais da sociedade brasileira, as seguintes devem ter sua solução radical na atual etapa da revolução: a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos; a contradição entre as forças produtivas em crescimento e monopólio da terra, que se expressa essencialmente como contradição de classe entre os latifundiários e as massas camponesas.”

“Embora estimule a expansão das forças produtivas e neste sentido possua certos aspectos progressistas, o desenvolvimento capitalista, em nosso País, agrava as referidas contradições fundamentais, sem superá-las, uma vez que se realizou e continua a se realizar mediante a adaptação ao domínio imperialista e à estrutura latifundiária”.

“O desenvolvimento capitalista aprofunda, também, outra contradição fundamental da sociedade brasileira: a contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia”.

Para a mobilização e o acionamento das forças sociais, exacerbadas por essas contradições, encaram os comunistas a necessidade de constituir-se uma frente-única sob a hegemonia do proletariado.

“A hegemonia do proletariado na frente-única é condição indispensável para uma direção consequente do movimento, para a realização das tarefas radicais da etapa antiimperialista e antifeudal da revolução e para assegurar a transição desta à etapa das transformações socialistas”.

A estruturação da frente-única, sujeita ao domínio do proletariado, não exclui inicialmente a participação de uma parte da burguesia nacional:

“É de grande importância o papel da pequena burguesia urbana no processo da luta emancipadora. Força social muito numerosa no Brasil, a maioria da pequena burguesia urbana sofre com o atraso do País e vê o seu nível de vida reduzido pela inflação, sentindo, assim a constante ameaça de proletarização.”

“Distinguindo-se burguesia entreguista, que serve de agente e de apoio social interno da dominação imperialista, a burguesia nacional tem interesse objetivo na emancipação da economia nacional e na realização da reforma agrária. Ao mesmo tempo, é uma classe exploradora, cujos interesses se opõem ao proletariado e às massas trabalhadoras em geral. “Sendo uma classe social com tendência constante à conciliação, a participação da burguesia nacional na frente-única é inconsequente e sujeita a flutuações acentuadas, que se manifestam de modo desigual nas atitudes dos diversos setores nacionalistas burgueses”.

Em seguida a tese estuda as possibilidades de execução pacífica ou violenta da revolução comunista:

“Em seu V Congresso, afirmavam os comunistas brasileiros existir em nosso País, a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal, atinja seus objetivos por um caminho pacífico. Esta possibilidade se relaciona com o debilitamento do campo imperialista e a influência decisiva do campo socialista na situação internacional e com os seguintes fatores internos: unidade e fortalecimento do movimento operário, nos planos político, orgânico e ideológico; organização, unificação e combatividade cada vez maiores dos camponeses, formação de uma consciência antiimperialista e democrática em importantes setores das forças armadas, particularmente entre os sargentos; fortalecimento e amplitude da frente-única; afirmação da tendência à ampliação das liberdades democráticas, apesar das tentativas golpistas e da resistência encarniçada dos setores retrógrados e pró-imperialistas.”

“Êstes fatores conjugados podem atuar no sentido de isolar os inimigos do povo brasileiro e de impedir que recorram às armas. Isto permitiria assegurar o triunfo pacífico da revolução, ou seja, a tomada revolucionária do Poder estatal por meios pacíficos”.

A ação violenta é, todavia, encarada como uma possibilidade:

“Nas circunstâncias do nosso País, não está afastada a possibilidade de se tornar necessário o caminho não pacífico de conquista do Poder, caminho em que a luta armada constitui a forma principal de luta.”

“Os setores entreguistas e mercenários muitas vezes estimulados pelos setores conciliadores, pretendem suprimir as liberdades democráticas existentes e podem tomar a iniciativa de desencadear a violência generalizada entre as forças populares,

visando a instituir no País um regime terrorista de extrema-direita”.

A ação violenta é assim considerada pelos comunistas como uma resposta a uma ação, antecipadamente prevista, das forças legais:

“Em tal situação as forças antiimperialistas e antifeudais têm o direito e o dever de empregar a luta armada para derrotar a violência de contra-revolução”.

Legitimado, por êsse raciocínio, o emprêgo da violência pela subversão comunista, passa a tese a caracterizar êsse tipo de ação:

“O caminho da luta armada não deve ser compreendido como fruto da conspiração de pequenos grupos, porém como resultado da experiência política profundamente vivida pelas massas. A luta armada, neste caso, surgirá como exigência da própria luta de massas e se combinará a outras formas de luta na cidade e no campo, sem desprezar as mínimas possibilidades de atuação aberta e legal que ainda existam sob o domínio da reação.”

“A experiência já demonstrou que, no Brasil, podem se dar bruscas reviravoltas na situação política, que venham a exigir rápidas mudanças de tática. Ao ter em vista a possibilidade de realização da revolução pelo caminho pacífico, a frente nacionalista e democrática acumula forças, que precisam estar política e ideologicamente preparadas a fim de mudar a tática e empregar a luta armada, se as circunstâncias impuserem a necessidade do caminho não pacífico para a conquista do Poder revolucionário”.

Após a vitória prevêem os comunistas um período denominado de “acumulação de forças” cujo objetivo é “modificar a correlação das forças, em favor do povo e

preparar as condições para a realização completa das transformações radicais exigidas pela atual etapa histórica.

Esse período, sob a denominação eufemística que a tese apresenta, corresponde à fase da limpeza revolucionária.

Nessa fase também se acha previsto o expurgo natural dos elementos da burguesia, aproveitados inicialmente até a conquista do Poder. Essa tática é confessada claramente, na descrição do processo de consolidação da vitória.

“As forças mais conseqüentes da frente-única, em particular a classe operária, continuarão a luta por medidas mais enérgicas e profundas contra o imperialismo e a reação interna. A fim de defender as conquistas já alcançadas e prosseguir nas transformações exigidas pelo desenvolvimento do País, será necessário, portanto, um processo de radicalização da composição e da política do governo nacionalista democrático, o que conduzirá à perda de posições de elementos conciliadores e vacilantes.”

“Dessa maneira, num prazo dependente das circunstâncias concretas, será possível alcançar a mudança essencial na correlação de forças, que permitirá o salto revolucionário, com a restauração de um novo Poder Estatal capaz de levar à prática as transformações radicais da etapa antiimperialista e antifeudal da revolução brasileira”.

Caberá, de acordo com esses planos, ao novo Poder Estatal assim estabelecido, a realização das transformações radicais, para implantação do socialismo no País.

“A premissa política fundamental, prevê a tese, para a transição ao socialismo reside na hegemonia do proletariado, solidamente apoiada na aliança operário-camponesa”.

Para êsse fim, o apoio externo é considerado fundamental:

“Sustentada, básicamente, pelas suas fôrças internas a revolução brasileira contará com o apoio eficiente dos países socialistas no que se refere à sua segurança diante das tentativas de agressão do imperialismo norte-americano e igualmente no que se refere a ajuda concreta para o desenvolvimento econômico e a construção das bases materiais do socialismo”.

A 6.^a tese para discussão do Congresso intitula-se:

“Fortalecer o Partido Marxista-Leninista da Classe Operária”. Essa tese constitui um documento amplo de orientação geral da linha do Partido, constituindo a base para a formulação das conclusões da Revolução Política que seria emitida no Conclave”.

Após algumas considerações iniciais, a tese fixa a definição geral de tarefa partidária:

“Vanguarda organizada da classe operária em nosso País, o Partido Comunista Brasileiro orienta-se pela teoria marxista-leninista e deve dedicar o máximo de seus esforços para circular a ideologia socialista na consciência da classe operária elevando a sua massa fundamental ao nível da consciência revolucionária”.

E mais adiante:

“Fiel à sua tradição, o PCB se encontra fraternalmente ligado ao movimento operário internacional, com o qual possui em comum a teoria marxista-leninista, os ideais comunistas e a vitoriosa experiência acumulada em mais de quarenta anos de lutas”.

Esta ligação, êsse entrelaçamento internacional, é claramente expresso, sem grandes disfarces, denunciando o caráter global do movimento comunista em todo o planêta. Em outro trecho do mesmo documento essa confissão é repisada em outros termos:

“O nosso Partido integra o movimento comunista mundial, mantendo relações fraternais com os partidos comunistas e operários, quer através de encontros bilaterais, como de conferências multilaterais. A nossa conduta tem sido pautada pelo propósito de contribuir, na medida de nossas forças, para a unidade do movimento comunista internacional em tôrno de posições que representem a aplicação criadora do marxismo-leninismo à atual situação do mundo. Participamos, por isso, das conferências interpartidárias de 1957 e 1960, em Moscou, dando a nossa aprovação às históricas Declarações que constituem os documentos básicos orientadores de todo o movimento comunista internacional”.

Êsse trecho é de maior importância por isso que, não só demonstra a vinculação do Partido Comunista Brasileiro ao movimento mundial como confessa a sua participação nas conferências internacionais de 1957 e 1960, com delegações representativas.

O documento revela a ação comunista na área sindical, dizendo textualmente:

“O trabalho da frente-única dos comunistas se apóia, em primeiro lugar, na luta pela unidade da classe operária. Graças à orientação estabelecida na Resolução Sindical aprovada em 1959 e aplicada nos últimos anos, conseguimos êxitos importantes na tarefa de unificar o movimento sindical em tôrno de posições combativas pelas reivindicações econômicas e políticas dos trabalhadores”.

A tese para discussão encara, também o problema de outros movimentos esquerdistas que começam a se

desenvolver ameaçando os objetivos comunistas de monopolizar a conquista das massas, surgindo-lhes como verdadeiros rivais na agitação e propaganda subversiva. Diz o documento:

“O trabalho de frente-única exige uma justa atitude diante dos movimentos esquerdistas de caráter pequeno-burguês, que, nos últimos anos, tem surgido no País partindo de falsas concepções teóricas, tais movimentos recomendam em diversos casos, formas de luta inadequadas, que conduzem a um desgaste das forças revolucionárias. Seria errôneo, porém, de nossa parte, assinalar apenas o aspecto negativo da atuação desses movimentos, que refletem o processo de radicalização da pequena burguesia e de uma elevação do nível de consciência revolucionária do Brasil. Constitui uma atitude sectária a de pretender restringir a frente-única a uma frente exclusivamente de esquerda. Por outro lado, seria oportunismo da direita ignorar a importância que têm o crescimento e a unidade das esquerdas, às quais cabe representar o agrupamento mais dinâmico da frente nacionalista e democrática. Ao tempo, portanto, em que criticamos os seus falsos pontos de vista teóricos e táticos, precisamos desenvolver esforços para alcançar a unidade de ação com tôdas as autênticas correntes de esquerda, que vão se convencendo, pela própria experiência, do erro de formas de luta inadequadas à conjuntura atual.

A orientação do Partido Comunista face às novas correntes esquerdistas não é, por conseguinte, a de uma atitude de oposição. A tática dos comunistas é a de aproveitar, incentivar e assimilar êsses movimentos, apossando-se de seus quadros através de um trabalho apropriado de doutrinação ideológica. Essa política não exclui a vigilância que procuram manter no sentido de não se deixarem dominar pelo nacionalismo, e de não

perderem o predomínio no movimento revolucionário popular. É o que demonstram nos seguintes trechos:

“Explorando o fato de que a burguesia nacional ainda possui um papel progressista, o nacionalismo burguês pretende-se erigir em ideologia de tóda a nação, acima das classes, pregando inclusive a “harmonia” entre os interesses da burguesia e do proletariado. Ao mesmo tempo, costumam os ideólogos nacionalistas acusar o marxismo de teoria “importada”, inadequada para interpretar de modo correto as particularidades do meio brasileiro e das soluções convenientes aos interesses do nosso povo”.

E investindo contra o nacionalismo, ao qual acusa de servir aos propósitos burgueses:

“Possuindo ainda, nas condições brasileiras, um aspecto progressista, o nacionalismo constitui, assim, um instrumento de afirmação da hegemonia da burguesia, que se esforça para tornar o proletariado força meramente caudatária. Ao se alia-rem, na frente nacionalista e democrática, com representantes da burguesia nacional, os comunistas não se tornam adeptos da ideologia nacionalista burguesa, mas combatem de modo intransigente, a sua penetração entre as massas trabalhadoras, lutando, em particular, contra as teses oportunistas e revisionistas, inspiradas no nacionalismo burguês, que pressionam sobre as nossas fileiras. Incompatível com o nacionalismo burguês, a ideologia do proletariado se baseia no internacionalismo proletário, em que o patriotismo mais conseqüente se funde com a solidariedade ativa dos trabalhadores de todos os países”.

E, mais uma vez, reafirma a posição do Partido face aos movimentos radicais da chamada “burguesia progressista”:

“Um aspecto peculiar do debate ideológico no momento presente, consiste na intervenção de correntes pequeno-burguesas radicalizadas, que apresentam teses e plataformas ultra-esquerdistas, fazendo-o, com frequência, em nome do marxismo. Estas teses e plataformas encerram errôneas apreciações sobre o caráter e os caminhos da atual etapa revolucionária, a questão da hegemonia da frente-única, o papel da burguesia nacional, etc., daí tirando conclusões táticas nem sempre adequadas à necessidade de acumular forças no interesse da revolução. De modo geral, as correntes esquerdistas pequeno-burguesas costumam subestimar a importância da luta pelas reformas parciais, ainda no regime atual, e a conexão dessa luta com a aceleração do processo revolucionário. Certos setores do Partido, sobretudo no meio estudantil, sofrem a pressão ideológica de tais movimentos, o que conduz por vezes a erros de caráter sectário. Ao tempo em que buscam a unidade com tôdas as correntes de esquerda, cumpre aos comunistas refutar, mediante argumentos fundamentados, as suas falsas teorias sobre a revolução brasileira, contrapondo-lhes a interpretação marxista defendida pelo nosso Partido”.

Acentuando a necessidade da educação ideológica, do operariado, a tese preconiza o combate ao reformismo, que enfraqueceria o movimento.

Estuda, a seguir, o problema da organização *preconizada para a ampliação do Partido*.

“A criação e o fortalecimento de organizações do Partido nas grandes emprêsas estatais e privadas, constitui um aspecto fundamental da construção do Partido”.

E confessa o sucesso que o Partido Comunista vem obtendo a partir de 1960:

“Após o V Congresso, desenvolveram-se, em algumas grandes empresas, organizações partidárias vigorosas, estreitamente vinculadas às massas que, de modo geral, têm ampliado com êxito a linha política do Partido”.

Mais adiante acentua a importância da infiltração comunista na juventude:

“A experiência destes últimos anos demonstrou, outrossim, que o problema da organização da juventude comunista requer uma solução específica. Embora tenha melhorado consideravelmente nossa atividade entre a juventude estudantil, particularmente a universitária, ainda não fomos capazes de traçar com a devida clareza a política dos comunistas para o trabalho entre as novas gerações. No entanto, os jovens possuem reivindicações peculiares, motivo por que, através de formas de organização adequadas à sua condição, poderão ser ganhos com mais facilidade para as idéias do marxismo-leninismo”.

Essa última afirmação deve ser ressaltada como a demonstração cabal e irrefutável do crime cometido pela utilização dos legítimos anseios da juventude no sentido de uma deformação ideológica no reino do comunismo.

E prossegue a tese em sua orientação subversiva:

“Conquanto o trabalho entre os jovens seja tarefa de todo o Partido, é necessário que a juventude, filiada e não filiada ao Partido, com a missão de educar os jovens no espírito do marxismo-leninismo, de torná-los ativos combatentes pela causa revolucionária e de realizar, em escala de massa, a propaganda do socialismo”.

Essa diretriz estabelece as bases para tãda a penetração comunista no seio da juventude.

Em seguida, a tese analisa o problema do denominado “trabalho de educação” que engloba o planejamento e execução do ensino político-ideológico nos cursos e escolas mantidos pelo Partido.

E declara:

“O trabalho de educação é um aspecto fundamental da construção do Partido, interrompido em 1956 em virtude das conhecidas circunstâncias da luta interna, o trabalho de educação foi reiniciado, de modo sistemático, a partir de 1961, tendo produzido, a partir de então, resultados positivos. Já alguns milhares de militantes passaram por diversos cursos. Alguns comitês estaduais tomaram medidas concretas para dar ao trabalho de educação um caráter planejado e organizado”.

Essas palavras revelam a extensão da doutrinação ideológica exercida através do ensino especializado mantido pelo Partido Comunista. Mais adiante, a tese mostra que êsse trabalho não se reduz, porém, aos cursos partidários:

“O interesse pelo estudo marxismo, ultrapassa, hoje, largamente, as fronteiras do Partido, como demonstraram os cursos de filosofia marxista e debates sobre temas da realidade nacional realizados nos auditórios das faculdades, dos sindicatos e de outras entidades”.

Passa depois a tese para discussão a estudar o problema da agitação e propaganda encarando, inclusive, a questão do jornal diário.

Finalizam o documento considerações sobre a existência legal do Partido, manifestando profunda esperança na conquista dêsse objetivo:

“Representante de um movimento historicamente necessário e invencível nosso Partido, que sobreviveu a tantos golpes e perseguições, tem diante de si a perspectiva grandiosa da revolução da humanidade “inspirados por esta perspectiva, com as suas fileiras cada vez mais unidas, os comunistas brasileiros não pouparão esforços para melhor servir à causa imortal de Marx, Engels e Lenine.”.

REFERÊNCIAS

1.^a PARTE

1. Programa del Partido Comunista de la Union Soviética, Ed. Revista "URSS", Montevideu, p. 67
2. Friedrich Engels, A Origem da Família, da propriedade privado e do Estado, Ed. Vitória, 1960, p. 73
3. Friedrich Engels, Op. Cit. p. 160
4. V. I. Lênin, O Estado e a Revolução, Ed. Vitória, 1961, p. 12
5. V. I. Lênin, Op. Cit. p. 13
6. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 110
7. F. Engels, A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado, Ed. Vitória, 1960, p. 163
8. V. I. Lênin, O Estado e a Revolução, Ed. Vitória, 1961, p. 32.
9. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 33
10. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 34
11. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 34
12. V. I. Lênin. Op. Cit., p. 45
13. Marx & Engels, Obras Escolhidas, Ed. Vitória, 1961, Vol. 1, p. 37
14. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 38
15. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 114
16. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 115
17. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 120
18. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 120
19. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 121
20. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 122
21. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 123
22. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 124

23. Marx & Engels, Obras Escolhidas, Ed. Vitória, 1961, V 1, p. 35
24. Moshe Decter, Cartilha do Comunismo, Ed. GRD, 1964, p. 30
25. Moshe Decter, Op. Cit., p. 30
26. Moshe Decter Op. Cit., p. 32
27. V. I. Lênin, O Estado e a Revolução, Ed. Vitória, 1961, p. 29
28. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 29/30
29. Moshe Decter, Cartilha do Comunismo, Ed. GRD, 1964, p. 37
30. I. Edgard Hoover, Estudo sôbre o Comunismo, Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1964, p. 26
31. Moshe Decter, Cartilha do Comunismo, Ed. GRD, Rio, 1964, p. 15
32. Suzanne Labin, Em Cima da Hora, Ed. Distribuidora Record, 1964, p. 86
33. V. I. Lênin, Obras Escogidas, em três tomos, Ed. Linguas Estrangeiras, Moscu, Tomo 1, p. 28
34. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 55
35. V. I. Lênin, Op. Cit., p. 64
36. V. Afanasyev, Marxist Philosophy, Ed. Foreign Language Publishing House, Moscow, p. 45
37. Fred Schwartz, Você pode confiar nos Comunistas, Ed. Dominus, São Paulo, 1963, p. 158
38. Fundamentos de Marxismo Leninismo, Ed. Vitória, 1962, p. 18
39. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 23
40. Fundamentos de Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 55
41. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 55
42. V. Aganasyev, Marxist Philosophy, Ed. Foreign Languages, Publishing House, Moscow, p. 35
43. Marx Engels, Selected Works, Vol. II, Moscow, 196, p. 363
44. V. Aganasyev, Marxist Philosophy, Ed. Foreign Languages Publishing House, Moscow, p. 102
45. V. Aganasyev, Op. Cit., p. 201
46. Fundamentos do Marxismo Leininismo, Ed. Vitória, 1962, p. 121

47. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 127
48. Fundamentôs do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 130
49. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 132
50. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 133
51. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 136
52. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 138
53. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 156
54. I. V. Stalin, Obras, tomo 2, Ed. Vitória, 1952, p. 28A
55. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Ed. Vitória, 1962, p. 158
56. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 177
57. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 178
58. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 179
59. I. V. Stalin, Obras, Ed. Vitória, Rio, 1952, p. 283
60. Fred Schwartz, Op. Cit., p. 170
61. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Ed. Vitória, 1962, p. 132
62. Fred Schwartz, Você pode confiar nos Comunistas, Ed. Dominus, 1963, p. 3
63. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Ed. Vitória, 1962, p. 497
64. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 497
65. V. Aganasyev, Marxist Philosophy, Ed. Foreign Languages Publishing House, Moscow, p. 366
66. Relatório do Chefe do DOPS/SP, 1955
67. Krushov, 30 Jan 37, Pravda, 31 Jan 37, Apud Sydney Hook, Comunismo Mundial, Ed. Presença, 1964, p. 283
68. XXII Congresso do PCUS, Rumo ao Comunismo, Ed. Vitória, 1962, p. 262
69. Liu Chao-tchi, Como ser um bom Comunista, p. 50, Apud, Fred Schwartz, Op. Cit., p. 43
70. V. Aganasyev, Marxist Philosophy, Ed. Foreign Languages Publishing House, Moscow, p. 284
71. II Congresso do PCUS, Rumo ao Comunismo, Ed. Vitória, 1962, p. 210
72. V. I. Lênin, Obras Escolhidas, Ed. Russa, Vol. 1, Parte 2, p. 337. Apud V. Aganasyev, Op. Cit., p. 284
73. V. Aganasyev, Op. Cit., p. 367

74. Teses para Discussão do VI Congresso do PCB, Suplemento Especial de "Novos Rumos" de 27 Mar/ 2 Abr 64, n. 47, p. 14
75. Marx & Engels, Obras Escolhidas, Ed. Vitória, 1961, Vol. II, p. 36
76. Hugh Seton-Wats, Anatomia do Comunismo, Ed. GRD, Rio, 1963, p. 58
77. Herald Barbuy, Marxismo e Religião, Ed. Dominus, S. Paulo, 1963, p. 46
78. Herald Barbuy, Op. Cit., p. 113
79. Frederico Engels, Anti-Düring, Ed. Pueblos Unidos, Montevideú, 1961, p. 224
80. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Ed. Vitória, 1962, p. 352
81. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 361
82. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 362
83. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 372
84. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 372
85. Fundamentos do Marxismo Leninismo, Op. Cit., p. 373
86. Douglas Hyde in Anatomia do Comunismo, Ed. GRD, Rio, 1963, p. 39
87. V. I. Lênin, A doença infantil do "esquerdismo" no Comunismo, Ed. Vitória, 1960, p. 77
88. Douglay Hyde, Op. Cit., p. 41
89. Douglas Hyde, Op. Cit., p. 44
90. Walter Kolarz, in Anatomia do Comunismo, Ed. GRD, Rio, 1963, p. 13
- 90a. Luiz Carlos Prestes, in Problemas da Paz e do Socialismo, n. 5 Mai 1963, p. 86
91. Marx & Engels, Obras Escolhidas, Ed. Vitória, 1961, p. 35
92. V. I. Lênin, Selected Works (two volumes), London, 1947, Vol. II, p. 657
93. Problemas da Paz e do Socialismo, n. 2, Fev 1963, Editorial, p. 6
94. Henry Wiston, A Missão Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos, in Problemas da Paz e do Socialismo, n. 2, Fev 1963, p. 14
95. V. I. Lênin, Obras Escogidas, em dos tomos, tomo II — Ediciones em Lenguas Extranjeras, Moscu 1948, p. 501

96. Marx/Engels, Briefwechsel, Vol. IV, Berlin, 1950, p. 375
in Günther Nollau, International communism and World
Revolution, Ed. F. A. Praeger, 1961, p. 16
97. V. I. Lênin, Collected Works, Vol. 18, p. 89
98. Günther Nollau, Op. Cit., p. 45
99. Günther Nollau, Op. Cit., p. 46
100. V. I. Stalin, Sochinemiia, Moscou, 1948, p. 51
101. David Floyd in Anatomia do Comunismo, Ed. GRD, 1963,
p. 68
102. I. Edgard Hoover, Estudo sôbre o Comunismo, Ed. Ita-
tiaia, Belo Horizonte, 1964, p. 131
103. Günther Nollau, Op. Cit., p. 251
- 103a. Günther Nollau, Op. Cit., p. 253
104. Günther Nollau, Op. Cit., p. 257
105. Günther Nollau, Op. Cit., p. 257
106. XXII Congresso do PCUS, Rumo ao Comunismo, Ed. Vi-
tória, Rio, 1962, p. 102
107. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 100
108. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 100
109. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 103
110. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 104
111. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 104
112. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 261
113. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 262
114. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 263
115. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 263
116. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 263
117. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 264
118. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 267
119. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 268
120. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 270
121. Günther Nollau, Op. Cit., p. 259
122. Günther Nollau, Op. Cit., p. 279
123. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 257
124. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 257
125. XXII Congresso do PCUS, Op. Cit., p. 261
126. Problemas da Paz e do Socialismo, Rio, n. 1, Jan 63, p. 15
127. Ivan Ramos Ribeiro, sôbre o chamado "Caso Albanês" in
"Novos Rumos", n. 157, 6/15 Fev. 1962

128. As idéias do Marxismo Leninismo triunfaram sobre o Revisanismo
129. N. S. Krushov — Discurso pronunciado no XXI Congresso do PCUS, 1959
130. De donde procedeu las divergências? Respuesta ao camarada Thorez y otros camaradas, Ed. Remosin Ribao, 27 Fev. 63, Ed. Lenguas Extranjeras, Pekin, 1963
131. De donde procedeu las divergências? Op. Cit., p. 15
132. De donde procedeu las divergências? Op. cit. p. 16
133. Origem e Evolução das Divergências entre a direção do PCUS e nós. Ed. em Lenguas Extranjeras, Pequim, 1964, p. 32
134. Origem e Evolução... Op. Cit., p. 48
135. Origem e Evolução... Op. Cit., p. 49
136. Hongqui, Pekin, ns. 21-22 de 1964 — Porque caiu Krushov.
- 136a. E. Hoover, Estudo sobre o Comunismo
137. Belens Pôrto, Relatório sobre o processo da Revolução Comunista de 1935
138. Belens Pôrto, Op. Cit.

335.4
C741

... O comunismo no Brasil. Rio de Janeiro,
Biblioteca do Exército, 1966
4 v. 21 cm. (Coleção general Bení-
cio, v. 48, publ. 253)

Ao alto do título: Inquérito policial mi-
litar, 709.

“Organização do IPM 709 — Chefe: coronel
Ferdinando de Carvalho” — p. 9

1. Comunismo — Brasil. I. Carvalho, Fer-
dinando, II. Série. III Título. IV. Título: Inqué-
rito policial militar, 709.

○

(PARA DOBRAR E COLAR)

SECRETARIA DO MINISTÉRIO DA GUERRA

N.º

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

SEC CONTRÔLE DE ASSINATURA

ATUALIZAÇÃO DO ENDERÊÇO

Informo a seguinte alteração de enderêço:

Nome:

Pôsto ou graduação

ENDERÊÇO ANTIGO:

Rua ou Unidade

Cidade, Estado ou Região Militar

NÔVO ENDERÊÇO

Rua ou Unidade

Cidade, Estado ou Região Militar

Data,

.....

(Assinatura)

Observação: Solicita-se aos assinantes o preenchimento da presente e encaminhamento a esta Biblioteca, logo que haja qualquer alteração.

PREENCHA E PONHA NO CORREIO



MINISTÉRIO DA GUERRA

ISENTO DE SÊLO
(Decreto-lei n.º 1955 —
de 1 Fev 940)

Diretor da Biblioteca do Exército

Edifício do Ministério da Guerra — ZC-55

Rio de Janeiro

ESTADO DA GUANABARA

ATUALIZAÇÃO DE ENDERÊÇO

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS
DA COMPANHIA GRÁFICA LUX, RUA FREI
CANECA, 224 — RIO DE JANEIRO, PARA
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO-EDITÔRA



**Biblioteca
do Exército
Editôra**

Vol. 47-252

1966